

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

Mateus Rezende de Andrade

**Compadrio e Família em zona de
fronteira agrícola:
as redes sociais da elite escravista, freguesia de
Guarapiranga (c1760-c1850).**

Belo Horizonte

2014

MATEUS REZENDE DE ANDRADE

Compadrio e Família em zona de fronteira agrícola:
as redes sociais da elite escravista, freguesia de Guarapiranga
(c1760-c1850).

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História.

Linha de Pesquisa: História Social da Cultura

Orientador: Prof. Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho

Belo Horizonte
Departamento de História da UFMG
2014

981.51
A553c
2014

Andrade, Mateus Rezende de

Compadrio e família em zona de fronteira agrícola [manuscrito] : as redes sociais da elite escravista, freguesia de Guarapiranga (c1760-c1850). / Mateus Rezende de Andrade. - 2014.

223 f.

Orientador: Tarcísio Rodrigues Botelho Botelho.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Minas Gerais – História – Teses. 2. Compadrio - Teses
3 Famílias rurais – Teses 4..Redes de relações sociais -
Teses. 4.História - Teses. I.Botelho, Tarcísio Rodrigues.
II.Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

MATEUS REZENDE DE ANDRADE

Compadrio e Família em zona de fronteira agrícola:
as redes sociais da elite escravista, freguesia de Guarapiranga
(c1760-c1850).

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho

Aprovada em: ____/____/____

Prof. Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho – ORIENTADOR (PPGH/UFMG)

Prof. Dr. Marcos Mário Sampaio Rodarte (FACE/CEDEPLAR/UFMG)

Prof. Dr. Douglas Cole Libby (PPGH/UFMG)

Agradecimentos

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais pela oportunidade de cursar o mestrado, colocando à minha disposição um capacitado corpo docente e uma infraestrutura que possibilitaram o pleno desenvolvimento da pesquisa e dos estudos para a elaboração deste trabalho.

Sou grato ao meu orientador Professor Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho, pela sua disposição em sempre atender-me e com solicitude me instruir a traçar caminhos menos tortuosos.

Agradeço a Professora Dra. Júnia Ferreira Furtado e ao Professor Dr. Douglas Cole Libby, pela atenciosa leitura, críticas, valiosos comentários e pareceres no Exame de Qualificação.

Também sou grato aos professores Dr. José Newton Coelho de Meneses, Dr. Zephyr Frank, Dra. Clotilde Andrade Paiva e Dr. Mário Marcos Sampaio Rodarte, pela atenção e educação com que sempre me acolheram quando lhes expus dúvidas e demandei sugestões.

Agradeço ao Professor Dr. Fábio Faria Mendes por compartilhar comigo informações de pesquisa, pela atenção sempre despendida em meu favor e pelo incentivo sem par.

Não posso deixar de agradecer aos membros da Banca de Defesa pela disposição em ler, avaliar e comentar esta dissertação.

Agradeço novamente aos professores Tarcísio Rodrigues Botelho, Douglas Cole Libby e Zephyr Frank, pela oportunidade de trabalhar num projeto de pesquisa por eles coordenado, o que proporcionou meu sustento em parte do tempo de estudo.

Sou grato aos amigos Carlos de Oliveira de Malaquias e Rodrigo Paulinelli de Almeida Costa por terem lido versões preliminares deste trabalho e, conhecendo o nosso *ofício*, ofereceram-me importantes sugestões que enriqueceram a pesquisa em desenvolvimento e deram novo fôlego a sua conclusão.

Agradeço aos amigos Gustavo Lemos e Luiz Fernando Rodrigues Lopes por sempre me apresentarem bons conselhos e problemas de pesquisa.

Agradeço a República Roma, pela agradável convivência e a amizade ali construída.

Sou muito grato a minha família por ser, em todos os aspectos, o meu sustento e a minha alegria.

Agradeço a Lorena por me suportar quando eu mais precisei e menos mereci.

Por fim, agradeço a Deus pelo perdão.

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar a mútua ingerência entre o matrimônio e o compadrio entre membros da elite escravista piranguense. Acredita-se que estas duas práticas relacionais oferecem importantes chaves para compreensão das hierarquias sociais, da mobilidade sócio-espacial e enraizamento social, além de dar subsídios para se conhecer os mecanismos de manutenção do prestígio social e do poder. Utilizou-se na pesquisa realizada, informações contidas em recenseamentos populacionais, inventários *post-mortem* e registros paroquiais de batismo. Por meio de técnicas específicas da demografia histórica, conheceu-se o espaço em estudo a partir da composição populacional do mesmo. Cruzando nominalmente os dados da documentação cartorial e paroquial, foram criadas redes sociais que evidenciaram alguns dos padrões relacionais desta elite. Detectaram-se relações sociais que envolviam membros internos e externos à estas famílias da elite piranguense, as quais eram frutos de distintas estratégias e por isso constatou-se que devem ser analisadas separadamente. Notou-se também que através de casamentos com importantes famílias enraizadas na região desde os primórdios do processo de ocupação, indivíduos de outras regiões galgavam ascensão social e econômica através da inserção nos principais círculos relacionais da freguesia. Por fim, notaram-se importantes diferenças intergeracionais na prática do compadrio, a qual demonstra a importância em analisar esta prática conjuntamente ao ciclo vital.

Palavras-chave: História da Família; Compadrio; Minas Gerais; Redes Sociais.

Abstract

This work aims to analyze the mutual interference between marriage and godparentage among members of slaveholding elite. It is believed that these two relational practices offer important keys to understanding social hierarchies, social and spatial mobility and social embeddedness, besides giving subsidies to know the mechanisms of maintenance of social prestige and power. Was used in the research conducted, information contained in population censuses, postmortem inventories and parish records. Through specific techniques of historical demography, the space under study was known as the population composition. Nominally crossing data of cartorial documentation and parish records were created social networks which revealed some of the relational patterns of this elite. As results, were noted social relationships the involved within and outside members from families of these slaveholding elite, which were consequences of distinct strategies and thus it has to be examined separately. It was also observed that through marriages with important families entrenched in the region since the beginning of the occupation process, individuals from other regions aspired social and economic ascension through insertion in the main relational circles of Piranga. Finally, have been noted significant differences in intergenerational practice of godparentage, which demonstrates the importance in analyzing this practice jointly the life cycle.

Key-words: History of Family; Godparentage; Minas Gerais; Social Networks.

Lista de Gráficos, Imagens, Tabelas, Quadros, Mapas e Figuras.

Gráficos

Gráfico 1 – População livre e escrava, freguesia de Guarapiranga, 1797-1832.	38
Gráfico 2 – População masculina e feminina, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	39
Gráfico 3 – Categorias étnicas, escravos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	40
Gráfico 4 – População escrava, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	40
Gráfico 5 – Categorias étnicas, livres, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	42
Gráfico 6 – População livre, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	43
Gráfico 7 – Razão de sexos por faixa etária – livres brancos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	45
Gráfico 8 – Razão de sexos por faixa etária – livres não-brancos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	45
Gráfico 9 – Razão de sexos por faixa etária – escravos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	46
Gráfico 10 – Pirâmide etária, Chefes de domicílios, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	47
Gráfico 11 – Razão de sexos por faixa etária em escala logarítmica – Chefes de domicílio, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	47
Gráfico 12 – Proporção de solteiros, brancos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	50
Gráfico 13 – Proporção de solteiros, livres não-brancos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	51
Gráfico 14 – Razão de Sexos dos escravos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	53
Gráfico 15 – Razão de Sexos por faixa etária – brancos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	59
Gráfico 16 – Razão de Sexos por faixa etária, livres não-brancos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	61
Gráfico 17 – Razão de Sexos por faixa etária, escravos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	61
Gráfico 18 – Pirâmide Etária – livres, microrregião sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	63
Gráfico 19 – Pirâmide Etária – livres, microrregião norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	63
Gráfico 20 – Pirâmide Etária – livres, microrregião central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	64
Gráfico 21 – Proporção de solteiro, livres brancos, microrregião norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	66

Gráfico 22 – Proporção de solteiro, livres brancos, microrregião central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	67
Gráfico 23 – Proporção de solteiro, livres brancos, microrregião sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	67
Gráfico 24 – Proporção de solteiro, livres não-brancos, microrregião norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	70
Gráfico 25 – Proporção de solteiro, livres e não-brancos, microrregião central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	71
Gráfico 26 – Proporção de solteiro, livres e não-brancos, microrregião sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	71

Imagens

Imagem 1 – Relações matrimoniais, rede primária da freguesia de Guarapiranga.	76
Imagem 2 – Relações matrimoniais, rede reduzida, freguesia de Guarapiranga.	78
Imagem 3 – Casamentos, Família Lopes Oliveira, c.1730-c1790.	81
Imagem 4 – Relações matrimoniais, índice de degree da freguesia de Guarapiranga. ..	83
Imagem 5 – Casamentos, família Alves Moreira, c1710-c1850.	85
Imagem 6 – Casamentos, Família Sande Barros, c.1750-c1850.	88
Imagem 7 – Relações matrimoniais, microrregiões e alcance social, freguesia de Guarapiranga.	92
Imagem 8 – Rede localidades, microrregiões, freguesia de Guarapiranga, séculos XVIII e XIX.....	96
Imagem 9 – Casamentos, Família Dias dos Anjos, c.1730-c1820.	98
Imagem 10 – Rede de vizinhança, freguesia de Guarapiranga, séculos XVIII e XIX	100
Imagem 11 – Família Araújo Silva, c.1720-c1850.	103
Imagem 12 – Matrimônios, famílias Carneiro e Canavazes, c.1750-c1800.	109
Imagem 13 – Matrimônios, famílias Carneiro e Ferreira Cabral, c.1811-c1840.	110
Imagem 14 – Rede de compadrio, freguesia de Guarapiranga, séculos XVIII e XIX .	115
Imagem 15 – Batismo de Lino Coelho Duarte, freguesia de Guarapiranga, 1824.	118
Imagem 16 – Batismo de Constância e Francisca, freguesia de Guarapiranga, 1829.	119
Imagem 17 – Batismo das filhas de Francisco Coelho Duarte, freguesia de Guarapiranga, 1829-1832.	120
Imagem 18 – Índices de <i>degree</i> , rede de compadrio, freguesia de Guarapiranga, séculos XVIII e XIX	124
Imagem 19 – Rede de Compadrio, família Teixeira Carvalho, freguesia de Guarapiranga, 1793 – 1838.	126
Imagem 20 – Rede de compadrio, principais famílias no índice de <i>degree</i> , freguesia de Guarapiranga, séculos XVIII e XIX	127

Imagem 21 – Batismos, famílias Carneiro e Ferreira Cabral, freguesia de Guarapiranga, 1817-1821	129
Imagem 22 – Batismos, famílias Carneiro e Sande Barros, freguesia de Guarapiranga, 1873-1877	132
Imagem 23 – Rede de compadrio, família Soares Ferreira, freguesia de Guarapiranga, séculos XVIII e XIX.	136
Imagem 24 – Batismos, famílias Ferreira Cabral, Rodrigues Santos, Lopes Oliveira e Fernandes Guimarães, 1760-1832.	138
Imagem 25 – Rede de compadrio, família Ferreira Cabral, freguesia de Guarapiranga, séculos XVIII e XIX.	139
Imagem 26 – Rede de compadrio indireto, família Ferreira Cabral e Soares Ferreira, Guarapiranga, séculos XVIII e XIX.	141

Tabelas

Tabela 1 – Razão de Sexos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	42
Tabela 2 – Idade média dos solteiros ao contrair matrimônio*, livres, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	49
Tabela 3 – Livres e Escravos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	51
Tabela 4 - Percentuais sobre a população total, livres e escravos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	52
Tabela 5 – Percentuais étnicos, escravos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	53
Tabela 6 – Percentuais étnicos, livres, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	54
Tabela 7 – Razão de sexos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	55
Tabela 8 – Razão de sexos, Livres, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	56
Tabela 9 – Razão de Sexos por microrregião, freguesia de Guarapiranga, 1831-32	57
Tabela 10 – Razão de Sexos por microrregião, chefes de domicílios, freguesia de Guarapiranga, 1831-32	62
Tabela 11 – Setores ocupacionais, homens chefes de domicílios, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	65
Tabela 12 – Setores ocupacionais, mulheres chefes de domicílios, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	65
Tabela 13 – Idade média dos solteiros ao contrair matrimônio*, livres e brancos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	68
Tabela 14 – Número de relações e <i>degree</i> , rede primária de Casamento.	75
Tabela 15 – Número de relações e <i>degree</i> , rede reduzida de Casamento.	79
Tabela 16 – Legitimidade dos batizados, freguesia de Guarapiranga, Séculos XVIII e XIX.	106
Tabela 17 – Condição legal das mães dos batizados, freguesia de Guarapiranga, Séculos XVIII e XIX.	107

Tabela 18 – Número de relações e <i>degree</i> , rede de Compadrio.	107
Tabela 19 – Legitimidade dos batizados, Famílias Carneiros e Canavazes, 1810-1840.	112
Tabela 20 – Condição Social dos pais dos batizando, Famílias Carneiros e Canavazes, 1810-1840.	112
Tabela 21 – Cor/origem dos pais dos batizando, Famílias Carneiros e Canavazes, 1810-1840.	113
Tabela 22 – Índice de Input <i>degree</i> , rede de compadrio, freguesia de Guarapiranga, séculos XVIII e XIX.	117
Tabela 23 – Índices de <i>degree</i> , rede de Compadrio, freguesia de Guarapiranga, séculos XVIII e XIX.	123

Quadros

Quadro 1 – Localidades da freguesia de Guarapiranga, Séculos XVIII e XIX.	95
--	----

Mapas

Mapa 1 – Rios Piranga, Xopotó e Bacia do Rio Doce.	30
Mapa 2 – freguesia de Guarapiranga, Distritos de Paz, Listas Nominativas de 1831 e 1832.	36
Mapa 3 – Microrregiões da freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	58

Figuras

Figura 1 – Modelo de conversão da forma de representação da rede social.	99
---	----

Abreviaturas

ACSM – Arquivo da Casa Setecentista de Mariana.

AEAM – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.

AFP – Arquivo do Fórum de Piranga.

APM – Arquivo Público Mineiro.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas.

Sumário

Agradecimentos.....	v
Resumo.....	vi
Abstract	vii
Lista de Gráficos, Imagens, Tabelas, Quadros, Mapas e Figuras.	viii
Gráficos.....	viii
Imagens.....	ix
Tabelas.....	x
Quadros.....	xi
Mapas.....	xi
Figuras.....	xi
Abreviaturas	xii
Introdução – Redes Sociais, Família e Compadrio: algumas considerações teórico-metodológicas.	15
As Redes Sociais.....	15
A História da Família.....	19
O Compadrio.....	22
Compadrio e Casamento.....	23
Metodologia e Fontes.....	25
Parte I – A freguesia de Guarapiranga: população e sociedade.....	29
Capítulo 1 – Os Vales do Rio Piranga e Xopotó: formação histórica e composição demográfica.....	29
Introdução.....	29
Minas Gerais.....	31
Os Sertões do Leste.....	32
A Freguesia de Guarapiranga.....	34
Economia Mineira Oitocentista.....	35
Composição populacional.....	37
Estrutura Etária.....	44
Chefes de Domicílios.....	46
Nupcialidade.....	48
Microrregionalização.....	51
Estrutura Etária microrregional.....	57

Chefes de Domicílios	62
Nupcialidade nas Microrregiões de Guarapiranga.....	65
Conclusão.....	72
Parte II – Compadrio e Casamento: as redes sociais de senhores de escravos.	73
Introdução	73
Metodologia	74
Capítulo 2 – Os circuitos matrimoniais.....	75
O espaço matrimonial	94
Capítulo 3 – O Parentesco Espiritual	105
Introdução	105
O compadrio na freguesia de Guarapiranga.....	106
Conclusão.....	140
Conclusão	143
Notas.....	146
Referências Bibliográficas	157
Apêndices	165
Nota introdutória:.....	165
Apêndice A – Tabelas	173
Apêndice B – Gráficos	196
Apêndice C – Imagens	223

Introdução – Redes Sociais, Família e Compadrio: algumas considerações teórico-metodológicas.

As Redes Sociais

As *redes sociais* estão em voga na historiografia brasileira. Fortuitos trabalhos têm versado sobre imbricadas relações estabelecidas por atores históricos, porém, sem a realização de uma autocrítica quanto à natureza das mesmas, sintomaticamente, não alcançaram todo o seu potencial interpretativo sobre a sociedade colonial e imperial do Brasil.

O princípio de que relações sociais podem ser resumidas na noção de *redes* vem de uma longa tradição nas ciências sociais e humanas. Georg Simmel e Norbert Elias figuram entre os primeiros a utilizarem-se sistematicamente do conceito de *redes sociais*. Para Georg Simmel, a sociedade não é um aglomerado de homens; constitui-se da reciprocidade relacional entre eles. Gerados por inúmeros motivos e interesses, estes vínculos mútuos determinam naturezas diversas de associações, que em última instância constituem o objeto da sociologia. Norbert Elias também descreveu a gênese da sociedade advinda da perpetuação de relações mútuas entre os atores sociais. Conceito central em seu modelo interpretativo é o de “processo civilizador”. Para ele, a mudança “civilizadora” incide na maior interdependência das ações sociais, tornando-as organizadas, precisas e rigorosas.¹

Posterior à produção destes dois autores, Pierre Bourdieu preocupou-se em elaborar uma análise que transcendesse a dicotomia entre indivíduo e sociedade, em outras palavras: entre a *agência* e a *estrutura*. Em suma, Bourdieu propôs

“que se passasse da preocupação com as regras sociais para um enfoque nas estratégias (por exemplo, normas de parentesco substituídas por estratégias matrimoniais); ou da preocupação com o sistema para um enfoque no agente socializado, [...]ou ainda do enfoque na estrutura para o estudo do *habitus*.”²

O *habitus* é o princípio gerador e estruturador das práticas e das representações, objetivamente reguladas e regulares sem ser necessariamente produto da obediência às regras, adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins. É o princípio do encadeamento de ações, organizadas como estratégias sem ser o produto de intenção estratégica. A ação sempre vai produzir uma reação objetiva e um resultado, agindo a partir

de seu *habitus*, entendido como um conjunto de ações disponíveis que resultarão em produtos diferentes.

Outros autores também rumaram por esta mesma trilha interpretativa a fim de subverter o antagonismo entre a estrutura social e a agência individual. De modo dinâmico articularam análises estruturais que levassem em consideração as ações pessoais.³

“Tal articulação passa por incorporar uma perspectiva em que as relações sociais tornam-se visíveis a partir dos nós que unem os indivíduos. Esse é também o foco da chamada análise de redes sociais, embora nesse caso específico ela se origine de uma preocupação em formalizar cada vez mais a natureza do que seria a teia de relações sociais.”⁴

A partir dos trabalhos de sociometria desenvolvidos por Jacob L. Moreno⁵ na década de 1930, que quantificou as interações entre indivíduos, e da análise situacional de John Barnes,⁶ que estudou as diferenças relacionais a despeito das desigualdades sociais, formalizam-se teórica e metodologicamente estudos centrados na noção de *redes sociais*, que, sem negar os atributos individuais ou grupais, destacavam as possibilidades de interpretação social a partir da fluidez das características relacionais.

Fábio Faria Mendes afirma que, apesar de não se constituir numa teoria social⁷, algumas premissas delimitam a utilização da Análise de Redes Sociais na pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Segundo ele, “o pressuposto básico é que atores e suas ações são interdependentes, e que os diversos tipos e configurações de laços em que os atores estão imersos são canais para fluxos de recursos materiais, informacionais e sociais.”⁸

Deste modo, a Análise de Redes Sociais permite explicar padrões em nível macro, “não simplesmente como um grande número de pessoas que atuam de forma semelhante porque elas são semelhantes, mas como um grande número de pessoas que atuam umas sobre as outras conformando ações que criam resultados particulares.”⁹ Além disso, ainda possibilita repensar a inclusão de indivíduos em grupos com níveis diferentes e assim, diferentes oportunidades, constrangimentos e influências proporcionadas pela inserção ao grupo. Dada estas possibilidades, apresenta-se muito profícua a aplicação da Análise de Redes Sociais em estudos históricos, desde os devidos cuidados no manejo de dados e atentando-se às possíveis simplificações.¹⁰

Por exemplo, John F. Padgett e Christopher K. Ansell¹¹, em estudo sobre o surgimento do estado Renascentista em Florença, a fim de entender a centralidade política de algumas facções familiares, selecionaram nove tipos de relações sociais estabelecidas

entre famílias da elite florentina no alvorecer do século XV. Estas relações compreendiam laços de parentesco e amizade, associações econômicas e políticas, que foram analisadas conjuntamente com fontes sobre a riqueza, mobilidade e prestígio social, além da ocupação do espaço urbano.

Em coautoria com Paul D. McLean, John F. Padgett¹², em estudo sobre a mesma temática do artigo já citado, aplica novas medidas de centralidade e caminhos analíticos que demonstram a variedade de possibilidades interpretativas que a Análise de Redes Sociais traz ao campo da história. Neste artigo em questão, os autores aplicam a análise de redes multivariadas, onde distintas relações são sobrepostas uma às outras e assim analisados os papéis estruturais dos atores da rede em questão. Tais análises mostram a multiplicidade relacional em vista das categorias sociais.

Na demografia histórica, Andrejs Plakans e Charles Wetherell¹³ propõem que o próximo passo para estudos que caracterizaram os diversos domicílios e organização familiar, como os engendrados por Peter Laslett¹⁴, deveriam considerar as relações de parentesco dos atores históricos. Em função da interseção entre a vida doméstica e os grupos de parentesco, os autores escrevem que adentrar-se no universo destas relações parentais faz parte da agenda de pesquisa das ciências humanas e sociais, pois, expandiriam a unidade de análise. Segundo eles, rastrear e reconstruir estas relações não são tarefas fáceis, mas, certamente ampliariam as possibilidades interpretativas, a partir do momento que demonstram a complexa estrutura social em que o ator social está inserido, extrapolando a rigidez contextual que muitas vezes limita a ação individual.

No Brasil, Martha Hameister¹⁵ e Tiago Luis Gil¹⁶ foram os primeiros a utilizarem a Análise de Redes Sociais nos estudos historiográficos. Hameister analisou os registros paroquiais a fim de mostrar como imbricadas relações sociais estavam por trás da formação social de uma vila colonial. Já Tiago Gil, em estudo sobre o comércio interno, analisa uma complexa rede que interconectava comerciantes que transitavam pelo centro-sul da colônia, demonstrando a existência de várias atividades econômicas para além do comércio atlântico.

Família e parentesco sempre tiveram presente na pesquisa histórica, porém, Juuso Marttilla alerta que pouca atenção tem sido despendida em compreender o papel destes na formação das redes sociais locais. Assim, desenvolveu uma pesquisa em cima de relações de compadrio estabelecidas em uma pequena comunidade industrial finlandesa.¹⁷ Ao

cruzar informações relativas a parentesco, ocupação, vizinhança e amizade, demonstra uma diversificada ordem social, regada por estruturas relacionais dinâmicas que análises detidas em somente um desses vínculos não seriam capaz de salientar.

Andoni Renedo constrói redes sociais de colaboração que auxiliaram o arcebispo de Toledo, na Espanha, seja nos serviços pessoais prestados ou até no governo eclesiástico do mesmo.¹⁸ Através da análise de redes, constatou relações de confiança e cooptação, onde destaca-se o amparo dado por famílias da elite local numa estratégia de manutenção do poder e da influência política.

Ao estudar as elites políticas mineiras do Segundo Reinado brasileiro, Patrícia Falco Genovez examina as redes de compadrio que gravitam em torno dos barões de Juiz de Fora, Santa Helena e São João Nepomuceno, na Zona da Mata mineira.¹⁹ Os dados coletados pela autora revelam uma complexa rede de relação que interligava estes três *nobres do império*, o que demonstra, segundo ela, a negociação de status e poder, característica da sociedade monárquica brasileira.

Recentemente, Mateus Andrade e Gustavo Lemos publicaram um ensaio onde veem o compadrio como uma “*prática social com inscrição espacial*”.²⁰ Através da análise das redes sociais de compadrio estabelecidas por uma importante família da elite rural piranguense, demonstram como o espaço esteve intimamente interligado às práticas sociais através das gerações desta família.

A Análise de Redes Sociais não se aplicou somente em estudos sobre história da família ou sistemas de parentesco. José Maria Beunza e Lara Ruiz estudaram as redes sociais das correspondências epistolares durante o século XVIII.²¹ Ao utilizarem técnicas específicas para se conhecer atores centrais, demonstram novas possibilidades interpretativas em cima de uma mesma fonte histórica. No artigo em questão, os autores ressaltam as relações pessoais, destacam as intenções diretas no envio destas correspondências e detectam aqueles atores que se localizavam no centro ou na periferia desta rede de relações, ora densas ou, em determinados casos, escassas.

Esta metodologia também está presente no campo da História da Ciência. René Sigrist e Eric Widmer estudaram a transmissão do conhecimento sobre botânica num momento em que se tornava um campo científico autônomo.²² Informações sobre filiação acadêmica e trocas pessoais de conhecimento lhes possibilitaram formular hipóteses acerca do advento das ciências médicas em diferentes espaços da Europa a partir do isolamento

estrutural de alguns botânicos e instituições de ensino averiguado nas redes sociais construídas ao longo do artigo.

Nuno Camarinhas, em palestra conferida no *IV Encontro Internacional de História Colonial*, apresentou alguns resultados preliminares de suas pesquisas em torno das bibliotecas de magistrados portugueses do século XVIII. Ao utilizar a Análise de Redes Sociais interligando obras que pertenciam a uma mesma biblioteca e ou em acervos distintos, o autor pôde traçar alguns padrões de difusão das mesmas, a centralidade de determinados autores, além de afinidades intelectuais e profissionais entre os magistrados.

Em recente artigo, Regina Araújo e Débora Souza analisam as redes sociais dos chamados *homens bons* de Mariana – oficiais camarários que durante o século XVIII desenvolveram alguma atividade naquela Casa.²³ A partir das relações de coparticipação numa mesma vereança, percebem contínuos processos de manutenção do cargo alcançado, o que lhes permite indagar se os Juízes de Fora não seriam *juízes de dentro*, bem articulados na política e nas dinâmicas sociais locais.

Percebe-se por todos estes trabalhos a diversa capacidade analítica e consequentes conclusões que a Análise de Redes Sociais proporciona à ciência histórica. Contudo, veem-se também quão poucos trabalhos são citados no âmbito da produção historiográfica brasileira. Apesar de imensa difusão do conceito de *redes* a partir da noção de *redes clientelares* apresentada por Antonio Manuel Hespanha e Angela Barreto Xavier²⁴, nota-se que este termo é utilizado mais como uma metáfora da ordem social prevista à sociedade brasileira do que um aspecto passível de análise e problematizações.²⁵

A História da Família

A História da Família nem sempre foi um campo de estudo autônomo. Por se conceber a família como componente tácito das sociedades humanas, não se estudava a mesma como *locus* de tensões e com dinâmicas próprias que lhe conferisse importância na compreensão da sociedade em que se insere.

Robert Rowland destaca a importância de estudos da antropologia social para o desenvolvimento da compreensão da abrangência da família. Segundo ele, foi no “contexto do estudo de sociedades exóticas que se começou a investigar a família enquanto tal e a considerá-la como objeto possível de análise específica e autônoma”.²⁶ Nos estudos dos sistemas de parentesco, a antropologia problematizou a noção de família, pois constatou-se

que “as categorias do sistema de parentesco não correspondem diretamente às relações de parentesco biológico entre as pessoas.”²⁷ Assim, mais do que nunca, fez-se essencial compreender o que congregava aqueles indivíduos ao entorno do domicílio em que residiam.

Problemáticas atreladas ao que Rowland chamou de *sociologia da modernização* e da *integração social* estão no limite das análises da família nos estudos da antropologia e da sociologia. Enquanto na antropologia privilegiou-se a multiplicidade das funções da família nas sociedades primitivas, na sociologia sobressaíram estudos que destacavam a perda das funções sociais e econômicas da família com o advento da industrialização. Segundo o autor, se reduzir-se a família à categoria de “epifenômeno ou reflexo do processo global de transformação econômica e social”²⁸, dificilmente haverá um valor significativo de análise da mesma em si própria. Não obstante, como escreveu Chiara Saraceno,

A industrialização [...] não teve o mesmo efeito nas famílias japonesa e inglesa. Também não teve o mesmo efeito na família artesanal e aristocrática, na rural e na urbana burguesa...²⁹

Por isso, as evocações da antropologia social, parecem mais apropriadas ao campo da história, pois a plurifuncionalidade do domicílio, ou como escreve Rowland, *agregado doméstico*, é indício da complexidade social. Além do mais, após o desenvolvimento de métodos e técnicas específicas da demografia histórica³⁰, tornou-se possível o estudo de diversas formas de organização familiar em diferentes espaços e tempos.

Destes estudos e das novas tendências na demografia histórica – que se reformulava enquanto disciplina nos idos das décadas de 1960 e 1970 – surge em torno de Peter Laslett e do chamado *Grupo de Cambridge* um enorme esforço de pesquisa que congregava pesquisadores preocupados em tipificar as diversas formas de organização familiar na Inglaterra entre os séculos XVI e XIX. Os resultados destas análises revelaram que a família inglesa tinha dimensões reduzidas ao casal e filhos desde o século XVI, o que contradizia a tese de que a família patriarcal e complexa era a dominante nas sociedades pré-industriais. A partir destas constatações, solidificou-se a importância de estudos que ponderassem a dimensão histórica da família, que considerassem os seus elementos específicos “quer sejam normativos e culturais, quer socioeconômicos...”³¹

No Brasil, foi na década de 1970 que a História da Família se consolidou como objeto autônomo de análise. Antes disso, era objeto da antropologia e da sociologia que

pelo viés do poder buscavam apreender o valor da família na sociedade brasileira. Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Luis de Aguiar Costa Pinto e Alcântara Machado foram as matrizes ideológicas que influenciaram diversos estudos posteriores.³²

Nos anos 1950 e 1960, autores como Antônio Cândido, Emílio Willems, Donald Pierson, Oracy Nogueira, Thales de Azevedo e Charles Wagley já demonstravam uma preocupação com os aspectos de classe e com as mudanças que ocorriam na sociedade brasileira com o passar do tempo, além de ponderar as características regionais.³³ Como escreveu Eni Samara, dava-se início ao movimento de repensar as teorias acerca da família brasileira. Contudo,

Enfatizando mais a questão do poder e das parentelas, esses autores buscaram as bases patriarcais da sociedade brasileira e o entendimento das relações sociais e raciais. A organização da família foi analisada sob este prisma, permanecendo ainda intocável a idéia de que a família brasileira era uma vasta parentela que possuía fins comuns.³⁴

Embutida num processo geral de repensar a História do Brasil, a família é retomada como passível de pesquisas em si mesma. Novas fontes documentais trouxeram os velhos problemas com novas questões, tornando indissociável a demografia histórica – crescente na academia brasileira em virtude do retorno de Maria Luiza Marcílio e Altiva Pillati Balhana de seus estudos de doutoramento na Europa³⁵ – e a História da Família. Uma das principais descobertas foi a de que outras formas de organização, comportamentos e atitudes coexistiam à família patriarcal. Já não era mais incontestável o caráter patriarcal e a conseqüente solidariedade, obrigações mútuas e o parentesco fictício como as únicas formas de integração entre os indivíduos.

Neste ínterim, Mariza Corrêa, em artigo publicado no início da década de 1980, dirigiu incisivas críticas às interpretações que destacam o caráter patriarcal predominante na sociedade brasileira. Segundo ela, este tipo de família é usado como modelo e todas as outras formas de organização familiar aparecem como subsidiárias deste e assim, inexpressivas, sem a devida atenção que merecem na sociedade brasileira. As críticas da autora surgem de questionamentos que indagam a *fixidez do engenho*, o reducionismo de toda uma variedade de relações sociais como o parâmetro de família nacional, o que a leva a afirmar:

a ‘família patriarcal’ pode ter existido, e seu papel ter sido extremamente importante: apenas não existiu sozinha, nem comandou do alto da varanda da casa grande o processo total de formação da sociedade brasileira.³⁶

Estas constatações foram as bases analíticas para a pluralidade de estudos que surgiram na década de 1980. Conforme Eni Samara, com a incorporação de novas fontes históricas como inventários, testamentos, processos crimes, de divórcio e legitimação, foi possível repensar postulados acerca da família brasileira que se perpetuavam por gerações.³⁷ Emergiu-se daí estudos que destacaram a multiplicidade de modelos familiares e que questionaram a natureza do patriarcalismo contrapondo-o à ascensão do individualismo, além de mostrar o caráter ideológico por trás dos autores que imputaram este modelo para todos os espaços e tempos da história do Brasil.³⁸

O Compadrio

Neste ínterim, passa-se a levar em consideração a complexidade de fatores intrínsecos e extrínsecos à família e a partir daí o compadrio ganha espaço privilegiado na pesquisa histórica. Por ser proibida pela Igreja a escolha de si mesmo como padrinho, o sacramento do batismo introduz e pressupõe uma dinâmica social, pois, ao extrapolar os laços consanguíneos imediatos, são estabelecidas ali novas relações entre os envolvidos, sendo distintiva a complexidade social que estas escolhas podem demonstrar.

No Brasil, bem como em todas as comunidades cristianizadas da Época Moderna, “o batismo, além de ser o rito de iniciação à vida religiosa, constituía-se também numa forma de reconhecimento social, num período de mútua ingerência entre o estado e a religião.”³⁹ Por ser um rito de iniciação, possui uma série de princípios religiosos que conduzem a cerimônia.⁴⁰ O padrinho escolhido é quem responde as perguntas doutrinárias sendo o batizando criança; caso for adulto, esse responde pessoalmente.

Os padrinhos podem ser quaisquer cristãos que tenham a intenção de zelar pela conduta e fé do afilhado, prezando por uma relação de amor, não de cunho sensual, mas num sentimento pleno de desejar o bem ao próximo. O parentesco espiritual contraído no sacramento de batismo impede o casamento entre padrinho e afilhado, por isso, segundo Adalgisa Campos e Renato Franco,

“o Concílio de Trento determina que o batizando não tenha mais que dois padrinhos, um homem e uma mulher, porque a multiplicidade acarretaria o aumento dos laços de parentesco. Pretende-se também evitar que o número elevado de padrinhos acabe por desautorizar uns aos outros, ou mesmo negligenciar a educação do afilhado em nome da multiplicidade dos mesmos.”⁴¹

Donald Ramos escreve que na sociedade colonial brasileira o batismo era o momento em que a pessoa ganhava uma nova família – encabeçada pelos padrinhos eleitos

– com uma função mais exaltada socialmente, a saber: a educação espiritual do batizando.⁴² Deste modo, o batismo – como já mencionado – possui um aspecto social. Como escreveu Ramos: “com o compadrio, a sociedade encontrou um mecanismo para estender a teia de laços sociais para envolver mais pessoas e suas famílias.”⁴³

Na historiografia brasileira, o grosso da produção que trata do compadrio tem como objeto o mundo dos escravos.⁴⁴ Segundo esta, o compadrio tinha um importante significado para os escravos, pois através dele podiam adentrar em *redes de solidariedade e cooperação* que davam novo rumo ao seu cotidiano, sendo utilizado por muitos como estratégia de sobrevivência dentro do sistema escravista. Ao estudar esta prática social, os historiadores destacaram os laços de proteção forjados entre escravos e destes com outros estratos sociais.⁴⁵

Apesar de maior produção bibliográfica sobre o tema do compadrio de escravos, percebe-se na historiografia sobre o compadrio o delineamento de certas tendências interpretativas que evocam aspectos políticos nesta prática social. Aspectos estes permeados pela ideia de uma sociedade estamental, regida pela lógica do prestígio onde o sujeito histórico é capaz de mover recursos e pleitear ascensão, movendo-se sempre verticalmente dentro da ordem social. Como escreveram Andrade e Lemos: “tal tendência está mais ou menos ligada à disseminação [...] dos postulados teóricos defendidos pelos estudiosos do ‘Antigo Regime Português’ e do ‘Antigo Regime nos Trópicos’”.⁴⁶

Preocupados em situar o compadrio num complexo social regido por normas fixas de distinção, mobilidade, cooptação e exclusão social, não são poucos os historiadores que limitam a ação do sujeito histórico. Ao confina-lo a modelos interpretativos que preveem a escolha feita na pia batismal, não dão espaço a análises que adentram nas intrincadas relações sociais do cotidiano, sem assim, contrapô-las umas às outras a fim de compreender estratégias por trás da escolha dos padrinhos.

Compadrio e Casamento

Família e compadrio são temas que há décadas permeiam a historiografia brasileira. No entanto, os problemas de pesquisa parecem ter se esgotado e os historiadores estão imersos no *mais do mesmo* – consequência direta de teorias e métodos cada vez mais repetitivos. Superado o modelo patriarcal, emergem novos *arcabouços teóricos* que novamente vem *fixar* o sujeito histórico, não mais no engenho, mas numa sociedade regida por normas civis, políticas e culturais externas à sociedade que no Brasil se erigiu.

Mesmo com o surgimento da noção de *redes sociais* entre os historiadores brasileiros, poucos foram os pesquisadores que exploraram as técnicas e formalizações da Análise de Redes Sociais. Dada a sofisticação metodológica desta e o conseqüente avanço teórico que proporciona ao pesquisador atento às minúcias relacionais, faz-se necessário a introdução, de fato, da noção de *redes sociais* na historiografia brasileira, conscientes da interdependência relacional entre os diversos atores históricos.

Inspirado nos desenvolvimentos teórico-metodológicos propostos por Andrade e Lemos⁴⁷, no qual o compadrio é visto como uma *prática social com inscrição espacial*, não regido unicamente por uma lógica vertical ou horizontal de ação, defende-se o uso sistemático da noção de *redes sociais* e das metodologias da Análise de Redes Sociais no estudo de redes de compadrio e casamento.

No batismo e no matrimônio escolhas são feitas, sejam individuais ou familiares, e os envolvidos nestes ritos sacramentados pela Igreja estabelecem relações entre si. A fim de dar subsídios a antigos problemas com novas metodologias ou mesmo apresentar novos problemas com novas maneiras de analisar uma mesma fonte histórica, propõe-se a aplicação da análise em conjunto de redes de compadrio e casamento. A aplicação de técnicas específicas da Análise de Redes Sociais podem evidenciar características elementares, em níveis preferivelmente regionais, das estratégias matrimoniais e relacionais da família brasileira.

Pode-se assim detectar diferenças ou semelhanças nas escolhas matrimoniais e batismais; identificar atores centrais, relações fortes e fracas, além das densidades relacionais dentro de determinadas comunidades. Por fim, é possível ponderar a formação de grupos e subgrupos a partir da análise seccionada das relações entre indivíduos com títulos honoríficos ou patentes militares e até entre escravos oriundos do tráfico atlântico.

Acredita-se que estes dois universos relacionais, apesar de reclamarem distintas estratégias – enquanto um envolve laços espirituais, reflexo de relações de confiança e afinidade, ou do puro desejo de estabelecer laços que proporcionem ganhos sociais e/ou econômicos; o outro se encontra no âmbito imediato de perpetuação da família, pois é dele que nascem os herdeiros e são geridos os bens familiares –, possuem uma mútua ingerência, que analisada pormenorizadamente revela traços constitutivos da prática do compadrio, muito mais arraigada a dinâmicas locais em que se insere, e não somente numa lógica estamental que proíbe determinadas escolhas e privilegia outras.⁴⁸

Metodologia e Fontes

Para a realização desta pesquisa, foi empreendida minuciosa pesquisa nas listas nominativas dos anos de 1831 e 1832 de onze distritos de paz que tinham suas capelas filiadas e Matriz de Piranga, em inventários post-mortem, onde os inventariados eram declarados como residentes da freguesia de Guarapiranga e por fim, nos registros paroquiais de batismo da Paróquia de Nossa Senhora de Conceição de Piranga.

As listas nominativas são uma das principais fontes documentais de caráter demográfico para o chamado período pré-censitário. A riqueza desta documentação permitiu o desenvolvimento de técnicas específicas de análise demográficas, dentre elas as tipologias de domicílios cunhadas pelo *Grupo de Cambridge*.⁴⁹ Nestas listas são elencados nominalmente todos os habitantes de uma dada região administrativa (vila, distrito, paróquia, etc.). Há variância nas informações contidas, mas, de um modo geral, permitem levantar informações relativas ao sexo, idade, profissão e distribuição por domicílio de todos os indivíduos daquela população.

Para Minas Gerais, e conseqüentemente para as regiões em estudo por este projeto, existem duas séries importantes de listas nominativas, uma que compreende os anos de 1831-32 e ou 1838-40, organizadas a mando do Governo Provincial que tinha por intenção realizar um recenseamento geral da província, sendo os juizes de paz os responsáveis pela confecção das mesmas a nível local. O recenseamento de 1831 e 1832 foi objeto de sistemáticos estudos realizados por pesquisadores do CEDEPLAR/FACE/UFMG, os quais codificaram, digitalizaram e disponibilizaram as informações destas listas nominativas no sítio: <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>. Estas listas foram organizadas de acordo com os domicílios e a relação nominal de todos os que ali residiam, elencando informações quanto a cor, condição social (livre, liberto ou escravo), idade, estado civil e ocupações, estas últimas principalmente para os chefes de domicílio.

A partir das informações contidas neste precioso recenseamento populacional, intentou-se conhecer a composição populacional daquele período, a qual oferece importantes dados para se pensar as dinâmicas relacionais tanto para períodos anteriores quanto posteriores à realização das listas nominativas.

Outra fonte documental de essencial importância para o desenvolvimento deste projeto foi a documentação cartorial, especificamente os inventários *post-mortem*, utilizados, principalmente, no estudo de algumas propriedades, domicílios e

trajetórias familiares específicas. Apesar de ser uma fonte que apresenta dificuldades em sua quantificação, a riqueza das informações que fornece no estudo de trajetórias individuais dão subsídios a importantes análises qualitativas das populações em estudo.

O inventário *post-mortem* era o resultado do processo que se abria com a morte de qualquer indivíduo que possuísse bens materiais. Divide-se em três partes principais: (1) Capa do processo e termo de abertura; (2) Avaliação dos bens; (3) Auto da partilha. Na primeira parte encontram-se as informações básicas do processo, como data de abertura, localidade jurídica onde se processou o mesmo, nome do inventariado, inventariante e herdeiros. Na avaliação dos bens, todos os pertences do falecido eram avaliados por dois indivíduos – indicados pelo inventariante e juiz de órfãos – e após esta, procedia-se o termo de avaliação e a aprovação pelo juiz das contas processuais e do trabalho realizado. Nesta parte também que se inseria o “termo de tutela”, caso houvessem herdeiros menores de idade. No auto da partilha, se faz a soma dos bens avaliados, constituindo-se o “monte-mor”. Subtrai-se deste as dívidas e os custos de processo. Do montante que resta, é retirada a meação, metade designada ao cônjuge do inventariado, e a outra metade é dividida entre os herdeiros.

Todas estas três partes são entremeadas por petições ou recursos apresentados pelo inventariante, herdeiros, credores, tutores, entre outros indivíduos que permearam o cotidiano do inventariado. Em alguns casos, a avaliação dos bens encontrou-se incompleta, além de novos bens que apareciam ao longo do processo, o que levava a nova avaliação e, conseqüentemente, partilha, havendo casos em que todo o processo durou mais de uma década para se concluir. Por tudo isso, deve-se destacar que cada inventário é um documento único, não podendo esquecer-se de seu caráter particular.

Na pesquisa empreendida, deu-se especial atenção as nomeações de herdeiros, as quais eram acompanhadas pelo nome do cônjuge, caso fossem casados. Pôde-se daí extrair informações sobre os circuitos matrimoniais entre as famílias estudadas e ainda conhecer o entremear das estratégias utilizadas para gerir o patrimônio.

Por fim, foram utilizados os registros paroquiais de batismo, fonte já bem difundida na historiografia brasileira e ocidental, pois, padronizado e instituído pelo Concílio de Trento no século XVI, expandiu-se por toda a cristandade católica e assim, constitui-se na principal fonte utilizada pela técnica de reconstituição de famílias e populações num período de mútua ingerência entre a Igreja e o Estado.⁵⁰

No Brasil, os registros paroquiais existem desde os primórdios da colonização, porém, somente a partir de meados do século XVIII encontram-se séries mais abundantes e completas da documentação e apenas com a Proclamação da República foram instituídos os registros civis. Assim, acredita-se que para cumprir os objetivos deste projeto, a utilização dos registros paroquiais seja a mais relevante, pelo seu caráter serial – contemplando todo o período a ser estudado – e pelas ricas informações que trazem acerca daquelas populações que se pretende aviltar minucioso estudo.

Infelizmente, pesquisas neste tipo de documentação possuem uma série de limitações. A primeira delas diz respeito às falhas apresentadas nas informações dos registros. Diversos párocos não despendiam o devido cuidado com a transcrição das informações para elaborar o registro de batismo, averiguando-se uma falta de normas de transmissão de sobrenomes, em alguns casos (principalmente com mulheres), até mesmo de prenomes. Somado a isto há ainda as inúmeras omissões como cor/origem e ocupação. Um segundo problema no uso desta documentação é derivado do alto índice de sub-registros, consequência das dificuldades encontradas pela população para realizar o registro dos eventos vitais, seja pelos altos custos, dificuldade de acesso aos padres ou mesmo pela baixa preocupação com a realização dos mesmos.

Todavia, há também inúmeros fatores que pesam a favor desta documentação. Em primeiro lugar, é a fonte mais disseminada por todo o Brasil, já que a paróquia foi, durante o período colonial e imperial, a unidade administrativa que mais adentrou os territórios da América lusitana. Em segundo lugar, é a fonte mais uniforme e sistematizada. Em terceiro lugar, é uma documentação amplamente utilizada pela historiografia nacional e internacional, o que permite comparação dos dados extraídos. Por fim, é um tipo documental de caráter local que sobreviveu ao longo do tempo, encontrado em grandes quantidades em diversas localidades de Minas Gerais e do Brasil.

A partir do cruzamento nominal das informações extraídas dos inventários *post-mortem* e registros paroquiais de batismo, constituiu-se um banco de dados com informações sobre as relações matrimoniais e de parentesco espiritual estabelecidas pelas famílias em estudo neste trabalho. Com estas informações em mãos, se aplicou a metodologia de Análise de Redes Sociais, buscando-se detectar atores proeminentes e importantes famílias nestas redes sociais constituídas.

Esta dissertação está organizada em duas partes: a primeira, que contém somente o primeiro capítulo, trata da composição populacional da freguesia de Guarapiranga e onde estão postas as bases para se analisar o objeto central da segunda parte, capítulos 2 e 3, deste trabalho, que é a mútua ingerência entre as relações de casamento e compadrio.

No primeiro capítulo apresenta-se de forma sucinta o processo de ocupação e povoamento da freguesia de Guarapiranga, inter-relacionando-o, sempre que possível, ao contexto socioeconômico vivenciado pela Capitania de Minas Gerais. Neste mesmo capítulo estão expostos dados referentes à composição demográfica da região em estudo, sobre os quais se averiguou uma complexa e distinta estrutura populacional dentre os onze distritos de paz que compunham a freguesia de Guarapiranga.

A partir destas diferenças, ensaiou-se uma subdivisão microrregional da freguesia de Guarapiranga baseada em padrões acerca da composição populacional, a qual lançou luz sobre as matrizes de colonização da região, além de indicar os caminhos da fronteira agrícola em finais do século XVIII e início do século XIX.

O segundo capítulo expõe as redes de casamento estabelecidas por um grupo de famílias da elite piranguense. A partir da Análise de Redes Sociais, apresentam-se as distintas estratégias matrimoniais. Sejam elas endogâmicas ou exogâmicas, ambas revelaram-se permeadas por estratégias de ascensão social, mobilidade espacial e manutenção do patrimônio familiar. Neste capítulo também são apresentadas as redes de vizinhança destas famílias, constituídas a partir de informações sobre onde detinham suas propriedades. Averiguou-se uma dinâmica geográfica por trás das estratégias matrimoniais, indicando que o componente espaço não pode ser negligenciado nos estudos sobre histórias de famílias.

O terceiro e último capítulo, trata das relações de compadrio estabelecidas pelas mesmas famílias estudadas no segundo capítulo. Destacam-se nestas relações as diferentes escolhas na pia batismal, ora tratando-se de compadres internos e ora externos à família. Chama-se a atenção para a perpetuação de relações de compadrio entre determinadas famílias ao longo dos anos, indicando a busca destas por reafirmação do prestígio social. Por fim, as diferenças intergeracionais averiguadas expõem a necessidade em se estudar o compadrio em conjunto ao ciclo vital.

Parte I – A freguesia de Guarapiranga: população e sociedade.

Capítulo 1 – Os Vales do Rio Piranga e Xopotó: formação histórica e composição demográfica.

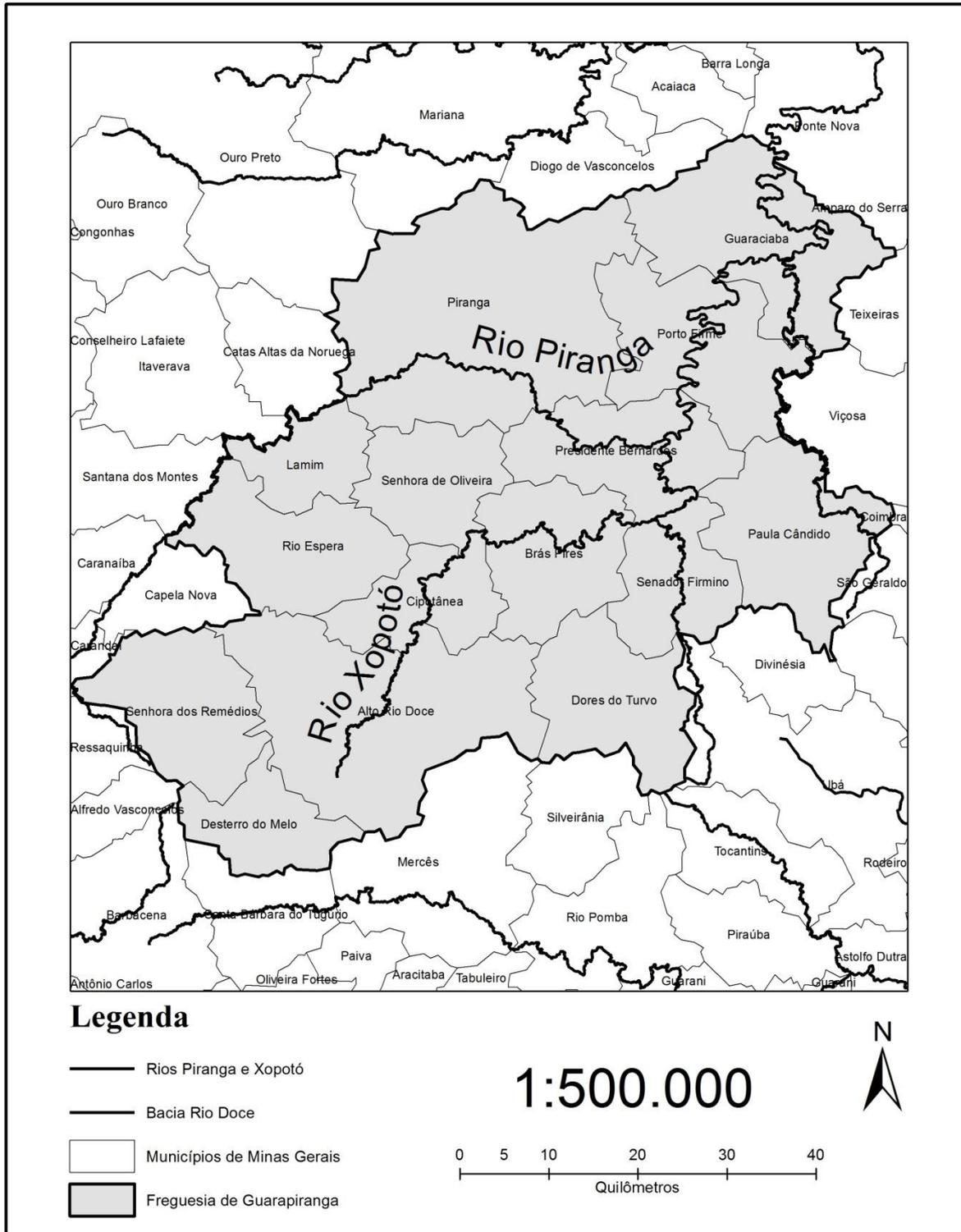
Introdução

As águas do rio Piranga correm do atual município de Ressaquinha até os limites dos municípios de Ponte Nova, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, onde, junto com o Rio do Carmo, formam o rio Doce. No município de Presidente Bernardes, o Rio Xopotó, que nasce no município de Alto Rio Doce, deságua no Piranga trazendo águas das partes meridionais desta micro bacia hidrográfica. Região caracterizada pelo relevo montanhoso, com forte presença de colinas, serras e estreitos vales, é marcada pelo clima tropical com temperaturas médias ao longo do ano de 25°C. Contudo, as elevadas altitudes podem reduzir a média em algumas localidades.¹

Os rios Piranga e Xopotó, seus córregos e ribeirões afluentes, percorrem municípios que hoje são marcados pela forte presença do homem rural, pequena densidade populacional e baixa urbanização. Da população total dos municípios que compõem a região estudada, 57,29% são habitantes de zonas rurais. Destes, 70,34% residem no município de Presidente Bernardes e 35,23%, são moradores de Senador Firmino. As densidades populacionais se intercalam entre os 19,30 habitantes por quilometro quadrado em Dores do Turvo e 43,42 em Senador Firmino². Esta forte ruralização remonta aos primórdios da colonização e ao desenvolvimento histórico da região.

Neste capítulo, será apresentada a história de Minas Gerais e de parte da porção norte da Mesorregião da Zona da Mata, que correspondia ao território da antiga freguesia de Guarapiranga. No Mapa 1, em destaque, observam-se os atuais municípios que compõem a região em estudo, bem como a rede hidrográfica que abastece a região. Uma série de dados documentais referentes a aspectos populacionais serão apresentados com o intuito de oferecer um panorama geral da sociedade que ali se instalava no início do processo de ocupação e povoamento das Minas Gerais.

Mapa 1 – Rios Piranga, Xopotó e Bacia do Rio Doce.



Fonte: IBGE e IGAM.

Minas Gerais

Região distinguida por suas matas fechadas e adensamento de vales e montanhas, a ocupação da chamada Zona da Mata mineira se deu nos primeiros anos da colonização dos territórios das Minas Gerais. No século XVIII, era uma porção de terra intermediária entre os núcleos primários da mineração e o litoral colonizado que avançava por regiões que atendessem a necessidade por novas lavras e terras agricultáveis. Assim, muitos dos núcleos populacionais surgiram ao redor da localização de passagem daqueles que rumavam à região mineradora.³

Os bandeirantes que partiam de São Paulo tiveram diversos itinerários. Exaustivamente traçavam rotas e mudavam seus rumos atrás do cobiçado ouro. Como mostrou Holanda (1994), o milho era o alimento básico destes expedicionários.⁴ Este grão era cultivado em roças ao longo do caminho e colhido nas idas e vindas às Minas. Fonseca (2011), além de destacar a importância destas roças, afirma que os pousos tornaram-se pontos de encontros de tropeiros, viajantes, agricultores e comerciantes, e ao seu entorno surgiram pequenos povoados que eram chamados de arraiais. Deste modo, o povoamento deu-se de modo centrífugo, partindo dos principais centros mineradores às áreas circunvizinhas. A partir desta expansão territorial, novas matrizes de colonização eram legitimadas. Assim, era instituída a ocupação dos sertões – fascinantes e misteriosos, mas que de uma maneira ou de outra, conformavam a ocupação do território.

A exploração e o povoamento do vasto sertão que veio a se constituir nas Minas Gerais ocorreram espontaneamente por obras de particulares. Contudo, a persistência de ações de particulares não significou a ausência do poder metropolitano na região. Como demonstrou Iglésias (1974), os potentados locais não surgiam à mercê em terra de ninguém; sua força estava exatamente na oposição criada ao poder central. Neste sentido, cabem os dizeres de Andrade (2008) ao defender a tese de que as ações de descobrimento de terras minerais não tiveram como princípio básico a expansão da fronteira colonial, antes, tinham por intenção legitimar o poder exploratório. Deste modo,

[...] a constituição do lugar (ou da ordem) colonial das Minas Gerais foi resultante de um embate entre práticas sociais e políticas dos agentes no espaço de fronteiras [...] Por isso, as fronteiras coloniais dos sertões do ouro e dos diamantes foram marcadas por programas ou práticas distintas de exploração, que, grosso modo, correspondem às dos descobridores poderosos, nomeadamente os paulistas e os senhores das Minas, e às dos entrantes pobres e dos escravos jornaleiros.⁵

Advindos de regiões de colonização primária da América Portuguesa (Nordeste e São Paulo), do norte de Portugal e de outras colônias lusitanas⁶, o número de imigrantes que iam para as minas era enorme. Todos que ali chegavam – seja espontaneamente ou forçadamente; brancos, pardos, crioulos ou africanos – tinham por esperança o acúmulo de riqueza e a ascensão social.

Nas palavras de Holanda (1985 apud PAULA 2000), as Minas foram um território de novas atividades produtivas. Aquela sociedade viu o surgimento de relações que possibilitaram a mobilidade social e a expansão urbana e demográfica. Estas, por sua vez, acarretaram o desenvolvimento artístico e cultural, a ascensão do comércio e o surgimento de mercados, além de uma complexa burocracia estatal. Acerca das relações entre Estado e sociedade, Silveira (1977) mostra as contradições advindas de um Estado centralizador que difundia ideologias reformistas a fim de instituir um modelo de civilização que não era compartilhado pela população. Ao desrespeitar as leis e não cumprir seus deveres de vassallos d'El Rey, cooperava-se para a caracterização da sociedade mineira como incompleta e irregular, “no meio do caminho entre a civilização e a barbárie”.

Durante os séculos XVIII e XIX, enorme contingente de escravos foi trazido para o trabalho nas minas de ouro e em grandes propriedades agrícolas, tornando-se tanto no período colonial quanto no imperial a região mais populosa do Brasil. Paula (2000) ressalta que, permeada à polarização senhor/escravo, Minas viu surgir um dinâmico estrato social – em que viviam, relacionavam-se e reproduziam-se homens livres e pobres – e um diverso perfil socioeconômico. Isto porque, apesar desta conturbação social vivenciada, a sociedade que ali nasceu permitia novas perspectivas e diversas possibilidades aos habitantes deste universo do indistinto. Reflexo disso é a também complexa estrutura ocupacional averiguada.⁷

Por fim, Paula escreve:

Há, no fundamental, em Minas Gerais, uma fluidez social que, sem significar rompimento com a estratificação, permitia interação e transgressão, conflitos, disputas, permissividade e alteridade de costumes e práticas que já não são as de uma sociedade tipicamente estamental e patriarcal.⁸

Os Sertões do Leste

Ainda que o auge econômico da região leste de Minas Gerais tenha o café por principal gerador de capitais, a presença do migrante que ali se estabeleceu não se limita ao

ciclo cafeeiro. Como demonstra Langfur (2006), não devemos exacerbar o virtual esgotamento que a crise aurífera impôs à economia de Minas Gerais. Afinal, a conquista de áreas fronteiriças desenvolveu um importante papel no período de recessão monetária, sendo crucial no delineamento de políticas e dos rumos econômicos de Minas Gerais.⁹ Além disso, a expansão da economia cafeeira também esteve inter-relacionada com o surgimento de alvarás e cartas de sesmaria que legitimavam a ocupação e povoamento dos sertões do leste. Carneiro (2008) afirma que parte do capital cafeeiro originou-se da agricultura mercantil de alimentos, atividade que durante o século XVIII atingiu um dos maiores graus de mercantilização da capitania.¹⁰

A concessão de sesmarias tinha por objetivo a legitimação da ocupação e conquista de terras que outrora permaneceram sem muito valor ao poder régio. As receitas da atividade aurífera já conferiam acentuados ganhos monetários que fizeram o empreendimento de novas empresas de colonização tornar-se primordialmente importantes. Alguns autores que estudaram a região leste de Minas Gerais criaram o dogma de que a região só foi ocupada nas duas primeiras décadas do século XIX em decorrência do desenvolvimento do cultivo e exportação do café.¹¹ Entretanto, o povoamento das áreas ao leste dos centros mineradores não foi consequência exclusivamente do empobrecimento dos núcleos mineradores. Como escreveu Carneiro:

[...] é incorreto considera-lo como marco temporal da formação regional, pois ignora o desbravamento e o povoamento da Mata ao longo do século XVIII, bem como o papel desempenhado pelos primeiros povoados da região no período colonial.¹²

Conforme iam se adensando as localidades e os arraiais mineiros, fez-se necessária a criação de novas jurisdições de poder. Cada localidade instituída era logo legitimada e acoplada a alguma instância do poder eclesiástico e político-administrativo. A fim de exercer um maior controle sobre os arraiais que se multiplicavam, a Coroa logo se utilizou da Igreja. Como notou Vasconcelos: “as capelas (...) faziam-se essenciais à conquista das Minas, ora por efetiva piedade religiosa, que era muita; ora por interesses máximos da colonização.”¹³

Muitos relatos de época¹⁴ mostram que o momento da construção de ermidas e capelas ao redor de lavras e roças dava-se no mesmo momento da formação de uma aglomeração mais estável, que era requisito básico para a criação de sedes paroquiais.¹⁵ Segundo Fonseca (2011), o estabelecimento do poder eclesiástico dependia da iniciativa

dos próprios habitantes. Eram eles que, movidos por suas necessidades religiosas e espírito associativo, construíam suas capelas, criavam irmandades e proviam os recursos para manutenção dos templos e remuneração dos párocos. Em suma, cabem os dizeres da autora: “A história da organização eclesiástica da capitania confunde-se, pois, com a história da perenização dos estabelecimentos humanos e do seu desenvolvimento.”¹⁶

A Freguesia de Guarapiranga

Um dos primeiros arraiais a surgir na região em estudo foi o de Piranga, “lugar caracterizado pelo predomínio do mato denso e abundante e das tribos indígenas dos Puris e Botocudos”¹⁷. A localidade foi palco das primeiras descobertas de ouro na região, o que culminou na instituição de uma capela e logo um pequeno arraial. Através do relato contido no Códice Costa Matoso, vemos que bandeiras saídas de São Paulo e Taubaté no início da década de 1690 fizeram pouso à beira de um rio onde encontraram ouro. Pela incidência de pequenos pássaros vermelhos nas proximidades do rio, lhe puseram o nome de Guarapiranga (Guara: vermelho; piranga: pequeno). Nos anos subsequentes fizeram ali uma capela com a invocação de Nossa Senhora da Conceição.¹⁸

No início dos 1700, Bento Fernandes Furtado – filho do Coronel Salvador Fernandes Furtado, um dos importantes bandeirantes, colonizador das Minas Gerais – a mando de seu pai deu início a bandeiras na parte sul do ribeirão do Carmo até o rio Guarapiranga. Na região, descobriu “faisqueiras pelos lugares chamados Pinheiro, Rocha, Bacalhau, Pirapetinga...”¹⁹. Rapidamente seus passos foram seguidos por outros mineiros “que, lavrando estas faisqueiras, foram achando aumento nelas, razão porque foram povoando sítios, arraiais, capelas, freguesias, com muita utilidade dos povos e da Real Fazenda de Sua Majestade”²⁰. Estes que rumavam para estas paragens estavam instigados “tanto nas produções do ouro, quanto nas de cereais, graças à uberdade do solo”.²¹

Devido à sua localização geográfica, no limite entre a urbe e o sertão, o arraial de Piranga tornou-se uma porta de entrada para as incursões de conquista e povoamento das zonas fronteiriças a leste do centro minerador. Deste modo, teve grande importância econômica, figurando entre os principais núcleos auríferos fiscalizados pela Câmara de Mariana. Esta proeminência lhe conferiu a elevação à condição de freguesia e vigaria com título colativo, conforme consta em carta régia de 1724.²² A matriz de Piranga teve diversas capelas filiais que foram essenciais no delineamento do espaço pesquisado. Eram capelas os seguintes distritos de paz que posteriormente foram citados nas listas

nominativas de 1831: Santo Antônio do Bacalhau, Nossa Senhora do Rosário do Brás Pires, Santo Antônio do Calambau, Conceição do Turvo, Dolores do Turvo, Nossa Senhora da Conceição do Manja Léguas, Mestre Campos, Nossa Senhora da Oliveira, Pinheiro e Tapera.

Os limites da freguesia de Guarapiranga, foram definidos a partir das fontes utilizadas nesta pesquisa.²³ Da leitura de inventários *post-mortem*, conhecem-se aqueles distritos que juridicamente eram pertencentes ao arraial de Piranga. Em seguida, recorreu-se às listas nominativas e aos registros paroquiais de terras destas localidades²⁴ e por fim, aqueles registros de batismo que eram sacramentados em capelas declaradas como filiais da Matriz de Piranga.

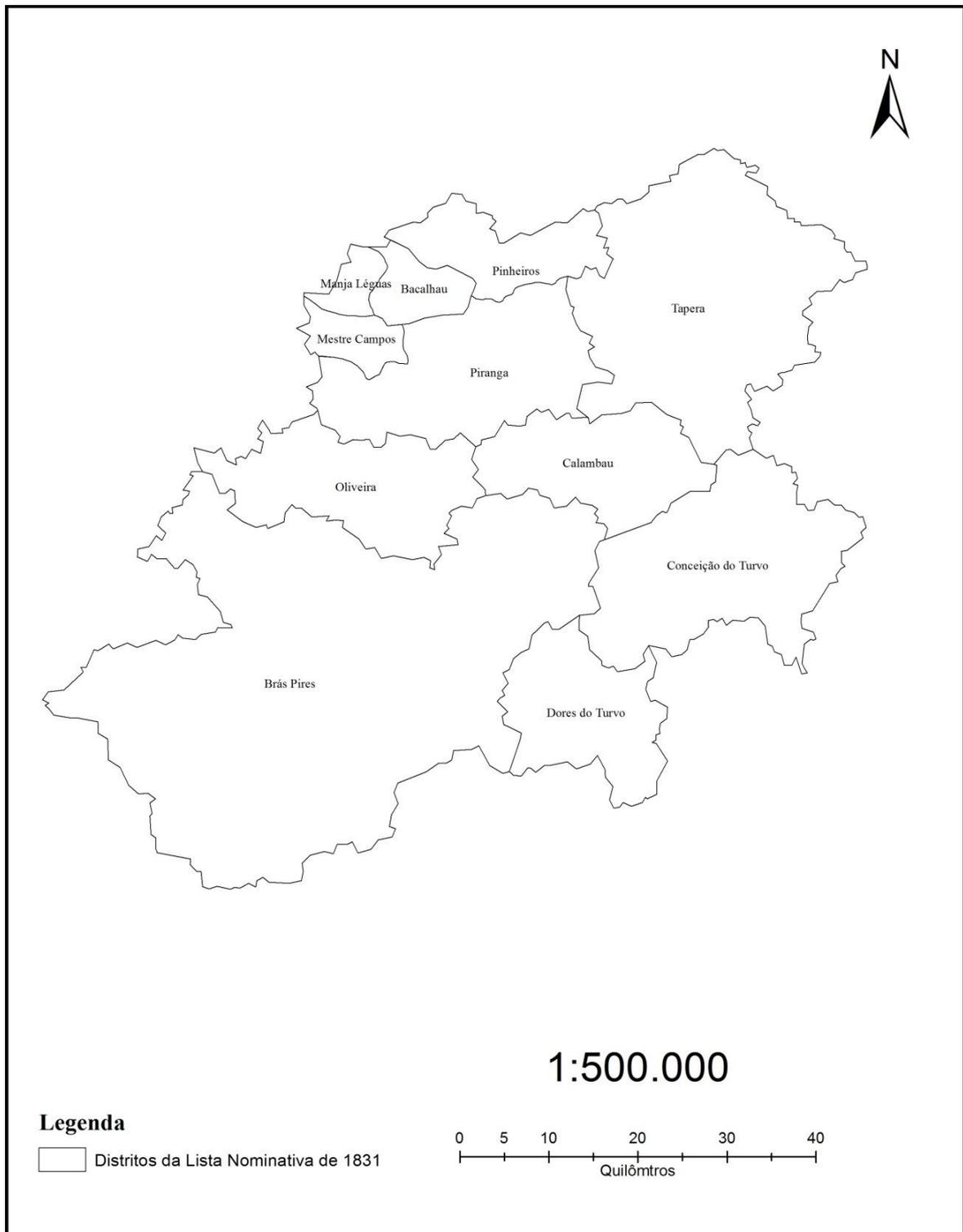
Deste modo, tendo por princípio delimitador estas fontes documentais, os limites político-administrativos municipais atuais (Figura 1) e as informações toponímicas das Cartas Topográficas do Instituto Geográfico e Geológico de Minas Gerais, produzidas ao longo da década de 1920²⁵, redefiniu-se geograficamente o recorte espacial da pesquisa, trazendo como base os distritos de paz com listas nominativas nos anos de 1831 e 1832 (Ver Mapa 2).²⁶

Economia Mineira Oitocentista

Na penumbra entre o brilho do valioso metal e do negro café, e importância econômica de Minas Gerais na primeira metade do século XIX foi tradicionalmente negligenciada pela historiografia. Contudo, nas palavras de Lemos: “foi o tempo da inversão do setor predominante na economia mineira: das minas para a terra e para o emergente setor industrial...”²⁷. Além do mais, foi também o tempo da chegada da Família Real no Brasil, da consequente abertura dos portos e intensificação dos mercados internos, setor no qual Minas Gerais teve papel crucial, pois de lá partiam gêneros alimentícios que eram comercializados na mais populosa capitania do país e fora dela.

Com o declínio da extração aurífera, uma rearticulação econômica foi vivenciada, dando-se início a um processo de “acomodação evolutiva”, no qual o setor agrícola foi o que mais se destacou.²⁸ Assim, Minas Gerais passou por uma “ruralização” de sua economia, sendo a freguesia de Guarapiranga um espaço privilegiado para o seu estudo e compreensão, pois, devido às suas particularidades socioeconômicas, caracterizou-se como

Mapa 2 – Freguesia de Guarapiranga, Distritos de Paz, Listas Nominativas de 1831 e 1832.



Fonte: IBGE e Cartas Topográficas do Instituto Geográfico e Geológico de Minas Gerais.

um lugar de transição de uma sociedade urbanizada para uma região rural socialmente estável.

No final do século XVIII e início do XIX, a população piranguense alcançava seus 10.000 habitantes,²⁹ o que fazia da freguesia um espaço economicamente ativo e diversificado. Como demonstrou Lemos, em uma mesma unidade produtiva havia o consórcio da extração mineral e produção agrícola da cana-de-açúcar e outros gêneros alimentícios.³⁰ Esta *vocação agrícola* das propriedades piranguenses logo lhe atribuiu a importância de principal região produtora de cana-de-açúcar e cachaça dos *Sertões do Leste*, trazendo riqueza às paragens daquela terra e consequentes tramas sociais e familiares para gerir as fortunas ali alcançadas³¹, mostrando-se também como uma região profícua para estudo das relações familiares que se constituíam ali.

Composição populacional

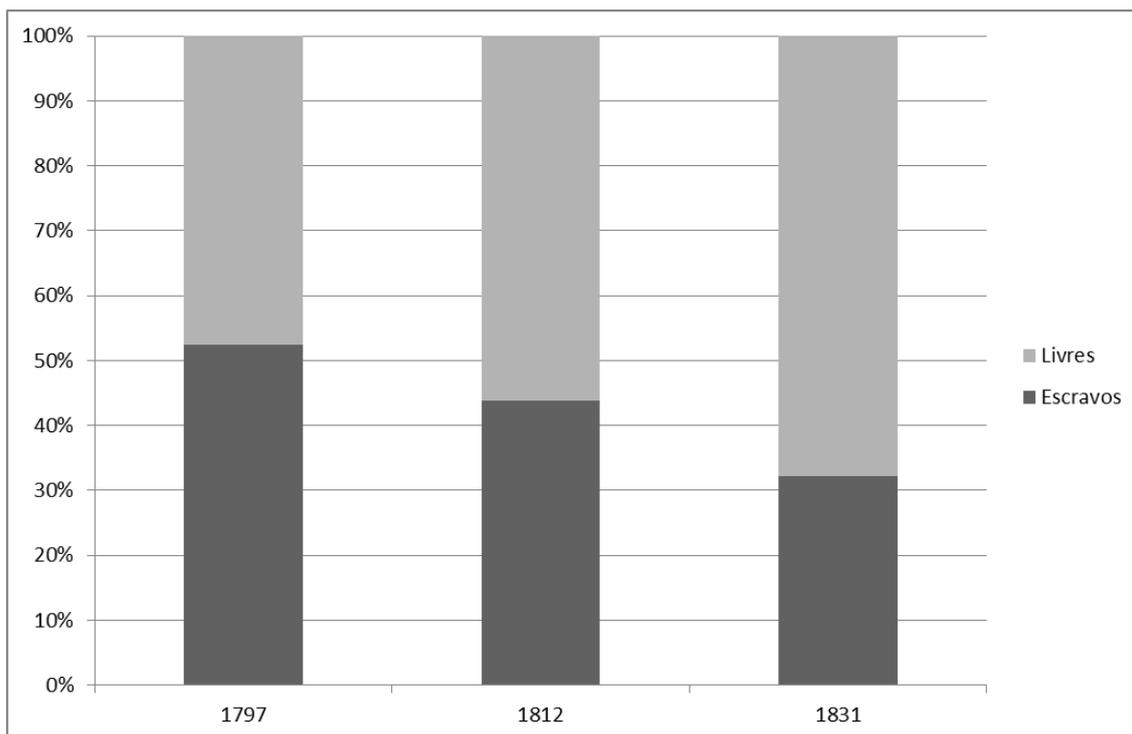
Contagens populacionais das primeiras décadas do século XIX mostram que a população de Piranga não possuiu uma tendência crescente contínua. Em 1797, segundo contagem do Padre Lino Lopes de Matos, 5.124 indivíduos livres e libertos habitavam a freguesia de Guarapiranga, enquanto os escravos totalizam 5.665 indivíduos entre homens e mulheres.³² Uma contagem populacional realizada na cidade de Mariana no ano de 1812 averiguou que em Piranga habitavam 7.610 pessoas livres. Destes, 3.677 eram homens e 3.933 eram mulheres. Para a população cativa, o número de homens era de 3.712, enquanto 2.237 era o número de mulheres.

Nos anos iniciais da década de 1830³³, 3.556 era o número de homens livres e libertos residentes na freguesia de Guarapiranga; as mulheres alcançaram a cifra de 3.884. Somados a estes valores os dois indivíduos que não possuíam informação do sexo nas listas nominativas de habitantes, chega-se ao valor de 7.442 indivíduos livres e libertos vivendo em Guarapiranga. Entre os escravos, 2.176 eram homens e 1.345 eram mulheres. Nota-se que os livres perfaziam 67,87% do total da população, valor bem próximo do total encontrado para a província de Minas Gerais, aonde os livres correspondiam a 66,06% do total da população.³⁵

Merece destaque a diminuição do hiato entre a proporção da população escrava frente à livre e liberta, o que é sintomático da mobilidade social experimentada por muitos ali naquele lugar, ou ainda reflexo da dificuldade de renovação dos efetivos escravos

detectada por Libby (1988) nos finais do século XVIII e início do XIX (Gráfico 1). Certamente a prosperidade econômica que fluía dos alambiques e engenhos piranguenses trouxe consigo diversas possibilidades de arranjos políticos e ascensão social para a população local, o que configurou um quadro plural de organização familiar, social, étnica e ocupacional.

Gráfico 1 – População livre e escrava, freguesia de Guarapiranga, 1797-1832.



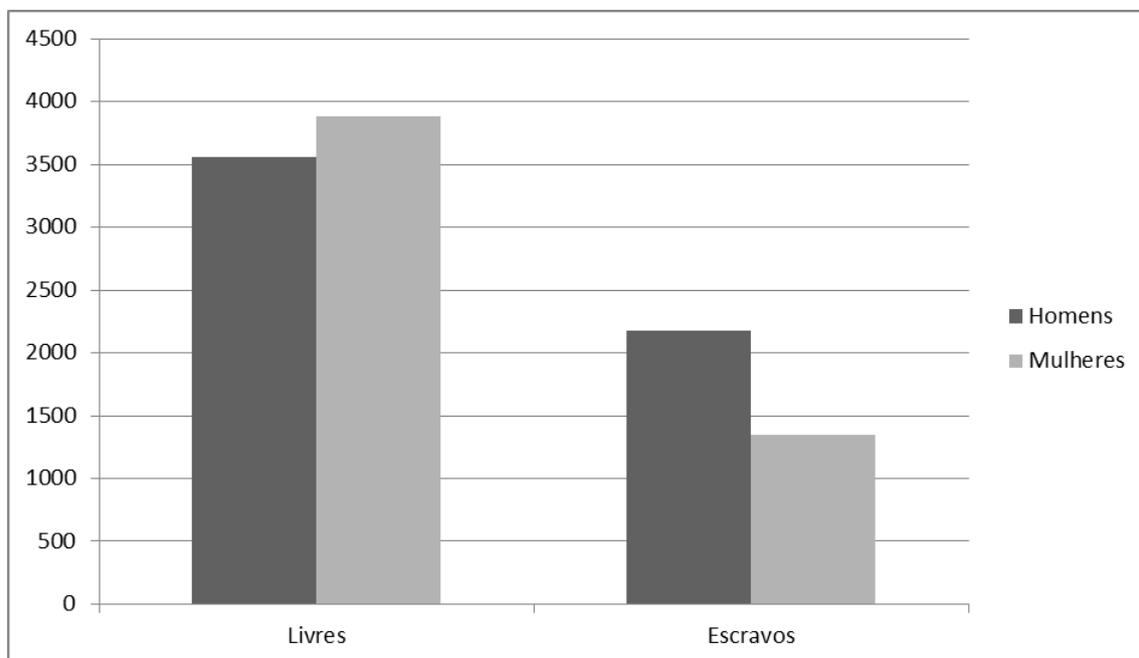
Fonte: Apêndice A, Tabela 1.

Em vista dos dados apresentados no Gráfico 1, pode-se observar que duas categorias seccionavam a população provincial; sujeitos históricos daquele tempo eram livres ou escravos.³⁷ Contudo, a discriminação social não se resumia à condição legal. Assim, diferenças étnicas e de gênero são categorias essenciais para o conhecimento da hierarquização social.

Para conhecer a composição populacional da época, utilizaram-se as listas nominativas de 1831-32, documentos repletos de elementos que dão uma nítida fotografia da população ali residente.³⁸ Rodarte (2012), ao estudar o crescimento demográfico da província mineira ao longo do século XIX, constatou que a mesma tinha uma dinâmica aproximada de populações malthusianas, ou seja, cuja mortalidade e distribuição por idade e sexo são constantes. Portanto, não é exagerado supor que “as diferenças demográficas captadas nos arrolamentos censitários da década de 1830 assumiam um caráter mais

permanente e menos transitório”.³⁹ Assim, ainda que esta pesquisa não se restrinja à década de 1830, adotam-se as informações demográficas desta década para caracterizar a população em estudo e abranger as particularidades socioeconômicas ali vigentes.

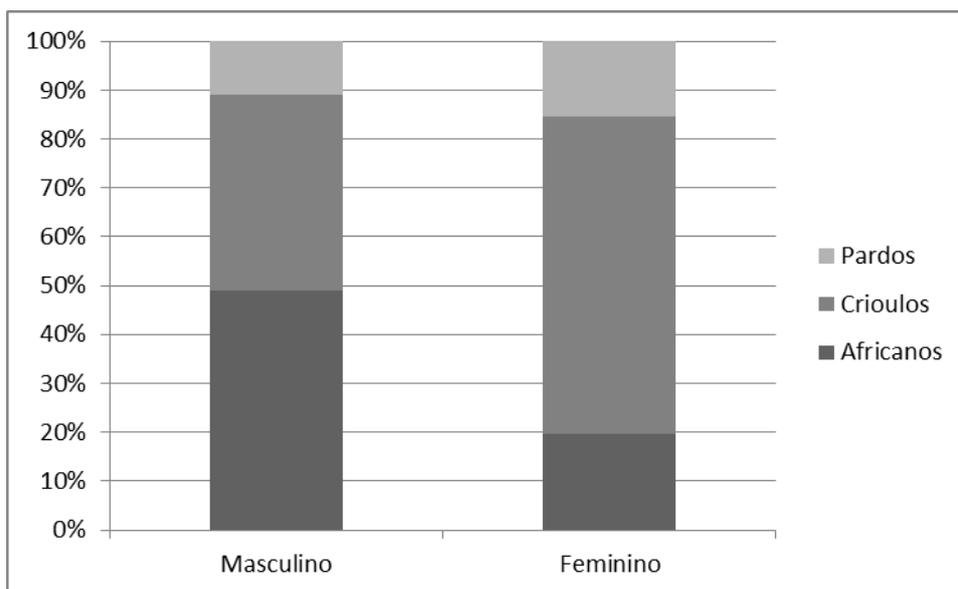
Gráfico 2 – População masculina e feminina, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



Fonte: Apêndice A, Tabela 2.

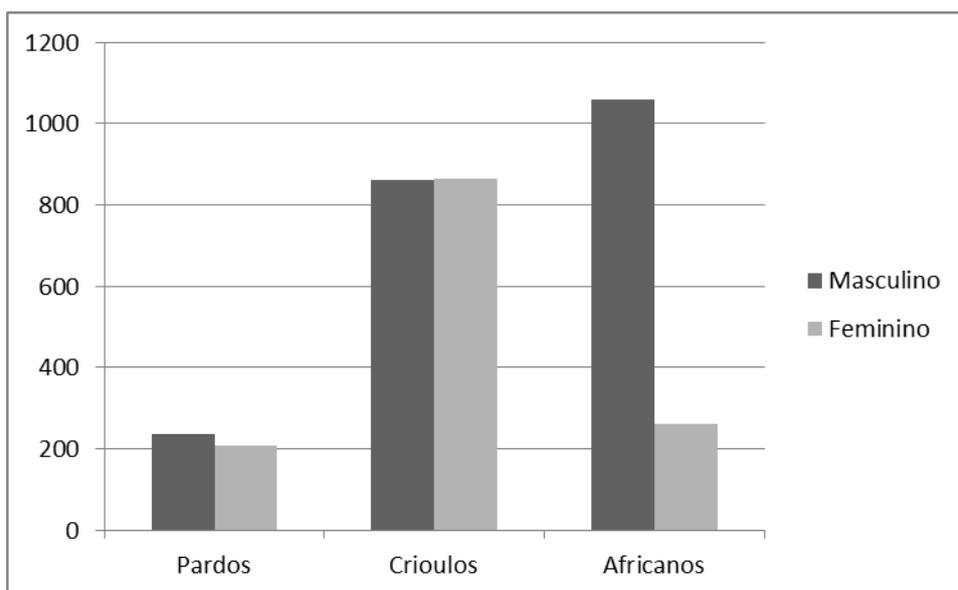
Pelo Gráfico 2, vê-se a maior expressividade da população cativa masculina frente à feminina, enquanto que para os livres, apesar de superioridade numérica das mulheres, os valores são mais equitativos entre os sexos. Atentando-se sobre os cativos nas listas nominativas, percebe-se que são segregados em quatro categorias étnicas: crioulos, africanos, pardos e cabras.⁴⁰ Os primeiros correspondiam a 49,17% do total dos escravos, enquanto os outros a 37,57%, 12,60% e 0,66% respectivamente. Ao se comparar as proporções entre os sexos dos cativos, vê-se a grande maioria de africanos entre os homens e de crioulos entre as mulheres. Invertendo a visualização do Gráfico 3, observa-se quão expressiva era a presença dos escravos africanos do sexo masculino, enquanto os pardos e crioulos eram mais equiparados sexualmente (Gráfico 4).

Gráfico 3 – Categorias étnicas, escravos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



Fonte: Anexos, Tabela 4.

Gráfico 4 – População escrava, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



Fonte: Anexos, Tabela 4.

Tais informações são um forte indício da presença do tráfico de escravos para a região de Piranga. Além da existência do tráfico interprovincial, muito provavelmente – dado ao elevado número de escravos de origem africana encontrados na documentação – havia um significativo número de cativos que, chegados ao Brasil, tinham como destino as regiões dos vales do rio Piranga e Xopotó.

Ainda que a expressividade numérica dos cativos na documentação mostre a relevância que estas informações têm para a caracterização socioeconômica da região de

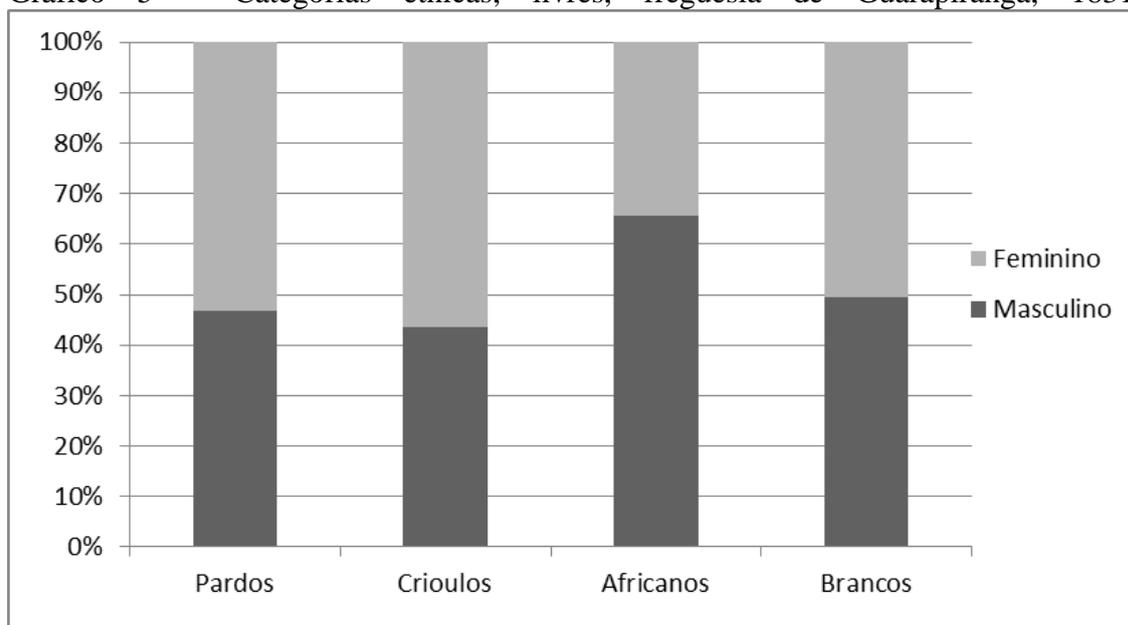
Guarapiranga, a maior parcela da população correspondia aos livres não-brancos⁴¹. Estes na maioria das vezes eram pessoas não abastadas, compondo uma camada intermediária da estratificação social. Assim como os cativos, eles também foram segregados em categorias: pardos, crioulos, africanos, cabras e índios.⁴² Além destes, há ainda aqueles que ficaram sem estas informações, contudo, felizmente correspondem a somente 0,08% da população livre.

Diferente da população escrava, entre os livres, os pardos representavam a maioria da população (50,38%), enquanto os crioulos e africanos correspondiam a 12,83% e 2,78% respectivamente. Apesar da historiografia que trata do tema da etnicidade não ter resultados conclusivos equivalentes sobre os significados destas designações na documentação, sabe-se que estas categorias pautavam-se em questões relativas à naturalidade e posição social do indivíduo.⁴³

Em Minas Gerais, de acordo com Libby e Frank (2009) a definição ‘crioulos’ “referia-se aos negros nascidos no Brasil, independente da origem dos pais [...] e sem implicações quanto à condição legal”⁴⁴. Os ‘cabras’, segundo estes autores, eram filhos de pais de origens mistas (mãe parda e pai crioulo, por exemplo). Sobre os pardos, destacam a flexibilidade do termo, muitas vezes designado aos filhos de pais de origens mistas, levando os autores a concluírem que os ‘pardos’ eram os miscigenados de pele mais clara.

As informações contidas no Gráfico 5 indicam que muitos indivíduos dentre os livres não-brancos são egressos do cativeiro. Primeiramente devido à grande maioria de homens entre os africanos, o que é um padrão encontrado na população cativa. Ademais, a maioria de mulheres entre a população crioula e parda, também sugere que se trata de uma população de libertos, por indicar que se enquadravam no padrão mineiro de preferência por emancipar escravas e escravos. Sobre este aspecto, há que se levar em consideração o maior acesso das cativas às fontes de rendas externas à senzala que lhes comprariam a carta de alforria.⁴⁵ Pelo Gráfico 6 vê-se o quão significativa era a população parda dentre a população livre⁴⁶, o que corrobora a tese de que estas “qualidades sociais”, conforme consta na documentação, são representativas do *status* social do indivíduo, tendo em vista que os cativos perfaziam a menor parcela daquela população.⁴⁷

Gráfico 5 – Categorias étnicas, livres, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



Fonte: Apêndice A, Tabela 3.

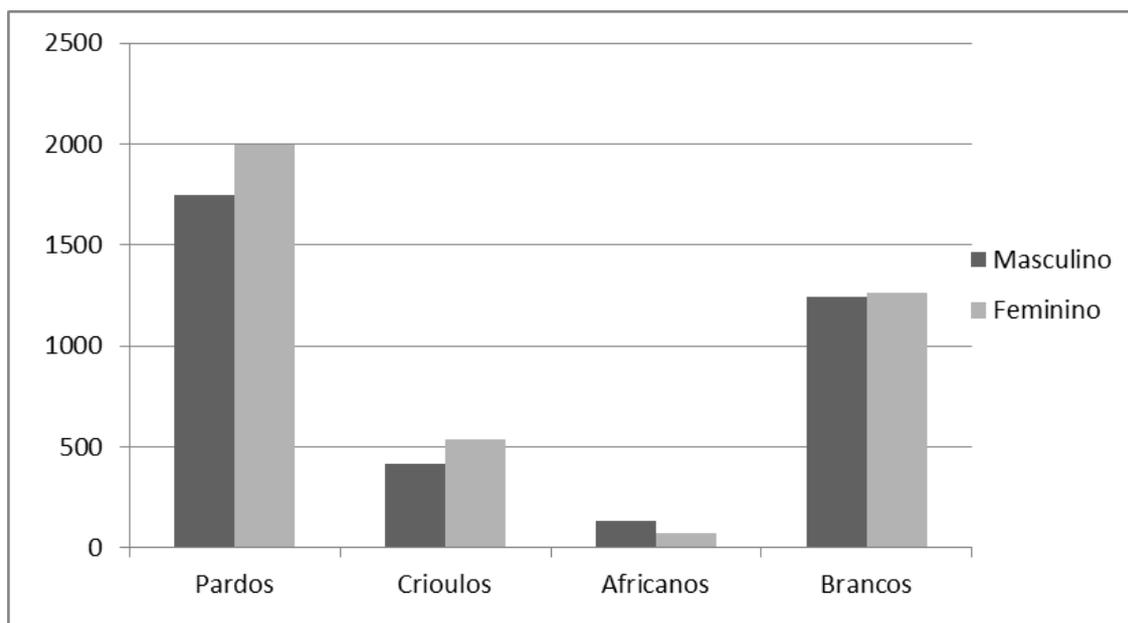
Por meio destas informações, calculou-se a razão de sexos⁴⁸ (Tabela 1) da população livre e cativa. A taxa encontrada para a população cativa é sintomática de uma sociedade escravista voltada para a produção agrícola, setor que, majoritariamente, demandava a presença massiva do braço escravo masculino (LUNA, 1983;1992; 1998; ALVES, 2006; VALENTIN, 2006). Cabe salientar que, mesmo não muito superior, a razão de sexos entre os cativos mostrou-se superior ao total da população escrava de Minas Gerais, a qual foi de 159,99, como revela Andrade (2001). Sobre a população livre e liberta, o que se pode especular é que havia algum propulsor emigratório que atraia os homens para fora da freguesia, sendo que a razão de sexos desse segmento configurou-se menor que a o encontrado para o total da província, a saber: 95,77.⁴⁹

Tabela 1 – Razão de Sexos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

	Brancos	Crioulos	Pardos	Africanos	Total
Livres	98,26	77,32	87,78	191,55	91,56
Escravos	-	99,88	114,56	406,92	161,78

Fonte: Listas Nominativas, 1831-32.

Gráfico 6 – População livre, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



Fonte: Apêndice A, Tabela 3.

Ao seccionar-se a razão de sexos por cor/origem, observa-se que entre os livres há efetivas diferenças, o que indica distintas condições de vida e ocupacionais. Por exemplo, em vista da razão de sexos entre os brancos, pode-se pressupor que as oportunidades ocupacionais eram mais atrativas para os homens desta população do que para os homens crioulos, população em que se averiguou a menor razão de sexos. Esta hipótese de que as condições de vida pouco atrativas culminaram na emigração masculina é válida, contudo, ela pouco pode explicar a superioridade numérica feminina. Por que as mulheres também não migrariam? Seria por menor capacidade em angariar recursos? Há outra interpretação possível dos dados encontrados. Como já mencionado, estudos constataram uma preferência por emancipar escravas em detrimento a escravos e conseqüentemente, o maior acesso destas às fontes de renda externas à senzala.⁵⁰ Assim, muito provavelmente grande parte da população de livres e não-brancos outrora fora cativa.

Esta pressuposição ganha fôlego ao se conhecer a razão de sexos das categorias étnicas dos cativos. Entre os africanos, como era de se esperar, uma massiva maioria de homens: 1058 homens para somente 260 mulheres. Entre os crioulos, averígua-se quase a mesma equidade constatada entre os brancos livres, o que corrobora a hipótese de que possuem menor acesso à liberdade. Já para a população parda, nota-se pequena maioria de homens pardos (236 homens para 230 mulheres). Não há explicação comprovada historicamente para esta maioria de homens pardos. Talvez, possa estar ligada ao *status* do

cativo, que ao adquirir um ofício ou uma roça para plantar, poderia também adquirir uma nova “qualidade social”.

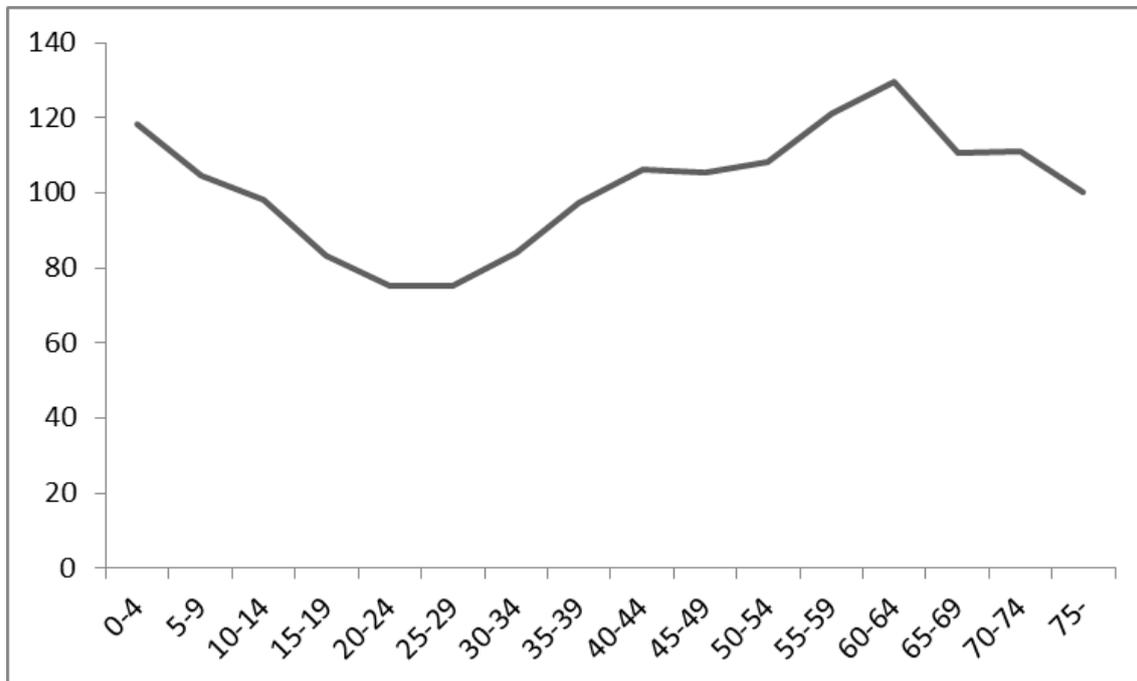
Estrutura Etária

Analisando-se as idades da população da freguesia de Guarapiranga, nota-se uma variada estrutura etária de acordo com a cor/origem declarada. Entre os brancos, apesar de se averiguar uma maior concentração populacional nas faixas etárias entre as idades de 5 a 29 anos⁵¹, não representam a grande maioria como na população cativa⁵², o que, somado à pequena amplitude nas razões de sexos, corrobora a estabilidade que fora averiguada por Lemos (2012). Segundo o autor, trata-se de uma população tendencialmente estável estabelecida em *domus rurais*, termo que caracteriza a família não apenas como uma unidade básica da vida social, mas também, como unidade primária da vida econômica.

Entre os livres e não-brancos pode-se notar uma certa similaridade com a estrutura etária dos indivíduos brancos, porém, a razão de sexos é bem diferente entre as duas populações. Além disso, somente na faixa etária “0-4 anos”, entre os livres e não-brancos, o número de homens é maior que o de mulheres, o que pode ser um reflexo da presença dos migrantes portugueses entre os indivíduos declarados brancos nas faixas etárias acima dos 15 anos de idade.⁵³ Entretanto, a curva da razão de sexos de ambas populações comporta-se de maneira semelhante: inicialmente com valores decrescentes e depois tornam-se ascendentes (Gráficos 7 e 8). Dessa forma, tais dados poderiam ser reminiscentes de padrões de migração e mortalidade da população piranguense.⁵⁴

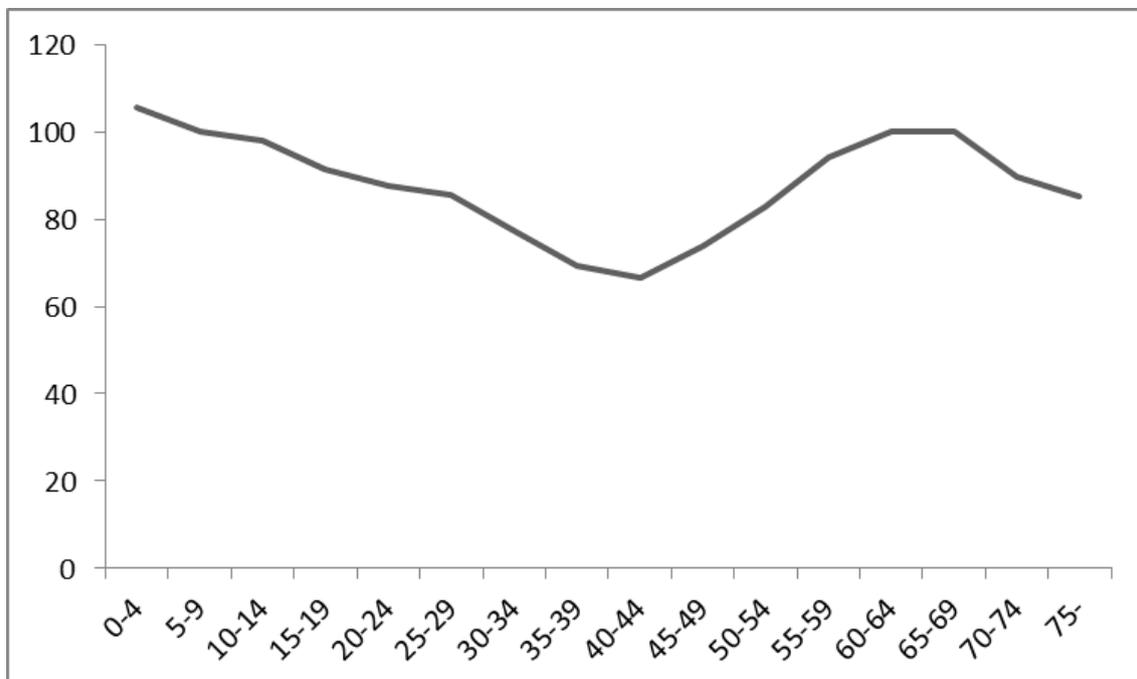
Entre os escravos, devido à massiva presença de homens em idade produtiva (15-49 anos), a curva da razão de sexos por faixa etária tem um padrão bem distinto da população livre. Nota-se no Gráfico 9 que ela não é crescente desde o início até o fim. Nas idades entre 25 e 44 anos há um pequeno decréscimo nesta razão, com um intenso aumento nas faixas etárias subsequentes. Creditam-se estes dados a dois fatores: maior acesso das mulheres escravas à alforria graças aos ganhos monetários externos ao cativeiro e menor expectativa de vida feminina.

Gráfico 7 – Razão de sexos por faixa etária – livres brancos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



Fonte: Apêndice A, Tabela 7.

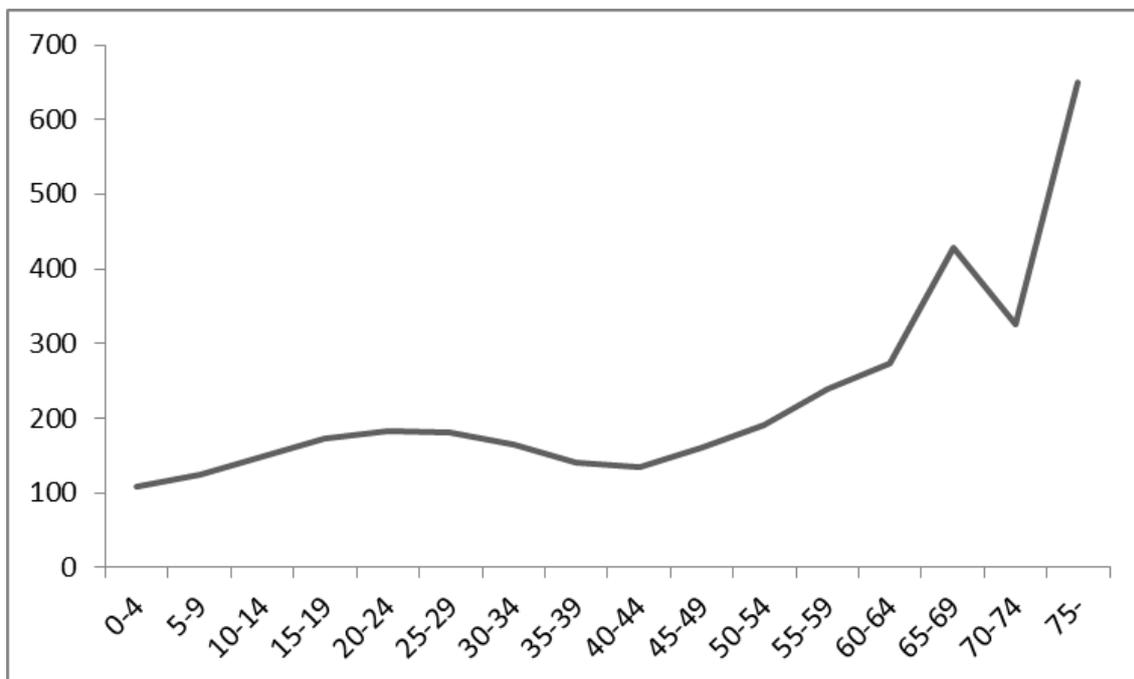
Gráfico 8 – Razão de sexos por faixa etária – livres não-brancos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



Fonte: Apêndice A, Tabela 8.

Sobre o decréscimo nas faixas etárias de 25 a 44 anos, pode estar relacionado à expressiva presença do braço cativo na lavoura canavieira, o que demandou significativo número de escravos de ambos os sexos, principalmente em idades produtivas.

Gráfico 9 – Razão de sexos por faixa etária – escravos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



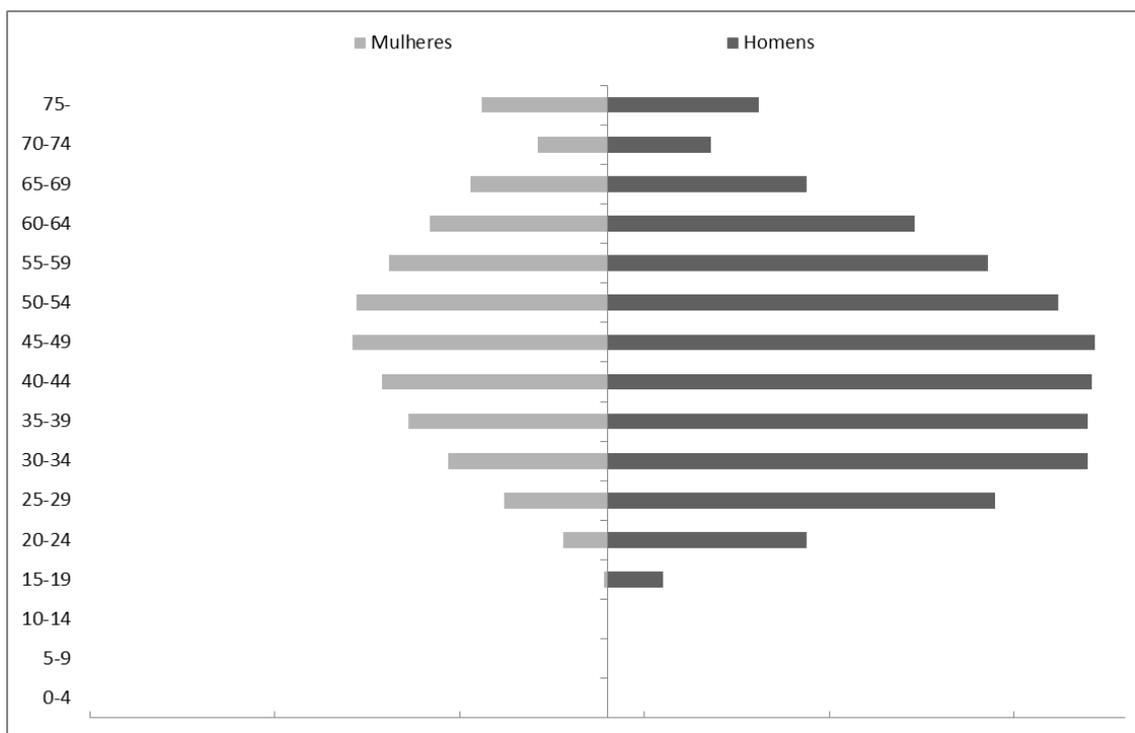
Fonte: Apêndice A, Tabela 9.

Chefes de Domicílios

Cada domicílio recenseado tinha um chefe – aquele que encabeçava a lista de fogo – que era o *cabeça* daquela família. Por ora, sem adentrar-se numa minuciosa análise das tipologias dos domicílios piranguenses, considera-se importante conhecer algumas particularidades destes indivíduos a fim de melhor caracterizar a região.

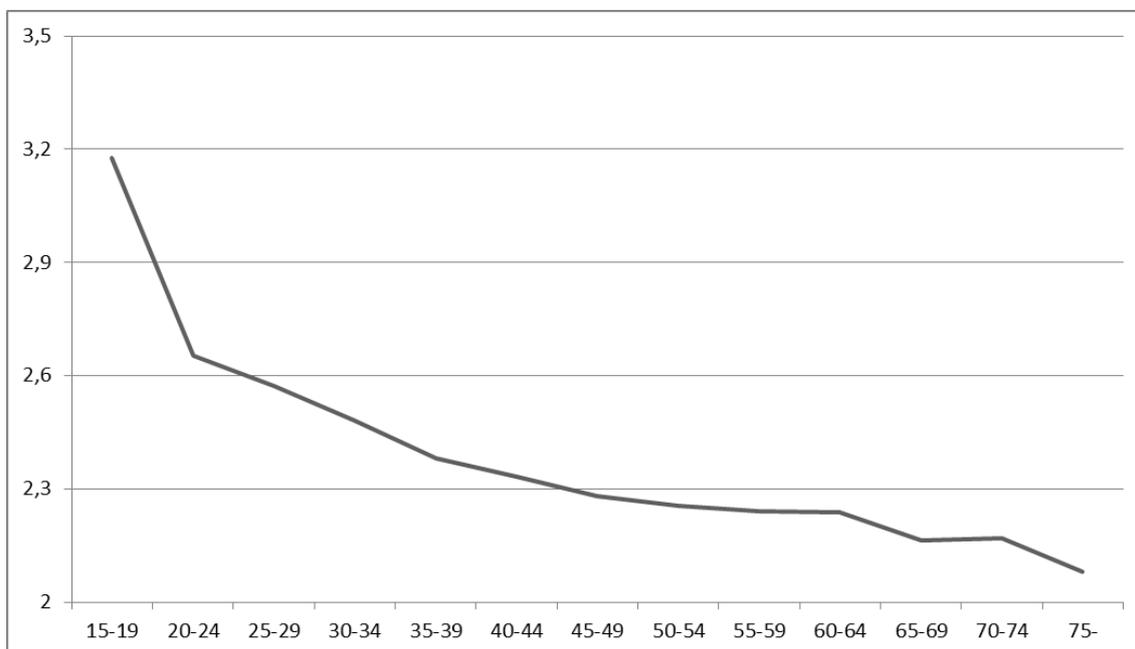
Do universo total da freguesia, foram recenseados 1661 chefes de domicílios, sendo 1128 homens e 533 mulheres⁵⁵, com idades compreendidas entre os 16 e os 98 anos. A partir do Gráfico 10 vê-se a superioridade numérica masculina dentre estes indivíduos, porém, nota-se que com o avançar das idades há uma diminuição da razão de sexos (Gráfico 11). Isto provavelmente deve-se ao fato de a maioria das mulheres assumirem a chefia do domicílio após a morte de seus maridos.⁵⁶

Gráfico 10 – Pirâmide etária, chefes de domicílios, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



Fonte: Apêndice A, Tabela 12

Gráfico 11 – Razão de sexos por faixa etária em escala logarítmica – Chefes de domicílio, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



Fonte: Apêndice A, Tabela 12.

Entre os homens, constata-se uma significativa superioridade daqueles que se ocupavam das atividades agrícolas, seguidos por ocupações ligadas ao comércio, mineração, artes e ofícios. Entre as mulheres que chefiavam domicílios, averigua-se

significativa maioria de mulheres empregadas no setor de fiação e tecelagem, o que sugere, de acordo com Libby (2002), uma protoindustrialização nas Minas Gerais, advinda do cultivo de algodão.

Nupcialidade

Para os estratos sociais mais elevados, o casamento era o momento da oficialização de uma união, por meio da qual os nubentes apresentavam-se diante da Igreja Católica, do Estado e da sociedade. Configurava-se como uma forma de aceitação moral, além de mobilidade social – a partir do momento que no casamento eram unificadas riquezas e geridas fortunas familiares. Como escreveu Lemos, “o *casal*, devidamente consumado pela consagração da união legítima face à Igreja Católica, era o símbolo da formação de uma nova empresa familiar...”.⁵⁷

Em Guarapiranga, em nenhum dos segmentos livres da população os casados ultrapassaram a cifra de 55%, correspondente aos homens declarados brancos. Entre as mulheres, 49% são casadas e 41% solteiras (a mesma cifra encontrada para os homens), constatando-se um aumento da viuvez.⁵⁸ Entre os indivíduos livres, com alguma etnia declarada, há um aumento no número de solteiros, contudo, manteve-se o mesmo padrão averiguado entre os brancos: um aumento da viuvez entre as mulheres e um mesmo percentual de solteiros.⁵⁹

O modelo interpretativo empreendido por Lemos postula que a formação do casal era a institucionalização do núcleo familiar, ou da casa – termo utilizado na tradição cultural do norte de Portugal.⁶⁰ Ainda, elege-se a noção de que a família era a instituição básica da vida social, e era ao entorno dela e dos seus bens que se reproduziam a vida econômica e social.⁶¹ Assim, a idade média dos solteiros ao contrair matrimônio era essencial para a apreciação do ciclo de vida daqueles agentes históricos. A idade também pode ser tida como o principal indicativo do momento em que uma nova casa era constituída e um ciclo familiar reiniciado.⁶²

Derivado da razão de sexos, o mercado matrimonial é influenciado pela disponibilidade de cônjuges. O número de mulheres mostrou-se na maioria dos casos superior ao número de homens. Deste modo, em tese, a idade média das mulheres ao contrair o primeiro matrimônio deveria ser maior, contudo, não é esta a realidade que se configurou (Tabela 2).

Tabela 2 – Idade média dos solteiros ao contrair matrimônio*, livres, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Branços			Não Brancos		
Mulheres	Homens	Amplitude	Mulheres	Homens	Amplitude
19,8	25,8	5,9	18,3	26,9	8,6

Fonte: Listas Nominativas, 1831-32. (*) Método Hajnal.

Dentre os brancos, a amplitude entre as idades masculinas e femininas chegaram a 5,9 anos e entre os não-brancos a 8,6 anos, o que mostra a importante diferença entre o ciclo de vida masculino e feminino. Bacellar, ao debruçar-se sobre a vida sorocabana nos séculos XVIII e XIX, escreve:

“entre os integrantes da elite agrária do oeste paulista, a consolidação prévia de algum patrimônio era condição crucial para garantir um bom casamento, o que forçava o jovem rapaz a despender algum tempo, previamente ao matrimônio, para se instalar de acordo com os padrões mínimos de vida de seu próprio grupo social.”⁶³

Tais informações são reflexos de uma maior oferta de mulheres no mercado matrimonial, que, sintomaticamente, levou a rearranjos socioculturais do papel social das mesmas. Desta forma, predominou uma maior taxa de solteiras – um fim muitas vezes predeterminado em vista da manutenção da riqueza e da harmonia familiar.⁶⁴

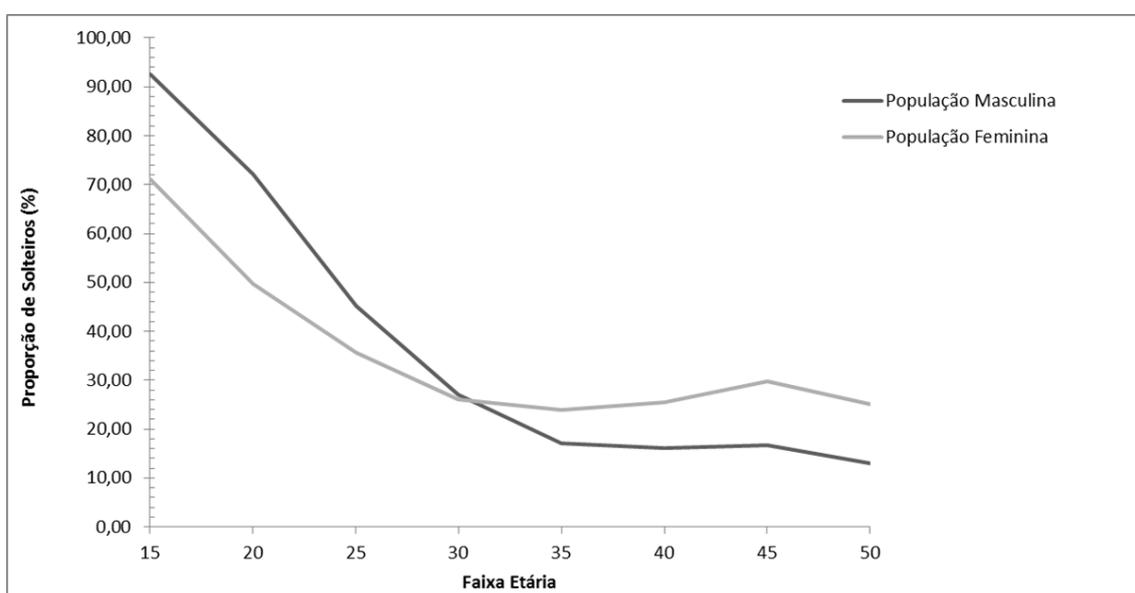
Através dos Gráficos 12 e 13, observa-se para todos os segmentos da população livre que a proporção de mulheres solteiras é sempre inferior à masculina nas idades iniciais. Porém, há o cruzamento das duas linhas do gráfico próximo à faixa etária dos “30-34 anos”, indicando o momento em que há um decréscimo na taxa de casamento das mulheres e consequente aumento na proporção de solteiras. Entre os homens há uma tendência ao decréscimo com pequeno aumento nas idades acima dos 40 anos, o que indica o maior acesso dos mesmos às núpcias, embora em idades mais avançadas.

Entre os livres não-brancos, nota-se uma alta taxa de solteiros em relação aos brancos, informação que reforça a hipótese já apresentada, de que se tratava de uma população parcialmente egressa do cativo. Por isso, muito provavelmente, pouco abastados, os custos de um casamento não estavam ao alcance de seus ganhos, o que fez prevalecer às uniões consensuais – as quais não eram notadas nas documentações e recenseamentos. Além disso, pode-se constatar o casamento tardio desta população.

Apesar da menor proporção de homens solteiros na faixa etária de 15 a 19 anos se comparado com a proporção dos homens brancos e da maior inclinação da curva na faixa etária de 20 a 24 anos (mesmo padrão averiguado para os homens brancos), constata-se

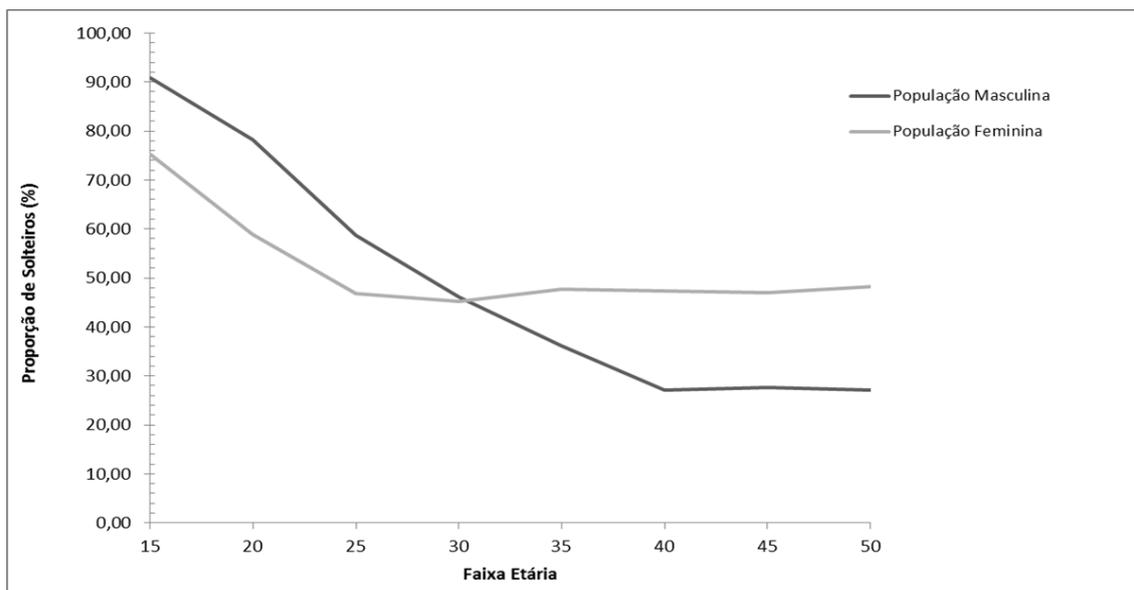
que o declínio percentual se estende até aos 40 anos, enquanto que para os homens brancos até os 35 anos. Entre as mulheres as diferenças são maiores entre as duas populações. Enquanto entre as não-brancas a proporção de solteiras não fica abaixo dos 45,18% (30-34 anos), entre as declaradas brancas, esta taxa chega aos 23,94% (35-39 anos). Estes dados, além de indicarem uma situação socioeconômica menos estável dos indivíduos livres e não brancos em comparação aos brancos, podem sugerir um comportamento mais avesso às normas e aos códigos dominantes (por exemplo, o matrimônio católico) ou ainda de que esta população não necessitou de laços matrimoniais no seu cotidiano.

Gráfico 12 – Proporção de solteiros, brancos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



Fonte: Listas Nominativas, 1831-32.

Gráfico 13 – Proporção de solteiros, livres não-brancos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



Fonte: Listas Nominativas, 1831-32.

Microrregionalização

Em face dos dados apresentados até o momento acerca da composição populacional, sem se adentrar na dinâmica demográfica propriamente dita, não é exagerado ensaiar uma microrregionalização da freguesia de Guarapiranga, a qual se faz necessário em prol de mais acurada análise dos padrões demográficos.

Tabela 3 – Livres e escravos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Distrito	Masculino		Feminino	
	Livres(%)	Escravos (%)	Livres(%)	Escravos (%)
Bacalhau	66,07	33,93	81,02	18,98
Bras Pires	56,74	43,26	67,72	32,28
Calambau	55,05	44,95	69,72	30,28
Conceição do Turvo	69,49	30,51	79,40	20,60
Dores do Turvo	74,84	25,16	78,60	21,40
Manja Leguas	61,24	38,76	71,98	28,02
Mestre Campos	61,63	38,37	76,64	23,36
Oliveira	53,22	46,78	59,79	40,21
Pinheiro	87,21	12,79	90,86	9,14
Piranga	61,86	38,14	76,15	23,85
Tapera	41,67	58,33	61,70	38,30
Guarapiranga	62,04	37,96	74,28	25,72

Fonte: Apêndice A, Tabela 2.

Ao se observar os dados da Tabela 3, percebe-se que os distritos de Bacalhau, Conceição do Turvo, Dores do Turvo e Pinheiro possuíam percentuais de homens abaixo do percentual total da freguesia relativo à população cativa. No que concerne à população

feminina, se juntam a estes distritos os de Mestre Campos e Piranga. Considerando-se a representatividade percentual da população cativa masculina na população total (Tabela 4), acrescenta-se a este grupo de localidades – que possuem valores percentuais abaixo do total da freguesia – o distrito de Manja Léguas. Assim, observa-se que os distritos de Brás Pires, Calambau, Oliveira e Tapera apresentaram percentuais de cativos sempre acima do valor percentual do total da freguesia.

Tabela 4 - Percentuais sobre a população total, livres e escravos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Distrito	Livres		Escravos	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminio
Bacalhau	33,64	39,77	17,27	9,32
Bras Pires	28,98	33,14	22,09	15,80
Calambau	29,42	32,41	24,09	14,07
Conceição do Turvo	34,57	39,90	15,18	10,35
Dores do Turvo	38,34	38,34	12,89	10,44
Manja Leguas	30,28	36,39	19,17	14,17
Mestre Campos	31,67	37,25	19,72	11,35
Oliveira	28,61	27,65	25,15	18,59
Pinheiro	43,49	45,55	6,38	4,58
Piranga	32,18	36,53	19,84	11,44
Tapera	24,37	25,75	33,90	15,98
Guarapiranga	32,43	35,43	19,85	12,30

Fonte: Apêndice A, Tabela 2.

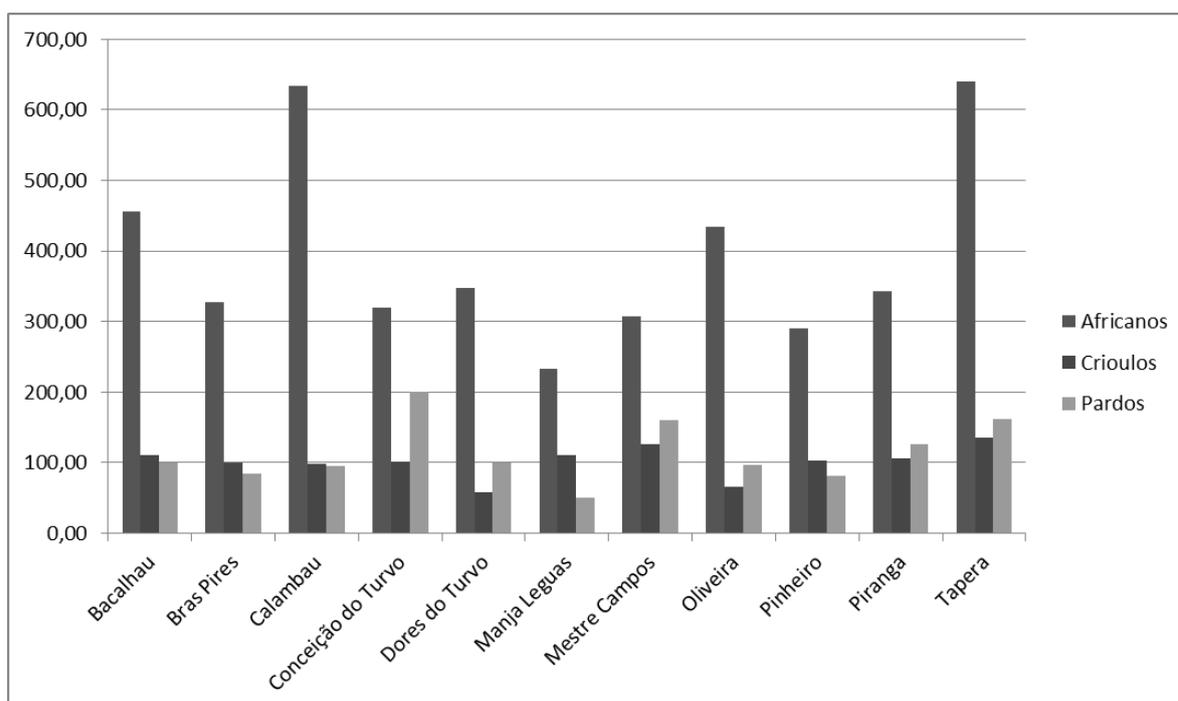
Ao deter-se sobre as informações dos cativos e dos grupos étnicos que os compõem, se descobre que em Bacalhau, Calambau, Dores do Turvo, Oliveira e Piranga mais da metade da população de cativos do sexo masculino era de origem africana. Em Calambau e Oliveira esta superioridade não se repete para a população feminina se comparado ao percentual total de Guarapiranga (Tabela 5). Quando calculada a razão de sexos por etnia da população escrava (Gráfico 14), vê-se que Tapera possui a maior cifra, seguido por Calambau, Bacalhau e Oliveira.⁶⁵

Tabela 5 – Percentuais étnicos, escravos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Distrito	Masculino			Feminino		
	Pardos	Crioulos	Africanos	Pardos	Crioulos	Africanos
Bacalhau	6,58	39,47	53,95	12,20	65,85	21,95
Bras Pires	8,60	47,31	44,09	14,39	66,67	18,94
Calambau	13,35	35,91	50,74	23,74	62,63	13,64
Conceição do Turvo	16,11	51,68	32,21	11,65	73,79	14,56
Dores do Turvo	7,64	32,48	59,87	9,45	69,29	21,26
Manja Leguas	6,25	50,00	43,75	16,33	59,18	24,49
Mestre Campos	8,08	48,48	43,43	8,77	66,67	24,56
Oliveira	12,80	31,75	55,45	17,95	64,74	17,31
Pinheiro	12,68	42,25	45,07	21,57	56,86	21,57
Piranga	8,72	34,10	57,18	12,39	57,80	29,82
Tapera	12,50	44,47	43,03	16,24	69,54	14,21
Guarapiranga	10,95	39,98	49,07	15,50	64,94	19,56

Fonte: Apêndice A, Tabela 4.

Gráfico 14 – Razão de sexo dos escravos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



Fonte: Apêndice A, Tabelas 4 e 6.

Analisando-se os dados relativos à camada intermediária da hierarquia social – os livres não-brancos –, vê-se grande expressividade numérica dos mesmos nos distritos de Bacalhau, Manja Léguas, Mestre Campos e Pinheiro. Em posse dos dados da Tabela 6, observa-se que no segmento livre da população os pardos constituem a maioria em ambos os sexos, e nestas quatro localidades constituem mais da metade da população livre masculina, juntamente com Dores do Turvo e Piranga. Entre as mulheres, além destes seis

distritos mencionados, Brás Pires também possui mais da metade de sua população livre feminina constituída por pessoas pardas.

Tabela 6 – Percentuais étnicos dos livres, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Distrito	Masculino				Feminino			
	Branco	Pardo	Crioulo	Africano	Branco	Pardo	Crioulo	Africano
Bacalhau	12,67	60,67	24,67	2,00	16,76	57,80	24,86	0,58
Bras Pires	38,21	49,59	10,98	1,22	31,41	57,04	11,19	0,36
Calambau	44,44	46,62	6,52	2,42	44,08	46,71	7,89	1,32
Conceição do Turvo	60,06	36,73	2,33	0,87	58,94	35,26	4,28	1,51
Dores do Turvo	31,20	60,47	5,34	2,99	26,38	67,45	5,96	0,21
Manja Leguas	13,08	73,83	12,15	0,93	14,73	69,77	13,95	1,55
Mestre Campos	30,19	51,57	16,35	1,89	25,67	58,29	14,97	1,07
Oliveira	46,61	36,44	14,83	2,12	51,97	32,31	15,28	0,44
Pinheiro	16,74	52,07	16,74	14,46	14,20	60,95	18,74	6,11
Piranga	29,89	51,33	16,59	2,19	24,83	50,07	22,63	2,47
Tapera	50,67	35,67	10,33	3,33	47,96	38,24	13,17	0,63
Guarapiranga	35,11	49,32	11,73	3,84	32,71	51,56	13,89	1,83

Fonte: Apêndice A, Tabela 3.

Observando-se a razão de sexos para cada um dos distritos (Tabela 7), nota-se a exorbitante diferença entre os livres e os escravos, o que já era de se esperar por se tratar de uma sociedade escravista voltada para a produção agrícola. Contudo, chama-se a atenção para as diferenças entre os dois segmentos que compunham a população local. Por exemplo, enquanto em Manja Léguas há uma razão de sexos igual a 83,21 entre os livres, em Oliveira chega a 103,45. Por outro lado, nestes dois distritos a razão de sexos entre os cativos era quase a mesma, maiores somente que no distrito de Dores do Turvo, onde esta cifra foi de 123,44. Da mesma forma, entre os escravos, estes números foram bem variados, alcançando o valor máximo de 212,12 em Tapera, localidade na qual, dos 94 fogos recenseados, 88 tinham pelo menos 1 escravo. Os distritos de Bacalhau e Mestre Campos, como já demonstrado, tinham um grande número de indivíduos livres e não brancos, mas, ainda assim, possuíam elevada razão de sexos. Isto se deve às *pequenas posses* de escravos e alguns poucos proprietários com efetivos superiores aos 20 escravos.

Tabela 7 – Razão de sexo, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Distrito	Livres	Escravos
Bacalhau	84,57	185,37
Bras Pires	87,46	139,85
Calambau	90,79	170,71
Conceição do Turvo	86,65	146,60
Dores do Turvo	100,00	123,44
Manja Leguas	83,21	135,29
Mestre Campos	85,03	173,68
Oliveira	103,45	135,26
Pinheiro	95,46	139,22
Piranga	88,10	173,36
Tapera	94,04	212,12
Guarapiranga	91,56	161,78

Fonte: Apêndice A, Tabela 2.

Em face dos dados da Tabela 8, vê-se que há localidades, como Bacalhau e Manja Léguas, onde a baixíssima razão de sexos entre os indivíduos brancos é indicativa de expressiva emigração masculina, provavelmente por se tratar de antigas regiões de colonização centradas na extração aurífera, que em meados no século XIX já não ofereciam uma dinamicidade econômica que levasse a uma estabilidade populacional. Muitos dos homens que ali habitavam poderiam migrar para outras localidades mais promissoras dentro do próprio território da freguesia de Guarapiranga, ou até para outras regiões na bacia hidrográfica do Rio Doce, que se localizavam no caminho entre Piranga e Mariana e Ouro Preto.

Situação oposta é vivenciada pelos distritos de Brás Pires, Dores do Turvo, Pinheiro e Piranga. Com exceção do distrito de Pinheiro, no qual há um pequeno número de indivíduos brancos (81 homens e 72 mulheres do total de 991 indivíduos livres que ali habitavam), em todos os outros pode-se supor que, devido à distintiva vocação agrícola destas localidades, atraíam expressivo contingente masculino para a lida rural.

Tabela 8 – Razão de sexo dos livres, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Distrito	Branços	Não-Branços
Bacalhau	65,52	90,97
Bras Pires	108,05	80,00
Calambau	91,54	90,20
Conceição do Turvo	88,03	84,05
Dores do Turvo	117,74	93,64
Manja Leguas	73,68	84,82
Mestre Campos	100,00	79,86
Oliveira	92,44	114,55
Pinheiro	112,50	92,64
Piranga	105,52	82,30
Tapera	99,35	89,16
Guarapiranga	98,26	88,50

Fonte: Apêndice A, Tabela 2.

Já os dados referentes aos livres e não brancos sugerem diferentes experiências de liberdade e oportunidade de ascensão social experimentada em cada uma das localidades. Por exemplo, em Mestre Campos, onde entre os escravos há uma razão de sexos de 173,68 (Tabela 7), pode-se supor que as mulheres foram bem mais manumitidas do que os homens, pois entre os livres e não brancos é a localidade que possui a menor razão de sexos (Tabela 8). Num outro extremo está o distrito de Oliveira, que entre os escravos possui pequena razão de sexos, e entre os livres e não-brancos a maior cifra da freguesia de Guarapiranga (114,55). A cifra encontrada entre os escravos se explica pelo elevado número de escravas crioulas, bem maior do que os de escravos crioulos, configurando uma razão de sexos de 66,34 homens para cada 100 mulheres.⁶⁶ Se levar-se em consideração o que disse Libby e Frank (2009), de que os crioulos eram os negros nascidos no Brasil⁶⁷, estes dados indicam a presença do tráfico de escravas crioulas, muito provavelmente aptas aos ofícios do setor de fiação e tecelagem, o qual foi muito incidente nos distritos de Oliveira e Piranga.

Em vista destes dados, subdivide-se a freguesia de Guarapiranga em três microrregiões conforme ilustrado no Mapa 3. A microrregião norte caracteriza-se pela grande presença de pessoas livres de cor, provavelmente egressos do cativeiro em uma região primária de colonização, que no século XIX estava estancada economicamente – reflexo do esgotamento das lavras auríferas e da não solidificação de uma indústria canavieira agroexportadora. Já a microrregião central é definida pelo expressivo número de escravos⁶⁸, provavelmente reflexo da vocação agrícola, que ademais é onde se concentra a maior parte dos *aguardenteiros do Piranga*. Este termo é utilizado por Lemos (2012) para

definir o grupo de produtores de cana-de-açúcar e aguardente que habitavam e tinham suas unidades produtivas básicas na freguesia de Guarapiranga.

A microrregião sul possui características demográficas semelhantes à das localidades setentrionais e centrais, contudo, é onde se encontra o maior percentual de indivíduos recenseados como brancos nas listas nominativas. Enquanto nas microrregiões norte e central perfaziam as cifras de 17,36% e 38,75% respectivamente, nos distritos do sul alcançavam a marca dos 40,42% do total da população.

Estrutura Etária microrregional

Tendo em vista estas microrregiões, retomam-se as estruturas etárias de cada distrito de paz e agregam-se a cada microrregião. Em geral, entre os brancos livres há certo padrão entre as microrregiões, como já demonstrado: averigua-se uma concentração populacional entre os 5 e 29 anos. Com exceção das mulheres da microrregião central e dos homens da microrregião norte, as pirâmides etárias não se enquadram nos padrões de populações estáveis, onde as faixas etárias mais jovens compõem a maioria da população.⁶⁸

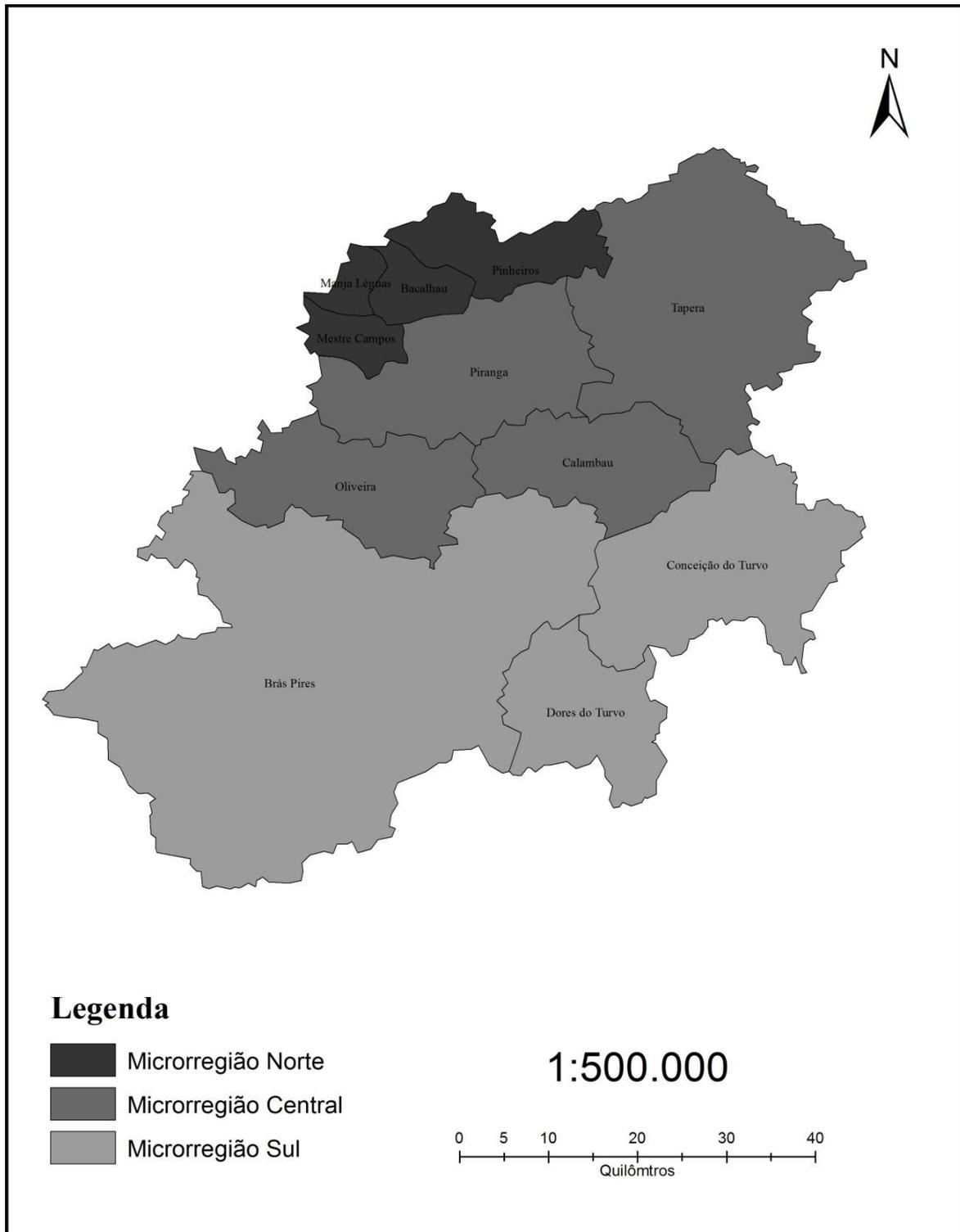
Tabela 9 – Razão de sexo por microrregião, freguesia de Guarapiranga, 1831-32

	Norte	Central	Sul
Livres brancos	99,39	98,90	93,89
Livres não-brancos	88,79	89,84	87,01
Escravos	156,56	175,68	135,91

Fonte: Apêndice A, Tabelas 7.1;7.2;7.3

Pela Tabela 9, vê-se a razão de sexos em cada uma das três microrregiões. Apesar destas taxas não apresentarem nenhuma discrepância que reivindique alguma explicação imediata, como foi o caso já explorado dos crioulos livres, alguns dados saltam aos olhos. Por exemplo, nas microrregiões norte e sul, as idades entre 15 e 29 anos compreendem as menores razões de sexos, chegando à cifra de 47 homens para cada 100 mulheres na faixa etária de 20 a 24 anos na microrregião sul e, não mais do que 76 na faixa etária de 15 a 19 anos na microrregião norte. Já na microrregião central, a faixa etária de 15 a 19 anos tem uma razão de sexos igual a 117, a seguinte igual a 111, enquanto na faixa etária de 25 a 29 anos esta taxa fica em 88 homens para cada 100 mulheres.⁶⁹

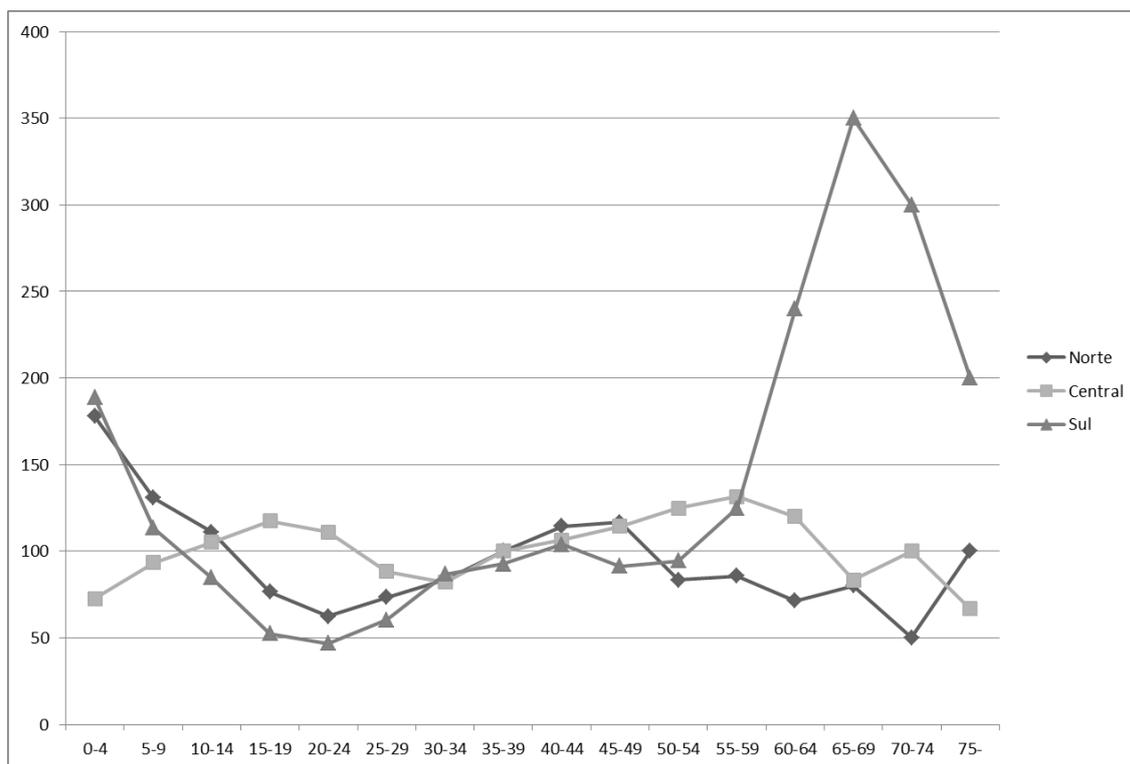
Mapa 3 – Microrregiões da freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



Fonte: IBGE; Cartas Topográficas do Instituto Geográfico e Geológico de Minas Gerais; APM, Listas Nominativas dos anos de 1831 e 1832.

Estes dados sugerem a emigração masculina desta população nas idades inferiores aos 25 anos. Pode-se supor que, não inseridos na faina rural, muitos homens iam procurar melhores oportunidades em outros espaços, ou ainda, como constatou Bacellar (1997), para o Oeste paulista, havia um processo sucessório em que o filho não herdava as terras em que o pai habitava, mas desbravava novos territórios, desenvolvendo assim a empresa familiar.

Gráfico 15 – Razão de Sexos por faixa etária – brancos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



Fonte: Apêndice A, Tabelas 7.1;7.2;7.3

Se estes homens que migravam, o faziam em busca de melhores oportunidades ocupacionais, ao angariar algum recurso regressavam à terra natal, o que pode ser observado no Gráfico 15, que mostra uma tendência crescente na razão de sexos em todas as três microrregiões entre as idades de 25 a 44 anos. Além disso, seguindo o raciocínio de Ramos (1993), esta tendência crescente na razão de sexos pode ser sintomática da chegada em terras piranguenses de homens advindos do norte de Portugal.

A Tabela 9 também mostra os dados referentes aos livres não-brancos e, como já era de se esperar, pequenos índices da razão de sexos. Contudo, não há grandes diferenças entre as microrregiões, o que pode ser sugestivo da homogeneidade numérica desta população entre as várias localidades da freguesia de Guarapiranga. Entretanto, na

microrregião norte, correspondiam a 82,73% da população livre, na central a 61,26% e na porção sul a 58,73%, configurando um quadro disperso da significância desta população entre as microrregiões.

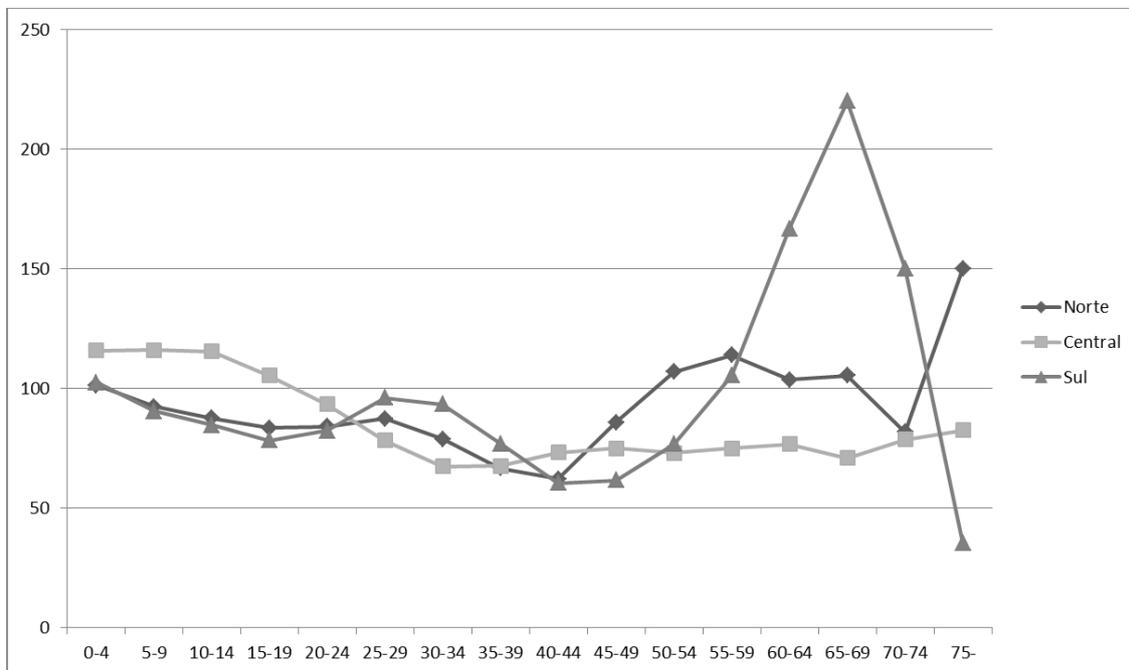
Apesar disso, constatou-se certo padrão na razão de sexos, o que é um indicativo de um mesmo modelo de manumissões por todo o território da freguesia e das práticas comportamentais destes *egressos do cativo* nas estratégias escolhidas para dar novo rumo ao ciclo de vida, caso estes dados sejam sintomáticos da emigração masculina e não somente da prática de alforriar. Observando-se o Gráfico 16, algumas hipóteses acerca desta população podem ser ensaiadas. Por exemplo, a partir da constatação de que na população da microrregião central há um declínio contínuo na razão de sexos entre as faixas etárias compreendidas entre os 15 e os 34 anos, pode-se supor que estas seriam idades privilegiadas para se alcançar a liberdade. Principalmente por se tratar de um período do ciclo de vida em que a mulher ainda está em seu período produtivo e fértil, pode assim, através de seu trabalho, angariar algum pecúlio e adquirir carta de alforria; ou através de uma união consensual ou legítima, ter sua liberdade prometida, “quartada”⁷⁰ ou comprada pelo progenitor de sua prole.

Entre os escravos, a razão de sexos nunca foi menor do que os 135,9 homens para cada 100 mulheres encontrados na microrregião sul (Tabela 9). A microrregião central, devido à presença de grandes lavouras canavieiras, distinguiu-se pelo elevado número de escravos do sexo masculino, contudo, curiosamente, nesta microrregião, dos 20 aos 44 anos, a razão de sexos declina de 222,2 para 128,5 homens para cada 100 mulheres.⁷¹

O Gráfico 17, além de informar acerca da composição dos efetivos escravos, é muito sugestiva a ponderação acerca da mortalidade escrava. Certamente, nas idades superiores aos 60 anos, este índice sofria importantes modificações. Pode-se observar a oscilação das curvas das três microrregiões nestas idades avançadas, consequência direta dos pequenos números de cativos averiguados na documentação, o que é indicativo das altas taxas de mortalidade, maiores ainda entre as mulheres, em vista dos altos índices de razão de sexo nestas faixas etárias. Por este gráfico, também se pode ver a dinamicidade econômica vivenciada na microrregião central, que concentrava mais escravos do que cativas nas idades entre 15 e 29 anos. Estes dados são sintomáticos da chegada de cativos para a região de Guarapiranga, especificamente para a microrregião central, enquanto que para as outras microrregiões especula-se que estava em curso um processo de estagnação

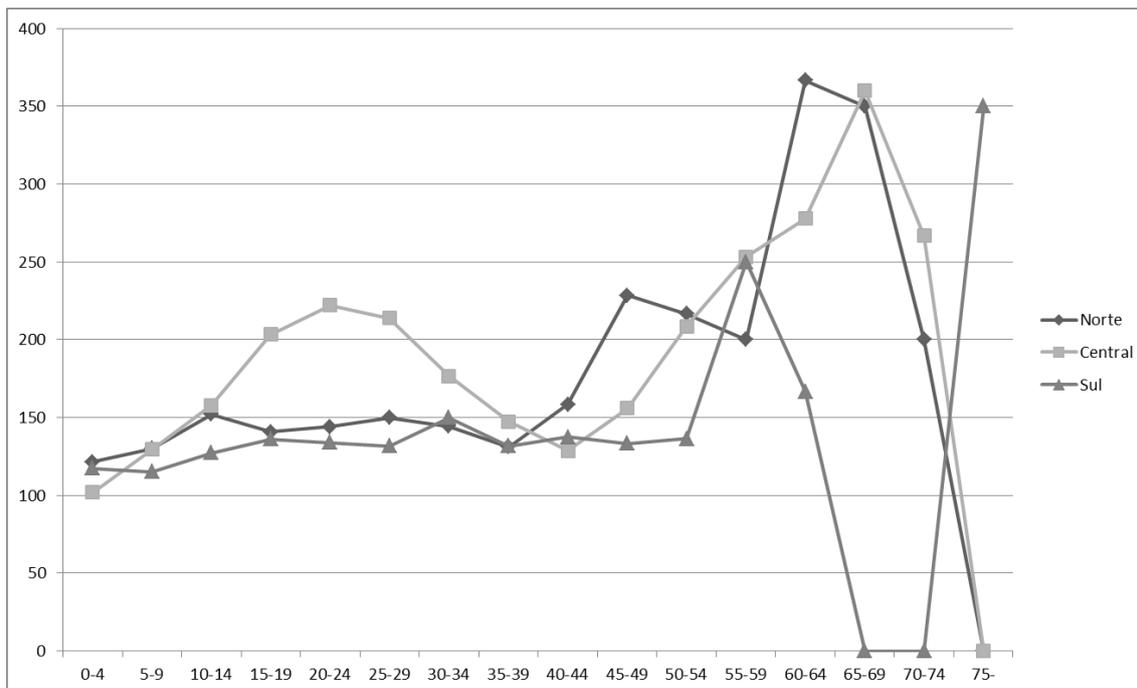
econômica e estabilidade populacional, pois nas curvas da razão de sexos das mesmas se observa uma continuidade até a faixa etária de 40 a 44 anos.

Gráfico 16 – Razão de Sexos por faixa etária, livres não-brancos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



Fonte: Apêndice A, Tabelas 8.1;8.2;8.3

Gráfico 17 – Razão de Sexos por faixa etária – escravos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



Fonte: Apêndice A, Tabelas 9.1;9.2;9.3.

Chefes de Domicílios

Do total de chefes de domicílios recenseados, 42,56% eram da microrregião central, 31,72% da microrregião sul e 25,72% da microrregião norte. A razão de sexos destes chefes destoou-se na microrregião sul, em que havia 392 homens e 135 mulheres, perfazendo 290,37, valor bem superior aos 182,78 e 186,23 das microrregiões norte e central respectivamente (Tabela 10).

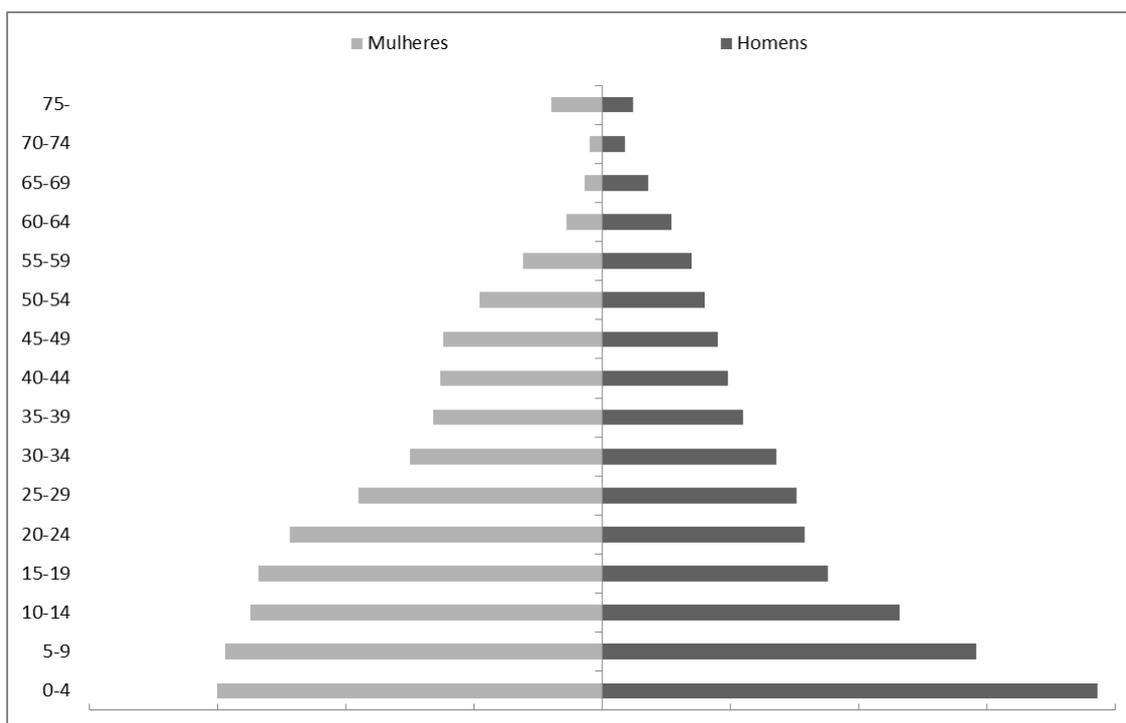
Tabela 10 – Razão de Sexos por microrregião, chefes de domicílios, freguesia de Guarapiranga, 1831-32

Norte	Central	Sul
182,78	186,23	290,37

Fonte: Apêndice A, Tabelas 12.1;12.2;12.3

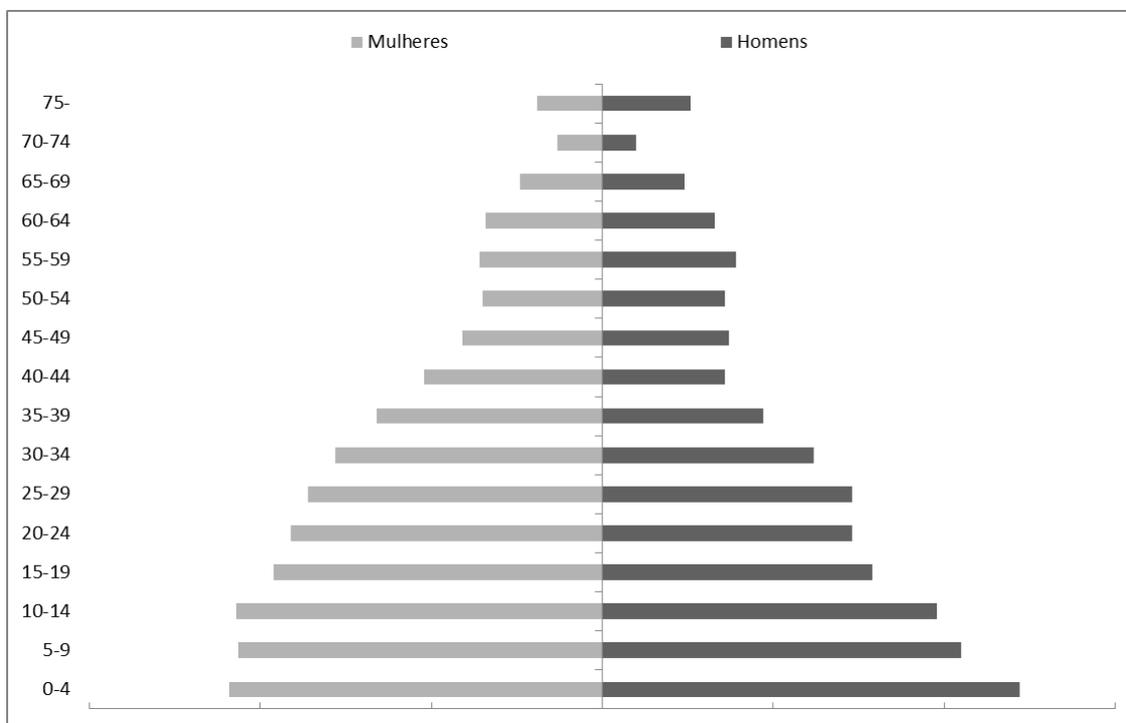
Estas informações são sugestivas de que na microrregião sul prevaleceu uma sociedade rural centrada na figura do homem, enquanto nas outras localidades foram significativas outras experiências de organização familiar em que a mulher era a chefe do domicílio. Tal hipótese vale-se também da estrutura etária averiguada entre os livres da microrregião sul (Gráfico 18). Observa-se uma base larga, característica essencial para se pensar a estabilidade populacional de uma região, característica que não foi notada nas estruturas etárias das outras microrregiões (Gráficos 19 e 20), em que há maior concentração de pessoas entre as idades de 10 a 29 anos. Além disso, na microrregião sul averiguou-se a maior concentração de chefes de domicílios que desenvolviam alguma atividade ligada ao setor agrícola e nenhum estava ocupado na mineração.

Gráfico 18 – Pirâmide etária dos livres, microrregião sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



Fonte: Apêndice A, Tabela 7 e 8.

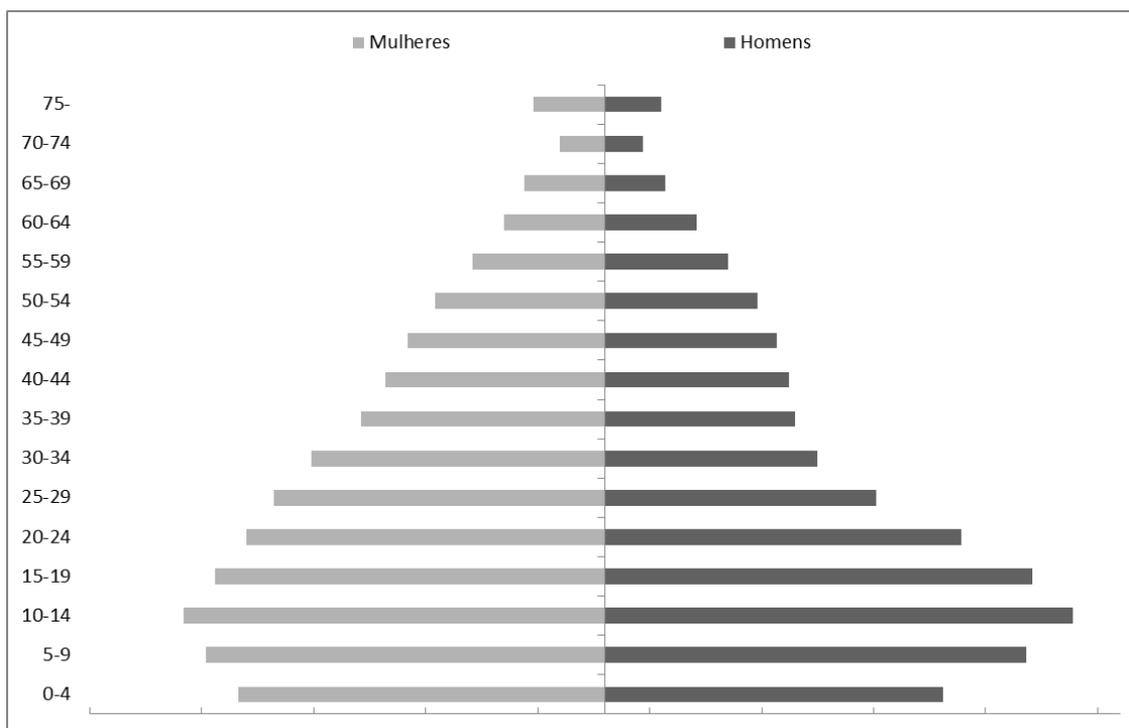
Gráfico 19 – Pirâmide etária dos livres, microrregião norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



Fonte: Apêndice A, Tabela 7 e 8.

As ocupações são importantes indicadores de como se desenvolvia a economia destas localidades e da organização social das mesmas. Na microrregião sul, as atividades agrárias perfaziam 64% do total, enquanto eram 42% no norte, e na central 58%. As atividades de comércio e mineração eram mais expressivas na microrregião norte, onde representavam 27,3% e 10,4% respectivamente. Na microrregião central, atividades mineradoras foram declaradas somente por 1,7% dos chefes de domicílios e por nenhum na porção sul da freguesia (Tabela 11 e 12). Como já mencionado, entre as mulheres há expressiva maioria de atividade do setor de fiação e tecelagem. Estas atividades somente na microrregião norte não representavam a maioria, constatando-se ali uma maioria de mulheres ocupadas em atividades agrárias (54,4%), enquanto atividades ligadas à fiação e tecelagem correspondiam a 35,1%. Nas outras microrregiões estas ocupações alcançaram a cifra de 83,3% na porção meridional e 62,4% na microrregião central (Tabela 12), o que é reflexo do desenvolvimento da indústria têxtil na região, como revela Libby (2002).

Gráfico 20 – Pirâmide etária dos livres, microrregião central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



Fonte: Apêndice A, Tabela 7 e 8.

Tabela 11 – Setores ocupacionais, homens chefes de domicílios, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Microrregiões	Agricultura	Pecuária	Comércio	Mineração	Fiação e Tecelagem	Artes e Ofícios	Funções públicas	Serviços e Outros
Norte	90	0	58	22	0	35	2	5
Central	268	0	107	8	0	63	5	8
Sul	85	0	19	0	0	24	0	3

Fonte: Listas Nominativas, 1831-32.

Tabela 12 – Setores ocupacionais, mulheres chefes de domicílios, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Microrregiões	Agricultura	Pecuária	Comércio	Mineração	Fiação e Tecelagem	Artes e Ofícios	Funções públicas	Serviços e Outros
Norte	31	0	6	0	20	0	0	0
Central	54	0	14	2	146	7	0	11
Sul	6	0	0	0	30	0	0	0

Fonte: Listas Nominativas, 1831-32.

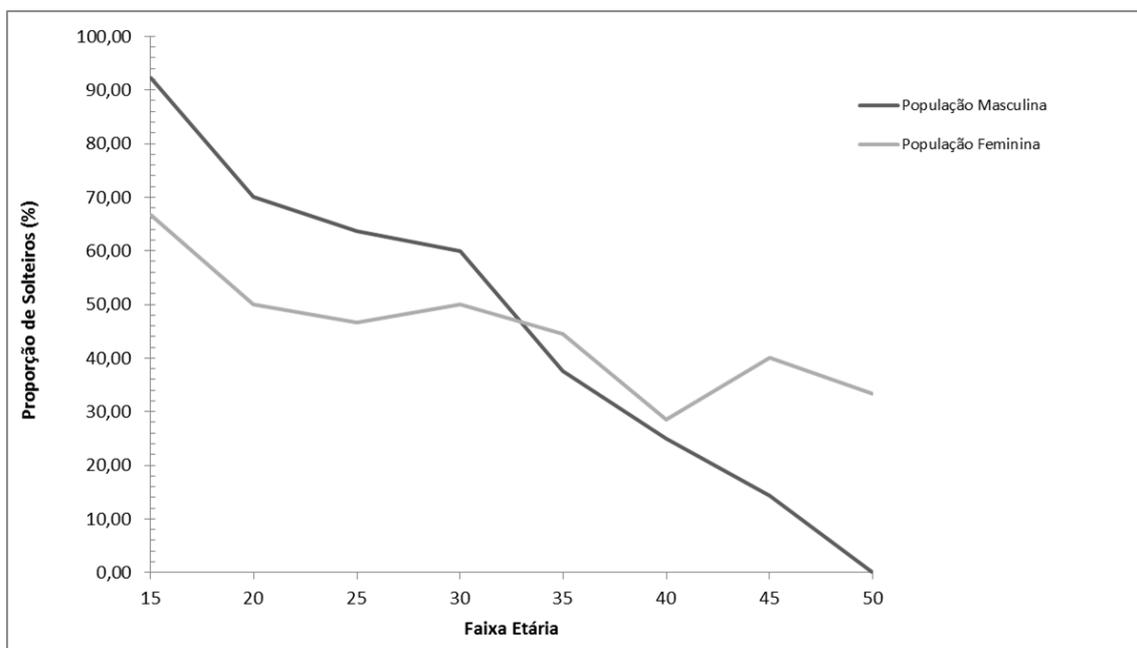
Nupcialidade nas Microrregiões de Guarapiranga

Estudos centrados na nupcialidade de determinada população trazem profícuas informações acerca de determinados grupos sociais. Transformações socioeconômicas carregam consigo mudanças nos padrões de sociabilidade e conseqüentemente conformam modelos de casamento que determinam normas de passagem para a vida adulta, desenvolvimento familiar e fecundidade (EVERSLEY, 1965; WAYACHUT, 1993; KULCSÁR, 2007). Além disso, o momento do casamento pode ser visto também como um mecanismo de controle do crescimento populacional. A partir do momento que está intrinsecamente relacionado à renda, períodos de recessão econômica conferem restrições às expectativas ao se contrair núpcias, diminuindo assim a taxa de casamento.⁷² Por fim, a postergação do casamento, verificada na Europa no século XVIII, é, de acordo com Hajnal (1965), indicativa da estreita relação entre contrair um matrimônio e a busca por melhores condições de vida.

Depurados os dados já exibidos sobre a nupcialidade na freguesia de Guarapiranga, vê-se que há expressivas diferenças entre as microrregiões que compunham a região. As curvas de proporção de solteiros por faixa etária têm estruturas distintas em cada uma das microrregiões. Entre os homens livres brancos da microrregião norte (Gráfico 21) há um pico de diminuição desta taxa entre os 15 e os 19 anos, que na faixa etária seguinte é suavizado e volta a diminuir na faixa etária dos 30 aos 34 anos. Tal padrão é diferente do constatado nas outras duas microrregiões (Gráficos 22 e 23), que mais se assemelham entre si, em que há uma diminuição acentuada na proporção de solteiros até os 30 anos, diferenciando-se somente pela inclinação da curva. Enquanto na microrregião central vê-se

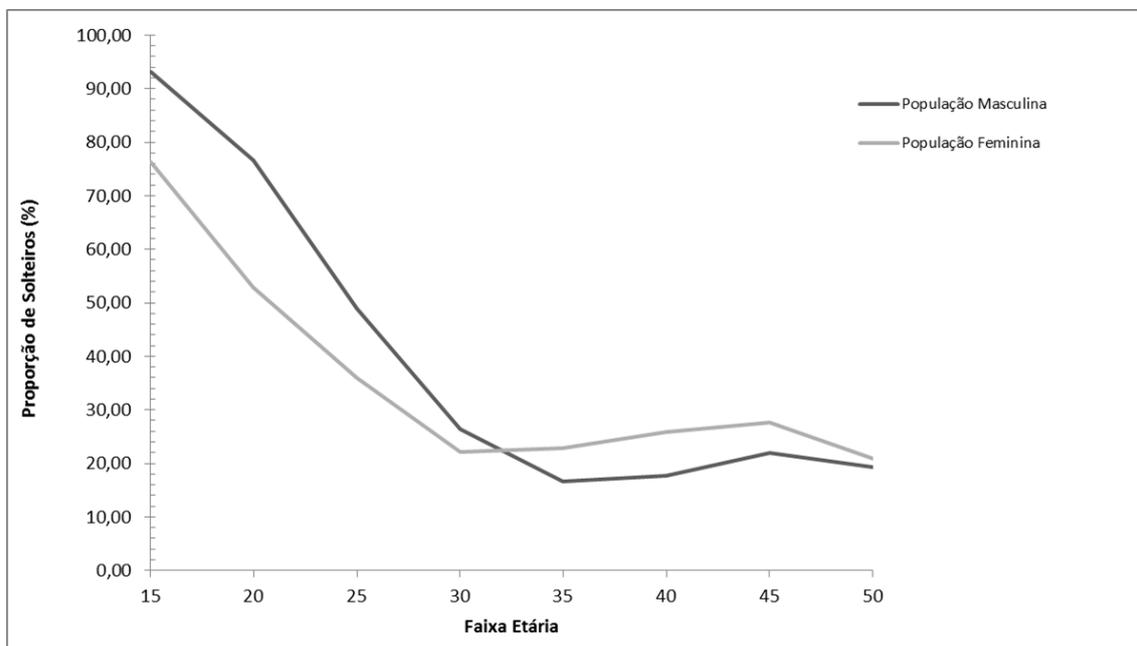
que o aumento na taxa de casamento se dá a partir dos 20 anos de idade, na microrregião sul há um declínio acentuado desde a faixa etária dos 15 aos 19 anos de idade. Não obstante, é na microrregião sul onde a taxa de casamento entre as mulheres começa a decrescer mais cedo. Vê-se que o cruzamento entre as linhas do gráfico se dá próximo aos 25 anos (Gráfico 23), enquanto nas outras microrregiões acima dos 30 anos de idade (Gráficos 21 e 22).

Gráfico 21 – Proporção de solteiro, livres brancos, microrregião norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



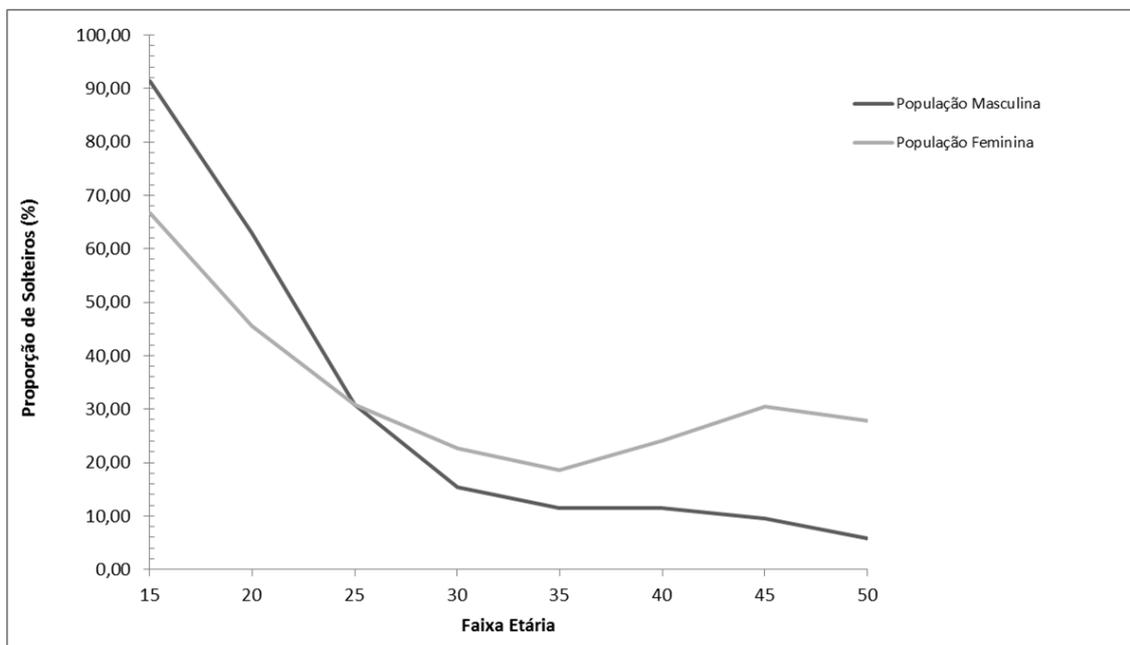
Fonte: Listas Nominativas, 1831-32.

Gráfico 22 – Proporção de solteiro, livres brancos, microrregião central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



Fonte: Listas Nominativas, 1831-32.

Gráfico 23 – Proporção de solteiro, livres brancos, microrregião sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



Fonte: Listas Nominativas, 1831-32.

Tais dados mostram a pluralidade social vivenciada dentro do território da freguesia de Guarapiranga, além de salientar o que já tem sido apontado até aqui de que a microrregião sul caracterizou-se pela estirpe ruralizada, centrada na figura paterna; a norte,

por uma população mais envelhecida e num processo de esgotamento econômico e reestruturação social; enquanto a microrregião central, marcada pela agroindústria canavieira e conseqüente dinamicidade econômica, distinguiu-se por casamentos mais tardios do que na microrregião sul, conseqüência dos anos reservados à acumulação de algum cabedal e, então, inserção no mercado matrimonial.

Tabela 13 – Idade média dos solteiros ao contrair matrimônio*, livres e brancos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

	Mulheres	Homens	Amplitude
Microrregiões			
Central	21,2	24,9	3,7
Norte	20,5	31,8	11,3
Sul	17,5	24,7	7,3

Fonte: Listas Nominativas, 1831-32. (*) Método Hajnal.

Diante das informações da Tabela 13, observa-se que a microrregião sul é justamente a que mais se aproxima dos padrões encontrados para o conjunto da população mineira livre (brancos e não-brancos), onde a idade média masculina era de 23,4 anos e a feminina 17,9 anos, como aponta Rodarte (2012). A microrregião central aproxima-se do padrão europeu, com baixa amplitude entre as médias masculinas e femininas e casamento tardio das mulheres.

A microrregião norte requer um estudo de caso pormenorizado, uma vez que, a partir dos dados da Tabela 13, poder-se-ia supor que a elevada diferença entre as idades dos homens e das mulheres se deu pelo alto número de homens em relação às mulheres. Porém, como já foi demonstrado que a razão de sexos para esta população era de 99,39, a explicação para tal diferença reside em distintas estratégias e oportunidades no ciclo de vida nessa microrregião, o que é perceptível nas oscilações da curva de proporção de solteiros ao longo dos grupos de idade (Gráfico 21).

Tendo em vista os níveis de desenvolvimento regional da província de Minas Gerais e as taxas de casamento encontradas para cada um deles, as quais mostraram que as regiões de alto desenvolvimento alcançaram 64,5% de mulheres livres casadas, as de médio 81,3% e as de baixo 75,5%,⁷³ nota-se que a microrregião norte possui a taxa de casamento mais baixa entre as mulheres livre brancas da freguesia de Guarapiranga (66,67%).⁷⁴ Por estes dados tratarem de uma minoria da população da microrregião norte (17,84% do total de mulheres livres), certamente dizem respeito a uma população privilegiada e, provavelmente, descendente de famílias já arraigadas ali desde os

primórdios da colonização, portanto, com algum cabedal. Assim, em meados do século XIX, quando a economia local já estava estagnada, o declínio das lavras e o não desenvolvimento da agroindústria possivelmente levaram a estratégias matrimoniais que visassem a não dispersão da riqueza familiar, o que pode estar intrinsecamente relacionado com a alta taxa de solteiras averiguada e o casamento tardio masculino.⁷⁵

A taxa encontrada de mulheres livres brancas casadas na microrregião central foi de 79,17%, valor bem próximo do encontrado por Rodarte (2012) para regiões com nível de desenvolvimento médio, o que não coloca em dúvida a prosperidade econômica vivenciada pelos *aguardenteiros do Piranga*, que, de acordo com Lemos (2012), em sua maioria residiam nos distritos localizados na microrregião central. Há indícios de uma pluralidade econômica vivenciada ali, a qual não se restringiu ao engenho, tendo grande significância ocupações dos setores de fiação e tecelagem e do comércio.

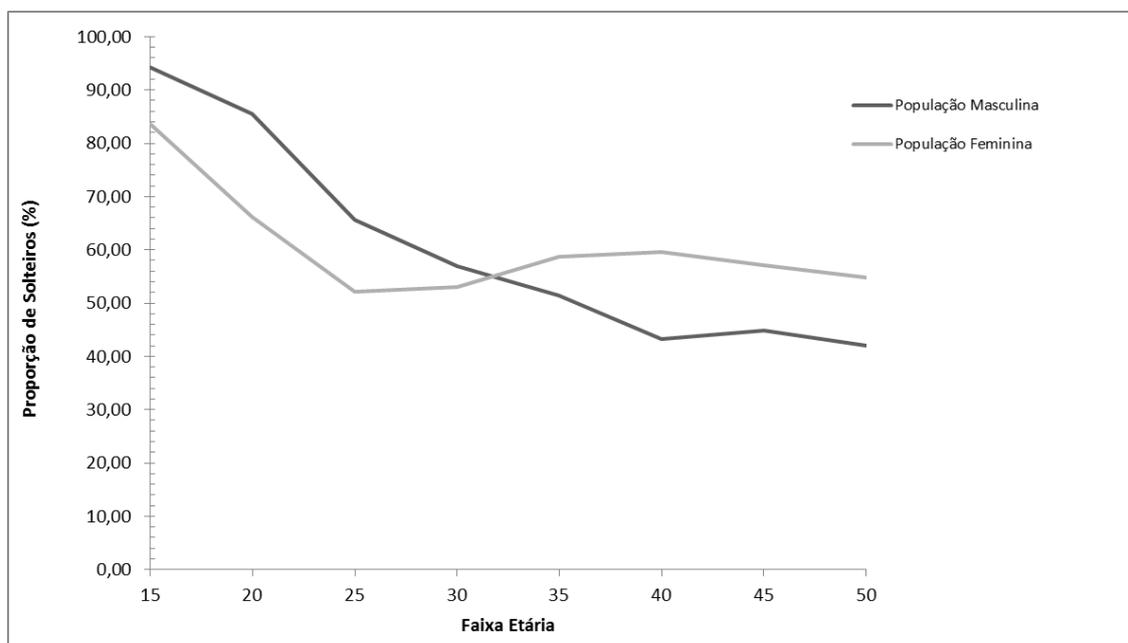
Os 72,22% de mulheres livres, brancas, casadas encontrados na microrregião sul, próximo ao índice obtido para regiões de baixo nível de desenvolvimento, vão de encontro a tese de que privações econômicas inibiam a prática do casamento, pois, se realmente o nível de desenvolvimento da microrregião sul é baixo, é exatamente nesta microrregião que a idade média dos solteiros ao contrair matrimônio mostrou-se mais baixa entre as mulheres (Tabela 13). Certamente não é a taxa de casamento que irá definir o nível de desenvolvimento de uma região, nem os *pequenos números* aqui analisados serão suficientes para reformular qualquer hipótese. Porém, tendo em mente o que já foi apresentado até o momento, a idade média das mulheres ao casar encaixa-se num ‘padrão mineiro’ de casamento, enquanto a taxa de casamento pode ser explicada pela mesma estratégia verificada na microrregião norte, a saber, a manutenção da riqueza familiar. Deste modo, a microrregião sul, um espaço de colonização recente, foi marcada por diversas estratégias matrimoniais, onde se conjugavam casamentos prematuros, provavelmente empreendidos por famílias que buscavam ascensão econômica e novas possibilidades de uso da terra, e o controle sobre o casamento das filhas solteiras que, mais uma vez, tinham por princípio básico a não dispersão da riqueza.

Os indivíduos livres com alguma cor/origem declarada, descendentes de escravos e também mestiçados com ascendência europeia, mesmo sendo a maioria da população (66,16% dentre os livres e 44,91% da população total piranguense), em uma sociedade estratificada como era a sociedade colonial e imperial brasileira, estavam diversas vezes à

margem das mesmas, sem muito acesso a bens e distinção social. Os padrões de nupcialidade foram bem distintos para esta população, o que é indicativo das condições socioeconômicas da mesma.

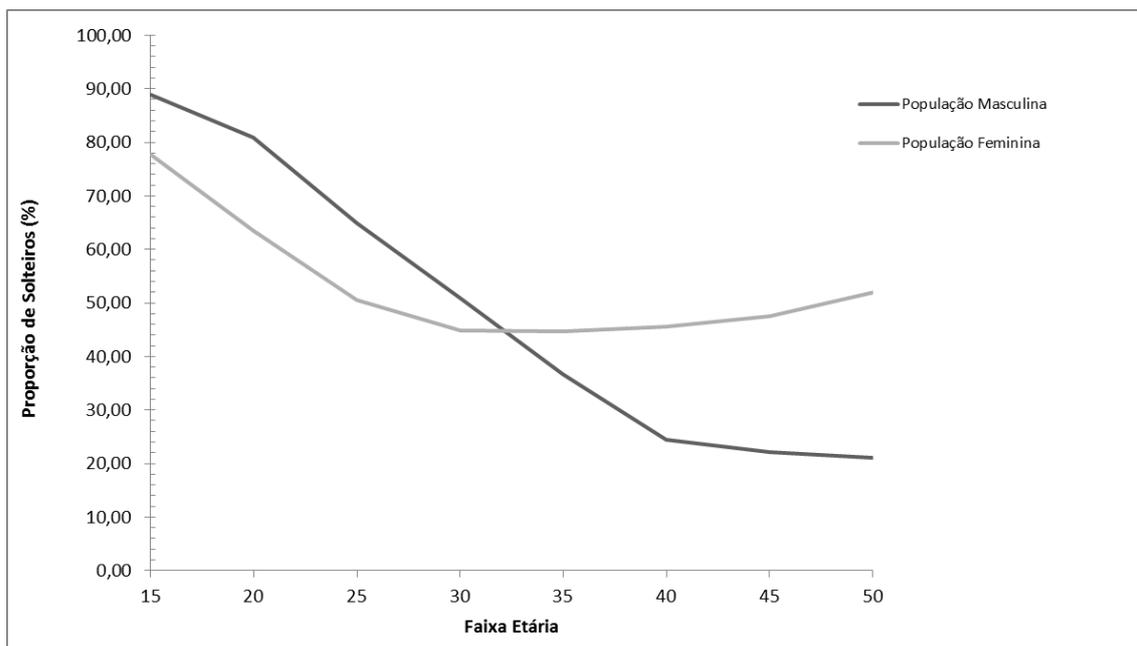
A microrregião norte foi onde se concentraram as maiores proporções de solteiros tanto entre os homens quanto entre as mulheres. O menor número encontrado para os homens foi de 41,94% de solteiros na faixa etária de 50 a 54 anos e para as mulheres foram detectadas 52,11% de solteiras entre os 25 e 29 anos de idade (Gráfico 24). Na microrregião central, novamente entre os homens a menor proporção de solteiros se deu no ultimo grupo etário, porém, com uma cifra bem inferior, 21,05%; já entre as mulheres, a proporção de solteiras nesta mesma faixa etária era de 51,92%, estando a menor encontrada (44,74%) entre as idades 35 e 39 anos (Gráfico 25). A microrregião sul distinguiu-se pelas menores taxas de proporção de solteiros, além de entre os homens, chegarem a este valor antes mesmo do grupo de idade final (50-54 anos), o que foi constatado nas outras microrregiões. Como se pode ver pelo Gráfico 26, na faixa etária de 40 a 44 anos, a proporção de solteiros foi de somente 12,50% entre os homens e a menor entre as mulheres foi de 33,33% na faixa etária de 25 a 29 anos.

Gráfico 24 – Proporção de solteiro, livres não-brancos, microrregião norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



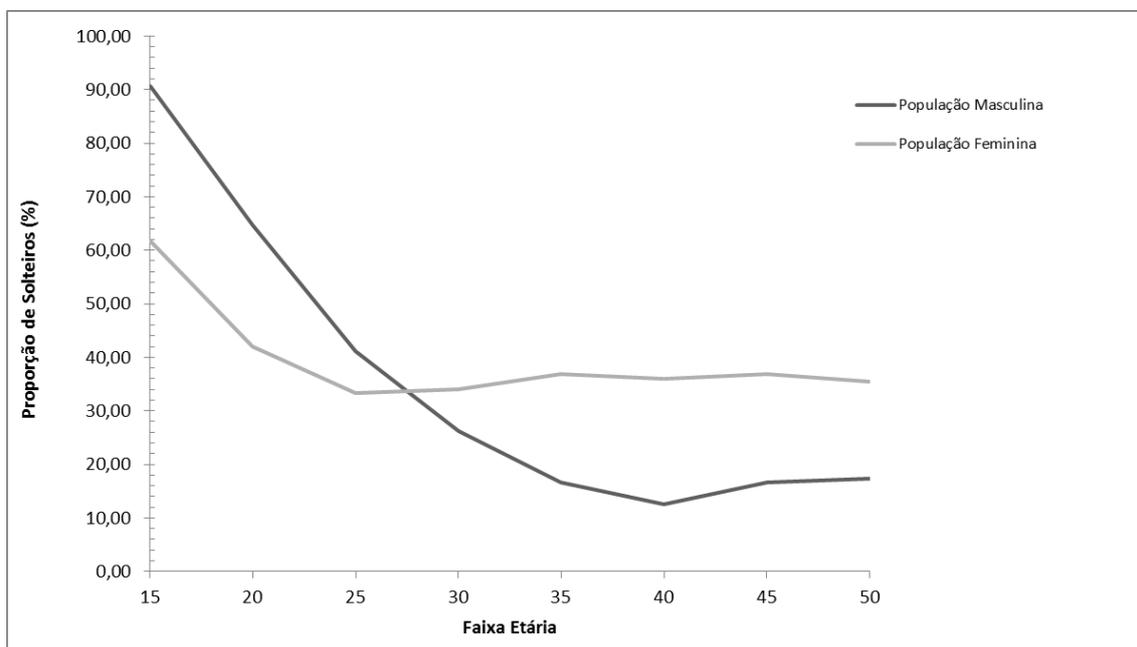
Fonte: Listas Nominativas, 1831-32.

Gráfico 25 – Proporção de solteiro, livres não-brancos, microrregião central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



Fonte: Listas Nominativas, 1831-32.

Gráfico 26 – Proporção de solteiro, livres não-brancos, microrregião sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



Fonte: Listas Nominativas, 1831-32.

Estes dados mais uma vez vêm reforçar as diferenças socioeconômicas destas microrregiões. A porção meridional da freguesia, como já demonstrado, não era um território antigo de colonização, portanto, com grande disponibilidade de terras, o que proporcionou melhores condições de vida e conseqüentemente, maiores taxas de

casamento, enquanto nas partes setentrionais, em situação socioeconômica oposta, as taxas de casamento foram muito menores para a população livre não-branca. Na microrregião central, marcada pelo dinamismo econômico, verificou-se grande diferença entre as populações masculina e feminina, o que sugere significativas diferenças no ciclo de vida destes indivíduos. Supõe-se que os homens, ocupados nos setores do comércio e de artes e ofícios, angariam ao seu redor um pecúlio que lhes proporcionaram as núpcias, e conseqüentemente, a distinção social de chefiar um fogo e constituir família. Entre as mulheres a situação era inversa, pois, em sua maioria tecedeiras ou fiadeiras, ao obter algum cabedal, não tinham por prática esvanecer tal poderio econômico nas núpcias, prevalecendo assim uniões consensuais.

Conclusão

Até o momento foram conhecidos alguns dos elementos da ocupação e características da população da freguesia de Guarapiranga no limiar do século XIX. Em comparação com outras regiões de Minas Gerais, era uma freguesia populosa que bem se adequava às mudanças econômicas vivenciadas no período. Todos os dados apresentados demonstram a heterogeneidade social e econômica dentro do espaço da freguesia de Guarapiranga e ensaiou-se por isso uma microrregionalização daquele território, a fim de melhor conhecer e mensurar a composição populacional destas localidades. Assim, em vista das diferenças salientadas em cada uma destas microrregiões, intenta-se mostrar como estratégias familiares de parentesco espiritual e de casamento foram assentidas dentro daquele espaço, procurando compreender as dinâmicas locais por trás das estratégias de mobilidade e distinção social, bem como os padrões de cooptação e exclusão social.

Parte II – Compadrio e Casamento: as redes sociais de senhores de escravos.

Introdução

Um casal, ao contrair matrimônio, institucionalizava uma nova família, que era a unidade elementar da vida social piranguense (Lemos, 2012). Ao entorno deste enlace matrimonial, estratégias de mobilidade social e manutenção da riqueza eram geridas, o que definia os rumos da vida social e econômica dos membros desta família, bem como do espaço em que se inseriam.

No mundo rural português, o termo *casa* é mais utilizado do que *família*. A *casa minhota*, por exemplo, identifica casas na região do Minho, no norte de Portugal, uma das regiões que mais tiveram emigração para as Minas Gerais, de acordo com Ramos (1993). O espaço de habitação e vivência dos seus membros envolvia a terra, as edificações, os animais e as pessoas. Unificava ao seu redor, a produção e o consumo, o que tornava inseparáveis a esfera econômica e familiar no imaginário do camponês do norte de Portugal.¹

Elemento central da vida social e econômica, a dependência e, por conseguinte, o comprometimento dos membros com a *casa* alcançava padrões tão elevados que por diversas vezes compreender o comportamento individual pressupõe o entendimento de estratégias familiares. Ao estudar as formas de produção da riqueza e as consequentes dinâmicas espaciais na freguesia de Guarapiranga, Lemos (2012) demonstra o papel central não mais da *casa*, como no norte de Portugal, mas do casal (o núcleo da família) como instituição principal na organização da vida rural. O que resultaria, segundo o autor, em uma nova forma de ocupação do espaço, não mais regida pela escassez de terras, que acarretou complexas estratégias de aliança social em vista dos processos de sucessão e herança.²

Neste capítulo, analisam-se as redes sociais de casamento e de compadrio constituídas por *grupos familiares* com grandes efetivos escravos elencados em inventários *post-mortem* e listas nominativas. Objetiva-se, com isso, detectar padrões relacionais destas famílias, os quais sugerem como eram geridas as estratégias de mobilidade social e de manutenção do *status* social, da riqueza e até mesmo do poder.

Metodologia

A Análise de Redes Sociais é empreendida com informações extraídas de uma rica base de dados de registros de batismo e inventários *post-mortem* da freguesia de Guarapiranga, a partir da qual seccionou-se uma amostra de *grupos familiares* que eram senhores de 15 ou mais escravos.³

Merece destaque a noção de *grupos familiares* adotada neste trabalho. Como a própria terminologia já denota, não representa somente a família nuclear, um domicílio da lista nominativa ou um conjunto de inventários de pessoas com mesmo sobrenome, mas constituiu-se da análise pormenorizada das relações de parentesco encontradas em inventários e da consecutiva agregação das mesmas no entorno de um nome de família majoritário, geralmente aquele que os sucessores e herdeiros adotavam.⁴

Inicialmente foram seccionados quantos *grupos familiares* tivessem informações a partir dos inventários *post-mortem*. Ao todo, foram selecionados 93 *grupos familiares*. Contudo, quando procurados nos registros paroquiais de batismo alguns tiveram pouca expressividade, principalmente por conta da natureza da documentação, na qual os párocos muitas vezes não transcreviam o nome completo dos envolvidos, e devido à pulverização das informações ao longo do tempo. Deste modo, em vista dos dados extraídos das duas documentações, foram selecionados os mesmos *grupos familiares* tanto nas relações de casamento quanto nas de compadrio, a fim de poder comparar as duas redes sociais.⁵ Através do software Pajek,⁶ são calculados *índices de centralidade*, os quais indicam a proeminência e a importância de determinadas famílias naquele universo relacional. Intenta-se assim, analisar e descrever os papéis sociais destas famílias através da equivalência ou dessemelhanças estruturais nas relações de compadrio e casamento.

Capítulo 2 – Os circuitos matrimoniais.

A partir das informações contidas nos inventários *post-mortem*, foi construída uma rede social com as relações de casamento estabelecidas entre 93 *grupos familiares* (Imagem 1), a qual se configurou num emaranhado quase indecifrável de relações, com um *índice de densidade* igual a 0,0169.⁷ Este índice foi obtido a partir da exclusão das escolhas múltiplas e das endogâmicas. Se acrescentarmos as escolhas múltiplas, este índice torna-se 0,0207 e se calculado com as escolhas internas à família, alcança o valor de 0,0227.

Tabela 14 – Número de relações e *degree*, rede primária de casamento.

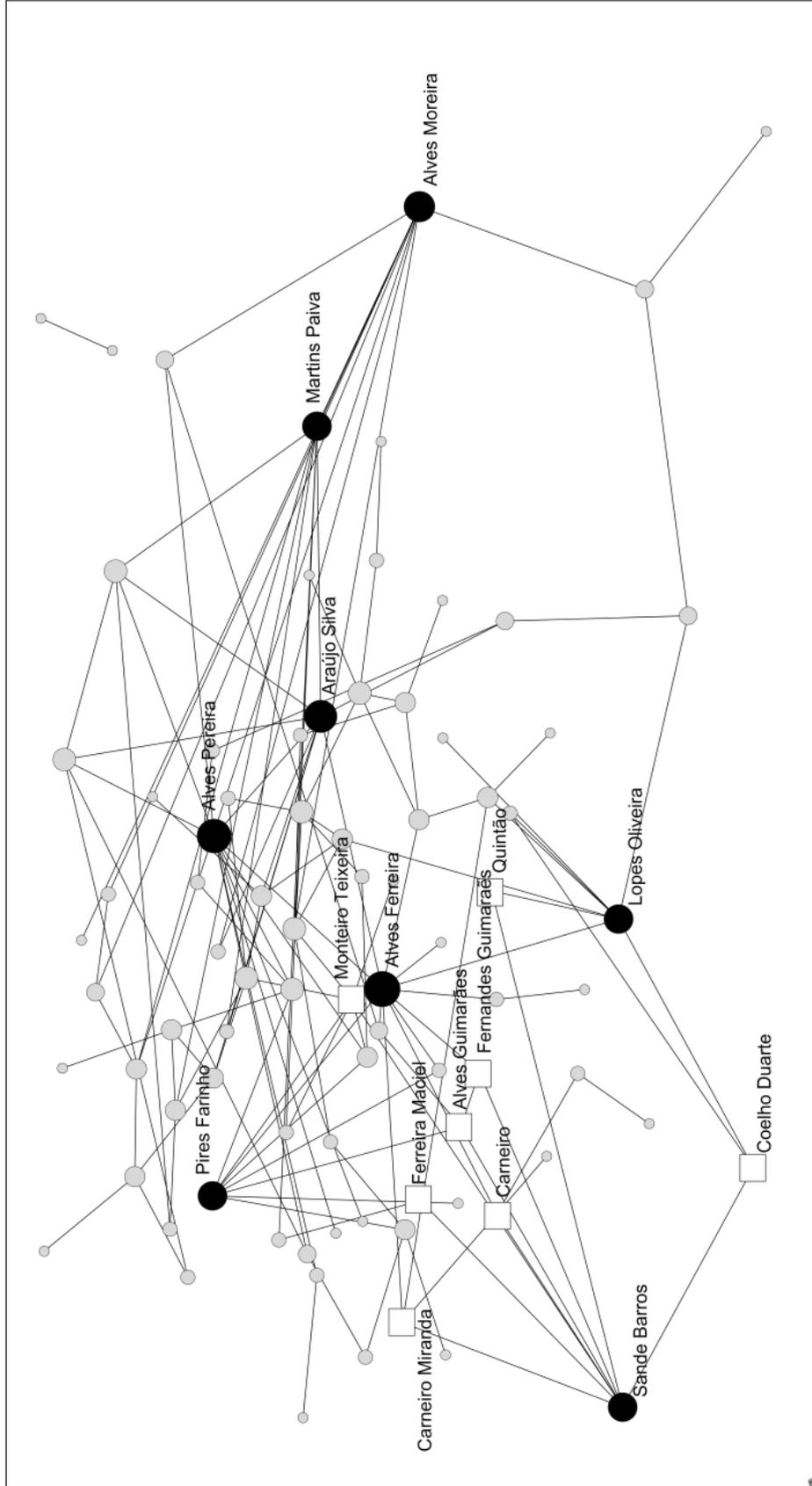
	Tipo de Relações		
	Simples	Múltiplas	Endogâmicas
Número de relações	155	189	210
Degree Médio (*)	3,2290	3,9375	4,3750

Fonte: Pajek. (*) Número médio de linhas que incidem sobre os vértices.

Pela Tabela 14 pode-se ver o quanto aumentam os números de relações quando consideradas as escolhas múltiplas e as escolhas endogâmicas. Além dos pequenos *índices de densidade*, indicativos de relações hierarquizadas, vê-se a expressividade das relações fortes, aquelas estabelecidas mais de uma vez entre um mesmo *grupo familiar* e diversas vezes dentro da própria família.

Ao extrair-se da rede social, o *índice de degree*, ou número de linhas que incidem sobre o vértice, equivalentes às relações matrimoniais estabelecidas, possuem os maiores índices as famílias Alves Ferreira, Alves Pereira, Silva Araújo, Alves Moreira, Martins Paiva, Lopes Oliveira, Pires Farinho e Sande Barros representados pelas elipses pretas na imagem. Isto significa que estas são as famílias que mais possuem laços matrimoniais com outras famílias na rede social, em suma, famílias que detêm um alto grau de conectividade. Merece destaque que dentre, estas oito famílias, os Sande Barros ficam isolados, não possuem relações (direta ou indireta) de casamento com nenhum dos outros *grupos familiares* que são da mesma forma, centrais na rede social.

Imagem 1 – Relações matrimoniais, rede primária da freguesia de Guarapiranga.



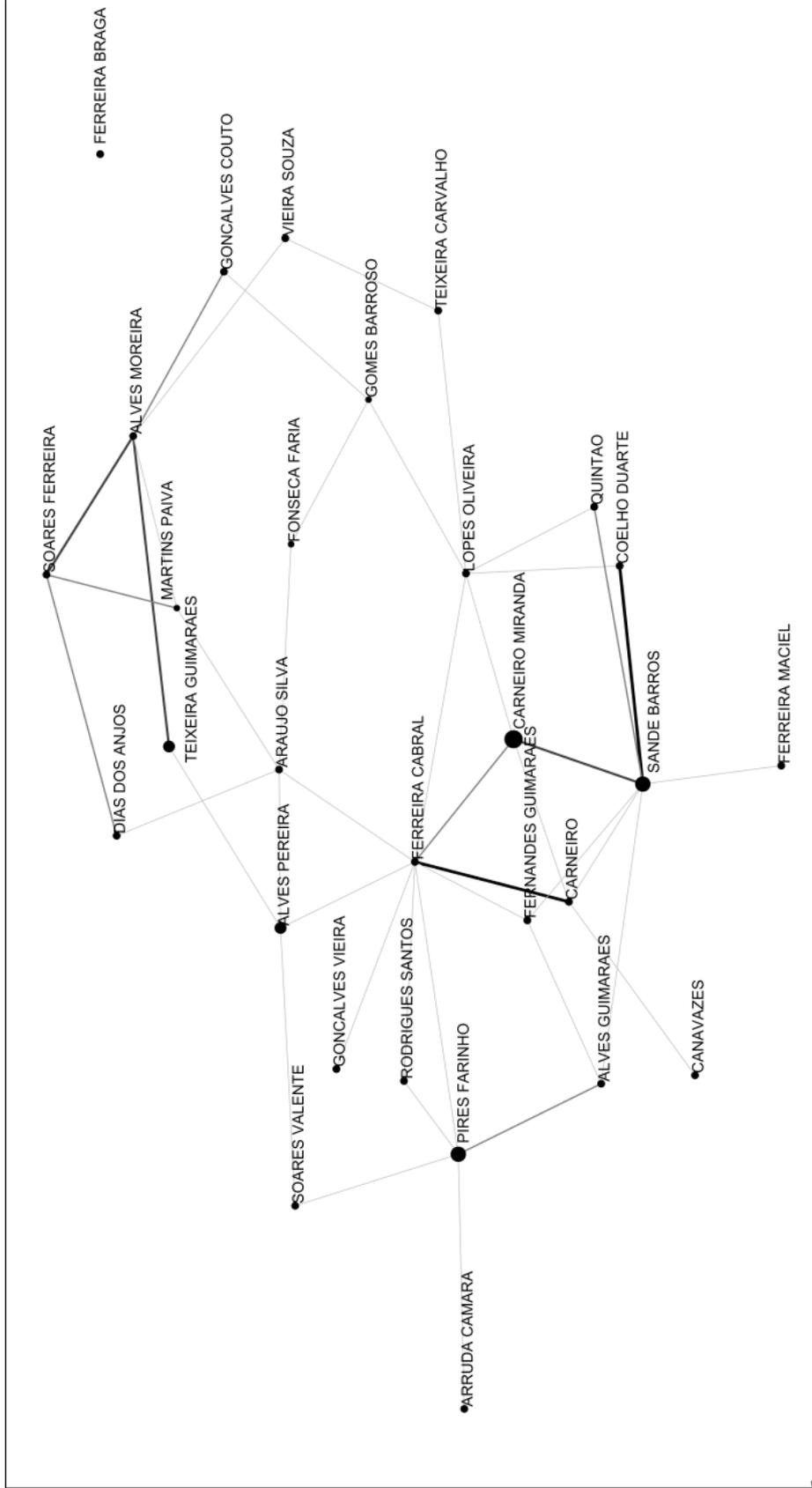
Fonte: ACSM. 1º e 2º Ofício. Inventários post-mortem.

A explicação deste isolamento relacional pode residir nas estratégias endogâmicas adotadas por diversos *grupos familiares* da freguesia de Guarapiranga. Quando analisadas separadamente estas escolhas internas à família, emergem como importantes famílias que empreenderam estas escolhas os Carneiro Miranda, além dos Pires Farinho, Sande Barros e Alves Pereira – estas duas últimas, com um alto grau de conectividade como já demonstrado. Fica claro, assim, que analisar as estratégias matrimoniais pressupõe ponderar as relações dentro e fora do *grupo familiar*.

Pode-se destacar na rede social aquelas famílias que possuem relações diretas com os Sande Barros. Na imagem, são os vértices representados pelos quadrados brancos. Vê-se que possuem relações indiretas em segundo grau (através de um intermediário somente) com os Pires Farinho, os Alves Ferreira e os Lopes Oliveira, através de relações matrimoniais que estabeleceram com os Carneiro, Carneiro Miranda, Alves Guimarães, Fernandes Guimarães, Monteiro Teixeira, Coelho Duarte e Quintão.

A partir destas constatações pôde-se verificar a forte presença de escolhas preferenciais; assim, vê-se que *grupos familiares* que não se relacionavam com outros possuíam intermediários, o que dinamizava a rede de casamento destas famílias piranguenses. A partir daí – da percepção destas escolhas preferenciais – foi empreendido um esforço em reduzir esta rede social. Sem perder de vista as relações sociais entre estas famílias, determinados *grupos familiares* foram agregados a outros. Há um caso emblemático deste procedimento: a família Alves Ferreira, uma das mais centrais na Imagem 1, foi agregada ao vértice da família Ferreira Cabral. Estas duas famílias, desde as núpcias do Capitão-Mór Antônio Alves Ferreira, natural do Arcebispado de Braga, com Ana Cabral Borba Câmara, natural de Mariana, no ano de 1729⁸, casaram-se entre si por gerações a ponto de suas estratégias matrimoniais se intercederem recorrentemente e tornarem-se uma só *empresa familiar* que regia um mesmo patrimônio.⁹ Este *grupo familiar* teve diversas relações também com os Carneiro através do casamento do Coronel José Justiniano Carneiro com Dona Antonia Teresa Maria Carmo ¹⁰ e do Tenente José Alves Ferreira, irmão de Dona Antonia Teresa, com a Dona Teresa Maria Carmo ¹¹, irmã do Coronel José Justiniano, ambas no ano de 1811.

Imagem 2 – Relações matrimoniais, rede reduzida, freguesia de Guarapiranga.



Fonte: ACSM. 1º e 2º Ofício. Inventários post-mortem.

A partir de procedimentos como o acima especificado, foi gerada uma rede social onde foram representadas as relações matrimoniais de 29 famílias piranguenses (Imagem 2). Todas elas detentoras de efetivos escravos com mais de 15 cativos, majoritariamente com boa parte de seu capital investido no setor agrícola, embora muitas delas pluriocupacionais, com marcante presença também no setor mercantil e na mineração.

Na Imagem 2, o tamanho do vértice representa o número de escolhas endogâmicas: quanto maior o vértice, mais vezes aquela família realizou casamentos entre primos, tios e sobrinhas etc. A espessura da linha diz respeito às relações múltiplas entre duas famílias; por exemplo, os Soares Ferreira, possuem 3 relações matrimoniais com os Alves Moreira, enquanto estes últimos estabeleceram somente uma relação matrimonial com os Martins Paiva.

Esta rede social mostrou-se muito mais densa do que a rede primária analisada. Ao se excluir as escolhas múltiplas e as internas à família, o *índice de densidade* foi de 0,1083. Acrescentadas as relações múltiplas, eleva-se à cifra de 0,1141, e 0,1676 se calculado juntamente com as escolhas endogâmicas. Num primeiro momento o que estes valores demonstram é que, diferentemente da rede primária, onde foram representados 93 grupos familiares, as relações agora estabelecidas num grupo mais restrito de famílias eram menos hierarquizadas. Assim se deu, pois, com um número menor de famílias e agregação de relações (o que foi empreendido na construção desta rede social) aumenta-se a possibilidade de determinado *grupo familiar* se relacionar com outro, o que influi diretamente na densidade da rede, índice que pode ser indicativo de relações excludentes, mas não somente a única explicação para as mesmas.

Tabela 15 – Número de relações e *degree*, rede reduzida de casamento.

	Tipo de Relações		
	Simples	Múltiplas	Endogâmicas
Número de relações	44	62	79
Degree Médio (*)	3,0344	4,2758	5,4482

Fonte: Pajek. (*) Número médio de linhas que incidem sobre os vértices.

Os dados da Tabela 15 mostram o quanto as escolhas matrimoniais estabelecidas por estes 29 *grupos familiares* são importantes relações constituídas pelos mesmos. Se comparados os dados das Tabelas 14 e 15, nota-se que na primeira tabela as relações simples, ou seja, aquelas estabelecidas entre as famílias, não importando a recorrência das

mesmas nem as escolhas endogâmicas, correspondiam a 73,80% do total de relações estabelecidas. Já na Tabela 15, este tipo de relação satisfazia a cifra de 55,69%, o que é reflexo da densidade das mesmas e conseqüentemente demonstram que se trata de uma rede social com muitas relações fortes estabelecidas entre as diversas famílias que a compõem.

Atentando-se à Imagem 2, observa-se que há famílias com um alto número de relações, como por exemplo os Ferreira Cabral, porém representados por um vértice de pequena circunferência, o que indica que os Ferreira Cabral não realizaram escolhas endogâmicas. Eles tiveram estratégias matrimoniais diferentes do que os Carneiro Miranda, família que possui menor número de relação com outras famílias e um alto número de escolhas internas à própria família. Em situação semelhante, os Ferreira Cabral são a maioria destas famílias da elite piranguense. Porém, saltam aos olhos os Araújo Silva e os Lopes Oliveira, famílias que também empreenderam várias relações matrimoniais externas ao núcleo familiar.

Sobre os Lopes Oliveira, têm-se notícia que no ano de 1783 o Sargento-Mór Manoel Caetano Lopes de Oliveira, natural da freguesia de Nossa Senhora da Piedade, casou-se com Dona Ana Jacinta de Jesus da Silva. Ana Jacinta era neta do Capitão Antônio Alves Ferreira, natural da freguesia de Ferreiras do Arcebispado de Braga na região do Minho. Foi um dos primeiros desbravadores dos *Sertões do Leste* e, casado com Ana Cabral da Câmara, constituíram um abastado patrimônio através de atividades auríferas e agrárias, dando origem ao *grupo familiar* Ferreira Cabral.¹²

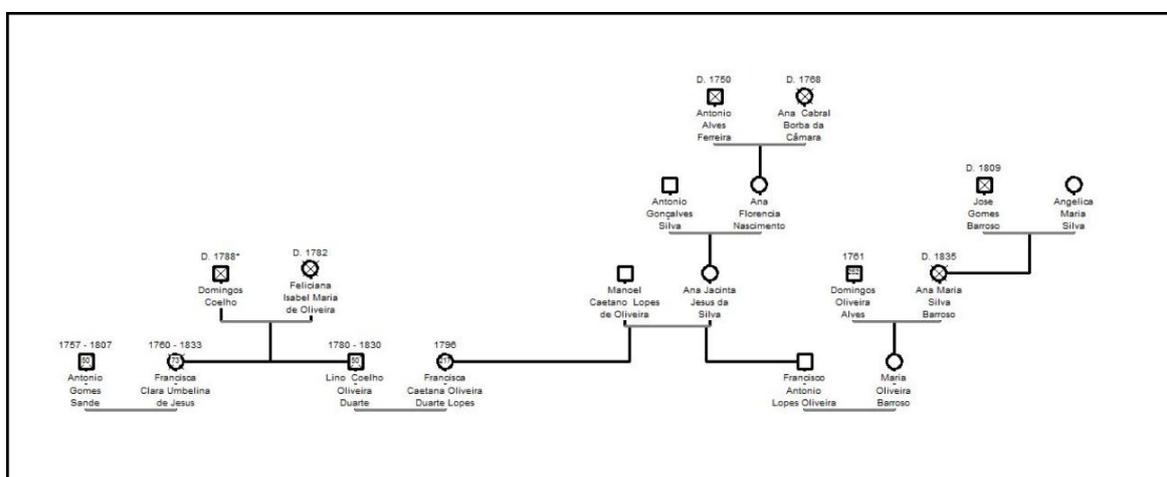
Do casamento de Manoel Caetano e Ana Jacinta, nasceram seis filhos. A primogênita, Dona Francisca Caetana de Oliveira Duarte Lopes, casou-se com Lino Coelho de Oliveira Duarte. Lino Coelho era filho do Licenciado Domingos Coelho¹³ e irmão de Dona Francisca Clara Umbelina de Jesus, esposa do Capitão-Mór Antônio Gomes Sande, casal que deu origem ao *grupo familiar* Sande Barros.¹⁴ Vê-se nestes matrimônios específicos quão imbricadas eram as relações entre estas famílias da elite piranguense. Um bom exemplo, é o fato dos Ferreira Cabral e os Sande Barros, apesar de não terem estabelecido nenhuma relação matrimonial, possuírem primos em comum (Imagem 3).

Outro filho do Sargento Manoel Caetano e Dona Ana Jacinta, Francisco Antônio Lopes de Oliveira, casou-se com Maria Oliveira Barroso, neta do Guarda-Mór José Gomes

Barroso. Este último, natural da freguesia de Santa Maria Paradella, também do Arcebispado de Braga, achegado em terras piranguenses, casou-se com Angélica Maria da Silva, uma das filhas do Tenente Antônio de Fonseca e Faria, outro português proveniente do Arcebispado de Braga no norte de Portugal.¹⁵

Vê-se através destas relações matrimoniais que o Sargento-Mór Manoel Caetano, advindo de outra freguesia mineira, buscou ascender socialmente através de um bom casamento com uma moça da elite local e solidificou seu patrimônio e prestígio social a partir de bons casamentos de seus filhos e filhas com outras famílias da região.

Imagem 3 – Casamentos, Família Lopes Oliveira. c.1730-c1790.



Fonte: ACSM. 1º e 2º Ofício. Inventários post-mortem.

Uma forma distinta de se relacionar foi empreendida pelos Carneiro Miranda. Esta família, além de casamentos estratégicos com algumas famílias da freguesia de Guarapiranga, recorrentemente utilizaram-se das escolhas endogâmicas, alternativa por vezes empreendida a fim de também solidificar-se economicamente e socialmente, por assim não dispersar a riqueza.

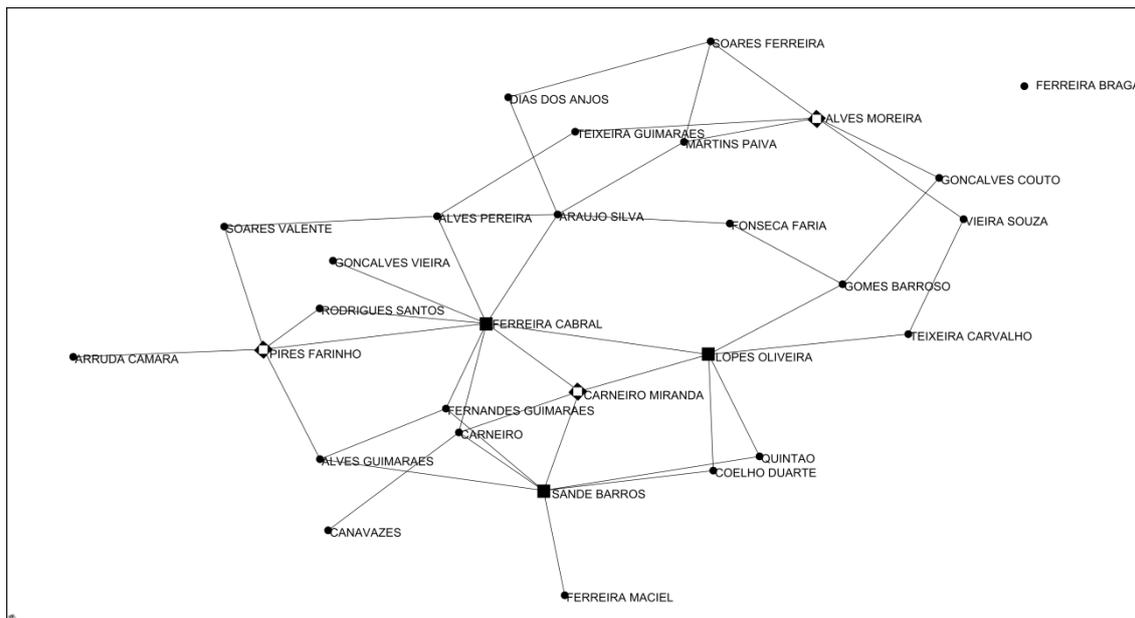
Quando calculado o *índice de degree* da rede social de casamentos, os grupos familiares Sande Barros, Carneiro Miranda, Ferreira Cabral, Pires Farinho e Alves Moreira detiveram as maiores cifras. Contudo, estes valores foram obtidos sem a exclusão das relações múltiplas nem as endogâmicas; quando excluídas estas relações, destacam-se as famílias Sande Barros, Ferreira Cabral e Lopes Oliveira, que na Imagem 4 estão representados por quadrados pretos. Nota-se que os Ferreira Cabral e os Sande Barros se destacaram em ambas as situações. Certamente são importantes famílias dentro deste universo relacional, detentoras de *clientela* própria e por isso bem relacionadas dentro da

freguesia de Guarapiranga. Não se deve com isso descartar a proeminência dos Carneiro Miranda, Pires Farinho e Alves Moreira, pois, a despeito da importância de relações matrimoniais múltiplas e daquelas dentro da própria família, consequência de distintas estratégias, estas são prescindidas pelas *escolhas simples*. Portanto, torna-se essencial conhecer a estrutura básica da rede social, sem interferência de outros tipos de relações sociais, a fim de avaliar a composição matrimonial pura daquela sociedade.

Como já mencionado, vê-se na Imagem 4 que os Ferreira Cabral e os Sande Barros não possuem relações diretas entre si, porém, além das várias possibilidades de relações indiretas, ambas as famílias possuem relações diretas com os Fernandes Guimarães, os Carneiro e os Carneiro Miranda. Devido nas informações contidas em inventários sobre onde possuíam terras, vê-se que os Ferreira Cabral ao longo do século XVIII e XIX estavam estabelecidos nos distritos de Calambau e Tapera, enquanto os Sande Barros estavam em Piranga e Calambau. Já os Fernandes Guimarães estavam em Calambau e Barra do Bacalhau, os Carneiro em Piranga e Tapera e os Carneiro Miranda em Calambau e Tapera. Nota-se que, à exceção dos Carneiro, todos os outros *grupos familiares* detinham propriedades em Calambau, com destaque também para as localidades de Tapera e Piranga.

A partir destas constatações, nota-se que mesmo habitando as mesmas paragens, estas duas famílias, proeminentes socialmente, não possuíam relações de casamento entre si, o que pode ser sugestivo de que alguma disputa por uso da terra, riqueza ou poder econômico levou a estes padrões averiguados. Contudo, mostra também que o espaço vivenciado é por excelência onde se reproduz as práticas sociais, pois todos os *grupos familiares* intermediários habitavam algum espaço comum.

Imagem 4 – Relações matrimoniais, índice de *degree* da freguesia de Guarapiranga.



Fonte: ACSM. 1º e 2º Ofício. Inventários post-mortem.

Salta aos olhos na Imagem 4 o afastamento que os Alves Moreira ficaram do restante dos outros vértices com alto *índice de degree*. Isto se deveu a nenhuma relação direta com as outras cinco famílias que tinham um alto grau de conectividade. Esta família descende de um dos primeiros povoadores da freguesia de Guarapiranga, o Capitão-Mór Manoel Alves da Costa, o qual se enraizou no distrito de Santo Antônio do Bacalhau e, provavelmente, erigiu sua riqueza através da extração aurífera em pequenas lavras que possuía.¹⁶

Uma das filhas do Capitão-Mór Manoel Alves, Antonia Maria Alves, casou-se nos anos finais da década de 1720 com o português Fabião Martins Moreira, recém-chegado do Minho, da freguesia de Santa Maria Galegos no Arcebispado de Braga. Destas núpcias nasceram sete filhos: José, Maria, Rosa, João, Felícia, Manoel e Ana Joaquina. Destes sete filhos, tem-se informação de que o Alferes José Alves Moreira casou-se com Dona Clara Maria Teixeira e João Alves Moreira com Dona Joana Teixeira, ambas filhas do casal Sargento-Mór Domingos Ferreira Teixeira e Maria Soares Ferreira, residentes no distrito de Pirapetinga.¹⁷ Após estes dois casamentos cruzados, estas duas famílias voltam a casar entre si quando uma outra filha do Sargento-Mór Domingos Ferreira, Catarina Teixeira, moradora do distrito de Manja Léguas, esposa de Antônio Soares Ferreira, casou o seu filho mais velho, homônimo do pai, com a neta de sua irmã Clara Maria Teixeira.

Da união de João Alves Moreira com Dona Joana Teixeira, nasceu Joaquim Alves Moreira. Sobre Joaquim, sabe-se que foi morador do distrito do Santo Antônio do Bacalhau e que em 1822, aos 43 anos de idade, casou-se com Maria Miguelina de Jesus, 25 anos mais nova que ele. Este casal teve duas filhas: Carlota e Franquelina. Todas as duas casaram-se com filhos do Capitão Antônio Teixeira Guimarães. Carlota com o Tenente Antônio Teixeira Guimarães no ano de 1837 e Franquelina com Manoel Teixeira Guimarães no ano de 1840 (Imagem 5).

Carlota, com pouco mais de dez anos de casada, ficou viúva, porém, foi tempo suficiente para ter quatro filhos. Em 1853, se casou com seu primo em segundo grau, que também era viúvo, Antônio Alves Moreira, um dos netos do casal Alferes José Alves Moreira e Dona Clara Maria Teixeira, numa fulgente estratégia de manutenção do patrimônio familiar, pela não dispersão do mesmo.

Atentando-se às informações sobre onde os Alves Moreira possuíam suas propriedades e unidades produtivas, vê-se que eram uma família que estava arraigada em diferentes localidades do que aquelas onde as outras cinco famílias melhores relacionadas detinham terras. Se levar-se em consideração a regionalização que subdivide a freguesia de Guarapiranga em três microrregiões, observa-se que os Alves Moreira eram uma família da microrregião norte, os Pires Farinho da microrregião sul e os Sande Barros, Carneiro Miranda, Ferreira Cabral e os Lopes Oliveira da microrregião central. Estas informações sugerem que as relações matrimoniais, além de hierarquizadas e estratégicas do ponto de vista da manutenção do patrimônio familiar, eram também espacializadas, pois podiam apresentar-se mais atraentes do que relações que extrapolassem o universo local, ainda que estas trouxessem uma premeditada distinção social.

Certamente a probabilidade de uma família piranguense casar-se com outra família da mesma freguesia é maior do que casar-se com uma família influente, por exemplo, do Distrito Diamantino ou da Vila de Mariana e Ouro Preto; contudo, os dados analisados sugerem que dentro da própria freguesia de Guarapiranga há uma dinâmica espacial de relações matrimoniais que permitem extrapolar a semovente delimitação territorial do que era uma freguesia e repensar qual era o espaço vivenciado por aquelas importantes famílias que ali possuíam terras.

As relações matrimoniais estabelecidas pela família Sande Barros são elucidativas do quanto as relações matrimoniais são geograficamente traçadas. Este *grupo familiar* tem suas origens na família Coelho Duarte, e firma-se como tal através do casamento do Capitão-Mór Antônio Gomes Sande, natural de São Nicolau, Cabeceiras do Basto, Arcebispado de Braga, com Dona Francisca Clara Umbelina de Jesus, natural da freguesia de Guarapiranga, filha legítima do Licenciado Domingos Coelho e de Dona Feleciana Isabel de Oliveira¹⁸.

A despeito do padrão notado de casamento de um jovem advindo do norte de Portugal com uma moça da elite local, o qual ocorreu na geração anterior, quando das núpcias de Domingos Coelho com Dona Feliciano Maria Isabel de Oliveira, filha do Capitão-Mór Antônio Duarte e de Maria Pinta de Oliveira, moradores em Passagem de Mariana¹⁹, sabe-se que a emigração de Antônio Gomes Sande para as Minas se deu sustentada por uma rede familiar: dois de seus irmãos, Bento Gomes Ramos e Manoel Gomes Sande, também haviam fixado residência em Guarapiranga na segunda metade do século XVIII. Além desta rede familiar, conforme informa Mendes (2011, p.39):

Uma das testemunhas do seu processo matrimonial também parece ter emigrado de modo articulado com os irmãos Sande. José Martins Ferreira Alvares, natural da freguesia de São Jorge do Abadim, foi criado em casa de seus pais em Portugal e, naquele momento, feitor dos escravos de Antônio Gomes Sande na freguesia de Guarapiranga.

As núpcias do então Tenente Antônio Gomes Sande com Dona Francisca Clara deram-se próximas ao falecimento do pai da noiva que já era naquela ocasião viúvo²⁰, o que é um forte indicativo de que este matrimônio aconteceu num momento de rearranjo do patrimônio familiar. Deste modo, Antônio Gomes Sande e Francisca Cândida – a filha primogênita – herdaram a principal propriedade do casal, a Fazenda do Engenho, enquanto seus irmãos adquiriram outras propriedades em localidades próximas a Piranga. A este respeito, sabe-se que o Licenciado Joaquim Coelho de Oliveira Duarte residia em Mariana

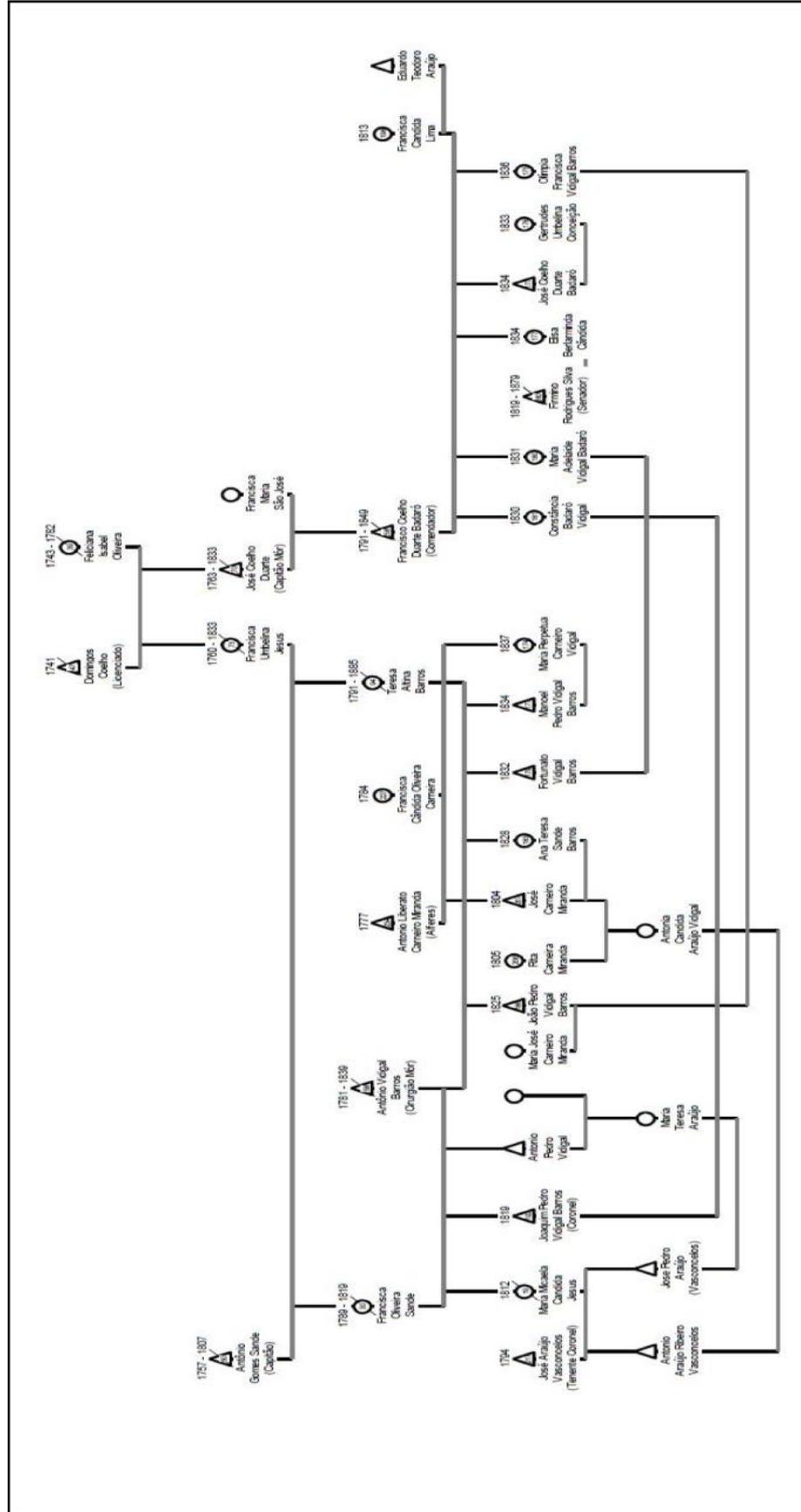
e desenvolvia ali importantes funções judiciais²¹, enquanto o irmão mais jovem de Dona Francisca, Lino Coelho Duarte, já mencionado neste trabalho, casou-se com a filha primogênita do Sargento-Mór Manoel Caetano Lopes de Oliveira, Dona Francisca Caetana de Oliveira Duarte Lopes, vindo a habitar o distrito de Calambau, onde viveu do cultivo de cana-de-açúcar, sendo arrolados em seu inventário 23 cativos.²²

Assentado na Fazenda do Engenho, Antônio Gomes Sande dá novo rumo à propriedade quase triplicando a produção de cana-de-açúcar e dos produtos que advém desta gramínea, de acordo com Lemos (2012). No seu inventário, aberto em 1806, aparece como morador na Fazenda Pirapetinga, com duas sesmarias de extensão. Pelas descrições dos limites geográficos da propriedade, vê-se que se trata da antiga Fazenda do Engenho. No inventário também são arrolados 54 cativos, engenho movido à água, terras e águas minerais, além de um sobrado no largo do arraial de Piranga, totalizando um monte-mór de 14:570\$959.²³ Ao morrer, seus filhos ainda eram todos menores e solteiros, o que o faz deixar sua terça à sua esposa e nomeá-la como testamenteira e tutora dos seus filhos, conferindo a ela o papel gerir a casa e o patrimônio da família, bem como as estratégias matrimoniais (Imagem 6).

O Capitão e sua esposa tiveram quatro filhas e somente um filho, homônimo de seu pai; contudo, mesmo sendo o único herdeiro do sexo masculino, seguiu a carreira eclesiástica. Duas filhas, Maria Feliciano e Antônia, parecem ter permanecido celibatárias e provavelmente morrem ainda cedo, pois no ano de 1833 não aparecem como herdeiras no inventário de Dona Francisca Clara Umbelina de Jesus. A filha mais velha do casal, Francisca Cândida de Oliveira Sande, casou-se no ano de 1811, com o Cirurgião-Mór Antônio Pedro Vidigal de Barros, português, natural da freguesia de São Miguel de Penella, Comarca de Coimbra. Sobre este matrimônio, Mendes (2011) informa que:

Dentre as testemunhas do processo matrimonial estava o Doutor João José Mendes Lopes Ribeiro, também natural da Comarca de Coimbra, então secretário da Capitania de Minas Gerais, e mais tarde Desembargador da Relação e Presidente da Província. Em sua declaração afirma que Antônio Pedro viveu em sua casa por três anos em Portugal, e consigo veio às Minas Gerais por volta de 1805 (MENDES, 2011, p.41).

Imagem 6 – Casamentos, Família Sande Barros, c.1750-c1850.



Fonte: MENDES, 2011, p.39.

Deste casamento nasceram três filhas e dois filhos, porém, Francisca Cândida faleceu em 1819, provavelmente no parto do filho Joaquim, o qual tinha somente 8 meses quando se deu o processo de abertura do inventário.²⁴ No inventário são arrolados grandes quantidades de joias, extenso enxoval, livros de medicina e farmácia, instrumentos cirúrgicos, seis escravos e um grande número de créditos. Não são mencionadas terras ou quaisquer instrumentos agrícolas e minerais. A morte precoce de uma das herdeiras leva a família a traçar novas estratégias para manutenção de seu patrimônio: o viúvo Antônio Pedro casa-se com a outra filha do falecido Antônio Gomes Sande, Dona Teresa Altina, com quem teve mais sete filhos, cinco homens e duas mulheres, irmãos-primos dos cinco filhos do primeiro casamento de Antônio Pedro.

No ano de 1831, Antônio Pedro Vidigal de Barros encabeça a lista nominativa de Guarapiranga. Como juiz de paz, foi o responsável pela elaboração da mesma. Listado como lavrador e negociante, é também o maior proprietário de escravos do distrito, com um efetivo escravo de 44 cativos. Além dele, são arrolados como livres em seu domicílio: sua esposa, Teresa Altina, oito filhos (cinco filhos do primeiro casamento e três do segundo), sua sogra Francisca Clara e seu cunhado Padre Antônio Gomes Sande.

Em 1833, faleceu Dona Francisca Clara, viúva do Capitão Antônio Gomes Sande e sogra de Antônio Pedro Vidigal de Barros, que é o seu inventariante. São arrolados no inventário 55 cativos e um monte-mór que ultrapassa a cifra dos trinta e um contos de réis. A Fazenda Pirapetinga aparece com suas duas sesmarias de terras de cultura, capoeiras e matos virgens, canaviais, engenho de água corrente, outro de bois e outro de mandioca. Novas terras de cultura e minerais são declaradas, adquiridas por compra a vizinhos próximos: cem alqueires contraídos aos herdeiros de Simão Ferreira da Silva, e uma “lavra de vieiro” acrescida de terras de cultura, que haviam sido do Capitão-Mor José Coelho Duarte, seu irmão.²⁵ Vê-se que, passados quase 30 anos da morte do Capitão-Mór Antônio Gomes Sande, a unidade produtiva da família permaneceu quase intocável em suas características produtivas, conservando sua valência múltipla.

Em 1838, na listagem nominativa dos habitantes do distrito de Piranga, Antônio Pedro Vidigal de Barros aparece como chefe de um fogo onde coabitam sua esposa, oito filhos menores e 51 cativos. Neste momento, duas filhas do primeiro casamento já estavam casadas e um filho encaminhado para a vida eclesiástica. No ano seguinte ao recenseamento, o Cirurgião faleceu, sendo sua esposa sua testamenteira e tutora de seus

filhos menores. No inventário, novamente é arrolada a Fazenda Pirapetinga, com benfeitorias, canaviais, casas de morada e 150 barris de aguardente. Também são elencados 43 cativos e paiol com milho, arroz e feijão, em um monte-mór de 45:424\$315 réis.

Diferente das impossibilidades que a falta de capital humano da geração anterior impôs a este grupo familiar, no delineamento das estratégias de sucessão e matrimoniais, havia agora um amplo leque de possibilidades para reproduzir e ampliar os recursos econômicos, políticos e de prestígio do grupo familiar. Deste modo, foram cuidadosamente traçados os enlaces matrimoniais de três filhos do Cirurgião-Mór Antônio Pedro Vidigal de Barros com três filhas do Comendador Francisco Coelho Duarte Badaró, primo de Dona Teresa Altina. O Coronel Joaquim Pedro Vidigal de Barros casou-se com Dona Constança Augusta Badaró, o Capitão Fortunato Pedro Vidigal de Barros com Dona Maria Adelaide Duarte Lima Badaró e o Major João Pedro Vidigal Barros casou-se com Dona Olímpia Francisca Duarte Badaró. Em todos estes casos, os genros do Comendador foram agraciados com 4 contos de réis.²⁶

Estes três casamentos representam as estratégias internas a estas duas famílias que tinham sua origem numa mesma linhagem sucessória. Contudo, também articulavam estratégias de alianças externas, estendendo suas redes matrimoniais, criando fluxos para recursos econômicos e prestígio social.

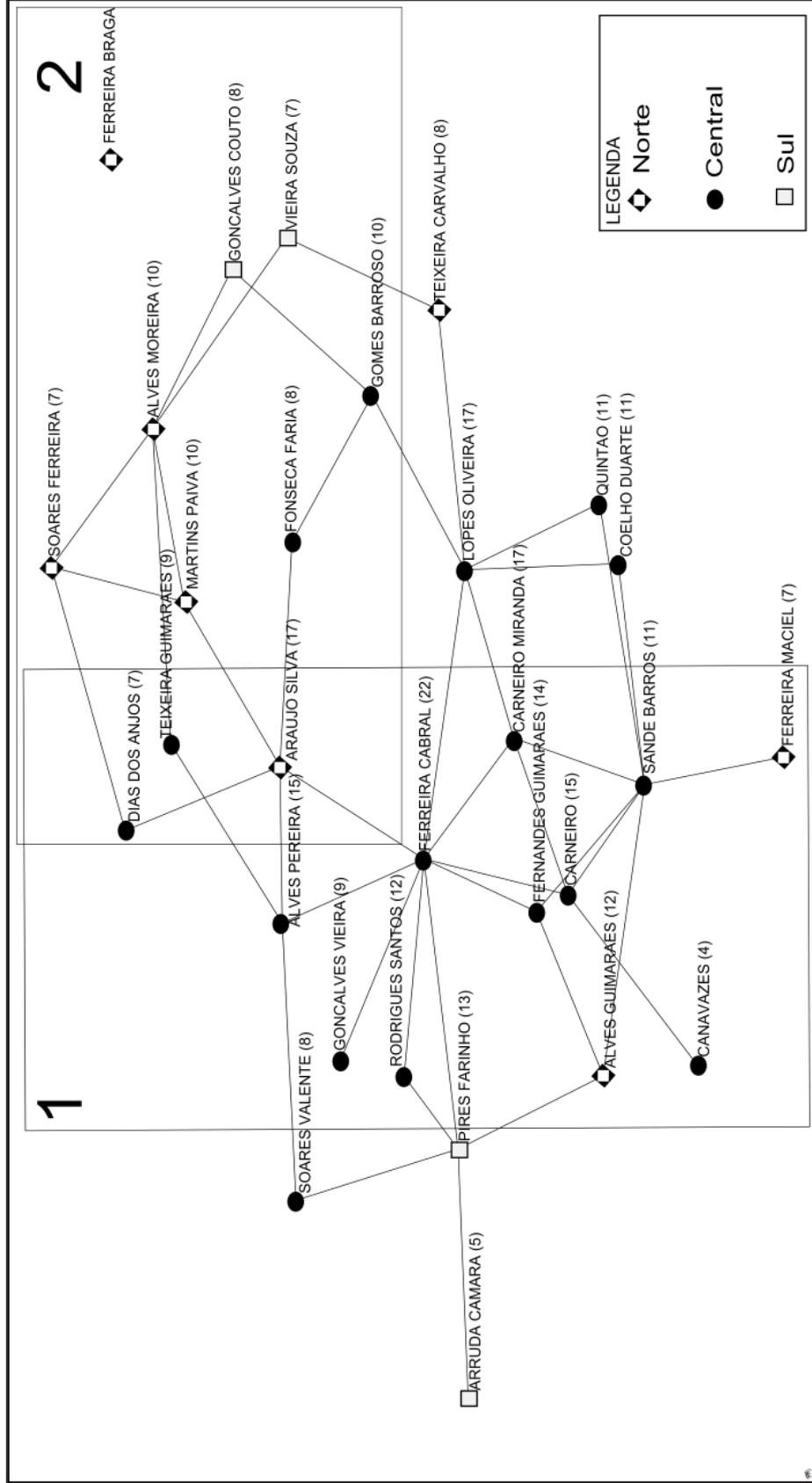
Dois filhos do segundo casamento de Antônio Pedro Vidigal de Barros casam-se com outra família da elite local: os Carneiro Miranda, abastada família do distrito de Calambau. Ana Teresa Sande Barros casou-se com o Capitão José Carneiro de Miranda, 24 anos mais velho que ela, e seu irmão Manoel Pedro Vidigal de Barros casou-se com Maria Perpétua Carneiro, sobrinha do Capitão José Carneiro. Na lista nominativa de 1831 do distrito de Calambau, José Carneiro aparece como proprietário de 12 escravos, e seu pai, Alferes Antônio Liberato Carneiro de Miranda, de 24 escravos.

Estes dois matrimônios não são os únicos que unem as duas famílias. João Pedro Vidigal de Barros ficou viúvo de Olímpia e contraiu novas núpcias com Maria José Figueiredo Carneiro Miranda, viúva de Antônio José Carneiro Miranda²⁷ e filha do Coronel José Justiniano Carneiro, o maior proprietário de escravos do distrito de Tapera no ano de 1831, com um efetivo escravo de 66 cativos arrolados na lista nominativa de habitantes.²⁸

Vê-se por estes enlaces matrimoniais que os Sande Barros arquitetaram importantes relações com famílias da freguesia de Guarapiranga que detinham amplo cabedal. Não obstante, estes enlaces expressam formas como este grupo familiar geriu seu patrimônio através da mobilidade sócio-espacial dentro do território da freguesia. Em 1830, quando foi aberto o inventário de Lino Coelho Duarte – irmão de Dona Francisca Clara, portanto, tio avô dos filhos de Antônio Pedro Vidigal de Barros –, ele nomeia Antônio Pedro Vidigal de Barros e o Padre Antônio Gomes Sande, como herdeiros de sua propriedade: a “fazenda d’O Seringa”, situada no distrito do Calambau. Desde então, esta família começou a mover recursos para se assentarem nesta nova localidade e assim, casam-se estrategicamente com os Carneiro Miranda, família que já estava enraizada em Calambau desde finais do século XVIII. Por outro lado, como demonstrado, também se entrecruzam com os Coelho Duarte, que, além de terem um grau de parentesco com os Sande Barros, eram grandes proprietários de terras e escravos no distrito de Piranga. Portanto, os Sande Barros moviam recursos para manterem suas posses e prestígio no distrito de origem, mas, de forma complementar, traçavam relações com famílias de outras localidades nas quais detinham algum interesse para manutenção de seu patrimônio e nos rumos sucessórios do grupo familiar.

A Imagem 7 é ainda mais ilustrativa do quanto as relações matrimoniais foram espacialmente forjadas. Vê-se que dos sete grupos familiares que eram da microrregião norte, quatro estão localizados na porção delimitada pelo retângulo 2, que são os Araújo Silva, Martins Paiva, Alves Moreira e Soares Ferreira. Estas três últimas famílias formam entre si um *clique* – ou seja, aquela situação em que todos os vértices em questão possuem relações com todos os outros – enquanto os Araújo Silva só estabelecem relações com os Martins Paiva. Contudo, vê-se que possuem uma posição mais central na rede social e, como demonstra o número entre parênteses, através de no máximo dois passos²⁹ alcançam, por meio de relações diretas ou indiretas, 17 famílias nesta mesma rede social. Apesar de provenientes da microrregião norte, a família Araújo Silva possui relações com somente uma família desta porção setentrional da freguesia de Guarapiranga, e todas as outras relações matrimoniais estão estabelecidas com *grupos familiares* da porção central. Tendo em vista que a microrregião central é onde se concentra a maior parte destas ricas famílias da freguesia de Guarapiranga e é a porção que possuía as maiores escravarias e uma dinâmica economia, vê-se que os Araújo Silva são um influente grupo familiar daquela

Imagem 7 – Relações matrimoniais, microrregiões e alcance social, freguesia de Guarapiranga.



Fonte: ACSM. 1º e 2º Ofício. Inventários post-mortem.

microrregião, pois é através deles que as outras famílias da porção norte que se encontram no retângulo 2 se relacionam com o restante da rede.

Há situações como a vivenciada pelo *grupo familiar* Alves Guimarães, também da porção norte da freguesia, que se supõe ser uma distinta família que movia recursos para angariar bons casamentos, pois todas suas relações eram com famílias das outras microrregiões, mais proeminentes economicamente com o avançar do século XVIII e ao longo de todo o século XIX. Assim como os Ferreira Cabral e os Lopes Oliveira, este *grupo familiar* também tem sua origem nas núpcias do Capitão Antônio Alves Ferreira com Ana Cabral Borba Câmara, neta e filha de taubetanos, desbravadores das *minas dos Cataguases*.³⁰ Uma das netas deste casal, Ana Maria de Jesus, natural da freguesia de Guarapiranga, casa-se com o Tenente e Guarda-Mór Diogo Carvalho de Moraes, natural de São Nicolau em Lisboa.³¹ Uma das filhas deste casal, Luiza Alves de Moraes, contrai núpcias com o Capitão e também Guarda-Mór Domingos Alves Guimarães. Um descendente deste enlace matrimonial, Antônio Alves Guimarães, o qual não se conhece ainda a sua ascendência direta, mas, dado o seu sobrenome, supõe-se que tenha algum parentesco com o *grupo familiar* Alves Guimarães, casa-se com Dona Teresa Leonor, uma das filhas do primeiro casamento do Cirurgião-Mór Antônio Pedro Vidigal de Barros.³²

Além de alianças com os Sande Barros, também se casaram com os Fernandes Guimarães e os Pires Farinho. Estes últimos, família enraizada na porção meridional da freguesia. Nota-se através destas informações que os Alves Guimarães estavam intencionados em possibilitar boas condições de vida e ascensão socioeconômica às suas gerações vindouras com casamentos que possibilitassem a obtenção de terras em regiões prósperas.

Pela Imagem 7, ressalta-se o quão fortes e concentradas eram os enlaces matrimoniais entre as famílias da microrregião central. Pela delimitação do retângulo 1, vê-se quão entrelaçadas e complexas eram estas relações que estabeleciam entre si. Nota-se também que, à exceção do *grupo familiar* Dias dos Anjos, todas as outras famílias da microrregião central possuíam pelo menos uma relação com outra família da mesma região. Crê-se que assim se conformaram devido à prosperidade econômica experimentada na microrregião central, a qual possibilitava maior acúmulo de riquezas e conseqüentemente, concentrava-se ali a maioria das relações matrimoniais, numa tentativa destas famílias em sustentar o próprio patrimônio.

A localização das famílias da microrregião sul na rede social é sintomática e reforça a ideia de que se tratava de uma região de colonização recente que ao longo do século XVIII estava no meio do caminho aos *sertões do Pomba*, região cortada pelo rio de mesmo nome, um dos principais rios da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul. Portanto, provavelmente eram famílias que ainda buscavam enraizamento social num novo espaço de habitação. Contudo, uma ressalva deve ser feita quanto aos Pires Farinho, importante família descendente dos primeiros colonizadores das Minas Gerais que se enraizaram nos entrepostos entre a freguesia de Guarapiranga e a de freguesia do Pomba, de acordo com Paiva (2010). Diferente de outras famílias que ali intentavam alavancar suas posses e ascender socialmente, os Pires Farinho já detinham terras e influência, o que é perceptível na Imagem 7 pelo número de relações que estabelecem com outras famílias de todas as outras microrregiões. Este padrão relacional averiguado é bem distinto daquela desenvolvido pelos Gonçalves Couto e Vieira Souza, famílias com um cabedal bem inferior que o dos Pires Farinho e que por isso não conseguiram mover um capital social que lhe permitissem uma posição central na rede matrimonial. Estas constatações vêm ratificar a posição privilegiada que o espaço tinha sobre as escolhas matrimoniais, seja permitindo algumas e impossibilitando outras, seja pelos ganhos que a terra gerava em diferentes territórios, seja pela sociabilidade possível dada a proximidade geográfica.

O espaço matrimonial

Não obstante, o espaço é socialmente construído (Lefbvre, 1991), e assim não se pode analisá-lo com uma rigidez que limita a ação social. O enquadramento destas famílias nas microrregiões se deu a partir do conhecimento dos locais onde possuíam terras e da percepção de onde seria a unidade produtiva básica desta família. Por exemplo, os Carneiro eram um *grupo familiar* que possuía terras nos distritos de Piranga, Tapera e Pinheiro³³, os dois primeiros na microrregião central e o último na norte; contudo, pela documentação pesquisada, nota-se que estavam inseridos socialmente e moviam mais recursos para a propriedade do distrito de Tapera. Portanto, para se conhecer melhor a dinâmica espacial destas 29 famílias escravistas da freguesia de Guarapiranga, torna-se essencial conhecer os locais onde residiam a fim de poder conjecturar melhores conclusões sobre os laços sociais que estabeleceram entre si.

Deste modo, retornou-se à documentação e elencaram-se os distritos que eram mencionados nos inventários *post-mortem* e nos registros paroquiais de terras a fim de

perceber onde cada uma das famílias possuía terras. Foram encontradas 18 localidades distintas, quatro delas na microrregião norte, cinco na central e cinco na microrregião sul. Como se pode ver pelo Quadro 1, algumas famílias também declaram terras fora dos limites da freguesia de Guarapiranga; foi o caso dos Ferreira Cabral, Martins Paiva e Lopes Oliveira. A partir destas informações, foi construída uma rede social no formato *two-mode*³⁴ onde cada família está interligada às localidades onde possuem terras.³⁵ A estrutura desta rede social mostrou-se complexa com um *índice de densidade* igual a 0,1455, valor bem superior ao encontrado nas outras redes de casamento. Apesar de estes dados indicarem uma maior difusão da relação espacial entre estas famílias da elite piranguense, são mais que alusivos de que um território não pode ser analisado como um todo contínuo, pois há naquele espaço uma dinâmica relacional, além da social e geográfica, que pela mútua ingerência de ambas sugere quais teriam sido as estratégias em torno de um enlace matrimonial.

Quadro 1 – Localidades da freguesia de Guarapiranga, séculos XVIII e XIX.

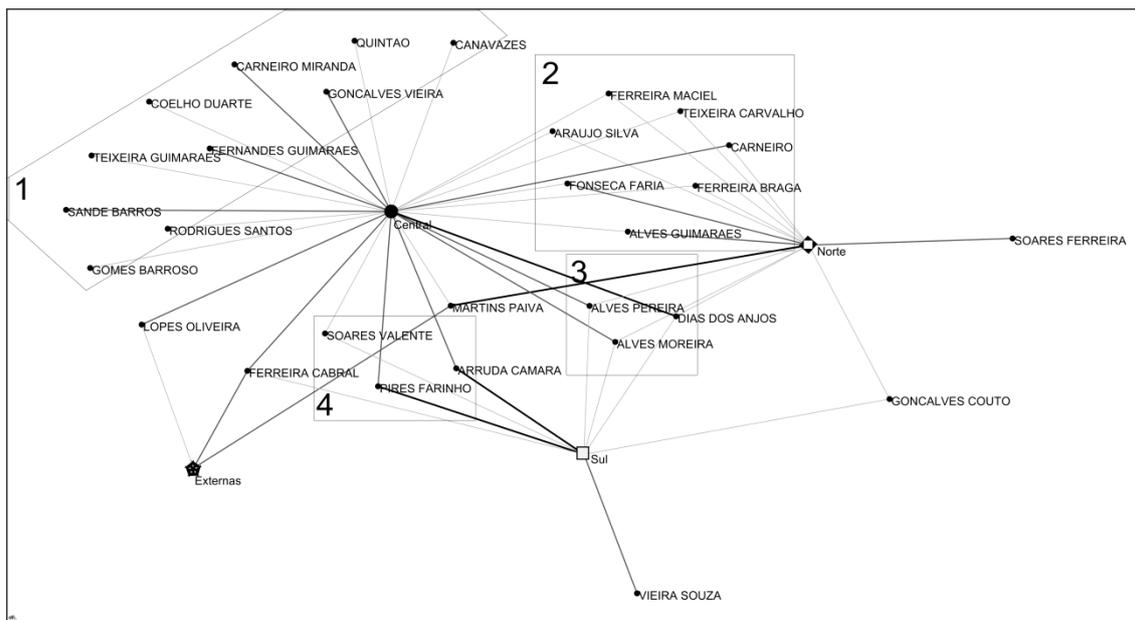
Bacalhau Manja Léguas Mestre Campo Pinheiro	Norte
Piranga Calambau Tapera Barra do Bacalhau Oliveira	Central
Brás Pires Dores do Turvo São Caetano do Chopotó Rio Espera Desterro do Melo	Sul
Itaverava Ouro Preto Barbacena São Paulo	Externa

Fonte: ACSM, Inventários *post-mortem*; APM, Registro paroquial de terras.

Na Imagem 8, derivada desta rede social, as localidades foram agregadas em vértices que representam a microrregião em que se localizam a fim de melhor conjecturar conclusões sobre a vivência espacial destas famílias no território da freguesia de Guarapiranga. Nesta rede social, a espessura da linha representa a reincidente posse de terras numa mesma

microrregião. Por exemplo, a família Arruda Câmara detinha terras em Xopotó, Brás Pires e Desterro do Melo, todas as três na porção meridional da freguesia; por isso, uma linha mais espessa os conecta ao vértice da microrregião sul do que a linha que os interliga a microrregião central, onde possuíam terras em duas localidades, nos distritos de Barra do Bacalhau e Oliveira.

Imagem 8 – Rede localidades, microrregiões, freguesia de Guarapiranga, séculos XVIII e XIX.



Fonte: ACSM, Inventários post-mortem; APM, Registro paroquial de terras.

Observando-se a Imagem 8, emergem-se alguns padrões que foram destacados pelos polígonos enumerados. Naquele de número 1, estão as famílias que só declararam possuir terras nas localidades situadas na microrregião central. Destas, os Coelho Duarte, Rodrigues Santos, Teixeira Guimarães e Canavazes só possuíam terras em Piranga, onde se localizava a Igreja Matriz, enquanto os Gomes Barroso e os Quintão detinham terras somente no distrito de Calambau. Todas as outras famílias possuíam terras em dois distritos desta microrregião. No polígono de número 2 estão as famílias que possuíam terras nas microrregiões central e norte, no de número 4 as que possuíam terras nas microrregiões central e sul e no enumerado com o algarismo 3, famílias que possuíam terras em localidades situadas nas três microrregiões. Merece destaque o distanciamento estrutural dos Gonçalves Couto, Vieira Souza e Soares Ferreira, todos eles sem uma posição central também na rede de relações matrimoniais, o que é indicativo da mútua influência da posse de terras sobre o casamento. Outro caso interessante é o do *grupo familiar* Dias dos Anjos, possuidores de terras em todas as três microrregiões, porém com

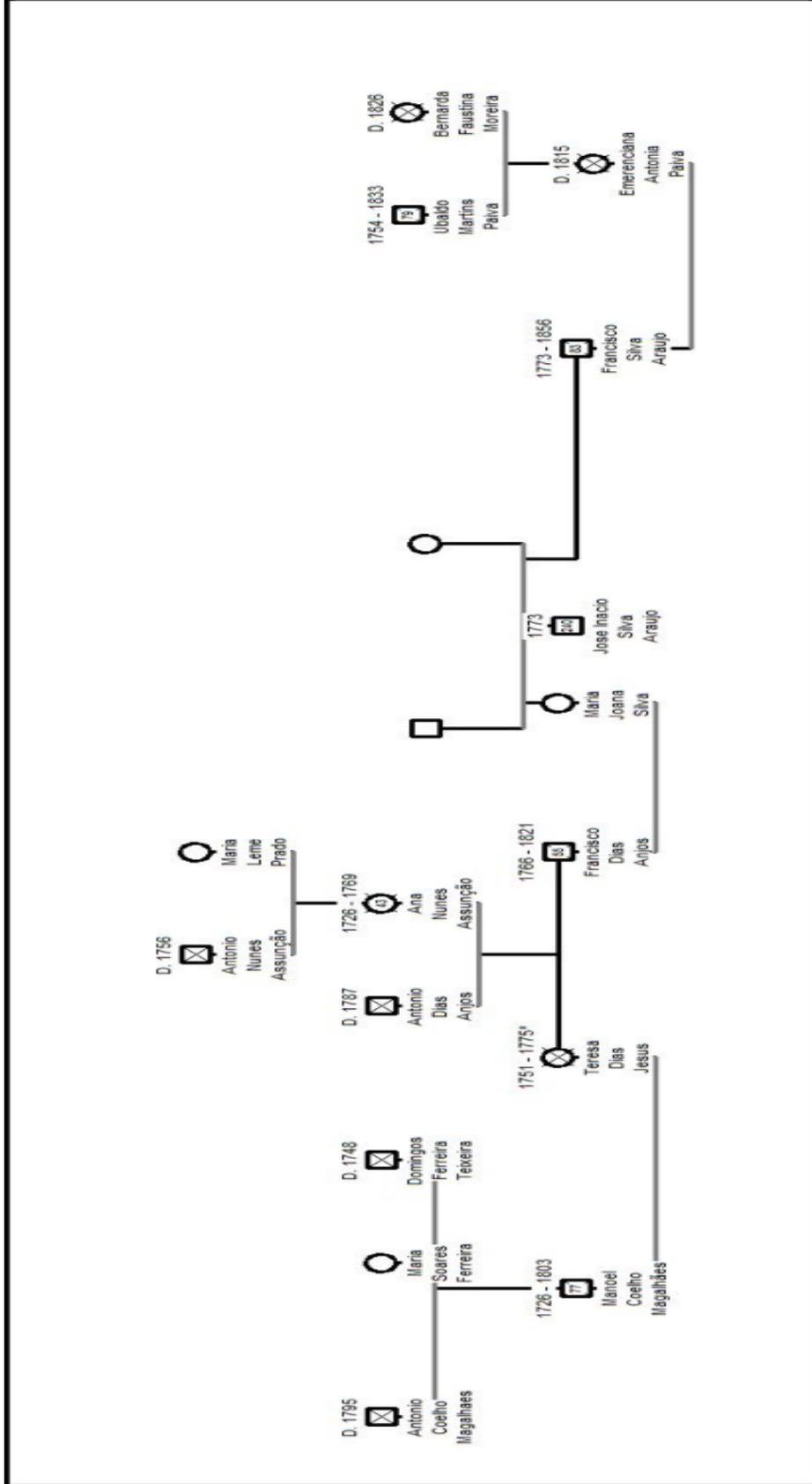
maior inserção na microrregião central, onde tinham terras em Piranga, Calambau e Barra do Bacalhau.³⁶

O Alferes Antônio Dias dos Anjos, natural de Santa Maria dos Anjos do Couceiro de Roças, localidade da Vila de Guimarães no Arcebispado de Braga, chegou em Minas Gerais na década de 1730, casou-se com Ana Nunes Assunção, filha de Antônio Nunes Assunção e Maria Leme Prado, casal que já residia em terras piranguenses desde o início do século XVIII.³⁷ Das núpcias de Antônio Dias dos Anjos com Ana Nunes Assunção, nasceram onze filhos. Uma das filhas, Teresa Dias, casa-se com o Capitão Manoel Coelho Magalhães, 25 anos mais velho que ela e filho primogênito do segundo casamento de Dona Maria Soares Ferreira, viúva do Sargento-Mór Domingos Ferreira Teixeira. Outro filho do Alferes Antônio Dias dos Anjos, Francisco, casa-se com Maria Joana Silva, irmã do Alferes Francisco Araújo Silva, genro do Capitão Ubaldo Martins Paiva, um dos maiores proprietários de escravos do distrito de Mestre Campos na listagem nominativa do ano de 1831 (Imagem 9).³⁸

Fora estes enlaces com estas duas abastadas famílias da freguesia de Guarapiranga, estabeleceram relações com famílias que detinham menores cabedais. Depreende-se do caso desta família em específico distintas estratégias e comportamentos matrimoniais. Enquanto em determinadas situações buscavam relações com famílias de mesma riqueza ou mais abastadas, grandes detentoras de terras e escravos, em outros casos, eram a família almejada por famílias que buscavam alguma mobilidade social e inserção nos círculos relacionais da elite piranguense.

Tanto os Soares Ferreira quanto os Araújo Silva eram famílias enraizadas na microrregião norte, demonstrando que os Dias dos Anjos, apesar de serem radicados na porção central da região, estabeleceram fortes relações com famílias da microrregião norte, o que é sugestivo de que poderiam ser originariamente daqueles distritos, ou que suas estratégias de mobilidade social e acúmulo de riqueza perpassavam por casamentos com importantes famílias daquela microrregião, uma delas justamente os Soares Ferreira, que estavam arraigados na freguesia de Guarapiranga desde os primórdios da colonização.³⁹

Imagem 9 – Casamentos, Família Dias dos Anjos. c.1730-c1820.



Fonte: ACSM. 1º e 2º Ofício. Inventários post-mortem.

Em vista destas informações, pode-se supor que os Soares Ferreira estiveram sempre localizados em posições periféricas nas redes sociais, sejam nas de matrimônio ou nas de vizinhança, não por uma incapacidade em mobilizar casamentos com outras famílias da elite piranguense, mas por uma estratégia de manutenção do próprio patrimônio e prestígio social. O fato de estarem inseridos naqueles distritos da porção setentrional desde os primórdios dos processos de conquista e povoamento da freguesia de Guarapiranga provavelmente lhes legou uma grande influência e distinção naquela sociedade e ali estabeleceram relações de forma a manter o poder sobre o uso da terra nos distritos em que estavam inseridos como proprietários.

Ao mudar a forma de representação destas relações, na qual famílias que possuíam terras numa mesma localidade ficam conexas entre si (Figura 1), vê-se uma rede com um *índice de densidade* igual a 0,4926, o que demonstra como estas famílias estavam fortemente interligadas no espaço da freguesia de Guarapiranga. Contudo, nota-se também como estavam espalhadas espacialmente. Levando-se em consideração as famílias que possuíam propriedades na mesma localidade mais de uma vez – como foi o caso dos Gonçalves Vieira e dos Fernandes Guimarães, famílias que detinham terras em Calambau e Barra do Bacalhau –, o *índice de densidade* decaiu à cifra de 0,0738. Considerados os grupos familiares que detinham terras na mesma localidade mais de duas vezes, este índice fica em 0,0049, pois somente os Alves Pereira se interligam aos Dias dos Anjos, por possuírem terras em Calambau, Xopotó e Mestre Campo, e os Ferreira Cabral aos Pires Farinho, pois detinham terras nas paragens do Calambau, Xopotó e Tapera.

Figura 1 – Modelo de conversão da forma de representação da rede social.

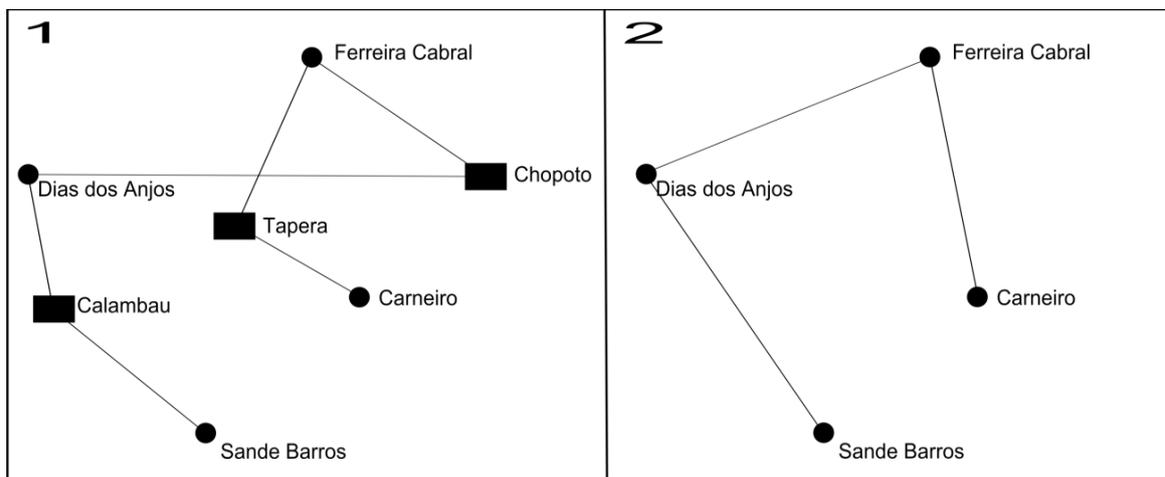
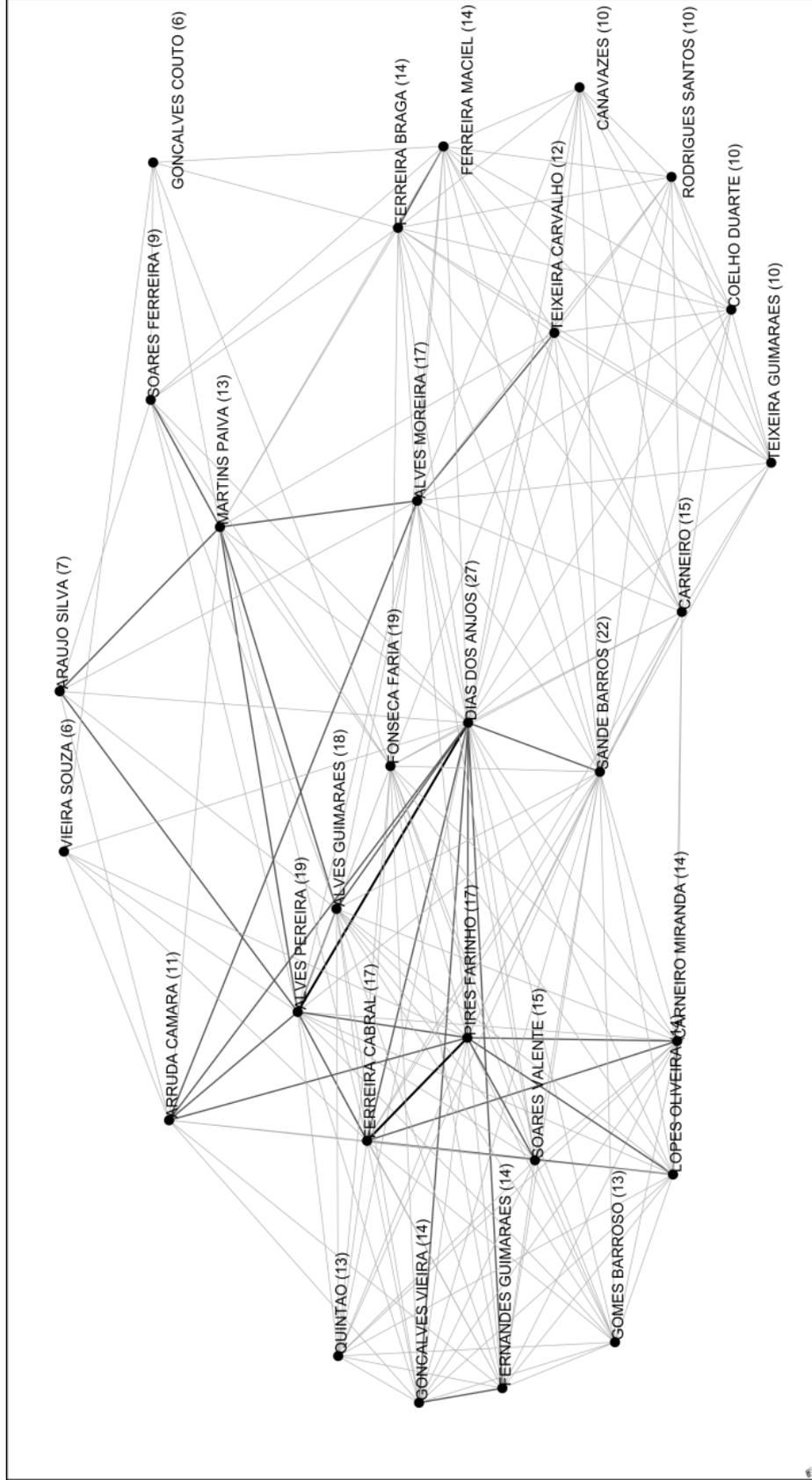


Imagem 10 – Rede de vizinhança, freguesia de Guarapiranga, séculos XVIII e XIX.



Fonte: ACSM, Inventários post-mortem; APM, Registro paroquial de terras.

Na Imagem 10, a espessura das linhas representam o número de vezes que aquelas famílias estabeleceram relações de vizinhança entre si (possuir terras num mesmo distrito) e o número entre parênteses após o nome da família indica o número de *vizinhos* – dentro da rede social – que aquele *grupo familiar* possuía. Importante notar que os Dias dos Anjos possuem terras em localidades que quase todas as outras famílias também possuem; somente não são vizinhos deste *grupo familiar* os Gonçalves Couto. Curiosamente, os Sande Barros, que possuíam terras somente em dois distritos, Piranga e Calambau, detiveram uma posição central na rede social além de um elevado número de vizinhos, o que é indicativo da preferência por propriedades nestas localidades e da concentração de riquezas nas mesmas. Na rede social plotada na Imagem 6, não possuem relações com os Sande Barros os Arruda Câmara, Vieira Souza, Araújo Silva, Martins Paiva, Soares Ferreira e Gonçalves Couto; portanto, todos estes *grupos familiares* não detinham terras em Piranga ou Calambau. Digno de nota é a constatação também de que nenhuma destas famílias estabeleceu laços matrimoniais com os Sande Barros; logo, não é exagerado supor que, para este *grupo familiar*, o componente espacial trazia consigo um valor agregado de importância que determinava as estratégias matrimoniais.

Outro *grupo familiar* que detém posição central na rede social de vizinhança é o Fonseca Faria. Enraizados nas localidades de Calambau, Pinheiro e Manja Léguas, possuem 19 vizinhos na rede social, ficando atrás somente dos Dias dos Anjos e dos Sande Barros. Como não detinham terras em Piranga, não possuem relações com os Teixeira Guimarães, Coelho Duarte, Rodrigues Santos e Canavazes, *grupos familiares* que só possuem terras na localidade sede da Matriz de Piranga. Assim como os Sande Barros, os Fonseca Faria não tiveram relações de vizinhança com os Arruda Câmara, Vieira Souza e Araújo Silva, e além destes, com os Alves Moreira. Nota-se assim, que nesta relação espacial entre estes *grupos familiares*, há quatro famílias que detêm posição mais periférica na rede social, que são a Arruda Câmara, Vieira Souza, Araújo Silva e Gonçalves Couto.

Destas quatro famílias, nota-se que os Araújo Silva detêm posição central na rede social de casamentos. Esta família possui duas linhagens distintas, enquanto uma descende do casamento de João Antônio Araújo e Joana Bernardes a outra advém de um casamento onde os noivos são incógnitos, mas, sabe-se que são os ascendentes diretos (pai e mãe) do já mencionado Alferes Francisco Silva Araújo.

Do casamento de João Antônio e Joana Bernardes, nasceram cinco filhos, que por ordem de idade são: Manoel, Claudia Maurícia, Maria Eugênia, Joaquim José e José Antônio. O primogênito não contraiu núpcias e por isso nomeou seus irmãos como seus herdeiros.⁴⁰

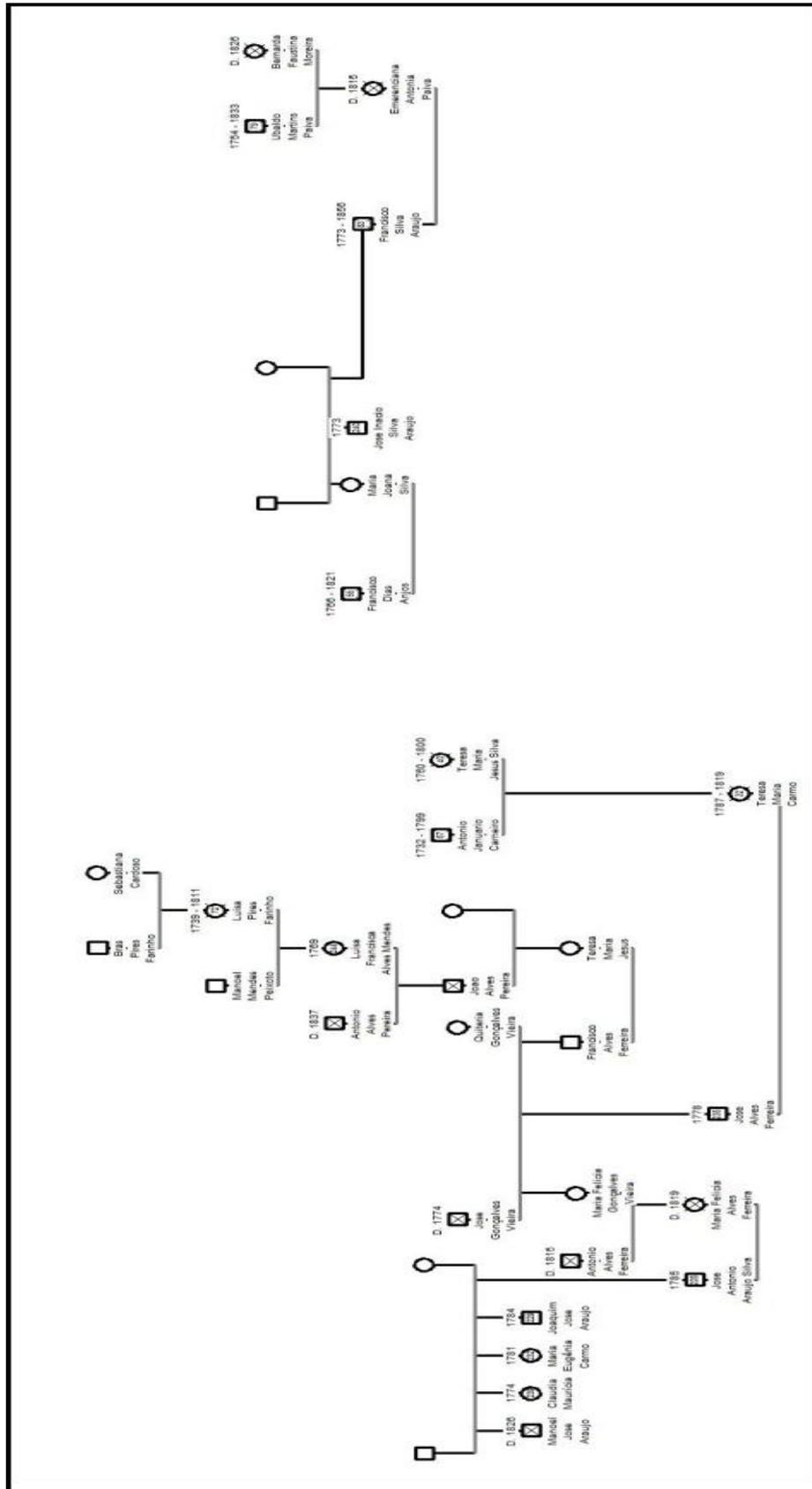
O irmão mais novo, Capitão-Mór Jose Antônio Araújo Silva, fora casado com Maria Felícia Alves Ferreira, filha do casal Capitão Antônio Alves Ferreira e Maria Felícia Gonçalves Vieira – descendentes dos Ferreira Cabral. Maria Felícia faleceu em 1819, deixando seu esposo como herdeiro dos bens do casal, já que os filhos eram todos menores.⁴¹

Um dos cunhados do Capitão-Mór José Antônio, Francisco Alves Ferreira, casara-se em segundas núpcias com Dona Teresa Maria de Jesus, neta do Capitão Antônio Alves Pereira, português natural do Arcebispado de Braga, que em terras piranguenses havia se casado com Luísa Francisca Alves Mendes, neta de Brás Pires Farinho, um dos primeiros povoadores das partes meridionais da freguesia de Guarapiranga.

A comparação do posicionamento estrutural do *grupo familiar* Araújo Silva na rede matrimonial e na rede de vizinhança (centrais na primeira e periféricos na segunda) dão indicações de que através de importantes laços matrimoniais esta família – que não descendia de nenhuma linhagem de desbravadores e antigos moradores da região –, em finais do século XVIII e início do XIX, ainda buscava enraizamento social em terras piranguenses. Assim, este comportamento relacional sugere que o casamento com importantes famílias da região conferia, além do prestígio social, o poder sobre o uso da terra e inclusão naqueles espaços relacionais. Deste modo, conhecer a inserção espacial destas famílias tornou-se chave essencial para se compreender os enlaces matrimoniais.

Em contrapartida, atentando-se ao caso da família Arruda Câmara, fica claro que nem sempre possuir grandes propriedades e estar inserido em várias localidades traz consigo proeminentes possibilidades de laços matrimoniais. Este grupo familiar, mesmo possuindo terras em cinco localidades distintas, só se casou com os Pires Farinho, família que assim como eles, possuíam terras em Brás Pires e Chopotó, localidades da microrregião sul. Ali estabeleceram as suas relações matrimoniais⁴² e de um destes enlaces matrimoniais, adquiriram terras em Barra do Bacalhau⁴³, o que sugere a impossibilidade de um comportamento social semelhante ao averiguado para os Soares Ferreira que, enraizados nas localidades da microrregião norte, não tiveram papel central na rede de

Imagem 11 – Família Araújo Silva, c.1720-c1850.



Fonte: ACSM. 1º e 2º Ofício. Inventários post-mortem.

casamentos por uma estratégia de endogamia espacial, não adquirindo terras em novos espaços e nem contraindo matrimônios.

Ao contrário, o *grupo familiar* Arruda Câmara estava disperso pelo território da freguesia, movendo recursos para adquirir novas propriedades em outros distritos do que aqueles em que estavam radicados desde a metade do século XVIII. Todavia, ainda assim, contraíram matrimônio somente com os Pires Farinho, família que era também da microrregião sul, afora outras famílias de menores fortunas que também residiam na mesma microrregião. Tais dados são alusivos da influência local de determinadas famílias em ter o controle sobre a posse de terras e o mercado matrimonial, o que sugere a reflexão sobre a formação de potentados locais. De toda forma, mais uma vez, o espaço demonstra ser um *locus* privilegiado para a compreensão das ações dos sujeitos históricos.

De forma a complementar a análise das redes matrimoniais e do papel que a relação espacial deteve sobre a mesma, evoca-se a posição periférica das famílias Vieira Souza e Gonçalves Couto nas duas redes sociais, o que indica que estas duas famílias não alcançaram posições de prestígio no mercado matrimonial guarapiranguense. Há duas explicações possíveis: primeiro, de que se tratava de famílias com um pequeno cabedal que não lhes conferia *status* social. Arelada a esta ausência de recursos, está a segunda explicação: não eram proprietários de terras em distritos privilegiados como Piranga e Calambau. Por fim, estas informações vêm endossar a ideia de que a microrregião sul era um novo espaço de habitação na freguesia de Guarapiranga e que, assim, requeria novas estratégias matrimoniais.

Capítulo 3 – O Parentesco Espiritual

Introdução

A natureza e os significados das escolhas realizadas na pia batismal foram o objeto de estudos clássicos de antropologia das sociedades do mediterrâneo e da América Latina.¹ Além do caráter religioso, o compadrio possui uma dimensão social/relacional, pois pode reforçar ou consolidar laços de parentesco, amizade e solidariedade, além de criar relações de natureza clientelares. Não obstante, estas escolhas são um ato de posicionamento social, pois através delas são estabelecidos laços sociais que possibilitam o acesso a informações e influências, além de suporte material e imaterial.² Uma regra com algumas exceções é a reincidente preferência por pessoas do mesmo estrato social ou superior como compadres, estando os parentes consanguíneos e indivíduos prestigiosos e poderosos ocupando posição privilegiada nas escolhas realizadas.³

A historiografia brasileira tem dado especial atenção ao compadrio entre escravos.⁴ Poucos estudos são centrados nos laços estabelecidos entre membros da elite política-administrativa e econômica⁵ e alguns outros analisaram detalhadamente o parentesco espiritual em sociedades mineiras setecentistas.⁶ Todos estes estudos demonstraram como os registros de batismos oferecem excelente oportunidade para se compreender as hierarquias sociais e as estratégias de exclusão e cooptação, através da análise comparada nas escolhas realizadas no universo relacional dos livres, libertos e escravos.

Segundo Stephen Gudeman, num trabalho clássico publicado na década de 1970⁷, as explicações sobre as relações de compadrio são diversas, a começar pela natureza religiosa e secular desta prática social, havendo de se considerar também o caráter flexível dos laços espirituais, os quais unem pessoas de um mesmo grupo social, num universo de relações horizontais, sem perder de vista as relações verticais que interligam distintos estratos de uma mesma sociedade. Assim, destacam-se as duas vias nas quais o compadrio pode atuar: uma externa à família, de forma a organizar trocas sociais e reforçar laços; e outra, interna à família, pela qual se estreitam laços e reforçam-se relações previamente estabelecidas por outras formas de parentesco.

A respeito da sociedade colonial brasileira, Ramos (2004) escreve que o batismo era o momento em que o batizando adentrava numa nova família, encabeçada pelos padrinhos eleitos, que detinham a nobre função de educar espiritualmente o afilhado.⁸

Ainda segundo este autor, através do compadrio “a sociedade encontrou um mecanismo para estender a teia de laços sociais para envolver mais pessoas e suas famílias.”⁹

O compadrio na freguesia de Guarapiranga

Além das relações matrimoniais que interligavam as famílias da elite piranguense, havia o parentesco espiritual, contraído na pia batismal, quando os pais do batizando escolhiam os padrinhos de seus filhos, que podia ser qualquer cristão que tivesse por intenção zelar pela conduta e fé do batizando.¹⁰ Quando seccionados nos assentos de batismos, vê-se que os membros das 29 famílias da elite escravista piranguense, além de terem sido padrinhos de outras famílias menos abastadas da freguesia de Guarapiranga, escolheram e foram escolhidos por membros destas importantes famílias da elite local, o que mostra como o compadrio é uma importante chave para a compreensão das estratégias pessoais e familiares, pois diversas vezes foi um importante mecanismo de coesão social que interligava famílias que devido ao casamento eram socialmente exclusas.¹¹

Ao se analisar os registros de batismos onde os membros da elite piranguense estavam envolvidos, seja como pais, padrinhos ou senhores, detectou-se uma clara preferência por filhos legítimos, aqueles nascidos de uniões reconhecidas pela Igreja. Em 70,12% dos casos os batizados eram filhos legítimos¹², havendo casos como o da família Rodrigues Santos, em que todos os batismos eram de filhos legítimos, e o do *grupo familiar* Canavazes, que se envolveu em batizados de filhos legítimos em 52,70% dos casos. Os filhos naturais, frutos de uniões consensuais, corresponderam a 23,53% de todos os batizados, enquanto os expostos, as crianças abandonadas em portas alheias, perfaziam a cifra de 3,83%.¹³ Na Tabela 16, os sem informação, quando não são aqueles registros onde o pároco omitiu a informação ou que por algum desleixo não transcreveu-a ali, são, em muitos casos, batismos de adultos, geralmente escravos recém chegados à região, ou ainda, *gentios do mato*, índios que foram catequizados.

Tabela 16 – Legitimidade dos batizados, freguesia de Guarapiranga, séculos XVIII e XIX.

Legítimo	Natural	Exposto	Sem informação
70,12%	23,53%	3,83%	2,51%

Fonte: AEAM. Registros paroquiais de batismo.

Tabela 17 – Condição legal das mães dos batizados, freguesia de Guarapiranga, séculos XVIII e XIX.

Livre	Livre não-branco	Escravo
71,56%	13,05%	15,39%

Fonte: AEAM. Registros paroquiais de batismo.

Pela Tabela 17 vê-se a massiva presença de indivíduos livres nos batismos em que os membros da elite piranguense estavam envolvidos. Do total de batismos, as mães livres correspondiam a 71,56%, as livres não-brancas a 13,05% e as cativas a 15,39%. Importante ter em mente que o apadrinhamento de escravos é reflexo de complexas negociações entre senhores e cativos, indicando muitas vezes a vontade do escravo ou do seu senhor na escolha dos compadres.¹⁴

Na rede social de compadrio nota-se uma diferente organização estrutural em relação à rede de casamento, o que demonstra a distinta natureza social destas duas relações. Por exemplo, a família Ferreira Braga na rede de casamento é isolada do restante dos outros *grupos familiares*, pois não possuem nenhuma relação matrimonial com as mesmas; contudo, na rede de parentesco espiritual, aparece como uma das mais proeminentes.

Tabela 18 – Número de relações e *degree*, rede de compadrio.

	Tipo de Relações		
	Simples	Múltiplas	Endogâmicas
Número de relações	82	84	164
Degree Médio (*)	5,6551	5,7931	11,3103

Fonte: Pajek. (*) Número médio de linhas que incidem sobre os vértices.

Pela Tabela 18 observa-se quão expressivas eram as relações de compadrio internas à família. A rede social possui 164 relações de compadrio, portanto, correspondem a 48,78% do total de relações extraídas dos registros paroquiais. Não obstante, é averiguado um heterogêneo comportamento social na pia batismal. Enquanto há pais que não escolheram seus compadres dentro do próprio universo familiar¹⁵, há famílias em que este foi o comportamento mais comum, como por exemplo, os Carneiro, família que em 14 batismos escolheu membros da própria família como compadres. Do mesmo modo, há famílias que apadrinharam escravos mais de 30 vezes, como por exemplo os Ferreira Braga

e os Soares Ferreira, e outras somente uma ou duas vezes, ou mesmo em nenhuma situação, como averiguado para a família Rodrigues Santos.

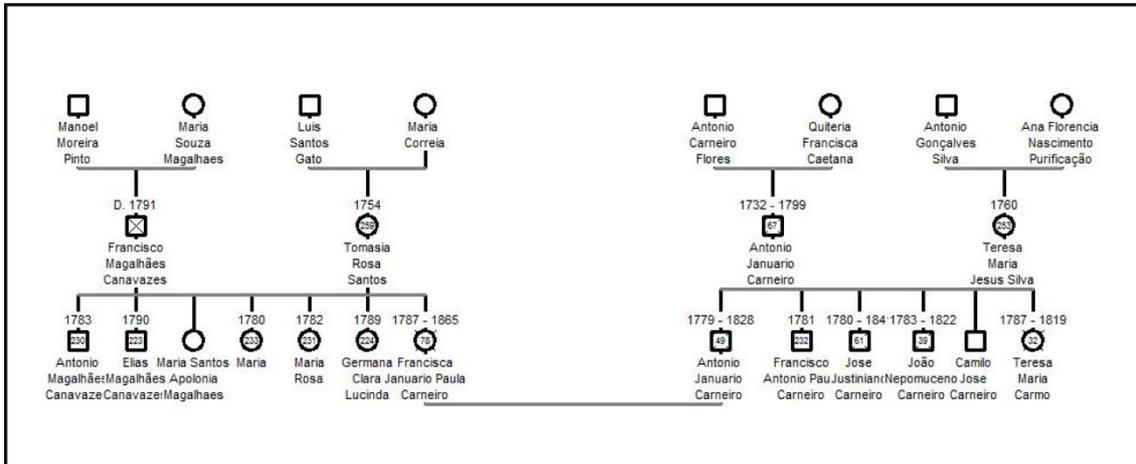
Para melhor ilustrar estas dissimilaridades averiguadas nas relações de compadrio, elegem-se dois casos de duas famílias que se encontram entre aquelas recorrentemente escolhidas nas relações de compadrio da freguesia de Guarapiranga: Carneiro e Canavazes.

Como a maioria destas famílias de elite, os Carneiro combinaram atividades mercantis e agrárias. O patriarca desta família, Antônio Januário Carneiro, chegou em terras mineiras provavelmente nos anos iniciais da década de 1750, advindo da freguesia de São João Batista, na Vila do Conde no Arcebispado de Braga.¹⁶ Em 1779, casou-se com Dona Teresa Maria de Jesus da Silva, filha do casamento do Tenente Antônio Gonçalves Silva com Dona Ana Florência Nascimento da Purificação, que era natural do distrito de Calambau e filha do já mencionado casal: Capitão-Mór Antônio Alves Ferreira e Ana Cabral Borba da Câmara.¹⁷ Deste enlace matrimonial nasceram cinco filhos e uma filha.

Como a maioria dos portugueses chegados às Minas, provavelmente Antônio Januário Carneiro descende de indivíduos pouco abastados do norte de Portugal, e construiu sua riqueza pelas oportunidades oferecidas pela dinâmica e instável economia aurífera, ao investir recursos no cultivo de cana, nas atividades auríferas e no comércio com a praça mercantil do Rio de Janeiro, conforme consta em seu inventário. Neste documento ainda ficaram incluídas uma variedade de dívidas a receber, além de um grande estoque de bens de consumo que eram comercializados em sua venda. Também foram arrolados 18 cativos como sendo de sua propriedade.

Numa trajetória em alguns aspectos similar, Francisco Magalhães Canavazes, natural da freguesia de Santa Marinha dos Fornos, no Bispado do Porto, chegou às Minas em algum momento entre as décadas de 1750 e 1760. Nos anos iniciais residiu em Itabira e Vila Rica e por fim se estabeleceu em Piranga, onde desenvolvia a atividade de boticário. Nesta localidade casou-se com uma moça nativa, Tomásia Rosa Santos, com quem teve dois filhos e cinco filhas. Francisco morre em 1791, deixando um monte-mór bem menor que o do Capitão-Mór Antônio Januário Carneiro. Em seu inventário são arrolados somente quatro escravos, uma variedade enorme de utensílios médicos, vidrarias e ervas que eram utilizadas em sua botica. Fica evidente pela leitura deste documento que toda sua riqueza foi constituída pelos serviços de boticário por ele prestados à população do arraial de Piranga e seus arredores.

Imagem 12 – Matrimônios, famílias Carneiro e Canavazes, c.1750-1800



Fonte: ACSM. 1º e 2º Ofício. Inventário *post-mortem*.

Afora o fato de terem vivido numa mesma época em um mesmo arraial mineiro, uma das filhas do boticário casou-se com o filho mais velho do Capitão-Mór, que era homônimo do pai (Imagem 12) e também como seu pai detinha o cargo de Capitão-Mór. Outro filho de Antônio Januário Carneiro, Camilo José, tinha uma casa de negócios no Rio de Janeiro. Seu irmão José Justiniano Carneiro, era Coronel no distrito de Tapera e em seu inventário, datado de ano de 1841, foram arrolados 65 escravos.¹⁸ José Justiniano fora casado em primeiras núpcias com Dona Antonia Teresa Maria do Carmo, filha do Capitão Antônio Alves Ferreira, um rico proprietário de terras também em Tapera. Um dos filhos deste Capitão, Tenente José Alves Ferreira, casou-se com Teresa Maria do Carmo, a única filha do Capitão-Mór Antônio Januário Carneiro (Imagem 13). Na listagem nominativa do ano de 1831, o Tenente José Alves Ferreira aparece como chefe de um fogo com 40 cativos e ocupado em atividades agrícolas (engenho de cana) e na mineração. Seu cunhado, Coronel José Justiniano, também aparece na mesma lista, chefe de um fogo vizinho, onde foram arrolados 66 escravos.¹⁹

Diferente dos filhos do Capitão-Mór Antônio Januário Carneiro, os herdeiros do boticário Francisco Magalhães Canavazes, não expandiram o poder, prestígio e riqueza da família. De posses muito mais humildes, as informações sobre o desenrolar de suas trajetórias encontram-se fragmentadas nas documentações pesquisadas. Sabe-se que o filho mais velho, Antônio Magalhães Canavazes, tornou-se sucessor de seu pai no ofício de boticário, tornando-se Licenciado, ofício de quem desenvolvia procedimentos cirúrgicos. No recenseamento realizado em 1831, Antônio Magalhães Canavazes é listado como cirurgião e chefe de um domicílio onde coabita com sua esposa, Hipolita Norberta, 5 filhos e nenhum escravo. Porém, há três crioulos livres que também são recenseados em seu domicílio, provavelmente agregados que desenvolviam alguma atividade em sua botica.

Nesta mesma listagem, Germana Clara Lucinda, também filha de Francisco Magalhães Canavazes, aparece como cabeça de um domicílio em que reside seu irmão Elias, declarado como sacristão, e mais quatro escravos. Germana é listada como costureira. Nesta mesma listagem, duas de suas irmãs, Maria Apolônia e Maria Rosa, aparecem casadas com pequenos lavradores, ocupadas em atividades ligadas à indústria têxtil e no pequeno comércio destes produtos.

Apesar destas grandes diferenças nas trajetórias familiares e na composição da riqueza de ambas, estas duas famílias localizam-se no centro das escolhas realizadas na pia batismal na primeira metade do século XIX. Entre 1810 e 1840, os Carneiro foram escolhidos como compadres em 80 situações, enquanto os Canavazes foram nomeados 41 vezes entre 1813 e 1838. O Capitão-Mór Antônio Januário Carneiro²⁰ concentrou 35 escolhas e o Licenciado Antônio Magalhães Canavazes foi selecionado em 25 ocasiões.

Dos 35 batizados apadrinhados por Antônio Januário Carneiro, 27 eram filhos legítimos²¹, 5 eram naturais²² e 3 expostos.²³ Já Antônio Magalhães Canavazes foi padrinho de 11 crianças legítimas, 11 naturais e 3 expostos (Tabela 19). Destaca-se que entre os batizados legítimos apadrinhados pelo Capitão-Mór Antônio Januário Carneiro, um deles era filho do Licenciado Antônio Magalhães Canavazes e de Hipolita Norberta Celestina. Portanto, além de cunhados, eram também compadres.

Tabela 19 – Legitimidade dos batizados, Famílias Carneiros e Canavazes, 1810-1840.

	Legítimos	Naturais	Expostos
Antônio Januário Carneiro	27	5	3
Antônio Magalhães Canavazes	11	11	3

Fonte: AEAM. Registros Paroquiais de Batismo.

No que diz respeito à condição social dos pais dos afilhados do Licenciado Antônio Magalhães Canavazes, todos aparecem como livres, porém, um deles é declarado com a cor/origem parda e outro com a cor/origem crioulo, podendo-se imaginar que tratavam-se de indivíduos libertos. O pardo José Ferreira Lima é casado com a parda Maria de Jesus, e o crioulo José Raimundo de Abreu é casado com a crioula Maria Custódia, ambas sem uma condição social declarada, porém, assim como seus maridos, pode-se supor que sejam libertas. Além destas duas mães com alguma cor/origem declarada, outras três eram pardas. Uma era escrava de “Dona Maria [?] de Jesus” e as outras duas sem declaração sobre a condição. Mais uma vez, supõe-se tratar de libertas. Afora estes apadrinhamentos, Francisco Magalhães Canavazes, no dia 24 de junho de 1827, num sacramento ministrado na Matriz de Piranga, fora nomeado padrinho de Mariana, filha natural de Josefa Benguela, escrava do Alferes Francisco Dias da Costa.²⁴ Em cinco batismos, as mães dos batizados apadrinhados pelo Licenciado aparecem com o título honorífico de *Donas*, enquanto somente dois pais possuem patentes militares: o Capitão Antônio Leandro Ferreira e o Sargento Luciano Carlos de Castro.

Tabela 20 – Condição social dos pais dos batizando, Famílias Carneiros e Canavazes, 1810-1840.

	Livres	Escravos	Forros
	Pais		
Antônio Januário Carneiro	24	0	2
Antônio Magalhães Canavazes	11	0	0
	Mães		
Antônio Januário Carneiro	29	0	3
Antônio Magalhães Canavazes	19	2	1

Fonte: AEAM. Registros Paroquiais de Batismo.

Tabela 21 – Cor/origem dos pais dos batizando, Famílias Carneiros e Canavazes, 1810-1840.

	Branco	Pardo	Crioulo	Africanos
Pais				
Antônio Januário Carneiro	22	3	1	0
Antônio Magalhães Canavazes	9	1	1	0
Mães				
Antônio Januário Carneiro	25	5	1	0
Antônio Magalhães Canavazes	16	4	1	1

Fonte: AEAM. Registros Paroquiais de Batismo.

O Capitão-Mór Antônio Januário Carneiro em 6 batismos é padrinho de filhos de mães com alguma cor/origem declarada. Cinco delas são pardas e uma crioula, que também é declarada como sendo forra, assim como duas das mulheres pardas. Quatro destas 6 mulheres são casadas, e seus maridos são da mesma cor/origem e condição social: 3 pardos e um crioulo. Os dados revelam que em 15 ocasiões, as mães que escolheram Antônio Januário Carneiro como padrinho de seus filhos carregavam a nomeação de *Dona*, enquanto em onze ocasiões, os pais detinham alguma patente militar.

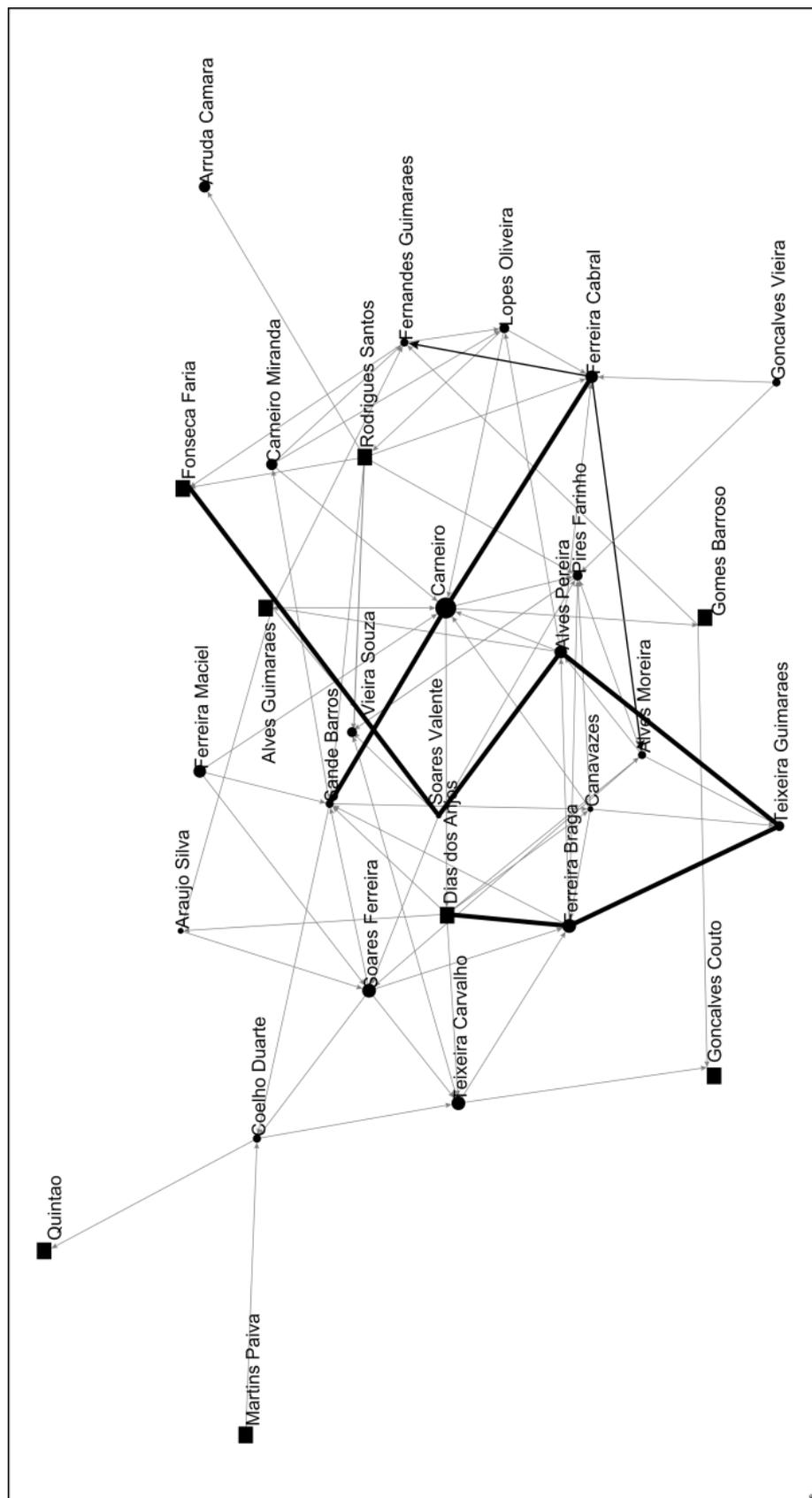
Ao analisar estes casos, depreendem-se nítidos contrastes entre estes dois universos. Fora a relação existente entre ambos, estabelecida no dia 26 de março de 1819, quando Antônio Januário Carneiro e sua esposa apadrinham um dos filhos de Francisco Canavazes e Hipólita Norberta. Não há nenhum intercruzamento de compadres. Por exemplo, ninguém que escolheu o Licenciado Francisco como compadre também selecionou Antônio Januário Carneiro. Se analisados os apadrinhamentos de outros membros de ambas as famílias, vê-se que somente em quatro sacramentos eles foram escolhidos simultaneamente e que em todos os casos eram batismos de filhos de pessoas sem algum título nobiliárquico, honorífico ou patente militar. Por último, cabe salientar que nenhum membro da família Canavazes foi escolhido como compadre por algum membro da família Carneiro, o que expõe a desigual relação estabelecida entre as duas famílias.

Outro ponto que merece destaque é a distinta natureza das escolhas realizadas por ambas as famílias. Enquanto os Carneiros transitavam por um círculo relacional de pessoas situadas no topo da hierarquia social piranguenses, escolhendo e sendo nomeados por indivíduos que detinham altas patentes militares, o comportamento relacional dos Canavazes era mais diversificado, perpassando por compadrios com atores situados nas

camadas mais baixas da sociedade, como por exemplo, mulheres crioulas e solteiras, o que é perceptível no número de filhos ilegítimos apadrinhados por Antônio Magalhães Canavazes (Tabela 19). Pode-se supor que os Canavazes situavam-se num estrato intermediário da hierarquia social piranguense e que, por isso, detinham o papel de integração religiosa e de assistir camadas mais baixas da população, tendo em vista que estavam ocupados no ofício de boticário e cirurgião. Tais atividades podem ter lhes legado a capacidade de construir uma clientela desde as camadas mais baixas da população às mais elevadas, o que permitiu a circulação entre as diversas camadas sociais e consequentemente um bom prestígio deste grupo familiar.

Das informações sobre quando membros das 29 famílias da elite piranguense nomeavam outros membros destas famílias na pia batismal, construiu-se a rede social plotada na Imagem 14. Nesta imagem, o tamanho do vértice é proporcional ao número de escolhas endogâmicas realizadas pelo grupo familiar. Os vértices representados por um quadrado preto são as famílias que não realizaram nenhuma escolha endogâmica. As espessuras das linhas representam o número de relações entre as duas famílias envolvidas, merecendo destaque que a família Ferreira Cabral foi a única que escolheu uma mesma família mais de uma vez como compadres (Fernandes Guimarães e Alves Moreira). As linhas bidirecionais foram transformadas em linhas não direcionais e tornadas mais espessas, o que realça aquelas famílias que possuíam relações recíprocas. Nota-se assim, que a reciprocidade no compadrio não foi uma prática muito difundida, o que privilegia a análise, pois quando escolhas positivas não são recíprocas, os atores prestigiosos de uma rede social tornam-se mais evidentes.²⁵

Imagem 14 – Rede de compadrio, freguesia de Guarapiranga, séculos XVIII e XIX.



Fonte: AEAM. Registros paroquiais de batismo.

Sobre aquelas famílias que não realizaram escolhas endogâmicas, destaca-se os Quintão. Apesar de estar evidente que são uma abastada família da elite piranguense a partir de dados extraídos de inventários *post-mortem* que informam acerca de determinadas trajetórias de membros desta família e dos matrimônios estabelecidos, pouquíssimos dados restaram sobre os sacramentos de batismo em que esta família estava de alguma forma envolvida. Em seis ocasiões aparecem como padrinhos, e somente em uma de outra família da elite piranguense: no dia 21 de fevereiro de 1882, Dona Maria Isabel Teixeira Quintão, é nomeada madrinha da inocente Cecília, filha legítima de Justiniano Corsino Duarte Badaró e Olímpia Mariana Badaró, descendentes do grupo familiar Coelho Duarte.

Para melhor conhecer esta estrutura relacional e o papel social desenvolvido por estas famílias, foram analisados alguns índices de centralidade desta rede social. O primeiro índice de que se calculou na rede social de compadrio foi o denominado *Input Degree*, em suma, o número de escolhas recebidas por *grupo familiar*. Obteve o maior índice, a família Carneiro, com um índice 3,89 vezes maior que a média geral de todas as famílias. Nesta medida de centralidade da rede social, doze famílias estiveram acima da média geral, porém, neste cálculo não se desconsiderou as escolhas endogâmicas, as quais elevam o número de escolhas recebidas pela família e conseqüentemente deturpam esta medida de centralidade. Por se tratar de distintas estratégias relacionais, eliminaram-se as escolhas de compadres dentro da própria família. A partir daí foi recalculado o *Input Degree*.

Tabela 22 – Índice de *input degree*, rede de compadrio, freguesia de Guarapiranga, séculos XVIII e XIX.

Família	Endogâmicas	Exogâmicas
Carneiro	0,7857	0,2857
Ferreira Braga	0,3928	0,1785
Pires Farinho	0,3571	0,2500
Ferreira Cabral	0,3571	0,1785
Soares Ferreira	0,3571	0,1428
Teixeira Carvalho	0,3214	0,1428
Alves Pereira	0,3214	0,1071
Sande Barros	0,2857	0,2142
Vieira Souza	0,2857	0,1785
Fernandes Guimarães	0,2500	0,1428
Teixeira Guimarães	0,2500	0,1428
Lopes Oliveira	0,2142	0,1071
Coelho Duarte	0,1785	0,1071

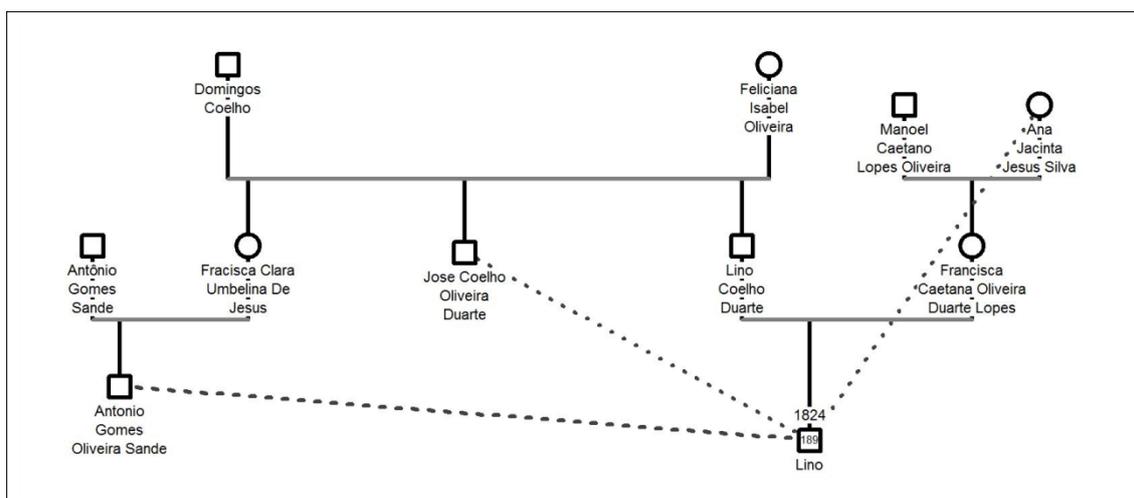
Fonte: AEAM. Registros Paroquiais de Batismo.

Além das doze famílias que possuíam um índice acima da média, os Coelho Duarte também obtiveram valor elevado, totalizando treze famílias que obtiveram um *Input Degree* acima da média geral de todos os *grupos familiares* (Tabela 22). Nota-se que os Carneiro obtiveram a maior cifra, contudo, desta vez, 2,83 vezes maior que a média geral de todos os índices encontrados. Observa-se também que, além de ter sido a família que mais realizou escolhas endogâmicas, foram 8 vezes selecionados como padrinhos de filhos da elite piranguense, portanto, os que mais receberam escolhas. Tais informações são sugestivas de que famílias que detinham um bom prestígio social eram aquelas que mais prezavam por relações fortes, as quais, quando escassas, recaíam sobre a própria família, o que poderia ser uma saída possível à ausência de um *bom compadre*, ou um mecanismo que visava estreitar as relações intrafamiliares.

Os Coelho Duarte, como demonstrado no capítulo anterior, eram um abastado grupo familiar que detinham grandes porções de terra próximo ao arraial de Piranga e descendiam do Licenciado Domingos Coelho, um dos homens mais ricos da capitania de Minas Gerais.²⁶ Através de estratégicas relações matrimoniais estabelecidas com os Sande Barros nos anos finais da década de 1840, firmaram-se como os maiores proprietários de terra de Piranga.²⁷ Nos registros paroquiais de batismo, pode-se subdividir suas atuações

como compadres em dois períodos: 1811 a 1838 e 1863 a 1882.²⁸ No primeiro são registrados 27 batismos e no segundo, 6 batismos. Devido a maior concentração de informações sobre a primeira metade do século XIX, analisa-se aqui as relações de compadrio estabelecidas por este *grupo familiar* no intuito de compreender os possíveis significados desta prática social num momento em que esta família buscava solidificar-se naquela sociedade e ainda tramavam as estratégias de sucessão em conjunto com os herdeiros do Cirurgiã-Mór Antônio Pedro Vidigal de Barros.

Imagem 15 – Batismo de Lino Coelho Duarte, freguesia de Guarapiranga, 1824.



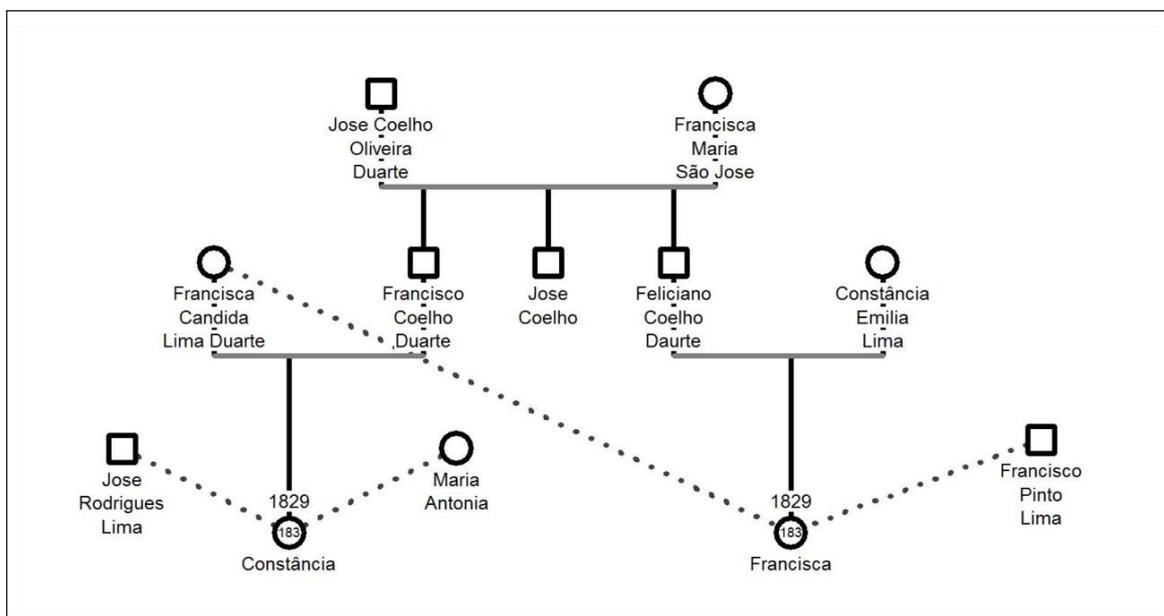
Fonte: AEAM. Registros Paroquiais de Batismo.

No dia 7 de julho de 1824, o Padre Antônio Gomes de Oliveira Sande, filho do Cirurgiã-Mór Antônio Pedro Vidigal de Barros, na Capela de Santo Antônio do Calambau, filial da Matriz de Piranga, sacramentou o batismo de Lino, filho do casal Lino Coelho de Oliveira Duarte – filho do Licenciado Domingos Coelho – e Dona Francisca Caetana Oliveira Duarte – filha do Sargento-Mór Manoel Caetano Lopes de Oliveira. Na ocasião, foram nomeados padrinhos o Capitã-Mór José Coelho de Oliveira Daurte, irmão do pai do batizando e Dona Ana Jacinta de Jesus, avó materna do batizando (Imagem 15). Este batismo resume em si como se davam as estratégias internas à família. Apesar de Francisca Caetana ter deixado o domicílio de seu pai e constituído uma nova família com um moço de uma abastada família local, os laços parentais não eram rompidos e expressavam-se, dentre outras formas, através do parentesco espiritual. Outro aspecto interessante a ser destacado neste sacramento é o fato de Lino Coelho Oliveira Duarte ser tio do pároco que sacramentou o batismo de seu filho e inclusive tê-lo nomeado em testamento como um dos seus herdeiros, além da constatação que o batizando em julho de 1824, no ano de 1838 é listado como agregado no domicílio do Padre Antônio Gomes de

Oliveira Sande. Por fim, este único sacramento ilustra bem como eram inter-relacionadas as elites piranguenses, ao participarem desta cerimônia membros das famílias Coelho Duarte, Lopes Oliveira e Sande Barros.

No ano de 1829, no dia em que se comemora o Natal, dois filhos do Capitão-Mór José Coelho de Oliveira Duarte, Francisco Coelho e Feliciano Coelho, foram à Matriz de Piranga sacramentar o batismo de suas filhas primogênicas. Francisca, filha do Alferes Feliciano Coelho e Constância Emília Lima, fora apadrinhada por Francisco Pinto Lima, residente na Vila de Barbacena, que naquele dia foi representado por procuração que apresentou Francisco Coelho Duarte. A madrinha nomeada foi a esposa de Francisco Coelho Duarte, Dona Francisca Cândida Lima Duarte. Constância, filha do casal Francisco Coelho Duarte e Dona Francisca Cândida Lima Duarte, teve como padrinhos o Capitão José Rodrigues Lima e Dona Maria Antônia, ambos residentes na freguesia de Guarapiranga (Imagem 16).

Imagem 16 – Batismo de Constância e Francisca freguesia de Guarapiranga, 1829.



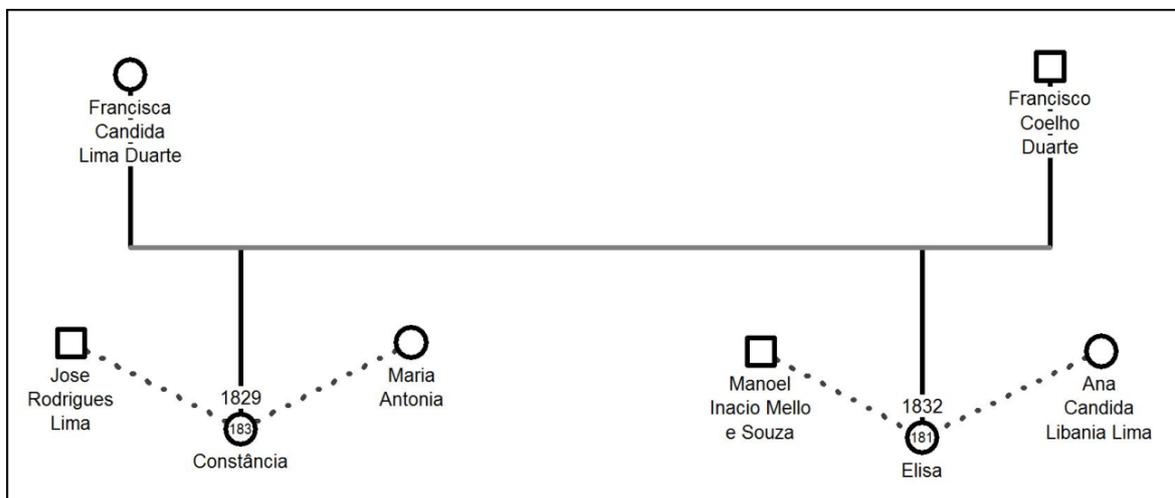
Fonte: AEAM. Registros Paroquiais de Batismo.

Não se tem nenhuma informação sobre o paradeiro deste compadre e desta comadre de Francisco Coelho Duarte, porém, tendo em vista o nome de família, Lima – o mesmo sobrenome de Dona Francisca Cândida e Constância, esposa do Alferes Feliciano –, supõe-se tratar de indivíduos das famílias destas duas senhoras, as quais não tiveram sua ascendência na freguesia de Guarapiranga. Porém, ainda que se trate de relações estabelecidas internamente ao grupo familiar, no caso específico do batismo de Francisca,

filha do Alferes Feliciano, vê-se que estas relações extrapolavam os limites locais da freguesia de Guarapiranga, indicando caminhos da mobilidade espacial em Minas Gerais na primeira metade do século XIX.

Além deste registro, foi encontrado outro assento de batismo de uma das filhas de Francisco Coelho Duarte. Nesta ocasião, no dia 12 de dezembro de 1832, Francisco já possuía o título de Sargento-Mór e a cerimônia não ocorreu na Matriz de Piranga, mas em uma ermida localizada em sua fazenda, dando sinais da ascensão social e econômica alcançada neste período de quase três anos. Por fim, este batismo oferece indícios de uma possível inserção da elite piranguense nos círculos da política mineira do período, pois o padrinho de Elisa, a filha batizanda, foi o então Presidente da Província Manoel Inácio de Mello e Souza, representado por seu procurador Alferes Feliciano Coelho Duarte. A madrinha, Dona Ana Cândida Libania de Lima, residia em Simão Pereira.²⁹ Neste registro não consta que Ana Cândida foi madrinha por procuração, portanto, esteve presente na cerimônia. Dado o seu sobrenome, assim como para os compadres nomeados em 1829, supõe-se tratar de ascendentes de Dona Francisca Cândida Lima Duarte (Imagem 17).

Imagem 17 – Batismo das filhas de Francisco Coelho Duarte, freguesia de Guarapiranga, 1829-1832.



Fonte: AEAM. Registros Paroquiais de Batismo.

Além das relações matrimoniais estabelecidas com os Sande Barros, estas duas famílias também firmaram laços de parentesco espiritual. O primeiro deles no ano de 1814, no batismo de Narcisa, filha legítima do Cirurgião-Mór Antônio Pedro Vidigal de Barros e de Dona Francisca Cândida de Oliveira, quando Lino Coelho de Oliveira Duarte é nomeado padrinho. Outro batismo envolvendo estas famílias é sacramentado anos mais tarde, no dia 25 de maio de 1873. Nesta ocasião, membros destas duas famílias estavam

reunidos na Ermida da Fazenda Piedade, de propriedade do Capitão Fortunato Pedro Vidigal de Barros, para a cerimônia de batismo de Fortunato, filho do enlace matrimonial do sobredito Capitão com Dona Maria Adelaide Badaró Vidigal, uma das filhas do Sargento-Mór Francisco Coelho Duarte. O Tenente Justiniano Corsino Duarte Badaró, irmão de Dona Maria Adelaide, fora nomeado padrinho e Dona Maria José Carneiro Miranda fora a madrinha escolhida. A madrinha, esposa do Coronel João Pedro Vidigal de Barros, tio paterno do batizando, não estava presente na cerimônia e por isso, foi representada por Dona Maria do Carmo Vidigal, outra irmã do Capitão Fortunato e também filha do então falecido Cirurgião-Mór Antônio Pedro Vidigal de Barros. Dado o número de pessoas envolvidas e as relações estabelecidas, vê-se que as relações entre estas duas famílias se reproduziram ao longo de todo o século XIX, indicando que o compadrio também funcionava como um mecanismo que reforçava laços já existentes, podendo ser empregado como forma de reafirmar o prestígio do grupo familiar.

Ao se observar as cifras contidas na Tabela 22, nota-se que as famílias Pires Farinho e Sande Barros, quando consideradas somente as escolhas exogâmicas, detêm o segundo e o terceiro maior índice de *Input Degree* respectivamente, pois, diferente dos Ferreira Braga, Soares Ferreira, Ferreira Cabral, Alves Pereira e Teixeira Carvalho, não realizaram muitas escolhas dentro do próprio *grupo familiar*,³⁰ contudo, foram escolhidos 7 (Pires Farinho) e 6 (Sande Barros) vezes dentro deste universo relacional da elite piranguense.

Outro índice retirado desta rede social foi o *Output Degree*, medida que calcula o número de linhas direcionais que emergem do vértice, ou seja, as escolhas realizadas pela família na pia batismal. Este índice é válido numa rede de compadrio, por se tratar de uma prática social onde há os escolhidos, mas também os que escolhem. Por exemplo, numa sociedade hierarquizada, ter um bom prestígio social não requer somente muitas escolhas positivas, mas escolhas de pessoas da mesma forma influentes e atuantes. Desta maneira, outra forma de pensar o compadrio extrapola o foco nas escolhas, levando-se em consideração que para uma relação ser estabelecida, um compadre realiza a escolha e o outro envolvido precisa aceita-la. Portanto, aquele que escolhe um compadre para seu filho, também detém um importante papel na análise desta prática social, pois mesmo sendo inferior socialmente, conseguiu mobilizar recursos para estabelecer o compadrio. Não obstante, quando ocorre o oposto, onde famílias que foram muitas vezes escolhidas

como padrinhos e poucas vezes escolheram, não quer dizer que foram incapazes de mobilizar recursos e ser aceitos como compadre e que por isso detinham um baixo prestígio social, pois o mesmo já estava expresso nas várias escolhas recebidas. Provavelmente a explicação para tal dissimilaridade reside no fato de serem famílias que recorreram a padrinhos fora dos limites da freguesia de Guarapiranga, os quais não estão representados na rede social em estudo.³¹ Além disso, é necessário considerar o número de filhos por casal ou famílias, os quais incidem diretamente na inserção no mercado de compadrio.

Observou-se, assim, que há famílias na rede social de compadrio da freguesia de Guarapiranga que foram poucas vezes escolhidas – ou mesmo nenhuma vez, como foi o caso da família Ferreira Maciel – como padrinhos dos filhos da elite piranguense, contudo, selecionaram *bons compadres*, o que lhes legou uma posição de prestígio naquela sociedade.

Além do *Output Degree*, a Análise de Redes Sociais permite o cálculo do índice denominado *All Degree*, o qual demonstra vértices que possuem uma boa conectividade independente da direção da linha. Neste índice, detém a centralidade os atores que estão mais vezes relacionados com outros atores da rede social em questão, sem privilegiar os mais escolhidos e os que mais realizaram escolhas, mas, ponderando ambas agências sociais e chegando a um índice de centralidade mais expressivo da estrutura social por trás do parentesco espiritual.

Na Tabela 23, estão os valores dos três índices de *degree* de cada família que em pelo menos um deles obteve cifras acima da média global de todos os *grupos familiares*. Nota-se que, ao todo, 22 famílias detiveram alguma proeminência estrutural nestas relações diretas; contudo, estas famílias destacaram-se de forma distinta em cada um dos índices de *degree*. Na Imagem 18, estão representadas por um triângulo preto aquelas famílias que obtiveram índices acima da média em todas as medidas; por um pentágono preto os Vieira Souza, Coelho Duarte e Fonseca Faria, centrais somente no *Input Degree*, enquanto os Ferreira Maciel, Alves Guimarães e Carneiro Miranda, centrais somente no *Output Degree*, estão representados por um quadrado branco. Importante notar que as famílias que possuem cifras acima da média global em dois índices são aquelas que, por deterem elevados índices nas escolhas recebidas ou efetuadas, inseriram-se também como *grupos familiares* com um alto grau de conectividade.

Tabela 23 – Índices de *degree*, rede de compadrio, freguesia de Guarapiranga, séculos XVIII e XIX.

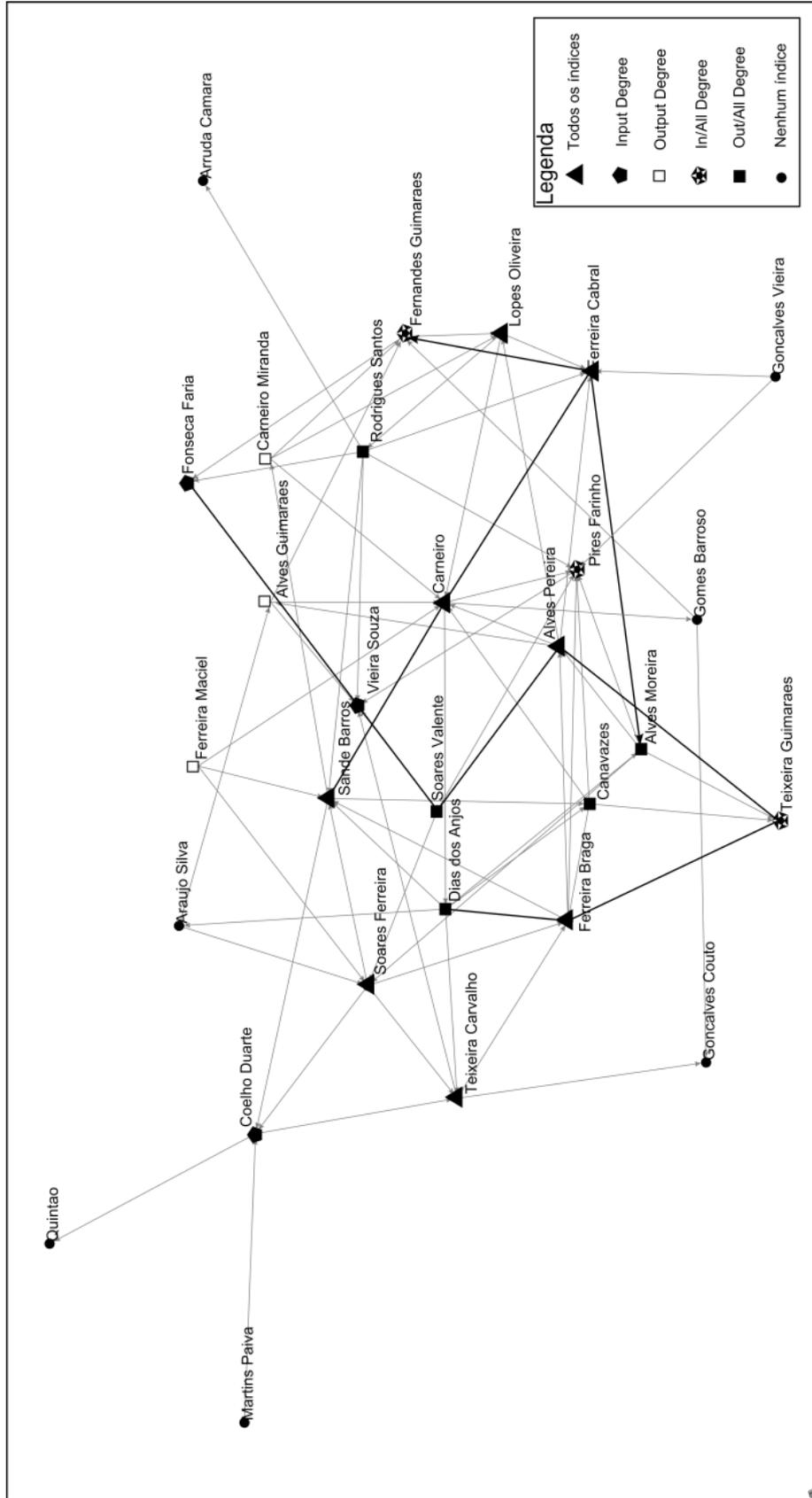
Família	Input Degree	Output Degree	All Degree
Alves Guimarães	0,0714	0,1071	0,0892
Alves Moreira	0,0714	0,1428	0,1071
Alves Pereira	0,1071	0,2142	0,1758
Canavazes	0,0714	0,1428	0,1071
Carneiro	0,2857	0,1785	0,2321
Carneiro Miranda	0,0357	0,1071	0,0714
Coelho Duarte	0,1071	0,0714	0,0892
Dias dos Anjos	0,0714	0,2142	0,1428
Fernandes Guimarães	0,1428	0,0714	0,1071
Ferreira Braga	0,1785	0,1785	0,1785
Ferreira Cabral	0,1785	0,1071	0,1428
Ferreira Maciel	0,0000	0,1071	0,0535
Lopes Oliveira	0,1071	0,1071	0,1071
Pires Farinho	0,2500	0,0357	0,1428
Rodrigues Santos	0,0357	0,2142	0,1250
Sande Barros	0,2142	0,1428	0,1785
Soares Ferreira	0,1428	0,1428	0,1428
Soares Valente	0,0714	0,1785	0,1250
Teixeira Carvalho	0,1428	0,1071	0,1071
Teixeira Guimarães	0,1428	0,0714	0,1071
Vieira Souza	0,1785	0,0000	0,0892

Fonte: AEAM. Registros Paroquiais de Batismo.

Na rede social da Imagem 18, a posição estrutural de cada uma das famílias não é meramente ilustrativa. Primeiramente, chama-se a atenção para as posições periféricas daqueles vértices que não detiveram elevadas cifras em nenhum dos índices de *degree* (elipses pretas). Apesar disso, ressalta-se que as posições periféricas não indicam necessariamente a não inserção nos principais circuitos relacionais da elite piranguense. Por exemplo, retoma-se novamente o caso do *grupo familiar* Coelho Duarte, um dos que obtiveram um elevado índice de *Input Degree*. Esta família localiza-se periféricamente onde estão situadas proeminentes famílias da rede social, porém, atentando-se às suas relações de compadrio, observa-se que foram escolhidos pelos Sande Barros e Soares

Ferreira, duas das 8 famílias que detiveram elevadas cifras em todos os índices de *degree*, além de ser a única família que estabeleceu relações de compadrio com os Quintão e Martins Paiva e ainda possuir relações com os Teixeira Carvalho, outra família proeminente em todos os índices de centralidade até agora analisados.

Imagem 18 – Índices de *degree*, rede de compadrio, freguesia de Guarapiranga, séculos XVIII e XIX.



Fonte: AEAM. Registros paroquiais de batismo.

Portanto, apesar de periféricos na rede social, vê-se que eram uma importante família piranguense capaz de mobilizar boas relações de compadrio.

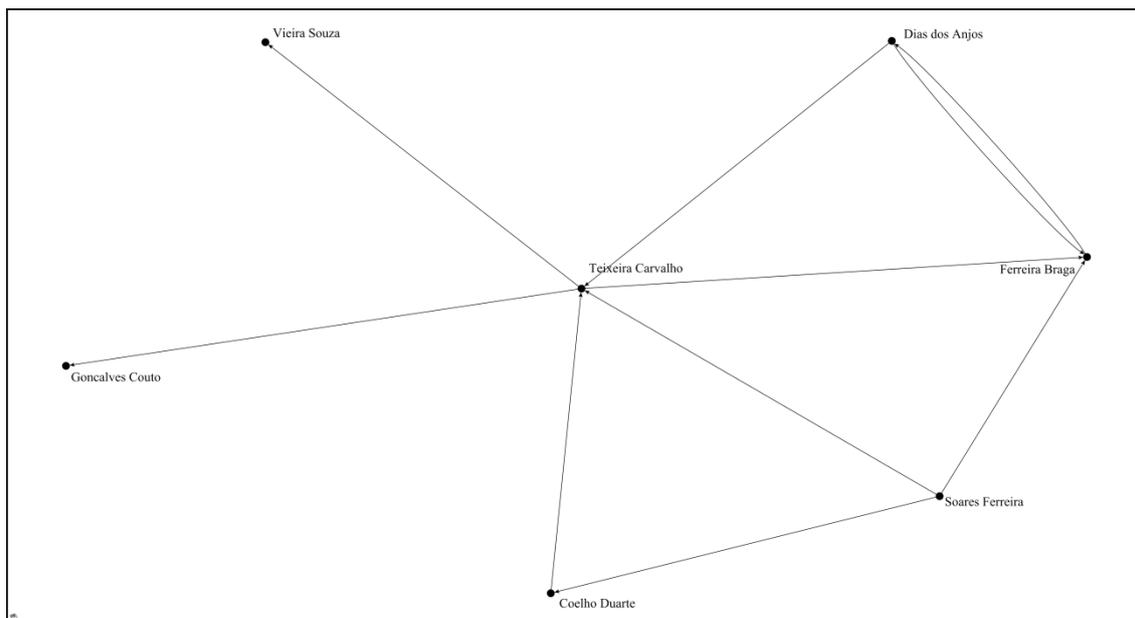
Acerca da família Teixeira Carvalho, observa-se que possui relações de parentesco espiritual com outras seis famílias na rede social, a saber: Coelho Duarte, Soares Ferreira, Dias dos Anjos, Ferreira Braga, Gonçalves Couto e Vieira Souza. As três primeiras lhes escolheram e as últimas, eles selecionaram.

Entre 1811 e 1838, 29 crianças desta família foram batizadas, todas, filhos de uniões legítimas. Atentando-se às capelas onde foram sacramentados tais batismos, nota-se que este grupo familiar estava disperso pelo território da freguesia de Guarapiranga, constatando-se batismos nos seguintes locais: Matriz de Piranga, Capela de Santo Antônio do Calambau, Capela de Santo Antônio do Bacalhau, Capela de São Caetano do Xopotó, Capela da Nossa Senhora da Conceição da Tapera e Capela de Nossa Senhora do Rosário de Brás Pires.

Dentre as seis famílias com quem os Teixeira Carvalho tiveram algum laço de parentesco espiritual, observa-se que os Gonçalves Couto e os Vieira Souza só estabeleceram laços com os Teixeira Carvalho (Imagem 19), o que é indicativo de premeditadas estratégias tecidas pelos Teixeira Carvalho em estabelecê-las, pois, indiretamente, não teriam constituído um meio de sociabilidade com estas famílias, o que os levou a mobilizar-se e firmar estes laços de compadrio.

Ao voltar-se à rede de matrimônio, observa-se que os Teixeira Carvalho também possuem relações matrimoniais com os Vieira Souza, indicando que estas duas famílias tinham uma forte relação social. O parentesco espiritual entre ambas foi firmado no dia 4 de julho de 1817, no sacramento de batismo de “Antônio Parvolo”, filho legítimo do Capitão José Teixeira Carvalho e Dona Rosa Vieira de Souza, quando foram nomeados padrinhos, o Alferes Antônio Vieira Souza e Dona Rosa Jacinta.³² Outro compadre deste casal foi o Tenente-Coronel João José de Oliveira Pena, numa relação estabelecida no dia 27 de setembro de 1823, quando foi nomeado padrinho de Joaquim, numa cerimônia de batismo realizada na Capela de Santo Antônio do Calambau.

Imagem 19 – Rede de compadrio, família Teixeira Carvalho, freguesia de Guarapiranga, 1793-1838.



Fonte: AEAM. Registros paroquiais de batismo.

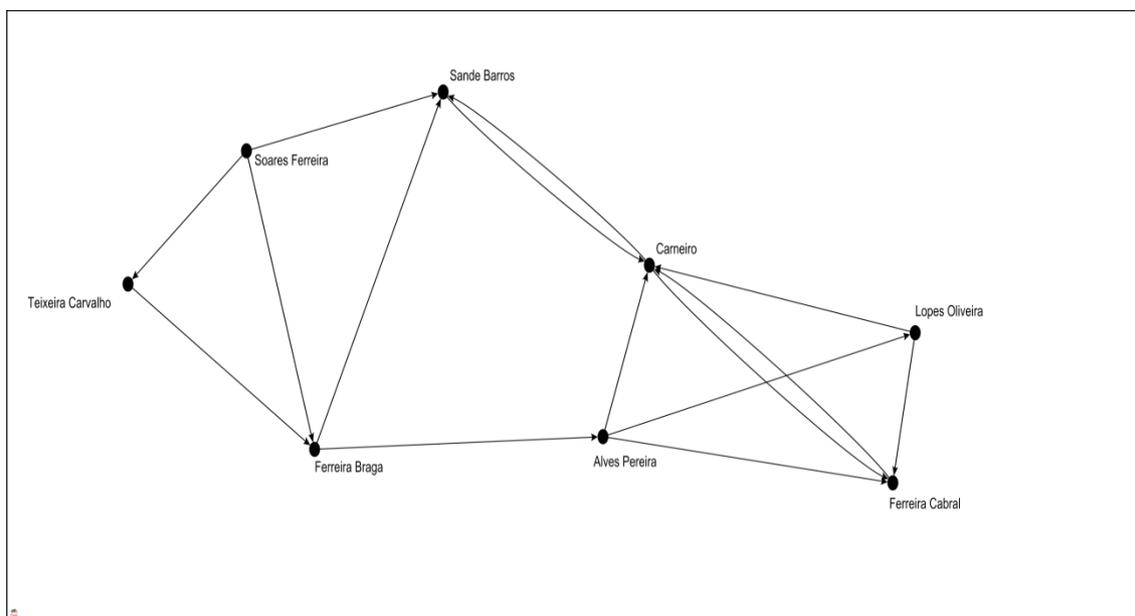
Nestes dois batismos dos filhos do Capitão José Teixeira Carvalho, destaca-se o fato de terem sido sacramentados em capelas distintas. Enquanto o primeiro foi sacramentado na Capela de Santo Antônio do Bacalhau, a segunda cerimônia foi celebrada na Capela de Santo Antônio do Calambau. Tal constatação pode ser indicativa de alguma mobilidade espacial que esta família estava empreendendo naqueles anos. Entretanto, ainda que em 1823 residissem no distrito de Calambau, o padrinho escolhido, Tenente-Coronel João José de Oliveira Pena, residia no distrito de Bacalhau³³, provavelmente a antiga localidade onde habitava o casal Capitão José Teixeira Carvalho e Dona Rosa Vieira de Souza, indicando que os laços de compadrio ultrapassavam os limites da capela. Pode-se supor, ainda que se pudesse tratar de uma forte relação entre estes dois compadres e que mesmo tendo migrado, os Teixeira Carvalho mantiveram relações com a localidade de origem.

Não obstante, dentre os compadres dos membros da família Teixeira Carvalho, somente possuíam terras nas mesmas localidades aqueles que eram das famílias Ferreira Braga, Dias dos Anjos e Coelho Duarte. Tais informações são sugestivas de que relações fortes nem sempre estavam enraizadas somente em nível local, uma vez que os Teixeira Carvalho, originários primariamente do distrito de Bacalhau, na microrregião norte, detiveram fortes relações exatamente com os Vieira Souza, família que possuía terras somente em distritos da microrregião sul, que ao longo do século XVIII e XIX tornou-se a fronteira migratória da freguesia de Guarapiranga, indicando que poderia haver um trânsito

relacional dentro da freguesia de Guarapiranga. Além disso, explorando estas relações, são encontrados dados que lançam luz sobre como o espaço pode ter agido nas escolhas relacionais daqueles indivíduos em zona de fronteira agrícola.

Voltando à rede social da Imagem 18, nota-se que as famílias que obtiveram elevadas cifras em todos os índices de centralidade analisados estão latitudinalmente dispersas na porção central da imagem, o que pode ser indicativo de distintos *campos de influências* constituídos dentre estas famílias da elite piranguense. Na Imagem 20, estão representadas as relações de compadrio constituídas entre estas 8 famílias centrais, na qual a direção da linha indica a família escolhida. Nota-se nesta rede social que os Carneiro, Sande Barros, Ferreira Braga e Alves Pereira detêm posição central, pois interligam todas as outras famílias entre si. Observa-se também que os Soares Ferreira não foram nenhuma vez escolhidos por algum membro destas famílias centrais como padrinhos e que os Ferreira Cabral foram escolhidos três vezes e realizaram somente uma escolha, a saber, os Carneiro, que é uma das famílias que lhes escolheram.

Imagem 20 – Rede de compadrio, principais famílias no índice de *degree*, freguesia de Guarapiranga, séculos XVIII e XIX



Fonte: AEAM. Registros paroquiais de batismo.

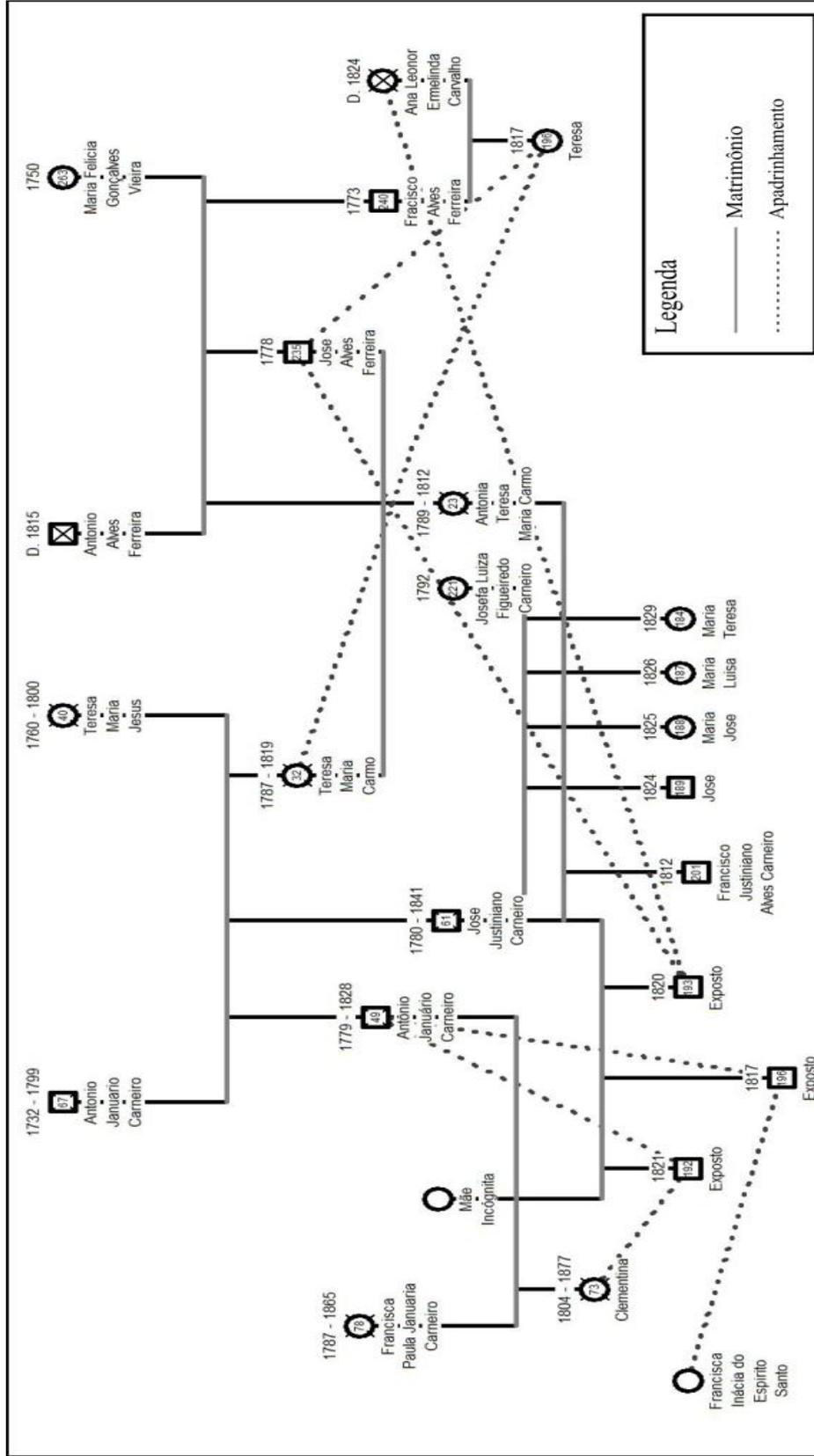
O primeiro intercruzamento espiritual entre os Carneiro e os Ferreira Cabral que se tem informação se deu no dia 8 de janeiro de 1817 no batismo de Teresa, realizado na Capela de Nossa Senhora da Conceição da Tapera. Teresa era filha legítima de Francisco Alves Ferreira e Dona Ana Leonor Ermelinda Carvalho. Três anos depois do batismo de sua filha, Dona Ana Leonor fora nomeada madrinha de uma criança exposta na porta do

Tenente José Alves Ferreira, irmão de seu esposo Francisco. Este registro batismal passaria despercebido não fosse o reconhecimento de paternidade feito em testamento pelo Coronel José Justiniano Carneiro de três filhos naturais que foram expostos.³⁴ Um deles é o exposto na casa de seu cunhado Tenente José Alves Ferreira. Sobre a criança, no ano de 1831 é recenseado ainda vivendo no mesmo domicílio em que foi exposto (Imagem 21). Provavelmente, era sabido de toda a família Carneiro e também dos Ferreira Cabral o paradeiro desta criança exposta e por isso, criaram-no porta adentro por tanto tempo, tendo o mesmo de alguma forma convivido com seu pai, ainda que carregasse o estigma de ter sido exposto.

Outro filho natural reconhecido por José Justiniano em testamento foi exposto na casa de Dona Francisca Inácia do Espírito Santo. Acerca de Francisca Inácia não se têm informação alguma além desta. Porém, como era comum, ela mesma foi a madrinha da criança e o padrinho foi o Capitão-Mór Antônio Januário Carneiro. Sobre o terceiro filho, provavelmente trata-se do “Manoel inocente”, exposto na porta do Capitão-Mór Antônio Januário Carneiro, batizado aos 5 de maio de 1820, que teve como padrinhos o Capitão-Mór Antônio Januário Carneiro e sua filha Dona Clementina.³⁵

Ter um filho nascido de relações ilícitas aos olhos da Igreja era algo que poderia assolar a imagem do Coronel José Justiniano e atrapalhar a sua inserção política como vereador da Câmara de Mariana³⁶ e sua ascensão na hierarquia militar.³⁷ Porém, ao que parece, bem arquitetou a inclusão destes filhos na sociedade piranguense e esteve de alguma forma consciente das trajetórias dos mesmos. Já no leito de morte, reconhece estes filhos, provavelmente com pretensões religiosas para salvação de sua alma, contudo, a sua terça³⁸ é designada para suas filhas legítimas.

Imagem 21 – Batismos, famílias Carneiro e Ferreira Cabral, freguesia de Guarapiranga, c1817-c1821.



Fonte: AEAM. Registros paroquiais de batismo.

Outra família com quem os Carneiro tiveram relações recíprocas na pia batismal foram os Sande Barros. Ambas as famílias estavam instaladas na freguesia de Guarapiranga desde a segunda metade do século XVIII, porém, se tornam compadres no final do século XIX, no ano de 1873, no já citado batismo de Fortunato, filho do casal Capitão Fortunato Pedro Vidigal de Barros e de Dona Maria Adelaide Duarte Lima Vidigal Badaró. Os padrinhos escolhidos foram o então Tenente Justiniano Corsino Duarte Badaró e Dona Maria José Figueiredo Carneiro de Miranda.

Como já mencionado, o Tenente Justiniano Corsino era filho do Sargento-Mór Francisco Coelho Duarte Badaró e irmão mais novo da mãe do batizando. Dona Maria José Figueiredo Carneiro de Miranda era uma das filhas legítimas do Coronel José Justiniano Carneiro, nascida no ano de 1825 (Imagem 21). Contudo, em 1873, Dona Maria José já estava casada em segundas núpcias³⁹ com o Coronel João Pedro Vidigal de Barros, irmão do Capitão Fortunato Pedro Vidigal de Barros. Em vista destas informações, chama-se atenção para a ausência de relações envolvendo os Carneiro e os Sande Barros anteriores a esta, que no ano de 1873 já pode, inclusive, ser tida como uma relação de apadrinhamento interna à família, já que a madrinha é esposa do tio do batizando. Sabendo que habitavam um mesmo espaço e notada a ausência de relações matrimoniais e espirituais, sugere-se que havia alguma disputa por uso da terra, poder ou prestígio social entre estas famílias. Ainda que houvesse um casamento entre ambas as famílias, este foi sacramentado quando Dona Maria José era viúva de José Carneiro Miranda, da linhagem dos Carneiro Miranda, com a qual os Sande Barros tinham diversas relações matrimoniais e de compadrio.

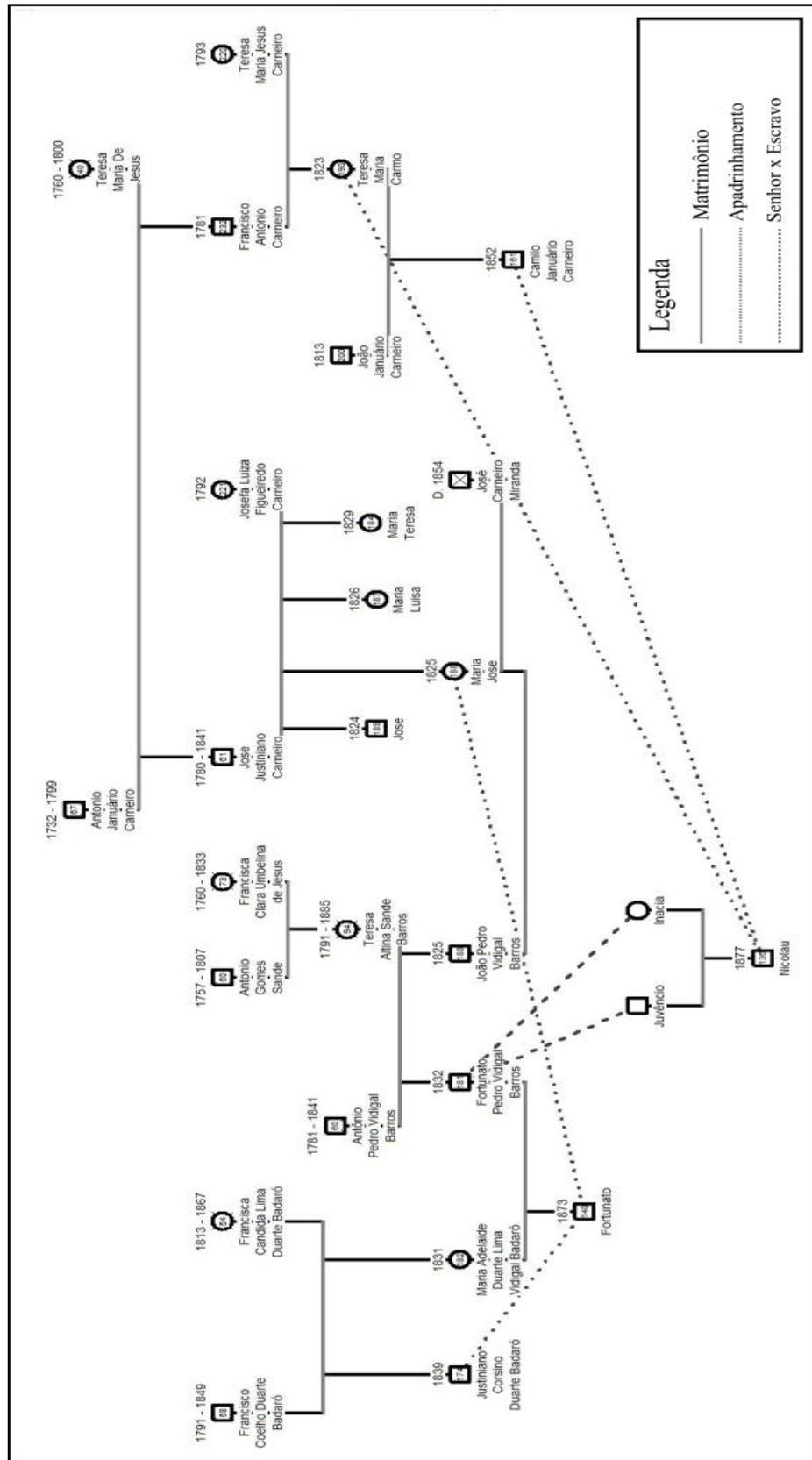
Observa-se na Imagem 22, outro batismo que envolve estas duas famílias e abarca o mundo dos escravos. Este batismo ocorreu no dia 1 de abril de 1877 na ermida do Paraíso, provavelmente de propriedade de algum indivíduo da família Carneiro, já que em outras ocasiões esta indivíduos desta família participam como padrinhos de cerimônias de batismos sacramentados nesta ermida. Contudo, quem estava sendo batizado era “Nicolau preto inocente”, filho legítimo de “Juvêncio preto” e “Inácia preta”, ambos escravos do Capitão Fortunato Pedro Vidigal de Barros. Os padrinhos, porém, foram Camilo Januário Carneiro e sua mãe Teresa Maria de Jesus Carneiro. Em vista do que se conhece sobre estas duas famílias e da relação estabelecida entre pessoas de distintos estratos sociais neste sacramento de batismo, o mesmo dá importantes contribuições para a formulação de uma série de hipóteses acerca das relações entre estas famílias e entre senhores e escravos.

Primeiramente, causa estranhamento o fato de duas famílias que por décadas mantiveram-se apartadas socialmente, mesmo vivendo numa mesma região, envolverem-se justamente no batismo de cativos, que, como tem demonstrado a historiografia, podia-se tratar de laços de proteção e solidariedade dentro do sistema escravista.⁴⁰ Não obstante, há ainda discussões sobre a agência individual do cativo ou a agência senhorial nas escolhas realizadas na pia batismal.⁴¹

Deste modo, o apadrinhamento de Nicolau poderia tratar-se de algum laço de proteção que o casal cativo almejava, mirando algum ganho social para o seu filho, que teria compadres livres, reconhecidamente brancos e de abastadas famílias da região. Interessante notar que este laço fora alcançado fora da senzala e também do âmbito parental de seu senhor, situação próxima ao que Stephen Gudeman e Stuart Schwartz constataram para o apadrinhamento entre escravos no recôncavo baiano.⁴² Entretanto, o apadrinhamento deste filho de cativos do efetivo escravo do Capitão Fortunato pode dizer respeito à alguma interação social que Camilo Januário Carneiro intentava estabelecer com a família Sande Barros, indicando que, mesmo que se trate de famílias da elite piranguense, as relações sociais podem solidificar-se a partir das camadas mais baixas da população.

A este respeito, a trajetória do Capitão Fortunato é ilustrativa de como o processo de enraizamento social numa região envolvia direta ou indiretamente livres, libertos e escravos. Nascido no dia 12 de maio de 1831, teve como padrinho o Tenente-Coronel e Cavaleiro da Ordem de Cristo Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca, que naquele ano era presidente da Câmara de Mariana, tendo sido tesoureiro em 1814 e vereador em 1821, além de ter voltado ao cargo de presidente entre os anos de 1837 a 1840.⁴³ Portanto, vê-se que seu pai, Antônio Pedro Vidigal de Barros, influente morador da região de Piranga, proprietário de uma importante fazenda produtora de cana-de-açúcar, com engenho de água corrente e outro de bois, além de duas sesmarias de terras de cultura, buscou através do compadrio estabelecer relações com prestigiosas pessoas fora dos limites da freguesia de Guarapiranga. Salienta-se que estas informações sobre a propriedade do pai do Capitão Fortunato datam do ano de 1833, quando é feito o inventário da avó do sobredito Capitão⁴⁴, portanto, dois anos a após o nascimento de Fortunato.

Imagem 22 – Batismos, famílias Carneiro e Sande Barros, freguesia de Guarapiranga, 1873-1877.



Fonte: AEAM. Registros paroquiais de batismo.

Por conseguinte, fica claro que Fortunato nasceu num momento em que sua família já detinha influência, prestígio e abastada riqueza.

No ano de 1848, Fortunato casa-se com Maria Adelaide – filha do Comendador Francisco Coelho Duarte Badaró, deputado da província de Minas Gerais em 1840⁴⁵ – e adquirira por compra, a fazenda Cachoeirinha, situada no distrito de Calambau.⁴⁶ Em razão de seu casamento e da compra de uma nova propriedade, Fortunato Pedro emigrara para um novo distrito da freguesia de Guarapiranga, deixando para trás a vida que levava na fazenda Pirapetinga, propriedade que estava entre as posses de sua família desde seu bisavô Domingos Coelho, falecido nos anos finais da década de 1780.⁴⁷ Habitando o distrito de Calambau, Fortunato e sua mulher Maria Adelaide são nomeados padrinhos em três sacramentos batismais. Em uma destas vezes são nomeados juntos, no dia 8 de janeiro de 1874, como padrinho e madrinha de Maria, nascida no dia 7 de dezembro do ano anterior, filha legítima de Francisco Antônio de Paula e Rita. Dada a ausência de qualquer distinção acerca da origem dos pais e a pouca descrição conferida aos seus nomes (por exemplo, à mãe nem é dado um sobrenome), supõe-se tratar de pessoas de baixos cabedais, sem muita distinção e prestígio social.

Pouco mais de um mês depois, no dia 10 de fevereiro de 1874, Dona Maria Adelaide é escolhida como madrinha de Antônio, filho legítimo do Capitão Manoel Pedro Vidigal de Barros e de Dona Maria Perpétua Carneiro Miranda. Por fim, no dia 31 de maio de 1883, o Capitão Fortunato Pedro é padrinho por procuração que apresentou Augusto Pereira Lins, no batismo de Braneges, filho legítimo de Francisco Mateus e Dona Umbelina Lins.⁴⁸ Não há neste registro qualquer menção a residência, ascendência e cor/origem dos outros envolvidos neste sacramento, entretanto, o mesmo foi realizado na Matriz de Piranga, podendo ser indicativo de que os pais do batizando residiam na Vila de Piranga ou nos seus arredores próximos.

Outro evento que interliga Fortunato Pedro a indivíduos situados em camadas mais baixas da população é o batismo de Ana, realizado aos 21 de agosto de 1870 na Matriz de Piranga. Ana era filha natural do já referido casal de cativos, Juvêncio e Inácia. Na ocasião, assim como no batismo do filho Nicolau, os padrinhos eram pessoas livres: Laurindo Ferreira de Sousa e Joaquina da Cruz.⁴⁹ Nove anos depois, em março de 1879, este mesmo casal vai à Matriz de Piranga batizar uma de suas filhas. Trata-se agora de Jesuína, que assim como seus irmãos teve como padrinhos, pessoas livres. Um último registro de

batismo de escravos do Capitão Fortunato é sacramentado na Capela de Senhor Bom Jesus do Bacalhau no dia 30 de janeiro de 1883. Neste dia, Martinha, filha natural de Doroteia, escrava do Capitão Fortunato, é apadrinhada por Manoel e Maria Madalena. O padrinho é escravo de Dona Maria Micaela, irmã mais velha de Fortunato, enquanto a madrinha é escrava de José Fortunato, um dos filhos de Dona Maria Micaela.

Conhecendo todas estas cerimônias de batismo em que o Capitão Fortunato Pedro esteve envolvido, seja diretamente, como compadre e pai do batizando, ou indiretamente, como senhor e cativos que iam à pia batismal sacramentar a salvação da alma de seus filhos, vê-se que, diferente de seu pai que atuava no estrato livre e abastado da população, Fortunato agia nas duas camadas mais baixas, apadrinhando indivíduos pobres, revelando que a migração trazia consigo novas estratégias relacionais, as quais eram estruturadas a partir das camadas mais baixas da população, de onde alavancava seu prestígio e reconhecimento social.

Outra família da elite piranguense que merece um destaque analítico são os Soares Ferreira, proeminentes em todos os índices de centralidade analisados, mas, ainda assim, nenhuma vez escolhidos como compadres de indivíduos das outras sete famílias centrais na rede de compadrio (Imagem 20). Porém, foram nomeados padrinhos por outras quatro famílias: Araújo Silva, Ferreira Maciel, Soares Valente e Alves Moreira, todas elas, à exceção da primeira, famílias que detiveram um elevado índice de *Output Degree* (Ver Tabela 23 e Imagem 18); portanto, famílias que apesar de poucas vezes escolhidas, conseguiram mover boas escolhas e adquirir posição de destaque dentre a elite da região. Já a família Ferreira Cabral, além de ter sido escolhida por três famílias dentre as oito centrais em todos os índices de centralidade analisados, que são as famílias Carneiro, Alves Pereira e Lopes Oliveira, também foram nomeados pelas famílias Rodrigues Santos, Alves Moreira e Gonçalves Vieira.

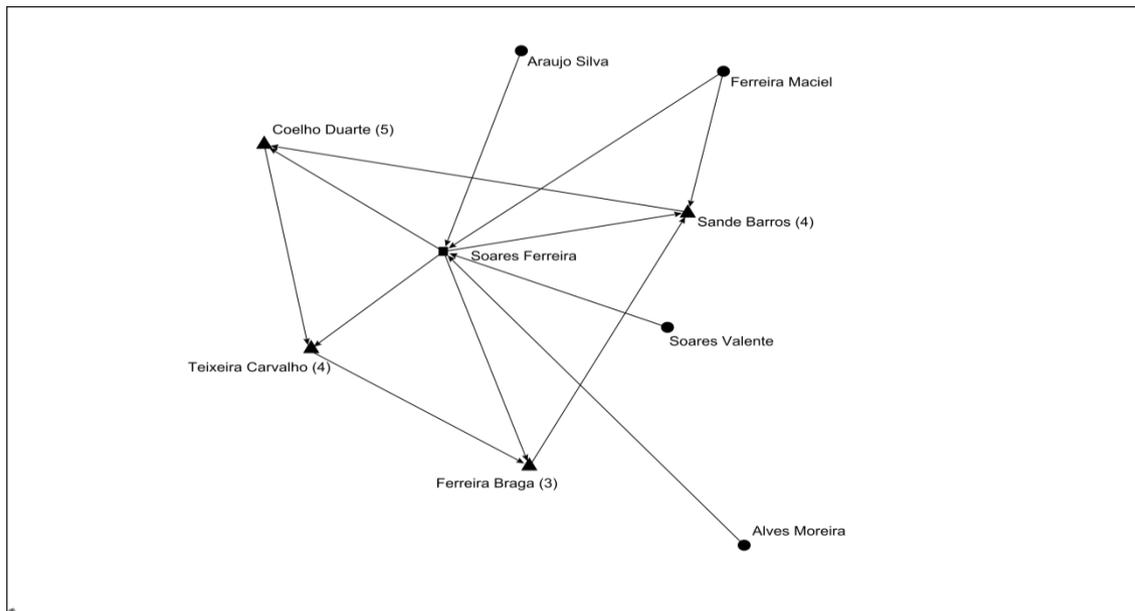
Além das três escolhas representadas na Imagem 20, vê-se que os Soares Ferreira também selecionaram os Coelho Duarte como compadres (Ver Imagem 23), família que assim como as outras, foi muitas vezes escolhidos por membros da elite estudada. Pelos Soares Ferreira, os Coelho Duarte foram escolhidos como padrinhos no dia 29 de julho de 1813, no batismo de José, filho legítimo de Vicente Soares Ferreira e Maria Clara de Santa Rita, casal que nomeou como padrinhos Antônio Gonçalves da Cunha e Dona Maria Benedita Coelho Duarte, uma das filhas do Licenciado Domingos Coelho e tia do

recorrentemente mencionado, Francisco Coelho Duarte Badaró. Acerca desta madrinha, sabe-se que entre 1813 e 1845 apadrinhou nove crianças, filhas de diversas famílias. Em vista do fato de não ter contraído núpcias, pode-se supor que era um elemento no âmbito da família a partir do qual se forjavam diversas alianças, distribuindo o prestígio de sua família entre famílias pouco abastadas e arquitetando importantes estratégias com membros de famílias da mesma forma prestigiosas.

Vê-se pela Imagem 23 que os Soares Ferreira escolheram os Teixeira Carvalho como compadres. Esta relação se deu também através do casal Vicente Soares Ferreira e Maria Clara de Santa Rita. Dois anos após escolherem Dona Maria Benedita como madrinha, este casal escolheu Antonio Teixeira Carvalho e sua irmã Ana Leonor como os padrinhos de Joaquim, filho batizado no dia 17 de dezembro de 1815.

Vê-se no caso específico dos Soares Ferreira um comportamento relacional na pia batismal em que se escolhem famílias prestigiosas, muitas vezes selecionadas como compadres de outras famílias no universo da elite piranguense, e recebem-se escolhas de famílias menos centrais, ilustrando bem a natureza vertical das relações de compadrio detectadas por Silvia Brügger na sociedade sanjoanense dos séculos XVIII e XIX.⁵⁰ Na Imagem 23, estão representadas as relações entre todas as famílias que escolheram (elipse preta) ou foram escolhidas (triângulo preto) pelos Soares Ferreira. Entre parênteses, ao lado do nome das famílias que foram nomeadas está a distância estrutural⁵¹ daquela família aos Soares Ferreira. Nota-se, portanto, que nenhuma das famílias que apadrinharam os filhos dos Soares Ferreira escolheram como compadres famílias que foram nomeadas pelos Soares Ferreira. A menor distância dentre os escolhidos é a do *grupo familiar* Ferreira Braga, que escolheu os Dias dos Anjos⁵², que por sua vez escolheram os Araújo Silva, os quais foram apadrinhados pelos Soares Ferreira. Tais dados mostram como eram hierarquizadas e pouco recíprocas as estratégias familiares na pia batismal, pois, enquanto os Ferreira Braga apadrinhavam os Soares Ferreira, suas escolhas só retornariam a estes compadres através de relações indiretas com pelo menos outras duas famílias. Do mesmo modo, considera-se as famílias que escolheram os Soares Ferreira e nota-se o mesmo comportamento: as escolhas retornando indiretamente através de um mínimo de duas famílias.⁵³

Imagem 23 – Rede de compadrio, família Soares Ferreira, freguesia de Guarapiranga, séculos XVIII e XIX.



Fonte: AEAM. Registros paroquiais de batismo.

Contudo, esta hierarquização relacional não foi o único padrão averiguado na rede de compadrio. Ao se atentar ao caso da família Ferreira Cabral, observa-se diferenças elementares em relação aos padrões detectados para a família Soares Ferreira.

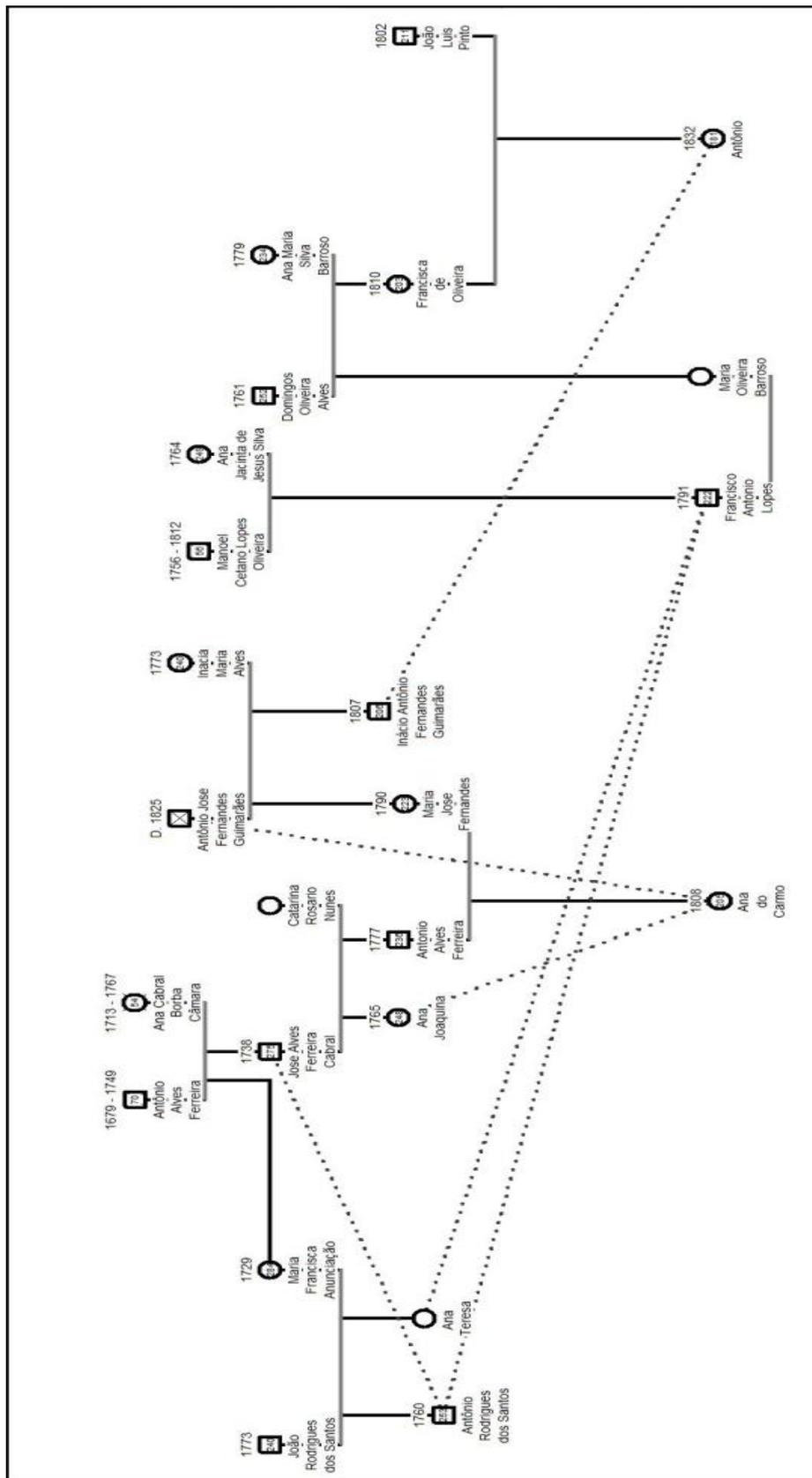
Fundamentalmente, detecta-se uma maior densidade de relações entre aquelas famílias com as quais possuíram relações de parentesco espiritual, o que é indicativo de uma maior integração social entre estas famílias. Pela Imagem 24, observa-se que a distância estrutural dos que foram nomeados pelos Ferreira Cabral é intermediada por no máximo uma família, além de haver uma relação recíproca com os Carneiro. Por exemplo, Antônio Alves Ferreira, um dos membros da família Ferreira Cabral, escolheu como compadre de sua filha Romana, nascida em 1797, o Tenente José Alves Moreira. Além desta direção na relação entre estas duas famílias, há uma relação indireta através da relação que ambas possuem com os Alves Pereira, família que nomeou um dos membros do *grupo familiar* Ferreira Cabral no batismo de Vicente, filho de Vicente Pereira Alves e Josefa Maria de Jesus, no ano de 1817.

Quando considerados aqueles que os selecionaram como compadres, os Rodrigues Santos tornam-se os mais distantes socialmente. No dia 30 de agosto de 1760, o Capitão João Rodrigues dos Santos nomeia como padrinho de seu filho Antônio, o Doutor José Alves Ferreira Cabral, filho do casal Capitão-Mór Antônio Alves Ferreira e Dona Ana Cabral da Borba Câmara. Destaca-se que João Rodrigues dos Santos era casado com Dona

Maria Francisca da Anunciação, irmã do Doutor José Alves Ferreira Cabral. Acerca da família Rodrigues dos Santos, não se tem uma grande concentração de informações para um longo período de tempo, encontrando-se dados sobre as trajetórias de membros desta família de forma fragmentada e indireta, através de menções em inventários *post-mortem* de outros grupos familiares. Uma das informações encontradas é o registro de batismo de Francisco Antônio Lopes, filho legítimo de Manoel Caetano Lopes de Oliveira e Dona Ana Jacinta de Jesus Silva, batizado no ano de 1791 e teve como padrinhos Antônio Rodrigues dos Santos e sua irmã Ana Teresa, ambos filhos do Capitão João Rodrigues dos Santos (Imagem 22). Porém as interconexões entre estas famílias não terminam nestes dois apadrinhamentos. Ana do Carmo, nascida aos 21 de setembro de 1808, filha legítima do Guarda-Mór Antônio Alves Ferreira e neta do sobredito Doutor José Alves Ferreira Cabral, teve como padrinho Antônio José Fernandes Guimarães, seu avô, e Dona Ana Joaquina, irmã de seu pai

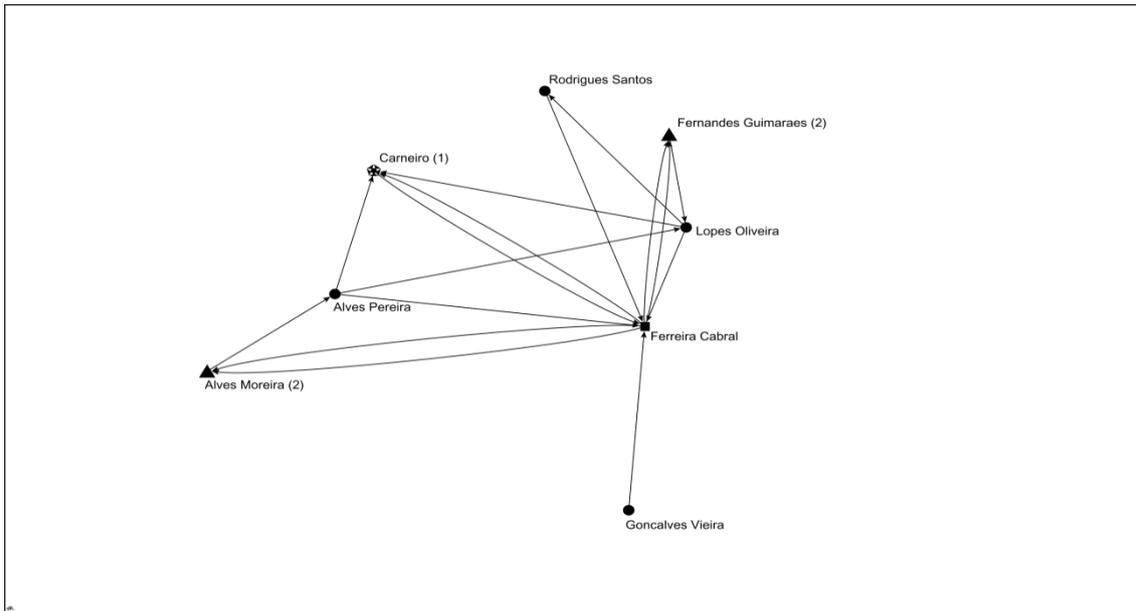
Por último, no ano de 1832, o casal João Luís Pinto e Francisca de Oliveira, cunhada do mencionado Francisco Antônio Lopes, portanto, membros do *grupo familiar* Lopes Oliveira, escolheram como padrinho de seu filho Antônio, Inácio Antônio Fernandes Guimarães, filho do casal Antônio José Fernandes Guimarães e Inácia Maria Alves.

Imagem 24 – Batismos, famílias Ferreira Cabral, Rodrigues Santos, Lopes Oliveira e Fernandes Guimarães, 1760-1832.



Fonte: AEAM. Registros paroquiais de batismo.

Imagem 25 – Rede de compadrio, família Ferreira Cabral, freguesia de Guarapiranga, séculos XVIII e XIX.



Fonte: AEAM. Registros paroquiais de batismo.

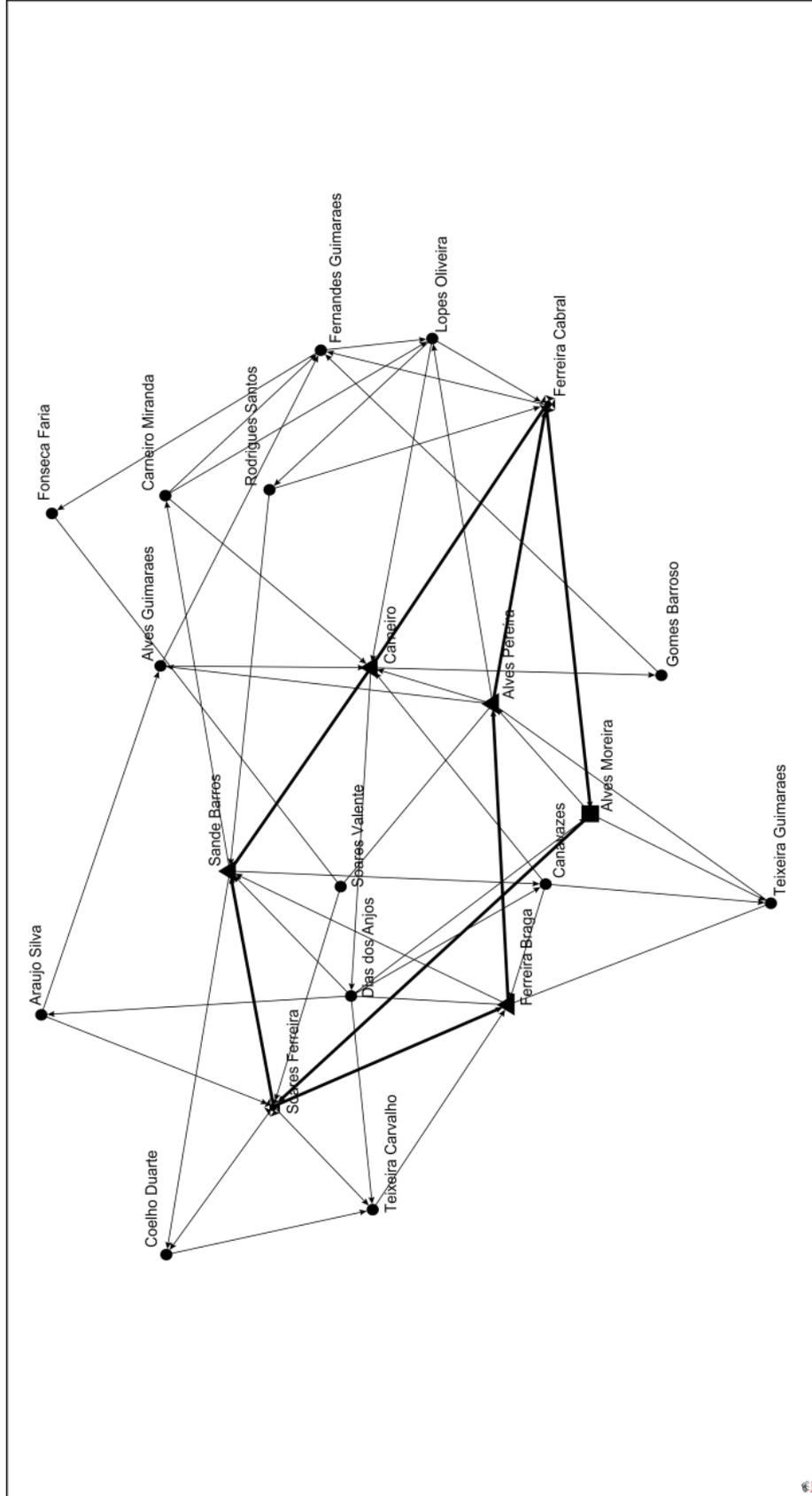
Conclusão

O caso destas duas famílias ilustra bem as várias dissimilaridades percebidas nas relações de compadrio. Esta prática social, ainda pouco decifrada pela historiografia, se mostrou, a todos que sobre ela se debruçaram, heterogênea, sem um padrão seletivo e com distintas estratégias de mobilidade e ascensão social por trás destes laços espirituais.⁵⁴ Por exemplo, ao se retornar a rede de compadrio entre as 29 famílias, vê-se que são várias as relações indiretas entre os Soares Ferreira e os Ferreira Cabral, o que demonstra o nível de complexidade das relações estabelecidas não somente entre estas duas famílias, mas da rede social de compadrio como um todo.

Na Imagem 26, estão representadas todas as famílias que interligam os Ferreira Cabral aos Soares Ferreira. Realçadas em linhas mais espessas estão as relações que conectam de forma mais rápida ambas as famílias. Interessante notar que quando a escolha parte dos Ferreira Cabral, através de uma família intermediária (Alves Moreira) alcançam os Soares Ferreira, enquanto estes, para alcançar os Ferreira Cabral, precisam de pelos menos dois intermediadores. Talvez por isso o *grupo familiar* Soares Ferreira estabeleceu um número maior de relações, o que aumentaria o número de *bons compadres* que lhes permitem acesso indireto a outras importantes famílias da elite piranguense.

Por fim, vale lembrar que foi através da Análise de Redes Sociais e dos desenvolvimentos formais das noções de centralidade que se pôde detectar padrões relacionais e embrenhar-se nas microanálises empreendidas ao longo deste capítulo. Através da percepção da densidade de relações, outro artifício oferecido pela Análise de Redes Sociais, constatou-se a existência de escolhas preferenciais e a consequente formação de grupos familiares, a qual, depreendida pelo historiador atento aos detalhes relacionais, abre uma gama de hipóteses e oportunidades interpretativas. Assim, a metodologia de Análise de Redes permitiu extrapolar certa rigidez analítica ao fornecer ricos elementos acerca da agência individual e familiar, possibilitando a percepção da complexidade sócio-relacional vivenciada pelos indivíduos estudados neste capítulo e assim, uma mais acurada compreensão das escolhas realizadas por atores históricos.

Imagem 26 – Rede de compadrio indireto, família Ferreira Cabral e Soares Ferreira, Guarapiranga, séculos XVIII e XIX.



Fonte: AEAM. Registros paroquiais de batismo.

Conclusão

Neste trabalho buscou-se analisar a mútua ingerência entre os circuitos matrimoniais e a prática do compadrio entre membros da elite escravista piranguense como forma de compreender as hierarquias sociais, as estratégias de ascensão e enraizamento social, os mecanismos de manutenção do poder e prestígio social em níveis paroquiais.

Analisadas as redes de casamento e compadrio destas famílias que estavam instaladas na freguesia de Guarapiranga, erigem-se complexos padrões relacionais que dão subsídios para se pensar o *modus operandi* destas famílias, além de ressaltar a heterogeneidade relacional apreendida pelas imbricadas redes constituídas.

Acerca dos circuitos matrimoniais, notou-se diversificadas alianças que conjugavam enlaces endogâmicos e exogâmicos. As relações externas ao âmbito da família foram tão intrincadas que trouxeram empecilhos metodológicos e interpretativos nas análises empreendidas. O principal obstáculo advém das relações estabelecidas pelas famílias Coelho Duarte e Sande Barros.

Como já demonstrado, o grupo familiar Sande Barros advém dos Coelho Duarte, já que Antônio Gomes Sande casou no ano de 1787 com Dona Francisca Clara Umbelina de Jesus, filha mais velha do Licenciado Domingos Coelho, um dos homens mais ricos da capitania de Minas Gerais e patriarca da família Coelho Duarte.¹ Seis décadas depois deste casamento, as duas famílias ainda habitavam a região de Piranga, onde detinham terras nos arredores do arraial e ali se sociabilizaram a ponto de arquitetarem três casamentos simultâneos entre herdeiros de ambas as famílias nos anos finais da década de 1840.² A partir destes matrimônios, os intercâmbios relacionais se intensificaram, principalmente na pia batismal, devido aos nascimentos de novos herdeiros, agora primos tanto por parte paterna quanto, materna. Assim, tornou-se difícil dissociar o que eram escolhas endogâmicas e exogâmicas, e quando eram membros da família Coelho Duarte ou Sande Barros. Talvez o mais conveniente seja tratar estes dois grupos familiares como um só na segunda metade do século XIX.

De todo modo, seja nas trajetórias de membros destas duas famílias ou de outras, as estratégias matrimoniais revelaram-se como formas de manutenção da riqueza familiar. Quando se tratavam de escolhas internas à família, claramente eram matrimônios geridos com o intuito de não dispersar o patrimônio; entretanto, em outros casos, casamentos eram

arquitetados para alavancar o prestígio social e a aquisição de novas terras em distritos para onde rumava a fronteira agrícola da região. Um bom exemplo deste comportamento foi o averiguado no caso analisado do casal Capitão José Teixeira Carvalho e Dona Rosa Vieira de Souza. O noivo era originário do distrito de Bacalhau e a noiva de São Caetano do Xopotó, na microrregião Sul. Ao que parece, quando se casaram, Dona Rosa migrou para o distrito do noivo, contudo, seguindo o batismo de seus filhos, nota-se que migraram da microrregião Norte para distritos mais proeminentes e diversificados economicamente onde habitavam a família de Dona Rosa.

Não obstante, foi a partir da análise da trajetória deste casal que se constatou laços de compadrio que ultrapassavam os limites da capela filial e interligavam indivíduos que não moravam numa mesma localidade, porém, que outrora haviam habitado um mesmo distrito, o que indica que esta prática social poderia envolver migrantes com indivíduos do antigo círculo relacional.

Assim como nas práticas matrimoniais, compreender o parentesco espiritual perfaz a diferenciação do que seriam escolhas internas e externas ao âmbito da família, frutos de distintas estratégias na pia batismal.³ Na freguesia de Guarapiranga, caso emblemático é o já analisado da família Carneiro, a qual foi recorrentemente escolhida como compadres – seja entre membros da elite piranguense, dentro da própria família e externas a ela. Como já foi demonstrado, esta foi a família que mais realizou escolhas endogâmicas, caracterizando bem as diferenças hierárquicas e relacionais quando dá-se o momento de escolher um compadre para o seu filho e, noutro, de ser padrinho de uma criança nascida em outra família.

Constatou-se também entre as famílias da elite piranguense a constante reprodução das relações matrimoniais e de compadrio. Observaram-se famílias que eram compadres no final do século XVIII, nas décadas iniciais do século XIX e nos anos finais da primeira metade do século XIX. Ainda que se tratasse de compadrios entre indivíduos diferentes, pode-se supor que estes laços se estabeleceram como forma de reafirmar os vínculos parentais constituídos décadas antes por seus ascendentes e, assim mais uma vez, gerir o prestígio da família através de relações com bons compadres da freguesia de Guarapiranga.

Outro aspecto que merece destaque são as diferenças intergeracionais na prática do compadrio. Pais e filhos raramente agiram de forma semelhante na pia batismal. Enquanto um poderia atuar nas camadas mais baixas da população, apadrinhando escravos, libertos e

livres não abastados, o outro deteria relações com importantes moradores da freguesia ou até fora de seus limites. Analisando-se estes casos, constatou-se que estejam os pais atuando entre as camadas mais baixas, ou seus filhos, em ambas as situações depende-se que aquela família esteve inserida num processo de mobilidade sócio-espacial.

Dessa forma, pôde-se perceber que o compadrio funcionava como um mecanismo de integração social utilizado como forma de solidificar relações e/ou alavancar as mobilidades familiares. Por exemplo, influentes pais, detentores de grandes cabedais e que tivessem estabelecido relações com importantes compadres, solidificaram o prestígio de sua família. Aumentando suas posses, podem ter criado as bases à mobilidade espacial de sua família ao adquirir terras numa nova localidade. Porém, averigua-se que quem migra são seus filhos, que assim que chegam numa nova localidade buscam enraizamento social através de relações que estabelecem com as camadas mais baixas da população de forma a alcançar estratos sociais mais elevados.

Anos depois, estes filhos já estão enraizados, constituíram suas famílias e alcançaram os patamares relacionais de seus pais entre importantes indivíduos da elite local. Desta forma, torna-se essencial analisar a prática batismal conjuntamente ao ciclo vital, pois ao longo da trajetória de uma vida modificam-se as expectativas e gerem-se novas tramas que vem dar novo fôlego à reprodução social.

Notas

A seguir apresentam-se citações e comentários na ordem da marcação ao longo do texto.

INTRODUÇÃO

As Redes Sociais

1. Cf. BOTELHO, *et al.*, 2013.
2. Apud BOTELHO, *et al.*, 2013, p.8.
3. Para uma análise dos mesmos, ver BOTELHO *et al.*, 2013; MENDES, 2012; GIL, 2011.
4. BOTELHO *et al.*, 2013, p.9
5. MORENO, 1934.
6. BARNES, 1954.
7. Segundo o autor, são dinâmicas as fronteiras entre teoria, metodologia e técnica na Análise de Redes Sociais.
8. MENDES, 2012, p.45
9. BOTELHO, *et al.*, 2013, p.11
10. GIL, 2011.
11. PADGETT; ANSELL, 1993.
12. PADGETT; MCLEAN, 2006.
13. PLAKANS; WETHERELL, 2003.
14. LASLETT; WALL, 1972.
15. HAMEISTER, 2006.
16. GIL, 2009.
17. MARTTILA, 2010.
18. RENEDO, 2011.
19. GENOVEZ, 2011.
20. ANDRADE; LEMOS, 2013, p.50
21. BEUNZA; RUIZ, 2011.
22. SIGRIST; WIDMER, 2011.
23. ARAÚJO, SOUZA, 2013.
24. XAVIER; HESPANHA, 1993.
25. Redes sociais, comerciais, governativas e de negócios figuram entre os títulos de diversos artigos na coletânea organizada por João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa (FRAGOSO; GOUVÊA, 2010), sem, no entanto, empreender uma análise sistemática das diversas relações estabelecidas entre os atores históricos.

A História da Família

26. ROWLAND, 1997, p.1
27. ROWLAND, 1997, p.2
28. ROWLAND, 1997, p.4
29. SARACENO, 1992, p.14

30. O mais importante deles, desenvolvido por Louis Henry, denominado *método de reconstituição de famílias*.
31. ROWLAND, 1997, p.9
32. Ver SAMARA, 1997, p.8
33. Ver SAMARA, 1997, p.8
34. SAMARA, 1997, p.8-9
35. Estas historiadoras foram alunas e escreveram suas teses orientadas por Louis Henry, demógrafo francês que, preocupado com a dinâmica demográfica na *longa duração*, desenvolveu o *método de reconstituição de famílias*. Por muitos é tido como o pai da demografia histórica.
36. CORRÊA, 1981, p.10
37. SAMARA, 1997, p.10
38. Ver SAMARA, 1997.

O Compadrio

39. CAMPOS; FRANCO, 2004, p.23
40. Para detalhes sobre os significados do batismo e da cerimônia, ver CAMPOS; FRANCO, 2004
41. CAMPOS; FRANCO, 2004, p.35
42. RAMOS, 2004, p.51
43. RAMOS, 2004, p.51
44. O compadrio entre livres permanece quase intocável, sendo lembrado nos estudos do compadrio entre escravos e libertos quando os senhores e suas famílias aparecem como padrinhos ou madrinhas.
45. Há na historiografia brasileira um importante debate debruçado no tema da família escrava. Grosso modo, discute-se se a família escrava seria um ponto pacificador ou de tensão e ruptura do cativeiro. Neste universo interpretativo, o compadrio figura como uma das práticas sociais possíveis de se analisar a fim de compreender as relações sociais entre diversos estratos sociais da sociedade escravista brasileira. Em poucas palavras, delimita estas pesquisas o problema da autonomia do cativo; demonstrar quem estava agindo na escolha dos compadres, se os próprios escravos ou seus senhores, são os principais elementos por trás do argumento dos autores. Figuram como expoentes neste debate Robert Slenes, Manolo Florentino e José Roberto Góes. Ver SLENES, , 1999; FLORENTINO; GÓES, 1997; GÓES, 1993.
46. ANDRADE; LEMOS, 2013, p.21

Compadrio e Casamento

47. ANDRADE; LEMOS, 2013
48. Vide, por exemplo, o caso da Família Sande/Vidigal estudada por Andrade e Lemos (ANDRADE; LEMOS, 2013)

PARTE I – A freguesia de Guarapiranga: população e sociedade.

CAPÍTULO 1

Introdução

1. PRODEMATA. Programa de Desenvolvimento Integrado da Zona da Mata. 6o Relatório Trimestral da Unidade de Avaliação e Controle de PRODEMATA, 1978, apresentado pelo DER/UFV a SEPLAN-MG.
2. Dados retirados do Censo 2010 do IBGE.

Minas Gerais

3. Inicialmente surgiam como arraiais, pousos e ranchos até constituírem-se em uma aglomeração humana estável com capela e casas de morada. Cf. FONSECA, 2008.
4. No capítulo “Uma civilização do milho” (HOLANDA, 1994).
5. ANDRADE, 2008, p.17.
6. Cf. RAMOS, 1993; ALMEIDA, 2006.
7. Paiva e Arnaut (1990), em estudo debruçado sobre as listas nominativas dos habitantes de distritos de paz em Minas Gerais dos anos de 1831-32/1838-40, distinguiram oito setores de ocupação: agricultura, pecuária, comércio, mineração, fiação e tecelagem, artes e ofícios, funções públicas, serviços e outros.
8. PAULA, 2000, p. 107.

Os Sertões do Leste

9. LANGFUR, 2006.
10. CARNEIRO, 2008.
11. Diz-se aqui de Diogo de Vasconcelos (1918) Eugênia Gonçalves Egler (1953), Orlando Valverde (1958), Nair Costa Muls (1990) e Francisco Eduardo de Andrade (1998), *apud.* CARNEIRO, 2008.
12. CARNEIRO, 2008, p.78-79.
13. VASCONCELOS, 1974, p.226. *Apud.* FONSECA, 2011, p.83.
14. Códice Costa Matoso (FIGUEIREDO; CAMPOS, 1999) e crônicas de viajantes; dentre várias, menciona-se os relatos de Auguste de Saint-Hilaire, botânico francês que viajou pelo Brasil entre os anos de 1816 e 1822 (SAINT-HILAIRE, 1975).
15. Cf. FONSECA, 2011.
16. FONSECA, 2011, p.83.

A Freguesia de Guarapiranga

17. CARNEIRO, 2008, p.117.
18. Ver Códice Costa Matoso, *apud.* FIGUEIREDO;CAMPOS, 1999, p. 257.
19. Códice Costa Matoso, *apud.* FIGUEIREDO;CAMPOS, 1999, p. 182.
20. Códice Costa Matoso, *apud.* FIGUEIREDO;CAMPOS, 1999, p. 182.
21. VASCONCELOS, 1974. *Apud.* CARNEIRO, 2008, p.118.
22. Ver Códice Costa Matoso. *Apud.* FIGUEIREDO;CAMPOS, 1999, p. 386.
23. O esforço de definir os limites da freguesia como a de Guarapiranga em um trabalho de pesquisa está não somente na essencialidade da categoria espaço em análises históricas, mas no fato da imprecisão geográfica do que viria a ser uma

freguesia. Por ser um termo corrente da hierarquia eclesiástica do período estudado, nem sempre está em congruência com os espaços político-administrativos. Por exemplo, a Capela de Nossa Senhora dos Remédios aparece como filial da Matriz de Guarapiranga mas em alguns momentos esta localidade está ligada politicamente a Barbacena, localidade que não era da jurisdição administrativa do Termo de Mariana, como Piranga. Deste modo, apesar da arbitrariedade e do caráter, de algum modo, puramente ilustrativo que há em nossa regionalização, trata-se de um procedimento que se fez necessário aos caminhos de pesquisa que percorremos. Silva (2012) utilizou a mesma documentação que nós utilizamos (inventários *post-mortem*) e estuda a mesma região (Freguesia de Guarapiranga), contudo, tem outro objeto de estudo: a dinâmica demográfica das escravarias piranguenses na segunda metade do Oitocentos.

24. Utilizou-se os dados coletados no projeto *Família, Sucessão e Herança em Guarapiranga (1780-1880)*, financiado pela Fapemig e coordenado pelo Professor Dr. Fábio Faria Mendes do Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa.
25. Tais Cartas estão disponíveis no site do Arquivo Público Mineiro (<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>, acesso em 06/05/2013) para consulta online ou compra de arquivo digitalizado.
26. Os distritos de Mestre Campos, Manja Léguas, Bacalhau e Pinheiros, delimitados no mapa apresentado, são até os dias atuais pertencentes ao município de Piranga e por isso não possuem limites definidos pelo IBGE. Contudo, tomamos a liberdade de delimitá-los geograficamente a partir da localização de suas capelas e depois da identificação de importantes córregos e ribeirões que eram mencionados na documentação cartorária e paroquial. Em metodologia similar, unificamos alguns municípios atuais – que na década de 1830 não eram reconhecidos como distritos – a localidades que possuíam listas nominativas. Tomamos tal iniciativa justificados pelo conhecimento da futura elevação de tais localidades a categoria de distritos e pela presença das mesmas na documentação pesquisada. Ainda que não possuíssem listas nominativas nos anos de 1831 e 1832, isto nos mostra a importância destas áreas na dinâmica demográfica e econômica local.

Economia Mineira Oitocentista

27. LEMOS, 2012, p.28.
28. Segundo Douglas Cole Libby, neste ínterim, a agropecuária e a indústria têxtil foram os grandes sustentáculos econômicos após a crise da mineração;. ver LIBBY, 1988.
29. CARRARA, 2007, p.37-38.
30. Cf. LEMOS, 2012.
31. LEMOS, 2012.

Composição Populacional

32. "Taboa de população da Freguesia de Guarapiranga do Termo de Mariana, 31 de dezembro de 1797, elaborado por Lino Lopes de Mattos", APM, Casa dos Contos, Cx. 94.
33. Em Guarapiranga o recenseamento provincial foi realizado entre os anos de 1831 e 1832.
34. ANDRADE, 2001.

35. Além dos livres e escravos, haviam os libertos/forros. No entanto, nas listas nominativas pesquisadas tais indivíduos não foram discriminados. Porém, afóra os africanos declarados livres que certamente eram egressos do cativo, muitos dos que detinham alguma cor/origem declarada também compunham a população dos libertos/forros da região.
36. Apesar de saber que perduraram outras documentações que informam sobre a população de Piranga no início do século XIX, não se teve acesso às mesmas. Como exemplo, podemos citar os mapas de população das décadas de 1810 e 1820 presentes no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana.
37. RODARTE, 2012, p.113.
38. Além destes, há os indivíduos que não possuem nenhuma referência a sua etnicidade, contudo, perfazem somente 0,36% de todos os casos. Ver Anexos, Tabela 4.
39. Representavam 44,84% da população total e 66,13% dentre os livres.
40. Por representarem somente 0,12% da população livre, as duas últimas categorias não estão tabuladas nas análises estatísticas empreendidas.
41. LIBBY; FRANK, 2009.
42. LIBBY; FRANK, 2009. p.388.
43. Ver GONÇALVES, 2011.
44. Correspondiam a 50,38% da população livre e a 34,16% da população total.
45. Guedes (2008), em estudo sobre os egressos do cativo em Porto Feliz, constata a modificação da categoria étnica do indivíduo por meio de análises em variadas documentações nominativas. Conforme se enriquecia ou adquiria algum ofício, o indivíduo deixava um registro diferente da sua cor/origem.
46. A Razão de Sexos é o número de homens para cada 100 mulheres.
47. ANDRADE, 2001.
48. Figueiredo (1993) disserta acerca das “negras de tabuleiros” que pelos núcleos urbanos vendiam “quitutes”, gerando uma fonte de renda alternativa para si e seus senhores.

Estrutura Etária

49. Ver Anexos, Gráfico 7.
50. Ver Anexos, Gráfico 9.
51. Acerca desta massiva migração para as Minas, ver RAMOS, 1993.
52. Altas taxas de migrantes homens com idades acima dos 20 anos e menor expectativa de vida em relação às mulheres.

Chefes de Domicílio

53. Ver Anexos, Tabela 12.
54. Há um total de 196 mulheres viúvas (36,8% do total) e 60 homens viúva (5,3% do total).

Nupcialidade

55. LEMOS, 2012, p.61.
56. Ver Anexos, Gráficos 19 e 20.
57. Ver Anexos, Gráficos 21 e 22.
58. LEMOS, 2012, p.62.
59. Tais postulados teóricos são apresentados por Lemos (2012), e resumidos no conceito de *lógica familística* ao longo de sua dissertação de mestrado.

60. Utilizaram-se informações sobre o estado conjugal dos indivíduos recenseados e suas respectivas idades para os cálculos realizados a partir do método Hajnal de estimativa da idade média ao primeiro casamento. Tendo em vista a precariedade dos dados e a grande difusão de uniões consensuais, não se calculou as médias para a população cativa, somente para os livres brancos e não brancos.
61. BACELLAR, 2001, p.61.
62. As filhas solteiras juntamente com suas mães eram quem zelavam pelo universo privado da casa.

Microregionalização

63. Ver também Anexos, Tabela 6.
64. Ver Anexos, Tabela 6.
65. Os do sexo masculino correspondem a 38% do total de escravos de Guarapiranga. Se calculados a porcentagem para ambos os sexos, esta cifra eleva-se para 65,9%.

Estrutura Etária

66. Ver Anexos, Gráficos 7 (7.1;7.2;7.3).
67. Ver Anexos, Tabelas 7.1 e 7.3.
68. O quartamento era uma prática comum no Brasil durante o século XIX. O escravo quartado adquiria liberdade, que, porém, estava condicionada a pagamentos futuros, prestação de serviços etc.
69. Ver Anexos, Gráfico 17.

Nupcialidade

70. WEISDORF; SHARP, 2009.
71. RODARTE, 2012.
72. Estas cifras dizem respeito a idade final do grupo etário estudado, ou seja, 55 anos.
73. Hajnal (1965) notou que na Europa a prosperidade econômica estimulou a manutenção do número de solteiras; na microrregião norte da freguesia de Guarapiranga, por uma continuidade da prosperidade econômica e a não falência familiar, esta mesma estratégia foi empreendida.

PARTE II – Compadrio e Casamento: as redes sociais de senhores de escravos.

CAPÍTULO 2

Introdução

1. Ver Pina-Cabral, 1986, p.38.
2. Cf. MENDES, 2011.

Metodologia

3. Esta base de dados foi construída no âmbito dos seguintes projetos: *Redes sociais, sucessão e herança em Guarapiranga (1780-1880)*. Edital Universal FAPEMIG, APQ00828-08, coordenado pelo professor Dr. Fábio Faria Mendes; PRONEX

- 20/2008 (SHA-APQ-00091-09); “Família e demografia em Minas Gerais, séculos XVIII, XIX e XX”, coordenado pelo professor Dr. Douglas Cole Libby.
4. Pode-se imaginar que este procedimento analítico perde de vista a ação individual, contudo, ressalta-se que a Análise de Redes Sociais permite tanto a macro quanto a microanálise, além de possibilitar visualizações totais e parciais das relações instituídas. Cabe ao pesquisador ponderar os usos que fará em suas interpretações.
 5. Foram selecionados 29 *grupos familiares*, cada um representado por um vértice na rede social. Importante ressaltar que não foram excluídas as relações de casamento daqueles *grupos familiares* primariamente selecionados. Estas foram agregadas a grupos familiares com os quais aqueles possuíam fortes relações de parentesco através de casamentos cruzados.
 6. *Software* livre disponível em: <http://vlado.fmf.uni-lj.si/pub/networks/pajek/>. Acessado em 03/08/2012, às 22h 15min.

Os Circuitos Matrimoniais

7. A densidade de uma rede é calculada a partir de proporção de relações estabelecidas entre os vértices dentro do máximo possível de relações. Por exemplo, numa rede com 5 vértices, onde, em tese, todos podem se relacionar com todos, o número máximo de relações possíveis são 10 relações; se averiguar-se 4 relações, a densidade da rede é igual a 0,4. Este índice varia entre valores compreendidos entre 0 e 1, onde zero é a menor densidade possível e 1 a densidade máxima de uma rede social. Por fim, cabe dizer que a densidade de uma rede é indicativa da intensidade das relações ali constituídas, do quão fortes elas podem ter se configurado ou da importância que as mesmas detiveram.
8. ACSM, 1º. Ofício, 36, 843, 191p. Inventário do Capitão-Mór José Alves Ferreira.
9. Escolheu-se os Ferreira Cabral para representar este *grupo familiar* por tratar-se de nome mais recorrente na documentação pesquisada.
10. ACSM, 2º. Ofício, 22, 558, 135p. Inventário do Coronel José Justiniano Carneiro.
11. ACSM, 2º. Ofício, 96, 2058, 25p. Inventário de Teresa Maria do Carmo.
12. ACSM, Códice: 86 Auto: 1815 1º ofício, 47 p. Inventário de Dona Ana Cabral da Câmara.
13. Um dos listados como os homens mais ricos da Capitania de Minas Gerais em 1756 (Ver Almeida, 2005).
14. ACSM, Códice: 25 Auto: 645 1º ofício. Inventário do Capitão-Mór Antônio Gomes Sande.
15. ACSM, Códice: 31 Auto: 761 1º ofício, 97p. Inventário do Tenente Antônio de Fonseca e Faria.
16. ACSM, Códice: 18, Auto: 493, 2º Ofício, 293p. Inventário do Capitão-Mór Manoel Alves da Costa.
17. ACSM, Códice: 27, Auto: 686, 1º Ofício. Inventário do Sargento-Mór Domingos Ferreira Teixeira.

18. AEAM, processo matrimonial, 22/05/1787.
19. Domingos Coelho, seu sogro e seu cunhado João Ferreira Almada, foram arrolados na lista de 1756 dos homens mais ricos da Capitania. (ALMEIDA, 2005).
20. Sua esposa havia falecido em 1782. ACSM, Códice: 18, Auto: 1569, 1º Ofício. Inventário de Dona Feliciano Maria Isabel de Oliveira.
21. ACSM, Códice: 46, Auto: 1043, 2º Ofício. Inventário do Licenciado Joaquim Coelho de Oliveira Duarte.
22. ACSM, Códice: 26, Auto: 647. 2º Ofício. Inventário de Lino Coelho de Oliveira Duarte
23. ACSM, Códice: 25 Auto: 645 1º ofício. Inventário do Capitão-Mór Antônio Gomes Sande.
24. ACSM, 1º. Ofício, Códice: 97, Auto: 2032, 1820. Francisca Candida de Oliveira Sande.
25. ACSM, 1º. Ofício, Códice: 151, Auto: 3174, 1833. Francisca Clara Umbelina de Jesus.
26. AEAM. Dispensas Matrimoniais, 17/08/1848.
27. Não foi possível até o momento apreender qual o grau de parentesco dele com os outros Carneiro Miranda mencionados.
28. AFP, Caixa A009, Documento 143, 1854. Antônio José Carneiro de Miranda.
29. Os passos são o número de relações que um vértice precisa estabelecer para alcançar outro vértice qualquer na rede social. Por exemplo, o vértice Ferreira Cabral, por meio de 3 passos alcança o vértice Alves Moreira, pois tem uma relação direta com o vértice Araújo Silva (1º passo), este tem com o vértice Martins Paiva (2º passo) e este tem com o vértice Alves Moreira (3º passo).
30. Expressão corrente entre os primeiros bandeirantes desbravadores do interior do Brasil para designar a região que se tornaria as Minas Gerais. (Cf. FONSECA, 2011).
31. ACSM, Códice: 105, Auto: 2180, 1º Ofício. Inventário de Diogo Carvalho de Moraes e Anna Maria de Jesus.
32. ACSM, Códice: 18, Auto: 512, 1º Ofício. Inventário de Antônio Pedro Vidigal de Barros.

O espaço matrimonial

33. ACSM, Códice: 55, Auto: 1227, 1º Ofício. Inventário do Capitão-Mór Antônio Januário Carneiro e Teresa Maria de Jesus; ACSM, Códice: 49, Auto: 1126, 1º Ofício. Inventário do Padre João Nepomuceno Carneiro. ACSM, Códice: 88, Auto: 1900, 1º Ofício. Inventário de Umbelina Crescência do Amor Divino, esposa do Sargento-Mór Francisco Januário Carneiro.
34. As redes *two-mode* são redes sociais onde há dois grupos de atores distintos em que os atores de um grupo só se relacionam com os atores do outro grupo e nunca entre si. No caso em questão, as famílias não mais se relacionam entre si, somente com as localidades onde possuem terras.

35. Ver Anexos. Anexo 3, Imagem 1.
36. ACSM, Códice: 13, Auto: 427. 1º Ofício. Inventário do Alferes Antônio Dias dos Anjos; ACSM, Códice: 17, Auto: 486. 2º Ofício. Inventário de Manoel Dias dos Anjos.
37. ACSM, Códice: 55, Auto: 1223. 1º Ofício. Inventário de Antônio Nunes Assunção.
38. APM, Listas Nominativas, 1831-32. Distrito de Mestre de Campos.
39. ACSM, Códice: 68, Auto: 1457. 1º Ofício. Inventário do Capitão-Mór Antônio Soares Ferreira. Importante notar que este documento é datado do ano de 1716.
40. ACSM. Códice: 114, Auto: 2359. 1º Ofício. Inventário do Alferes Manoel José de Araújo.
41. ACSM, Códice: 129, Auto: 2609. 1º Ofício. Inventário de Maria Felícia Alves Ferreira.
42. ACSM, Códice: 46, Auto: 1035. 2º. Ofício. Inventário de João de Arruda Câmara. Importante notar que este documento é datado do ano de 1765.
43. ACSM, 2º. Ofício, 135, 2720. Inventário de Quitéria Pires Farinho, viúva de João Arruda Câmara.

CAPÍTULO 3

Introdução

1. WOLF, 1966; PERISTIANY, 1965.
2. CARVALHO; RIBEIRO, 2008.
3. HASS, 1995.
4. SLENES, 1999; FLORENTINO; GÓES, 1997; GÓES, 1993; FARIA, 1992; SCHWARTZ, 2001; SCHWARTZ; GUDEMAN, 1988; KJERFVE; BRÜGGER, 1990; FERREIRA, 2001; BOTELHO, 1997; NEVES, 1990; RIOS, 1990.
5. VENÂNCIO, 2006; ANDRADE, 2011; ANDRADE; LEMOS, 2013.
6. HIGGINS, 1999; BRÜGGER, 2007; RAMOS, 2004.
7. Ver GUDEMAN, 1975.
8. RAMOS, 2004.
9. RAMOS, 2004, p.51.

O compadrio na freguesia de Guarapiranga

10. CAMPOS; FRANCO, 2004.
11. SILVA, 2004.
12. Na média geral de todas as famílias esta cifra foi de 71,16%.
13. Na média geral de todas as famílias, os naturais correspondiam a 26,12% e os expostos a 5,85%.
14. BACELLAR, 2011.
15. Na Imagem 12, aquelas famílias representadas por um quadrado preto.
16. ACSM. Códice: 55, Auto: 1227. 1º Ofício. Inventário do Capitão-Mór Antônio Januário Carneiro.

17. ACSM. Códice: 86, Auto: 1848. 2º Ofício. Inventário do Tenente Antônio Gonçalves da Silva.
18. ACSM. Códice: 22, Auto: 558. 2º Ofício. Inventário de José Justiniano Carneiro
19. APM. Lista Nominativa do Distrito de Tapera. Disponível em: <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>.
20. Ressalta-se que trata-se do filho, homônimo do pai. O Capitão-Mór, patriarca dos Carneiro, morre em 1799. Até o momento não foi transcrito nenhum registro de batismo onde ele aparece como padrinho.
21. Filhos nascidos de casamentos reconhecidos e oficializados pela Igreja Católica.
22. Filhos onde um dos cônjuges, geralmente os pais, eram incógnitos, ou nascidos de uniões consensuais.
23. Crianças abandonadas em portas alheias.
24. AEAM. Registros Paroquiais de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora de Conceição de Guarapiranga. Livro 8, página 58v.
25. NOOY; MRVAR; BATEGELJ, 2005, p.187.
26. Ver ALMEIDA, 2005.
27. APM. Registro Paroquial de Terras da Vila de Piranga datado do ano de 1855.
28. Os livros de batismo das décadas de 1840 e 1850 se encontram na Matriz de Piranga e não no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Ressalta-se que não se teve até o momento a oportunidade de um trabalho sistemático com esta documentação, o que pode ser a causa de lacunas nesta série documental.
29. AEAM. Registros Paroquiais de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora de Conceição de Guarapiranga. Livro 7, página 36v.
30. Nota-se na Imagem 14 que estas famílias possuem vértices maiores que os vértices que representam os Pires Farinho e os Sande Barros, e menores somente que o vértice da família Carneiro.
31. Um exemplo claro deste tipo de comportamento é o dos Pires Farinho, família que foi muitas vezes escolhidas e só realizou uma escolha dentro do universo da elite piranguense.
32. AEAM. Registros Paroquiais de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora de Conceição de Guarapiranga. Livro 5, página 12v.
33. No ano de 1831, João José de Oliveira Pena é quem encabeça a Lista Nominativa da localidade de Santo Antônio do Bacalhau. Nesta documentação, ele é chefe de um fogo onde também foram recenseados outros 3 indivíduos livres, dois são pardos e uma mulher branca, além de 10 escravos, todos em idade produtiva.
34. ACSM. Códice: 22, Auto: 558. 2º Ofício. Inventário do Coronel José Justiniano Carneiro.
35. AEAM. Registros Paroquiais de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora de Conceição de Guarapiranga. Livro 3, página 275.
36. Entre os anos de 1833 a 1836, José Justiniano Carneiro é vereador na Casa de Vereança de Mariana. Ver CHAVES, *et. al.*, 2008.
37. Nos anos finais da década de 1830, ele é nomeado comandante geral da Guarda Nacional em Piranga.

38. Um terço do total da riqueza do falecido, a qual ele pode designar como quiser em testamento.
39. Num primeiro momento casou-se com José Carneiro Miranda que a deixou viúva em 1854.
40. Ver SCHWARTZ, 2001.
41. SLENES, 1999; CASTRO, 1998; KJERFVE; BRÜGGER, 1990; BOTELHO, 1997; NEVES, 1990; RIOS, 1990.
42. GUEDEMAN, SCHWARTZ, 1988.
43. CHAVES, *et. al.*, 2008.
44. ACSM. Códice: 151, Auto: 3174. Inventário de Dona Francisca Clara Umbelina de Jesus.
45. BRASIL. *Anais da Assembléia Legislativa provincial de Minas Gerais* (1º ano da 3ª legislatura – sessões de 1840). Ouro Preto: Tipografia do Echo de Minas, 1873.
46. APM, Registro Paroquial de Terras de Piranga, 1855-1856. Cadastro 1520/06, Fortunato Pedro Vidigal de Barros.
47. Cf. ANDRADE; LEMOS, 2013.
48. AEAM. Registros Paroquiais de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora de Conceição de Guarapiranga. Livro 14, página 26.
49. AEAM. Registros Paroquiais de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora de Conceição de Guarapiranga. Livro 13, página 18.
50. BRÜGGER, 2007.
51. Número de relações com outras famílias que a família estabeleceu para alcançar os Soares Ferreira.
52. Não representados na Imagem 23 por não possuírem relações com os Soares Ferreira. Porém, pode-se averiguar o posicionamento desta famílias nas outras imagens.
53. Exceção ao caso da família Ferreira Maciel, que, como só nomeou compadres, as escolhas nunca retornaram, seja diretamente ou indiretamente.
54. OLIVEIRA, 2005.

CONCLUSÃO

1. Ver ALMEIDA, 2006.
2. AFP, Cx. A040, 1853. Testamento de Francisco Coelho Duarte Badaró; AEAM. Dispensas Matrimoniais, 17/08/1848.
3. Cf. ALFANI, 2005.

Referências Bibliográficas

ALFANI, Guido. Mobilità “matrimoniale” e mobilità “spirituale”: l'integrazione territoriale per affinità e parentela spirituale nel basso Canavese tra Cinquecento e Seicento. *Popolazione e Storia*. 2, 2005. 33–46.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Trajetórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

ALVES, Mauricio Martins. Formação de laços parentais entre cativos em Taubaté, 1680-1848. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 8, n. 9, p. 64-84, 1º sem. 2006.

AMORIM, Norberta. *Uma metodologia de reconstituição de paróquias*. Braga, Universidade do Minho, 1991.

ANDRADE, Cristiana Viegas de. Domicílios mineiros oitocentistas: uma aplicação do método “Grade of Membership” (GoM). (Dissertação de mestrado). FACE/CEDEPLAR. Universidade Federal de Minas Gerais. 2001. 102f.

ANDRADE, Francisco Eduardo. *A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entrada nos sertões do ouro da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Editora PUC Minas, 2008.

ANDRADE, Francisco Eduardo. Espaço Econômico Agrário e Exteriorização Colonial: Mariana das Gerais nos Séculos XVIII e XIX. In: POLITO, Ronald; AGUIAR, José Arnaldo Coelho (Orgs.). *Termo de Mariana: história e documentação*. Ouro Preto: UFOP, 1998. p. 113-125. v.1

ANDRADE, M. R. Os compadres de Antônio, João e José: Redes sociais e parentesco espiritual na freguesia de Guarapiranga, Minas Gerais, séculos XVIII e XIX. Monografia (Bacharelado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011. 81p.

ANDRADE, M. R.; LEMOS, G. Terra de compadres: família e enraizamento social na freguesia de Guarapiranga, Séculos XVIII e XIX. In: BOTELHO, T. R.; ANDRADE, M. R.; LEMOS, G. (Orgs.) *Redes sociais e história*. Belo Horizonte: Veredas&Cenários, 2013. p.19-50

ARAÚJO, R. M.; SOUZA, D. C. de. As redes sociais dos homens-bons: Mariana, 1711-1800 In: BOTELHO, T. R.; ANDRADE, M. R.; LEMOS, G. (Orgs.) *Redes sociais e história*. Belo Horizonte: Veredas&Cenários, 2013. p.89-114

BACELLAR, Carlos de A. P. Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: CMU/Unicamp, 1997.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

BARNES, J.A. Class and committees in a Norwegian Island Parish. *Human Relations*, 7: 39-58, 1954.

- BARNES, J.A. Redes Sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.). Antropologia das sociedades contemporâneas. 2ª. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Ed. Unesp, 2010. P. 171-204.
- BEUNZA, José Maria Imízcoz; RUIZ, Lara Arroyo. Redes Sociales y correspondência epistolar. Del análisis cualitativo de las relaciones personales a la reconstrucción de redes egocentradas. Revista Redes, Vol. 21, 2011. p.98-138
- BOISSEVAIN, Jeremy. Apresentando “Amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.). Antropologia das sociedades contemporâneas. 2ª. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Ed. Unesp, 2010. P.205-233.
- BOTELHO, T. R. História demográfica e História Social: convergências e perspectivas. Palestra proferida no I Encontro Memorial do ICHS, UFOP, Mariana (MG), 11 de novembro de 2004. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/memorial/conf/mr5b.pdf> Acessado em 22 de Agosto de 2013.
- BOTELHO, T. R.; ANDRADE, M. R.; LEMOS, G. (Orgs.) Introdução Geral. In: BOTELHO, T. R.; ANDRADE, M. R.; LEMOS, G. Redes sociais e história. Belo Horizonte: Veredas&Cenários, 2013. p.7-18.
- BOTELHO, T. R.; LEEUWEN, M. H. D. (Orgs.) História Social: perspectivas metodológicas. Belo Horizonte: Veredas&Cenários, 2012.
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Batismo e Compadrio de Escravos: Montes Claros (MG), século XIX. LOCUS: Revista de História, Juiz de Fora, vol. 3, nº 1. 1997. p.108-115.
- BRÜGGER, S.M.J. Minas patriarcal: Família e Sociedade, São João Del Rei, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2007.
- CAMPOS, Adalgisa A.; FRANCO, Renato. Notas sobre os significados religiosos do Batismo. Revista Varia Historia, Belo Horizonte, n. 31, p. 20-40, 2004.
- CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835). 2008. 297 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- CARRARA, Angelo Alves. Minas e Currais: Produção rural e mercado interno de Minas Gerais – 1674-1807. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.
- CARVALHO, Joaquim R.; RIBEIRO, Ana Isabel. Using Network Analysis on Parish Registers: How Spiritual Kinship Uncovers Social Structure. In: Carvalho, J.R (ed.). Bridging the Gaps: Sources, methodology and approaches to religion in Europe. Pisa: Edizioni Plus, 2008, p.171-186.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Das cores do silêncio. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1998.
- CHAVES, Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de (Orgs.). Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal. Ouro Preto, MG: Universidade Federal de Ouro Preto, 2008.
- CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, (37): 5-16, Mai. 1981.

- COSTA, I. D. N. da. Registros paroquiais: nota sobre os assentos de batismo, casamento e óbito. *LPH: Revista de História*. Ouro Preto. 1(1): 46-54, 1990.
- DURÃES, Margarida. Herdeiros e não herdeiros: nupcialidade e celibato no contexto da propriedade enfiteuta. *Revista de História Econômica e Social*. [s.ed.], 1998.
- EGLER, Eugênia Gonçalves. Distribuição da População no Estado de Minas Gerais em 1940. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p.123-152, jan./mar. 1953.
- ELIAS, Norbert. Sugestões para uma teoria de processos civilizadores. In: _____. O processo civilizador. Volume 2: Formação do Estado e das Civilizações. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p. 191-274.
- EVERSLEY, D. E. C. *Population in history*. London: London Edward Arnol, 1965. p. 23-69.
- FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Família Escrava e legitimidade: estratégias de preservação da autonomia. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n.23, dez. 1992.
- FELDMAN-BIANCO, B. (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. 2ª. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.
- FERREIRA, Roberto Guedes. O Parentesco ritual na freguesia de São José do Rio de Janeiro. *Sesmaria Revista do NEHPS*. Faculdade de Filosofia de Campo Grande, 01, ano 1, 2001.
- FIGUEIREDO, Luciano de A. O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Brasília: Edunb; Rio de Janeiro: J. Olympio, 1993.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida; CAMPOS, Maria Verônica (coord.) *Código Costa Matoso*. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.
- FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A Paz das senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas minas setecentistas*. Trad. Maria Juliana Gambogi Teixeira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- FRAGOSO, João Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no império ultramarino português, Séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.
- GENOVEZ, Patrícia Falco. Barões numa perspectiva reticular: análise de redes sociais, poder e nobreza na Zona da Mata Mineira no Segundo Reinado. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, v. 15, p. 243-266, 2011.
- GIL, Tiago Luís. *Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810)*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GIL, Tiago Luís. Elites locais e suas bases sociais na América Portuguesa: uma tentativa de aplicação das social network analysis. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Vol. 3 Nº 6, Dezembro de 2011. p.82-96.

GÓES, José Roberto. O Cativo imperfeito. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Vitória – ES: Lineart, 1993.

GONÇALVES, A. L. As margens da liberdade. Estudo sobre a prática de alforrias em Minas Colonial e provincial. Belo Horizonte: Fino Traço/FAPEMIG, 2011.

GUDEMAN, Stephen. Spiritual Relationship and Selecting Godparent. In: *Man*, New Series vol. 10. (2). Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, Jun. 1975.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart B. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia do século XVIII. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.33-59.

GUEDES, Roberto. Egressos do Cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c.1798- c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2008.

HAJNAL J. Age at marriage and proportions marrying. *Population Studies*, v. VII, n. 2. Nov, 1953.

HAJNAL, J. European marriage patterns in perspective. In: Glass, D.V.; Eversley, D. E., eds. *Population in history: essays in historical demography*. Chicago, Illinois, Aldine Publishing Company. p.101-43. 1965.

HAMEISTER, Martha Daisson. Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763). 2006. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

HASS, L. “Il Mio Buono Compare”: Choosing Godparents and the Uses of Baptismal Kinship in Renaissance Florence. *Journal of Social History*, 29(2):341-356, 1995.

HATCHER, R. Understanding the Population History of England, 1450-1750. *Past and Present*, v. 180, p. 83-130, 2003.

HENRY, Louis. *Técnicas de análise em demografia histórica*. Lisboa: Gradiva, 1988.

HIGGINS, Kathleen. Licentious liberty in a Brazilian gold-mining region: slavery, gender, and social control in Eighteenth-Century Sabara, Minas Gerais. Local: Art Ellipsis, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In:_____. *História da Civilização Brasileira; à época colonial*. 6ª. ed. São Paulo: Difel, 1985. Tomo I, vol.2. p.259-310

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Brasiliense; Publifolha, 2000.

IGLÉSIAS, Francisco. Minas e a imposição do Estado no Brasil. In: *Revista de História*, São Paulo, (1), 100, 1974.

KJERFVE, T. M. G. N.; BRÜGGER, S. M. J. Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766). *Estudos Afro-Asiáticos*, 20, Junho de 1990.

- KULCSÁR, L. Something Old, Something New: Hungarian Marriage Patterns in Historical. *Journal of Family History*, v.32, n. 323, 2007.
- LANGFUR, Hal. *The forbidden lands: colonial identity, frontier violence, and persistence of Brazil's eastern Indians, 1750-1830*. Stanford, California: Stanford University Press, 2006
- LASLETT, Peter; WALL, Richard. *Household and Family in Past Times*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.
- LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Oxford, Blackwell, 1991.
- LEMOS, Gusthavo. *Aguardenteiros do Piranga: família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola, Minas Gerais, 1800-1856*. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. 2012.
- LIBBY, Douglas Cole. Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais. In: SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.) *História econômica da independência e do império*. S. Paulo, EDUSP/Hucitec/Imprensa Oficial, 2002.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LIBBY, Douglas Cole; BOTELHO, Tarcísio R. Filhos de Deus, Batismos de crianças legítimas e naturais na Paróquia de Nossa senhora do Pilar de Ouro Preto, 1712-1810. *Belo Horizonte, Revista Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 31, p. 69-96, 2004
- LIBBY, Douglas Cole; FRANK, Zephyr. Voltando aos registros paroquiais de Minas colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 29, n. 58, 2009.
- LUNA, F. V. Características demográficas dos escravos de São Paulo (1777-1829). *Estudos Econômicos*, 22 (3), 443-483. Set-dez de 1992.
- LUNA, F. V. São Paulo: População, Atividades e Posse de Escravos em Vinte e Cinco Localidades - (1777-1829). *Estudos Econômicos*, 28(1), 99-169. Jan-mar de 1998.
- LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da Posse de Escravos em Minas Gerais (1718), In: BARRETO, A. E. M. et al. *História Econômica: Ensaio*, São Paulo, IPE/USP, p. 25-41, 1983.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*. São Paulo: Pioneira, Edusp, 1974.
- MARTINS, R.B. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais, Brazil*. Tese de doutorado, Nashville, Vanderbilt University, 1980.
- MARTTILA, Juuso. Beyond the Family and the household: occupational family networks. *Journal of Family History*, 35(2), 2010. p.128-145
- MAYER, Adrien. A importância dos quase grupos no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. 2ª. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Ed. Unesp, 2010. P.139-170.

- MENDES, F. F. Família, História e redes sociais. IN: BOTELHO, T. R. LEEUWEN, M. H. D. (Orgs.) História Social: perspectivas metodológicas. Belo Horizonte: Veredas&Cenários, 2012. p.41-82
- MENDES, Fábio Faria. Redes sociais, sucessão e herança em Guarapiranga (1780-1880). Relatório Final de Projeto de Pesquisa. Edital Universal FAPEMIG, APQ00828-08. Viçosa; UFV, 2011.
- MERCADANTE, Paulo. Os Sertões do Leste. Estudo de uma região: a Mata Mineira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- MORENO, J.L. Who shall survive? Foundations of sociometry, group psychotherapy and sociodrama. New York: Beacon Press, 1934.
- MOTTA, José Flávio. Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: FAPESP/Annablume, 1999.
- MULS, Nair Costa. A Formação da Estrutura Agrária Mineira e a Gênese do Campesinato. Análise e Conjuntura, Belo Horizonte, v. 5, n. 3, p.94-109, set./dez. 1990.
- NEVES, M. de F. R. das. Ampliando a família escrava: o compadrio de escravos em São Paulo no século XIX. IN: NADALIN, S. O.; MARCÍLIO, M. L. (Orgs.) História e população: estudos sobre a América Latina, São Paulo: ABEP, IUSSP, CELADE, Fundação SEADE, 1990.
- NOOY, W. de; MRVAR, A.; BATEGELJ, V. Exploratory social network analysis with Pajek. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- OLIVEIRA, Luís Henrique. Nas malhas da incerteza: comportamento e estratégias camponesas na freguesia de Guarapiranga. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.
- OLIVEIRA, M.R. de. Negócios de família: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: Funalfa, 2005.
- PADGETT, John F.; ANSELL, Christopher K. Robust Action and the Rise of the Medici, 1400-1431. American Journal of Sociology. Vol. 98, nº 6, 1993, p.1259-1319.
- PADGETT, John F.; MCLEAN, Paul D.; Organizational Invention and Elite Transformations: The Birth of Partnership Systems in Renaissance Florence. American Journal of Sociology. Vol. 111, nº 5, 2006, p.1463-1568.
- PAIVA, Adriano Toledo . Os Índigenas e os processos de conquista dos sertões de Minas Gerais (1767-1813). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.
- PAIVA, Clotilde Andrade. ARNAUT, Luiz D. M. Fontes para o estudo de Minas oitocentista: Listas Nominativas. In: 5º Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR-UFMG, 1990.
- PAULA, João Antônio de. Raízes da modernidade em Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- PERISTIANY, J.G. (ed.). Honor and Shame: The Values of Mediterranean Society. London: Weidenfeld and Nicolson, 1965.
- PINA-CABRAL, João de. Sons of Adam, Daughters of Eve: the peasant worldview of the Alto Minho. Oxford: Clarendon Press, 1986.

- PLAKANS, Andrejs; WETHERELL, Charles; Households and kinship networks: the costs and benefits of contextualization. *Continuity and Change*. 18 (1), 2003, p.49-76
- RAMOS, Donald. *From Minho to Minas: The Portuguese Roots of The Mineiro Family*. *Hispanic American Historical Review*. nov. 73: 4. North Caroline: Duke University Press, 1993.
- RAMOS, Donald. Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. *Revista Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 31, p. 41-68, 2004
- RENEDO, Andoni Artola. El patrocinio intraclerical em el Antiguo Régimen: cúrias y familias episcopales de los arzobispos de Toledo (1755-1823). *Revista Redes*, Vol. 21, 2011. p.273-300
- RIOS, Ana Lugão. *Família e Transição*. Niterói: UFF, 1990. (dissertação de mestrado).
- RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O trabalho do fogo: domicílios ou famílias do passado – Minas Gerais, 1830*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- ROWLAND, Robert. *População, Família, Sociedade: Portugal, séculos XIX-XX*. Oeiras: Celta Editora, 1997.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pela Província do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1975.
- SAMARA, Eni de Mesquita. A família no Brasil: história e historiografia. *História Revista*, Goiânia, II(2), p.7-21, jul./dez. 1997.
- SARACENO, Chiara. *Sociologia da Família*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001.
- SCOTT, John. *Social Network Analysis: a Handbook*. Second Edition. Sage Publications Inc. 2000.
- SIGRIST, René; WIDMER, Eric D. Training links and transmission of knowledge in 18th Century botany: a social network analysis. *Revista Redes*, Vol. 21, 2011. p.347-387
- SILVA, Guilherme Augusto do Nascimento e Silva. Região, economia e população escrava piranguense na segunda metade do Oitocentos. XV Seminário Sobre Economia Mineira. Diamantina, 2012. Disponível em: <http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/seminarios/ecn/ecnmineira/2012/trabalho/historia/regiao,-economia-e-populacao-escravapiranguense-na-segunda-metade-do-oitocentos-> Acessado em 06/05/2012 às 10h e 43 min.
- SILVA, Vera Alice C. Aspectos da função políticas das elites na sociedade colonial brasileira: o ‘parentesco espiritual’ como elemento de coesão social. *Revista Varia Historia*, Belo Horizonte, p.97-119, 2004.
- SILVEIRA, Marco Antonio. *O Universo do Indistinto. Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- SIMMEL, Georg. O campo da sociologia. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 79-86.
- SLENES, Robert W. *Na Senzala, uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

- SOUZA, Candice Vidal E.; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Modelos nacionais e regionais de família no pensamento social brasileiro. *Estudos Feministas*, Ano 9, 414-432, 2º semestre de 2001.
- SOUZA, Laura de Mello e. Nobreza de Sangue e Nobreza de Costume: Idéias sobre a Sociedade de Minas Gerais no Século XVIII. In:_____. *O Sol e a Sombra: Política e administração na América Portuguesa do Século XVIII*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2006.
- VALENTIN, Agnaldo. Posse de escravos e manutenção da propriedade em Apiaí, São Paulo: 1732 a 1835. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 8, n. 9, p. 85-106, 1º sem. 2006.
- VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p.3-79, 1958.
- VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. 4ª ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1974. 2v.
- VASCONCELOS, Diogo de. *História Média das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1918.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. Comércio e Fronteira em Minas Gerais Colonial. In: FURTADO, Junia Ferreira (org.). *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as Novas Abordagens para uma História do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p.181-192.
- VENÂNCIO, Renato Pinto; SOUSA, Maria José Ferro de; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. O Compadre Governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, p.273-294, 2006.
- WASSERMAN, S.; FAUST, K. *Social network analysis, methods and applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- WASSERMAN, S.; FAUST, K. *Social network analysis, methods and applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- WAYACHUT, J. Trends and Differentials in Female Age at First Marriage in Thailand over Half a Century. *Journal of Social Issues in Southeast Asia*, v. 18, n. 2, p. 293-314. 1993.
- WEISDORF, J.; SHARP, P. From preventive to permissive checks: the changing nature of the Malthusian relationship between nuptiality and the price of provisions in the nineteenth century. *Cliometrica*, v.3, n.1, 2009.
- WOLF, Eric R. Kinship, Friendship and Patron-Client Relations in Complex Societies. In: BANTON, Michael (ed.). *The social anthropology of Complex Societies*. London: Tavistock, 1966. p.1-22.
- WRIGLEY, E. A. (ed.). *An introduction to English historical demography from the sixteenth to the nineteenth century*. New York: Basic Books, 1966.
- XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. Redes Clientelares. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, Volume 4, 1993.

Apêndices

Nota introdutória:

Nestes apêndices estão expostas as tabelas, os gráficos e uma imagem que foram utilizadas na pesquisa que prescindiu a elaboração deste trabalho dissertativo.

Fruto de uma extensa pesquisa realizada nas listas nominativas dos onze distritos de paz que tinham suas capelas filiadas à Matriz de Piranga. A publicação destas informações tem por finalidade fornecer material de pesquisa para futuros trabalhos sobre a freguesia de Guarapiranga ou àqueles pesquisadores que intentam em estabelecer algum padrão comparativo com os seus objetos de pesquisa acerca de outras regiões do passado brasileiro.

Salienta-se que alguns dados foram refinados utilizando métodos de estimação indireta propostos pelo Manual X da ONU, principalmente no que diz respeito às informações sobre idades da população. De toda forma, sempre que possível procurou-se manter a informação original nos dados apresentados. Assim, se houver necessidade sugere-se que se recorra aos originais da lista nominativa.

Por fim, estes apêndices não tem o intuito em tornar-se fonte de pesquisa primária e por isso, pede-se que ao utilizarem as informações aqui expostas, façam as devidas referências a esta dissertação.

Sumário

Apêndices	164
Nota introdutória:	164
Apêndice A – Tabelas.....	172
Tabela 1 – População Livre e Escrava, freguesia de Guarapiranga, 1797-1832	172
Tabela 2 – Condição social - freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	172
Tabela 3 – Qualidade Social – Livres, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	173
Tabela 4 – Qualidade Social – Escravos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	174
Tabela 5 – Razão de sexos – População livre, freguesia de Guarapiranga, 1831-32 ...	175
Tabela 6 – Razão de sexos – População escrava, freguesia de Guarapiranga, 1831-32	175
Tabela 7 – Estrutura Etária – Livres brancos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32...	175
Tabela 7.1 - Estrutura Etária – Livres brancos, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	176
Tabela 7.2 - Estrutura Etária – Livres brancos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	176
Tabela 7.3 - Estrutura Etária – Livres brancos, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	177
Tabela 8 - Estrutura Etária – Livres não-brancos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	177
Tabela 8.1 - Estrutura Etária – Livres não-brancos, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	178
Tabela 8.1.1 - Estrutura Etária – Livres crioulos, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	178
Tabela 8.1.2 - Estrutura Etária – Livres africanos, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	179
Tabela 8.1.3 - Estrutura Etária – Livres pardos, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	179

Tabela 8.2 - Estrutura Etária – Livres não-brancos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	180
Tabela 8.2.1 - Estrutura Etária – Livres crioulos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	180
Tabela 8.2.2 - Estrutura Etária – Livres africanos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	181
Tabela 8.2.3 - Estrutura Etária – Livres pardos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	181
Tabela 8.3 - Estrutura Etária – Livres não-brancos, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	182
Tabela 8.3.1 - Estrutura Etária – Livres crioulos, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	182
Tabela 8.3.2 - Estrutura Etária – Livres africanos, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	183
Tabela 8.3.3 - Estrutura Etária – Livres pardos, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	183
Tabela 9 - Estrutura Etária – Escravos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	184
Tabela 9.1 - Estrutura Etária – Escravos, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	184
Tabela 9.1.1 - Estrutura Etária – Escravos crioulos, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	185
Tabela 9.1.2 - Estrutura Etária – Escravos africanos, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	185
Tabela 9.2 - Estrutura Etária – Escravos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	186
Tabela 9.2.1 - Estrutura Etária – Escravos crioulos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	187
Tabela 9.2.2 - Estrutura Etária – Escravos africanos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	187

Tabela 9.2.3 - Estrutura Etária – Escravos pardos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	188
Tabela 9.3 - Estrutura Etária – Escravos, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	188
Tabela 9.3.1 - Estrutura Etária – Escravos crioulos, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	189
Tabela 9.3.2 - Estrutura Etária – Escravos africanos, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	189
Tabela 10 – Estado Civil, brancos livres*, Freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	190
Tabela 11 – Estado Civil, não-brancos livres*, Freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	191
Tabela 11.1 – Estado Civil, crioulos livres*, Freguesia de Guarapiranga, 1831-32	191
Tabela 11.2 – Estado Civil, africanos livres*, Freguesia de Guarapiranga, 1831-32	191
Tabela 11.3 – Estado Civil, pardos livres*, Freguesia de Guarapiranga, 1831-32..	192
Tabela 12 – Estrutura Etária – Chefes de domicílios, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	192
Tabela 12.1 – Estrutura Etária – Chefes de domicílios, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	193
Tabela 12.2 – Estrutura Etária – Chefes de domicílios, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	193
Tabela 12.3 – Estrutura Etária – Chefes de domicílios, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	194
Tabela 13 – Setores ocupacionais – Mulheres chefes de domicílios, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	194
Tabela 14 – Setores ocupacionais – Homens chefes de domicílios, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	194
Apêndice B – Gráficos	195

Gráfico 1 – Proporção de solteiros por faixa etária – Brancos Livres, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	195
Gráfico 2 – Proporção de solteiros por faixa etária – Não-Brancos Livres, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	195
Gráfico 3 – Proporção de solteiros por faixa etária – Brancos Livres, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	196
Gráfico 4 – Proporção de solteiros por faixa etária – Não-Brancos Livres, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	196
Gráfico 5 – Proporção de solteiros por faixa etária – Brancos Livres, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	197
Gráfico 6 – Proporção de solteiros por faixa etária – Não-Brancos Livres, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	197
Gráfico 7 – Pirâmide Etária – Livres brancos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32... ..	198
Gráfico 7.1 – Pirâmide Etária – Livres brancos, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	198
Gráfico 7.2 – Pirâmide Etária – Livres brancos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	199
Gráfico 7.3 – Pirâmide Etária – Livres brancos, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	199
Gráfico 8 – Pirâmide Etária – Livres não-brancos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	200
Gráfico 8.1 – Pirâmide Etária – Livres não-brancos, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	200
Gráfico 8.1.1 – Pirâmide Etária – Livres crioulos, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	201
Gráfico 8.1.2 – Pirâmide Etária – Livres africanos, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	201
Gráfico 8.1.3 – Pirâmide Etária – Livres pardos, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	202

Gráfico 8.2 – Pirâmide Etária – Livres não-brancos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	202
Gráfico 8.2.1 – Pirâmide Etária – Livres crioulos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	203
Gráfico 8.2.2 – Pirâmide Etária – Livres africanos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	203
Gráfico 8.2.3 – Pirâmide Etária – Livres pardos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	204
Gráfico 8.3 – Pirâmide Etária – Livres não-brancos, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	204
Gráfico 8.3.1 – Pirâmide Etária – Livres crioulos, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	205
Gráfico 8.3.2 – Pirâmide Etária – Livres africanos, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	205
Gráfico 8.3.3 – Pirâmide Etária – Livres pardos, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	206
Gráfico 9 – Pirâmide Etária – Escravos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	206
Gráfico 9.1 – Pirâmide Etária – Escravos, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	207
Gráfico 9.1.1 – Pirâmide Etária – Escravos crioulos, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	207
Gráfico 9.1.2 – Pirâmide Etária – Escravos africanos, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	208
Gráfico 9.1.3 – Pirâmide Etária – Escravos pardos, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	208
Gráfico 9.2 – Pirâmide Etária – Escravos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	209
Gráfico 9.2.1 – Pirâmide Etária – Escravos crioulos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	209

Gráfico 9.2.2 – Pirâmide Etária – Escravos africanos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	210
Gráfico 9.2.3 – Pirâmide Etária – Escravos pardos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	210
Gráfico 9.3 – Pirâmide Etária – Escravos, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	211
Gráfico 9.3.1 – Pirâmide Etária – Escravos crioulos, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	211
Gráfico 9.3.2 – Pirâmide Etária – Escravos africanos, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	212
Gráfico 9.3.3 – Pirâmide Etária – Escravos pardos, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	212
Gráfico 10 – Razão de sexos por faixa etária – Livres brancos, microrregião Norte, Freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	213
Gráfico 11 – Razão de sexos por faixa etária – Livres brancos, microrregião Central, Freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	213
Gráfico 12 - Razão de sexos por faixa etária – Livres brancos, microrregião Sul, Freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	214
Gráfico 13 - Razão de sexos por faixa etária – Livres não-brancos, microrregião Norte, Freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	214
Gráfico 14 - Razão de sexos por faixa etária – Livres não-brancos, microrregião Central, Freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	215
Gráfico 15 - Razão de sexos por faixa etária – Livres não-brancos, microrregião Sul, Freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	215
Gráfico 16 - Razão de sexos por faixa etária – Escravos, microrregião Norte, Freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	216
Gráfico 17 - Razão de sexos por faixa etária – Escravos, microrregião Central, Freguesia de Guarapiranga, 1831-32.....	216

Gráfico 18 - Razão de sexos por faixa etária – Escravos, microrregião Sul, Freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	217
Gráfico 19 – Estado Civil – Livres brancos, Masculino, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	217
Gráfico 20 – Estado Civil – Livres brancos, Feminino, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	218
Gráfico 21 – Estado Civil – Livres não-brancos, Masculino, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	218
Gráfico 22 – Estado Civil – Livres não-brancos, Feminino, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	219
Gráfico 23 – Setores Ocupacionais – Mulheres chefes de domicílios, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	219
Gráfico 24 – Setores Ocupacionais – Mulheres chefes de domicílios, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	220
Gráfico 25 – Setores Ocupacionais – Mulheres chefes de domicílios, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	220
Gráfico 26 – Setores Ocupacionais – Homens chefes de domicílios, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	221
Gráfico 27 – Setores Ocupacionais – Homens chefes de domicílios, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	221
Gráfico 28 – Setores Ocupacionais – Homens chefes de domicílios, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.	222
Apêndice C – Imagens.....	222
Imagem 1 – Rede Localidades – freguesia de Guarapiranga, séculos XVIII e XIX	222

Apêndice A – Tabelas

Tabela 1 – População Livre e Escrava, freguesia de Guarapiranga, 1797-1832

	Livres e Libertos	%	Escravos	%
1797	5124	47,49	5665	52,50
1812	7610	56,12	5949	43,87
1831	7442	67,87	3522	32,13

Fonte: "Taboa de população da Freguesia de Guarapiranga do Termo de Mariana, 31 de dezembro de 1797, elaborado por Lino Lopes de Mattos", APM, Casa dos Contos, Cx. 94 (somatórios revisados); "Mapa da população da Cidade de Mariana do anno de 1812", APM, Seção Colonial; APM, LN de 1831-32 dos distritos de Bacalhau, Bras Pires, Calambau, Conceição do Turvo, Dores do Turvo, Manja Léguas, Mestre Campos, Oliveira, Pinheiro, Piranga, Tapera.

Tabela 2 – Condição social - freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Distrito	Livres			Escravos			Total
	Masc	Fem	s/inf	Masc	Fem	s/inf	
Bacalhau	148	175	0	76	41	0	440
Bras Pires	244	279	0	186	133	0	842
Calambau	414	456	1	338	198	0	1407
Conceição do Turvo	344	397	0	151	103	0	995
Dores do Turvo	470	470	0	158	128	0	1226
Manja Leguas	109	131	0	69	51	0	360
Mestre Campos	159	187	0	99	57	0	502
Oliveira	240	232	0	211	156	0	839
Pinheiro	484	507	0	71	51	0	1113
Piranga	644	731	0	397	229	0	2001
Tapera	300	319	1	420	198	1	1239
Total	3556	3884	2	2176	1345	1	10964

Fontes: APM. Listas Nominativas de 1831-32.

Tabela 3 – Qualidade Social – Livres, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Distrito	Bancos		Pardos		Crianças		Africanos/pretos		Cabras		Índios		s/inf		Total
	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	
Bacalhau	19	29	0	91	0	37	0	3	0	0	0	0	0	0	323
Bas Pies	94	87	0	122	0	27	0	3	0	0	0	0	0	0	523
Colambau	184	201	0	193	1	27	0	10	0	0	0	0	0	0	871
Conceição do Turvo	206	234	0	126	0	8	0	3	0	0	0	0	0	0	741
Dores do Turvo	146	124	0	283	0	25	0	14	0	1	0	0	0	0	940
Manja Leguas	14	19	0	79	0	13	0	1	0	2	0	0	0	0	240
Mestre Campos	48	48	0	82	0	26	0	3	0	0	0	0	0	0	346
Oliveira	110	119	0	86	0	35	0	5	1	0	0	0	0	0	465
Pinheiro	81	72	0	252	0	81	0	70	0	0	0	0	0	0	991
Pranga	191	181	0	328	0	106	0	14	0	3	0	0	0	2	1375
Tapera	152	153	1	107	0	31	0	10	0	0	0	0	0	0	620
Total	1245	1267	1	1749	1	416	0	136	0	6	0	0	0	3	7455

Fonte: APM. Listas Nominativas de 1831-32.

Tabela 4 – Qualidade Social – Escravos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Distrito	Pardos		Crianços		Africanos/pretos		Cabra		Indio		s/inf		Total
	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	
Bacalhau	5	5	30	27	41	9	0	0	0	0	0	0	117
Bras Pres	16	19	88	88	82	25	0	0	0	0	0	1	319
Calambau	45	47	121	124	171	27	0	0	0	0	1	0	536
Conceição do Turvo	24	12	77	76	48	15	0	0	0	0	2	0	254
Dores do Turvo	12	12	51	88	94	27	0	0	0	0	1	1	286
Manja Leguas	4	8	32	29	28	12	0	5	0	0	0	0	120
Mestre Campos	8	5	48	38	43	14	0	0	0	0	0	0	156
Oliveira	27	28	67	101	117	27	0	0	0	0	0	0	367
Pinheiro	9	11	30	29	32	11	0	0	0	0	0	0	122
Piranga	34	27	133	126	223	65	0	5	11	0	2	0	626
Tapera	52	32	185	137	179	28	0	0	0	0	4	1	619
Total	236	206	862	863	1058	260	0	10	13	0	10	3	3522

Fonte: APM. Listas Nominativas de 1831-32.

Tabela 5 – Razão de sexos – População livre, freguesia de Guarapiranga, 1831-32

Distrito	Branco	Crioulos	Africanos	Pardos
Bacalhau	65,52	86,05	300,00	91,00
Bras Pires	108,05	87,10	300,00	77,22
Calambau	91,54	75,00	166,67	90,61
Conceição do Turvo	88,03	47,06	50,00	90,00
Dores do Turvo	117,74	89,29	1400,00	89,27
Manja Leguas	73,68	72,22	50,00	87,78
Mestre Campos	100,00	92,86	150,00	75,23
Oliveira	92,44	100,00	500,00	116,22
Pinheiro	112,50	85,26	225,81	81,55
Piranga	105,52	64,24	77,78	89,86
Tapera	99,35	73,81	500,00	87,70
Guarapiranga	98,26	77,32	191,55	87,78

Fonte: APÊNDICE A, Tabela 3.

Tabela 6 – Razão de sexos – População escrava, freguesia de Guarapiranga, 1831-32

Distrito	Africanos	Crioulos	Pardos
Bacalhau	455,56	111,11	100,00
Bras Pires	328,00	100,00	84,21
Calambau	633,33	97,58	95,74
Conceição do Turvo	320,00	101,32	200,00
Dores do Turvo	348,15	57,95	100,00
Manja Leguas	233,33	110,34	50,00
Mestre Campos	307,14	126,32	160,00
Oliveira	433,33	66,34	96,43
Pinheiro	290,91	103,45	81,82
Piranga	343,08	105,56	125,93
Tapera	639,29	135,04	162,50
Guarapiranga	406,92	99,88	114,56

Fonte: APÊNDICE A, Tabela 4.

Tabela 7 – Estrutura Etária – Livres brancos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Faixa Etária	Dados ajustados		Dados originais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-4	178	150	134	142
5-9	163	156	207	169
10-14	152	155	156	134
15-19	121	145	115	152
20-24	98	130	92	137
25-29	82	109	85	112
30-34	73	87	76	82
35-39	69	71	63	56
40-44	67	63	69	83
45-49	60	57	63	44
50-54	52	48	57	61
55-59	46	38	37	29
60-64	35	27	42	35
65-69	21	19	19	15
70-74	10	9	15	14
75-	17	17	14	16
Total	1.244	1.281	1.244	1.281

Fonte: APM. Listas Nominativas de 1831-32; Manual X – Anexo V: “Suavização de uma distribuição por idade, p.255”.

Tabela 7.1 - Estrutura Etária – Livres brancos, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Faixa Etária	Dados ajustados		Dados originais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-4	27	15	20	17
5-9	22	17	27	11
10-14	20	18	23	22
15-19	13	17	11	16
20-24	10	16	8	13
25-29	11	15	14	17
30-34	10	12	9	13
35-39	9	9	8	7
40-44	8	7	10	10
45-49	7	6	5	1
50-54	5	6	7	11
55-59	6	7	4	6
60-64	5	7	9	9
65-69	4	5	1	1
70-74	1	2	2	5
75-	5	5	5	5
Total	163	164	163	164

Fonte: APM. Listas Nominativas de 1831-32; Manual X – Anexo V: “Suavização de uma distribuição por idade, p.255”.

Tabela 7.2 - Estrutura Etária – Livres brancos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Faixa Etária	Dados ajustados		Dados originais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-4	65	90	50	74
5-9	77	82	97	100
10-14	82	78	83	64
15-19	74	63	71	76
20-24	60	54	55	54
25-29	45	51	46	56
30-34	37	45	40	39
35-39	35	35	30	27
40-44	33	31	33	39
45-49	32	28	36	26
50-54	30	24	33	25
55-59	25	19	21	16
60-64	18	15	16	19
65-69	10	12	10	12
70-74	6	6	10	7
75-	6	9	4	8
Total	635	642	635	642

Fonte: APM. Listas Nominativas de 1831-32; Manual X – Anexo V: “Suavização de uma distribuição por idade, p.255”.

Tabela 7.3 - Estrutura Etária – Livres brancos, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Faixa Etária	Dados ajustados		Dados originais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-4	86	46	64	51
5-9	64	56	83	58
10-14	50	59	50	48
15-19	34	65	33	60
20-24	28	60	29	70
25-29	26	43	25	39
30-34	26	30	27	30
35-39	25	27	25	22
40-44	26	25	26	34
45-49	21	23	22	17
50-54	17	18	17	25
55-59	15	12	12	7
60-64	12	5	17	7
65-69	7	2	8	2
70-74	3	1	3	2
75-	6	3	5	3
Total	446	475	446	475

Fonte: APM. Listas Nominativas de 1831-32; Manual X – Anexo V: “Suavização de uma distribuição por idade, p.255”.

Tabela 8 - Estrutura Etária – Livres não-brancos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Faixa Etária	Dados ajustados		Dados originais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-4	288	273	255	259
5-9	276	276	285	275
10-14	271	277	295	289
15-19	237	259	225	266
20-24	213	243	213	234
25-29	188	220	172	195
30-34	152	197	176	236
35-39	118	170	93	124
40-44	100	150	128	189
45-49	99	134	69	104
50-54	92	111	130	150
55-59	83	88	53	52
60-64	66	66	92	88
65-69	48	48	40	47
70-74	26	29	34	35
75-	46	54	43	52
Total	2.303	2.595	2.303	2.595

Fonte: APM. Listas Nominativas de 1831-32; Manual X – Anexo V: “Suavização de uma distribuição por idade, p.255”.

Tabela 8.1 - Estrutura Etária – Livres não-brancos, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Faixa Etária	Dados ajustados		Dados originais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-4	95	94	87	87
5-9	83	90	82	80
10-14	78	89	88	107
15-19	66	79	66	75
20-24	63	75	61	72
25-29	62	71	51	56
30-34	52	66	62	86
35-39	38	57	28	42
40-44	28	45	39	59
45-49	30	35	17	24
50-54	31	29	48	46
55-59	33	29	18	10
60-64	28	27	46	42
65-69	20	19	11	15
70-74	9	11	13	15
75-	21	14	20	14
Total	737	830	737	830

Fonte: APM. Listas Nominativas de 1831-32; Manual X – Anexo V: “Suavização de uma distribuição por idade, p.255”.

Tabela 8.1.1 - Estrutura Etária – Livres crioulos, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Faixa Etária	Dados ajustados		Dados originais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-4	18	11	14	14
5-9	17	17	21	9
10-14	16	21	12	29
15-19	14	18	20	14
20-24	13	16	9	17
25-29	11	12	8	7
30-34	8	12	13	21
35-39	7	15	3	8
40-44	6	14	10	17
45-49	9	10	2	8
50-54	8	8	18	11
55-59	6	8	1	2
60-64	5	9	6	12
65-69	5	7	4	7
70-74	2	3	6	6
75-	12	3	10	2
Total	157	184	157	184

Fonte: APM. Listas Nominativas de 1831-32; Manual X – Anexo V: “Suavização de uma distribuição por idade, p.255”.

Tabela 8.1.2 - Estrutura Etária – Livres africanos, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Faixa Etária	Dados ajustados		Dados originais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-4	0	0	0	0
5-9	2	2	0	0
10-14	6	4	8	3
15-19	7	4	5	6
20-24	9	4	13	3
25-29	9	3	5	3
30-34	8	3	8	2
35-39	5	2	6	3
40-44	3	1	4	2
45-49	2	2	0	1
50-54	4	1	6	3
55-59	6	2	2	1
60-64	5	2	11	3
65-69	3	2	1	2
70-74	2	2	2	3
75-	4	4	4	3
Total	75	38	75	38

Fonte: APM. Listas Nominativas de 1831-32; Manual X – Anexo V: “Suavização de uma distribuição por idade, p.255”.

Tabela 8.1.3 - Estrutura Etária – Livres pardos, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Faixa Etária	Dados ajustados		Dados originais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-4	77	83	73	73
5-9	64	71	61	71
10-14	56	64	68	75
15-19	45	57	41	55
20-24	41	55	39	52
25-29	42	56	38	46
30-34	36	51	41	63
35-39	26	40	19	31
40-44	19	30	25	40
45-49	19	23	15	15
50-54	19	20	24	32
55-59	21	19	15	7
60-64	18	16	29	27
65-69	12	10	6	6
70-74	5	6	5	6
75-	5	7	6	9
Total	505	608	505	608

Fonte: APM. Listas Nominativas de 1831-32; Manual X – Anexo V: “Suavização de uma distribuição por idade, p.255”.

Tabela 8.2 - Estrutura Etária – Livres não-brancos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Faixa Etária	Dados ajustados		Dados originais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-4	86	74	75	73
5-9	111	96	111	93
10-14	127	110	141	114
15-19	117	111	115	123
20-24	99	106	94	95
25-29	76	97	73	90
30-34	58	86	66	100
35-39	50	74	38	59
40-44	49	67	63	80
45-49	45	60	34	54
50-54	38	52	47	56
55-59	30	40	23	30
60-64	23	30	28	31
65-69	17	24	18	28
70-74	11	14	11	17
75-	19	23	19	21
Total	956	1.064	956	1.064

Fonte: APM. Listas Nominativas de 1831-32; Manual X – Anexo V: “Suavização de uma distribuição por idade, p.255”.

Tabela 8.2.1 - Estrutura Etária – Livres crioulos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Faixa Etária	Dados ajustados		Dados originais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-4	18	12	13	13
5-9	22	16	24	18
10-14	24	19	28	16
15-19	21	20	21	22
20-24	17	23	14	21
25-29	13	24	12	17
30-34	13	25	17	35
35-39	13	24	9	20
40-44	14	22	19	24
45-49	14	21	8	23
50-54	12	20	18	20
55-59	8	15	5	8
60-64	4	12	4	14
65-69	4	10	5	12
70-74	3	6	4	7
75-	4	10	3	9
Total	204	279	204	279

Fonte: APM. Listas Nominativas de 1831-32; Manual X – Anexo V: “Suavização de uma distribuição por idade, p.255”.

Tabela 8.2.2 - Estrutura Etária – Livres africanos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Faixa Etária	Dados ajustados		Dados originais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-4	0	1	0	0
5-9	0	0	0	1
10-14	1	0	1	0
15-19	4	1	3	1
20-24	4	1	5	2
25-29	3	2	2	1
30-34	1	2	1	2
35-39	2	0	1	0
40-44	2	0	3	0
45-49	2	0	2	0
50-54	4	1	4	1
55-59	3	1	2	1
60-64	4	1	5	0
65-69	3	1	4	1
70-74	2	1	0	2
75-	4	1	6	1
Total	39	13	39	13

Fonte: APM. Listas Nominativas de 1831-32; Manual X – Anexo V: “Suavização de uma distribuição por idade, p.255”.

Tabela 8.2.3 - Estrutura Etária – Livres pardos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Faixa Etária	Dados ajustados		Dados originais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-4	68	61	62	60
5-9	89	80	87	74
10-14	102	91	112	98
15-19	92	90	91	100
20-24	78	82	75	72
25-29	60	71	59	72
30-34	44	59	48	63
35-39	35	50	28	39
40-44	33	45	41	56
45-49	29	39	24	31
50-54	22	31	25	35
55-59	19	24	16	21
60-64	15	17	19	17
65-69	10	13	9	15
70-74	6	7	7	8
75-	11	12	10	11
Total	713	772	713	772

Fonte: APM. Listas Nominativas de 1831-32; Manual X – Anexo V: “Suavização de uma distribuição por idade, p.255”.

Tabela 8.3 - Estrutura Etária – Livres não-brancos, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Faixa Etária	Dados ajustados		Dados originais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-4	107	104	93	99
5-9	82	91	92	102
10-14	66	78	66	68
15-19	54	69	44	68
20-24	51	62	58	67
25-29	50	52	48	49
30-34	42	45	48	50
35-39	30	39	27	23
40-44	23	38	26	50
45-49	24	39	18	26
50-54	23	30	35	48
55-59	20	19	12	12
60-64	15	9	18	15
65-69	11	5	11	4
70-74	6	4	10	3
75-	6	17	4	17
Total	610	701	610	701

Fonte: APM. Listas Nominativas de 1831-32; Manual X – Anexo V: “Suavização de uma distribuição por idade, p.255”.

Tabela 8.3.1 - Estrutura Etária – Livres crioulos, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Faixa Etária	Dados ajustados		Dados originais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-4	8	6	5	4
5-9	7	7	8	9
10-14	7	7	8	7
15-19	6	5	4	6
20-24	5	4	9	3
25-29	3	2	2	3
30-34	2	4	0	2
35-39	2	6	4	2
40-44	3	7	3	13
45-49	4	9	3	7
50-54	4	6	5	8
55-59	3	5	3	1
60-64	3	2	4	6
65-69	1	2	0	1
70-74	1	1	1	1
75-	1	3	1	3
Total	60	76	60	76

Fonte: APM. Listas Nominativas de 1831-32; Manual X – Anexo V: “Suavização de uma distribuição por idade, p.255”.

Tabela 8.3.2 - Estrutura Etária – Livres africanos, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Faixa Etária	Dados ajustados		Dados originais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-4	0	0	0	0
5-9	0	0	0	0
10-14	0	0	0	0
15-19	0	1	0	1
20-24	1	1	1	0
25-29	1	0	0	1
30-34	2	1	2	1
35-39	1	0	2	0
40-44	0	0	0	0
45-49	1	1	1	1
50-54	2	2	2	2
55-59	4	2	3	2
60-64	3	2	4	2
65-69	2	0	1	0
70-74	0	0	1	0
75-	1	0	1	0
Total	18	10	18	10

Fonte: APM. Listas Nominativas de 1831-32; Manual X – Anexo V: “Suavização de uma distribuição por idade, p.255”.

Tabela 8.3.3 - Estrutura Etária – Livres pardos, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Faixa Etária	Dados ajustados		Dados originais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-4	99	98	88	95
5-9	75	84	84	93
10-14	59	71	58	61
15-19	48	63	40	61
20-24	45	57	48	64
25-29	46	50	46	45
30-34	38	40	46	47
35-39	27	33	21	21
40-44	20	31	23	37
45-49	19	29	14	18
50-54	17	22	28	38
55-59	13	12	6	9
60-64	9	5	10	7
65-69	8	3	10	3
70-74	5	3	8	2
75-	4	14	2	14
Total	532	615	532	615

Fonte: APM. Listas Nominativas de 1831-32; Manual X – Anexo V: “Suavização de uma distribuição por idade, p.255”.

Tabela 9 - Estrutura Etária – Escravos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Faixa Etária	Dados ajustados		Dados originais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-4	122	112	110	107
5-9	166	132	136	118
10-14	230	155	190	157
15-19	291	168	307	168
20-24	303	165	337	173
25-29	272	150	256	124
30-34	207	125	229	151
35-39	140	99	111	93
40-44	104	77	145	94
45-49	85	53	70	35
50-54	76	40	93	61
55-59	60	25	47	18
60-64	41	15	69	15
65-69	30	7	21	8
70-74	13	4	20	5
75-	13	2	12	2
Total	2.153	1.329	2.153	1.329

Fonte: APM. Listas Nominativas de 1831-32; Manual X – Anexo V: “Suavização de uma distribuição por idade, p.255”.

Tabela 9.1 - Estrutura Etária – Escravos, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Faixa Etária	Dados ajustados		Dados originais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-4	17	14	15	13
5-9	24	18	15	18
10-14	35	23	31	21
15-19	38	27	40	28
20-24	36	25	42	22
25-29	30	20	22	13
30-34	26	18	31	27
35-39	21	16	18	14
40-44	19	12	27	16
45-49	16	7	11	3
50-54	13	6	19	14
55-59	12	6	5	1
60-64	11	3	22	5
65-69	7	2	5	0
70-74	2	1	4	3
75-	3	0	3	0
Total	310	198	310	198

Fonte: Fonte: Manual X – Anexo V: “Suavização de uma distribuição por idade, p.255”.

Tabela 9.1.1 - Estrutura Etária – Escravos crioulos, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Faixa Etária	Dados ajustados		Dados originais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-4	15	14	13	12
5-9	15	15	12	14
10-14	16	15	19	18
15-19	11	14	11	13
20-24	10	12	11	11
25-29	10	12	10	7
30-34	13	13	11	17
35-39	13	10	13	12
40-44	12	7	15	6
45-49	11	4	7	2
50-54	7	4	10	9
55-59	3	3	3	1
60-64	2	0	3	0
65-69	2	1	2	0
70-74	0	0	0	1
75-	0	0	0	0
Total	140	123	140	123

Fonte: APM. Listas Nominativas de 1831-32; Manual X – Anexo V: “Suavização de uma distribuição por idade, p.255”.

Tabela 9.1.2 - Estrutura Etária – Escravos africanos, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Faixa Etária	Dados ajustados		Dados originais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-4	0	0	0	0
5-9	7	1	1	0
10-14	16	5	9	1
15-19	23	8	26	10
20-24	22	9	26	9
25-29	16	5	9	3
30-34	9	3	15	5
35-39	8	3	5	2
40-44	6	4	12	8
45-49	5	2	2	0
50-54	5	1	8	4
55-59	8	2	2	0
60-64	9	1	19	2
65-69	5	1	3	0
70-74	2	1	4	2
75-	3	0	3	0
Total	144	46	144	46

Fonte: Manual X – Anexo V: “Suavização de uma distribuição por idade, p.255”.

Tabela 9.1.3 - Estrutura Etária – Escravos pardos, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Faixa Etária	Dados ajustados		Dados originais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-4	2	1	2	1
5-9	2	3	2	4
10-14	3	3	3	2
15-19	4	5	3	5
20-24	4	4	5	2
25-29	4	3	3	3
30-34	4	2	5	5
35-39	0	3	0	0
40-44	1	1	0	2
45-49	0	1	2	1
50-54	1	1	1	1
55-59	1	1	0	0
60-64	0	2	0	3
65-69	0	0	0	0
70-74	0	0	0	0
75-	0	0	0	0
Total	26	29	26	29

Fonte: APM. Listas Nominativas de 1831-32; Manual X – Anexo V: “Suavização de uma distribuição por idade, p.255”.

Tabela 9.2 - Estrutura Etária – Escravos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Faixa Etária	Dados ajustados		Dados originais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-4	64	63	59	57
5-9	97	75	81	66
10-14	139	88	111	95
15-19	185	91	201	89
20-24	200	90	213	103
25-29	184	86	190	70
30-34	136	77	139	87
35-39	90	61	70	54
40-44	63	49	85	64
45-49	53	34	46	23
50-54	48	23	57	30
55-59	38	15	35	15
60-64	25	9	39	8
65-69	18	5	13	6
70-74	8	3	9	2
75-	3	0	3	0
Total	1.351	769	1.351	769

Fonte: APM. Listas Nominativas de 1831-32; Manual X – Anexo V: “Suavização de uma distribuição por idade, p.255”.

Tabela 9.2.1 - Estrutura Etária – Escravos crioulos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Faixa Etária	Dados ajustados		Dados originais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-4	46	47	46	45
5-9	50	49	53	47
10-14	52	50	46	56
15-19	56	51	59	43
20-24	58	53	62	63
25-29	57	53	53	39
30-34	45	50	46	59
35-39	35	41	23	34
40-44	32	33	43	44
45-49	29	23	25	16
50-54	22	16	27	20
55-59	13	10	10	10
60-64	6	6	9	6
65-69	3	4	1	5
70-74	0	2	1	1
75-	1	0	1	0
Total	505	488	505	488

Fonte: APM. Listas Nominativas de 1831-32; Manual X – Anexo V: “Suavização de uma distribuição por idade, p.255”.

Tabela 9.2.2 - Estrutura Etária – Escravos africanos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Faixa Etária	Dados ajustados		Dados originais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-4	1	0	1	0
5-9	24	8	1	0
10-14	61	17	38	15
15-19	105	23	120	29
20-24	123	24	128	27
25-29	113	21	128	17
30-34	80	15	78	19
35-39	48	10	44	9
40-44	27	8	35	11
45-49	21	7	19	4
50-54	23	5	28	7
55-59	22	4	21	5
60-64	18	3	28	2
65-69	14	1	11	1
70-74	8	1	8	1
75-	2	0	2	0
Total	690	147	690	147

Fonte: APM. Listas Nominativas de 1831-32; Manual X – Anexo V: “Suavização de uma distribuição por idade, p.255”.

Tabela 9.2.3 - Estrutura Etária – Escravos pardos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Faixa Etária	Dados ajustados		Dados originais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-4	17	15	12	12
5-9	23	19	27	19
10-14	26	21	27	24
15-19	24	17	22	17
20-24	19	13	23	13
25-29	14	12	9	14
30-34	11	12	15	9
35-39	7	10	3	11
40-44	4	8	7	9
45-49	3	4	2	3
50-54	3	2	2	3
55-59	3	1	4	0
60-64	1	0	2	0
65-69	1	0	1	0
70-74	0	0	0	0
75-	0	0	0	0
Total	156	134	156	134

Fonte: APM. Listas Nominativas de 1831-32; Manual X – Anexo V: “Suavização de uma distribuição por idade, p.255”.

Tabela 9.3 - Estrutura Etária – Escravos, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Faixa Etária	Dados ajustados		Dados originais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-4	41	35	36	37
5-9	45	39	40	34
10-14	56	44	48	41
15-19	68	50	66	51
20-24	67	50	82	48
25-29	58	44	44	41
30-34	45	30	59	37
35-39	29	22	23	25
40-44	22	16	33	14
45-49	16	12	13	9
50-54	15	11	17	17
55-59	10	4	7	2
60-64	5	3	8	2
65-69	5	0	3	2
70-74	3	0	7	0
75-	7	2	6	2
Total	492	362	492	362

Fonte: APM. Listas Nominativas de 1831-32; Manual X – Anexo V: “Suavização de uma distribuição por idade, p.255”.

Tabela 9.3.1 - Estrutura Etária – Escravos crioulos, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Faixa Etária	Dados ajustados		Dados originais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-4	30	27	27	30
5-9	27	28	30	26
10-14	26	28	25	28
15-19	23	32	20	27
20-24	22	33	26	31
25-29	22	31	16	31
30-34	19	22	25	27
35-39	13	15	10	18
40-44	10	12	13	8
45-49	8	9	8	9
50-54	7	8	7	11
55-59	4	4	2	2
60-64	2	2	4	2
65-69	1	0	1	1
70-74	1	0	0	0
75-	1	1	2	1
Total	216	252	216	252

Fonte: APM. Listas Nominativas de 1831-32; Manual X – Anexo V: “Suavização de uma distribuição por idade, p.255”.

Tabela 9.3.2 - Estrutura Etária – Escravos africanos, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Faixa Etária	Dados ajustados		Dados originais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-4	0	0	0	0
5-9	8	3	0	0
10-14	21	9	13	4
15-19	38	12	40	20
20-24	41	14	50	12
25-29	33	10	24	8
30-34	23	6	32	8
35-39	15	5	13	6
40-44	11	2	18	3
45-49	7	2	4	0
50-54	7	2	9	4
55-59	5	0	5	0
60-64	3	1	3	0
65-69	4	0	2	1
70-74	2	0	7	0
75-	6	1	4	1
Total	224	67	224	67

Fonte: Fonte: Manual X – Anexo V: “Suavização de uma distribuição por idade, p.255”.

Tabela 9.3.3 - Estrutura Etária – Escravos pardos, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Faixa Etária	Dados ajustados		Dados originais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-4	11	8	9	7
5-9	10	8	10	8
10-14	9	7	10	9
15-19	7	6	6	4
20-24	4	3	6	5
25-29	3	3	4	2
30-34	3	2	2	2
35-39	1	2	0	1
40-44	1	2	2	3
45-49	1	1	1	0
50-54	1	1	1	2
55-59	1	0	0	0
60-64	0	0	1	0
65-69	0	0	0	0
70-74	0	0	0	0
75-	0	0	0	0
Total	52	43	52	43

Fonte: APM. Listas Nominativas de 1831-32; Manual X – Anexo V: “Suavização de uma distribuição por idade, p.255”.

Tabela 10 – Estado Civil, brancos livres*, Freguesia de Guarapiranga, 1831-32

Distrito	Casado			Solteiro			Viuvo			Total
	Masc	Fem	s/inf	Masc	Fem	s/inf	Masc	Fem	s/inf	
Bacalhau	5	7	0	7	9	0	0	5	0	33
Bras Pires	35	33	0	19	23	0	1	7	0	118
Calambau	66	56	0	56	58	0	3	13	0	252
Conceição do Turvo	74	80	0	40	58	0	6	9	0	267
Dores do Turvo	49	46	0	24	26	0	1	6	0	152
Manja Leguas	4	4	0	6	9	0	1	2	0	26
Mestre Campos	12	13	0	9	15	0	2	5	0	56
Oliveira	40	39	0	20	16	0	2	5	0	122
Pinheiro	22	18	0	22	20	0	2	7	0	91
Piranga	62	58	0	62	55	0	3	15	0	255
Tapera	41	39	0	43	39	0	7	11	0	180
Total	410	393	0	308	328	0	28	85	0	1552

Fonte: Listas Nominativas de 1831-32. (*)População acima dos 15 anos.

Tabela 11 – Estado Civil, não-brancos livres*, Freguesia de Guarapiranga, 1831-32

Distrito	Casado			Solteiro			Viuvo			Total
	Masc	Fem	s/inf	Masc	Fem	s/inf	Masc	Fem	s/inf	
Bacalhau	24	23	0	41	63	0	5	8	0	164
Bras Pires	56	58	0	35	45	0	3	9	0	206
Calambau	50	56	0	84	96	0	1	16	0	303
Conceição do Turvo	46	49	0	34	58	0	3	5	0	195
Dores do Turvo	105	105	0	72	73	0	4	30	0	389
Manja Leguas	37	36	0	29	37	0	0	6	0	145
Mestre Campos	29	27	0	40	49	0	4	9	0	158
Oliveira	42	43	0	35	32	0	2	4	0	158
Pinheiro	78	85	0	185	199	0	7	14	0	568
Piranga	131	137	0	178	264	0	16	51	0	777
Tapera	36	38	0	54	53	0	4	10	0	195
Total	634	657	0	787	969	0	49	162	0	3258

Fonte: Listas Nominativas de 1831-32. (*)População acima dos 15 anos.

Tabela 11.1 – Estado Civil, crioulos livres*, Freguesia de Guarapiranga, 1831-32

Distrito	Casado			Solteiro			Viuvo			Total
	Masc	Fem	s/inf	Masc	Fem	s/inf	Masc	Fem	s/inf	
Bacalhau	6	5	0	17	24	0	3	3	0	58
Bras Pires	11	12	0	4	8	0	0	1	0	36
Calambau	3	6	0	9	22	0	0	3	0	43
Conceição do Turvo	3	6	0	5	7	0	0	1	0	22
Dores do Turvo	8	11	0	8	7	0	0	3	0	37
Manja Leguas	7	5	0	6	8	0	0	1	0	27
Mestre Campos	9	8	0	6	9	0	1	1	0	34
Oliveira	13	14	0	9	10	0	0	0	0	46
Pinheiro	10	12	0	44	53	0	1	3	0	123
Piranga	41	45	0	39	88	0	5	14	0	232
Tapera	9	11	0	10	17	0	1	1	0	49
Total	120	135	0	157	253	0	11	31	0	707

Fonte: Listas Nominativas de 1831-32. (*)População acima dos 15 anos.

Tabela 11.2 – Estado Civil, africanos livres*, Freguesia de Guarapiranga, 1831-32

Distrito	Casado			Solteiro			Viuvo			Total
	Masc	Fem	s/inf	Masc	Fem	s/inf	Masc	Fem	s/inf	
Bacalhau	0	0	0	1	3	0	0	0	0	4
Bras Pires	1	1	0	0	1	0	0	1	0	4
Calambau	4	2	0	6	3	0	0	1	0	16
Conceição do Turvo	3	1	0	0	5	0	0	0	0	9
Dores do Turvo	8	1	0	6	0	0	0	0	0	15
Manja Leguas	1	1	0	0	1	0	0	0	0	3
Mestre Campos	1	2	0	1	0	0	1	0	0	5
Oliveira	3	3	0	6	1	0	0	0	0	13
Pinheiro	3	5	0	58	23	0	1	0	0	90
Piranga	5	5	0	8	11	0	0	1	0	30
Tapera	2	1	0	5	0	0	3	1	0	12
Total	31	22	0	91	48	0	5	4	0	201

Fonte: Listas Nominativas de 1831-32. (*)População acima dos 15 anos.

Tabela 11.3 – Estado Civil, pardos livres*, Freguesia de Guarapiranga, 1831-32

Distrito	Casado			Solteiro			Viuvo			Total
	Masc	Fem	s/inf	Masc	Fem	s/inf	Masc	Fem	s/inf	
Bacalhau	18	18	0	23	36	0	2	5	0	102
Bras Pires	44	45	0	31	36	0	3	7	0	166
Calambau	43	48	0	69	71	0	1	12	0	244
Conceição do Turvo	40	42	0	29	46	0	3	4	0	164
Dores do Turvo	89	93	0	58	66	0	4	27	0	337
Manja Leguas	29	30	0	23	28	0	0	5	0	115
Mestre Campos	19	17	0	33	40	0	2	8	0	119
Oliveira	26	26	0	20	21	0	2	4	0	99
Pinheiro	65	68	0	83	123	0	5	11	0	355
Piranga	85	87	0	131	165	0	11	36	0	515
Tapera	25	26	0	39	36	0	0	8	0	134
Total	483	500	0	539	668	0	33	127	0	2350

Fonte: Listas Nominativas de 1831-32. (*)População acima dos 15 anos.

Tabela 12 – Estrutura Etária – Chefes de domicílios, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Faixa Etária	Dados ajustados		Dados originais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-4	0	0	0	0
5-9	0	0	0	0
10-14	0	0	0	0
15-19	15	1	4	2
20-24	54	12	50	10
25-29	105	28	102	22
30-34	130	43	147	53
35-39	130	54	109	31
40-44	131	61	150	82
45-49	132	69	112	53
50-54	122	68	151	86
55-59	103	59	80	38
60-64	83	48	103	65
65-69	54	37	46	32
70-74	28	19	38	25
75-	41	34	36	34
Total	1.128	533	1.128	533

Fonte: Listas Nominativas de 1831-32.

Tabela 12.1 – Estrutura Etária – Chefes de domicílios, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Faixa Etária	Dados ajustados		Dados originais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-4	0	0	0	0
5-9	0	0	0	0
10-14	0	0	0	0
15-19	1	0	0	1
20-24	12	4	8	2
25-29	26	10	25	6
30-34	31	16	35	21
35-39	27	17	20	10
40-44	27	14	35	23
45-49	29	14	22	5
50-54	29	15	39	22
55-59	28	16	18	6
60-64	26	16	40	27
65-69	17	14	10	9
70-74	9	6	10	11
75-	14	9	14	8
Total	276	151	276	151

Fonte: Listas Nominativas de 1831-32.

Tabela 12.2 – Estrutura Etária – Chefes de domicílios, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Faixa Etária	Dados ajustados		Dados originais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-4	0	0	0	0
5-9	0	0	0	0
10-14	0	0	0	0
15-19	6	0	4	0
20-24	18	4	18	5
25-29	32	10	31	10
30-34	45	16	52	18
35-39	55	22	45	13
40-44	61	28	71	35
45-49	61	33	54	33
50-54	56	33	63	34
55-59	45	29	39	24
60-64	32	24	33	25
65-69	20	19	18	20
70-74	11	12	16	13
75-	18	17	16	17
Total	460	247	460	247

Fonte: Listas Nominativas de 1831-32.

Tabela 12.3 – Estrutura Etária – Chefes de domicílios, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Faixa Etária	Dados ajustados		Dados originais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-4	0	0	0	0
5-9	0	0	0	0
10-14	0	0	0	0
15-19	8	1	0	1
20-24	24	4	24	3
25-29	47	8	46	6
30-34	54	11	60	14
35-39	48	15	44	8
40-44	43	19	44	24
45-49	42	22	36	15
50-54	37	20	49	30
55-59	30	14	23	8
60-64	25	8	30	13
65-69	17	4	18	3
70-74	8	1	12	1
75-	9	8	6	9
Total	392	135	392	135

Fonte: Listas Nominativas de 1831-32.

Tabela 13 – Setores ocupacionais – Mulheres chefes de domicílios, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Microrregiões	Agricultura	Pecuária	Comércio	Mineração	Fiação e Tecelagem	Artes e Ofícios	Funções públicas	Serviços e Outros
Norte	31	0	6	0	20	0	0	0
Central	54	0	14	2	146	7	0	11
Sul	6	0	0	0	30	0	0	0

Fonte: Listas Nominativas de 1831-32.

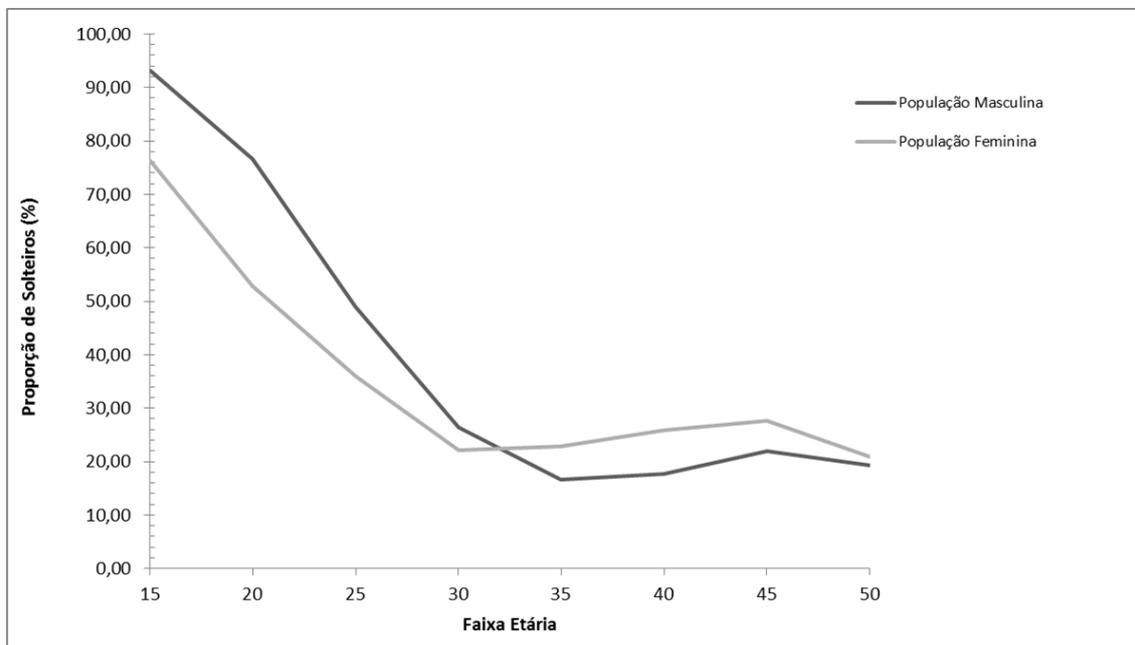
Tabela 14 – Setores ocupacionais – Homens chefes de domicílios, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.

Microrregiões	Agricultura	Pecuária	Comércio	Mineração	Fiação e Tecelagem	Artes e Ofícios	Funções públicas	Serviços e Outros
Norte	90	0	58	22	0	35	2	5
Central	268	0	107	8	0	63	5	8
Sul	85	0	19	0	0	24	0	3

Fonte: Listas Nominativas de 1831-32.

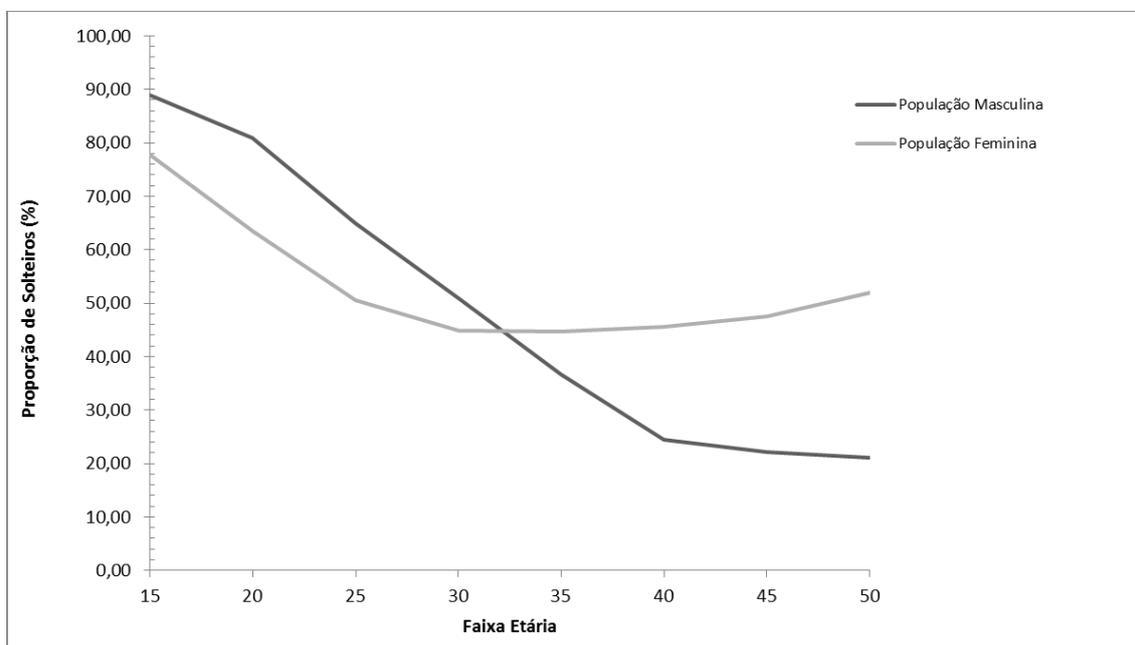
Apêndice B – Gráficos

Gráfico 1 – Proporção de solteiros por faixa etária – Brancos Livres, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



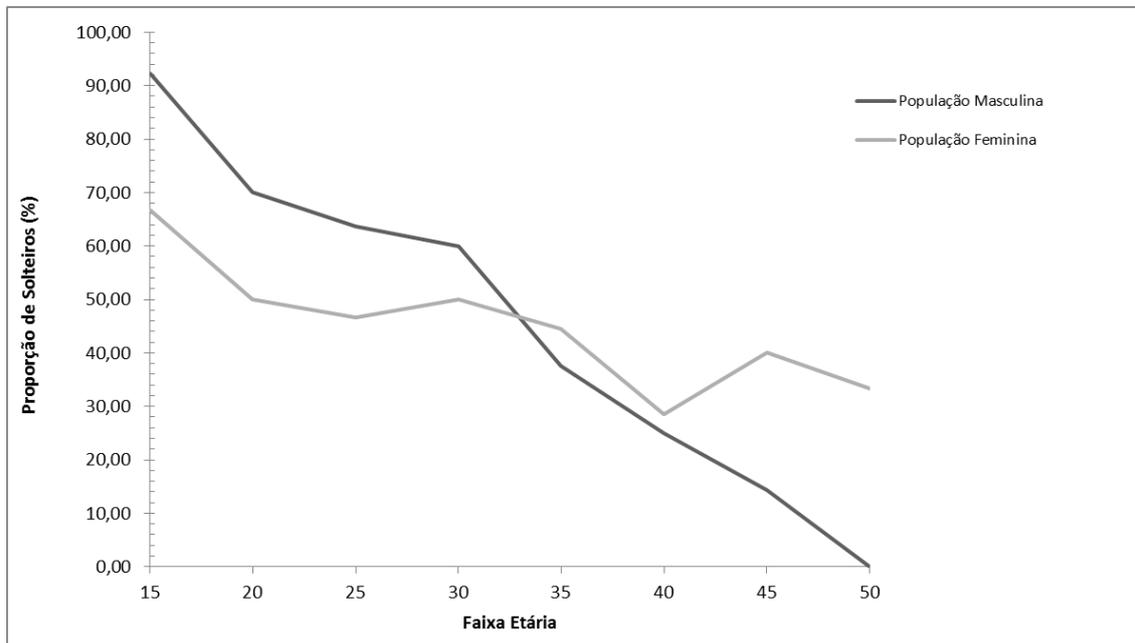
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 2 – Proporção de solteiros por faixa etária – Não-Brancos Livres, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



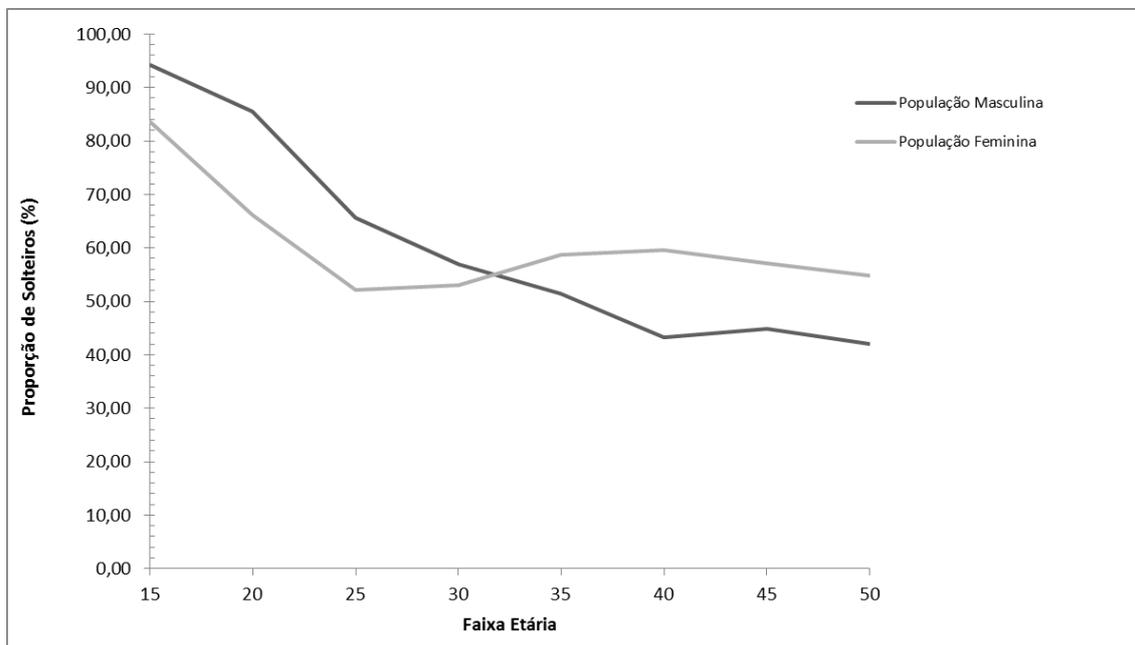
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 3 – Proporção de solteiros por faixa etária – Brancos Livres, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



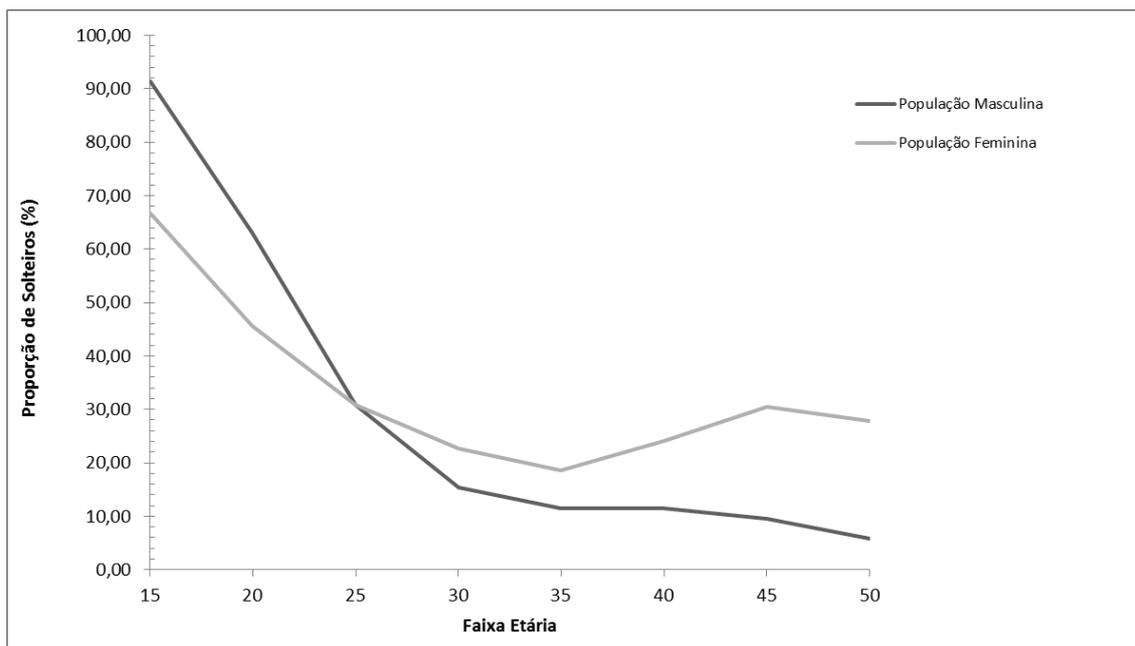
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 4 – Proporção de solteiros por faixa etária – Não-Brancos Livres, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



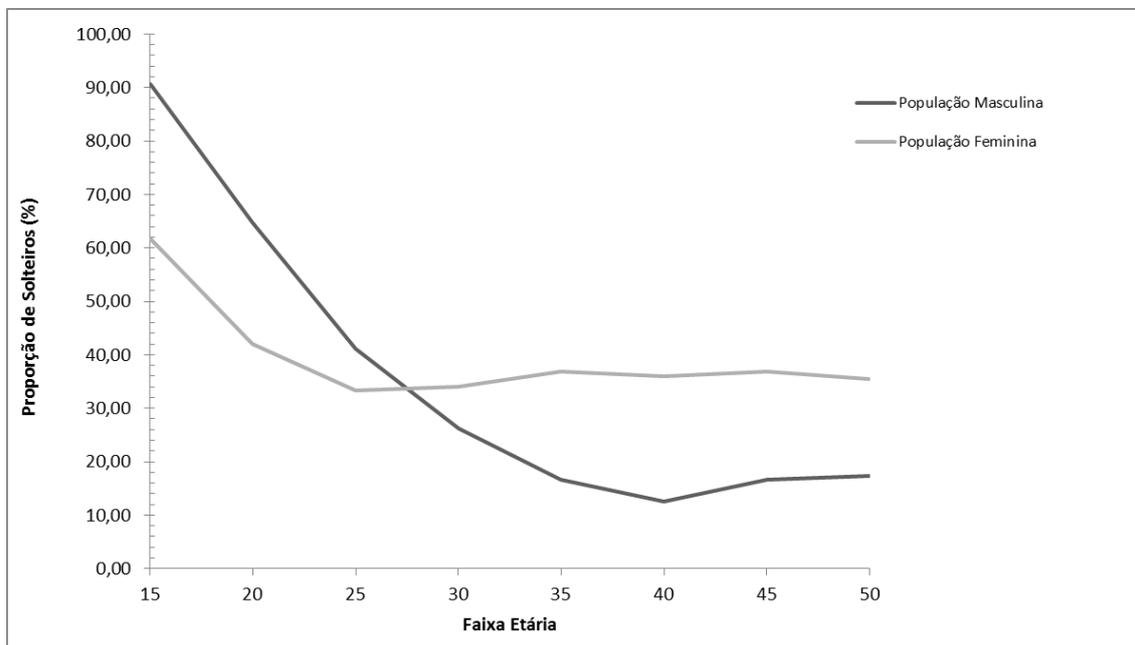
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 5 – Proporção de solteiros por faixa etária – Brancos Livres, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



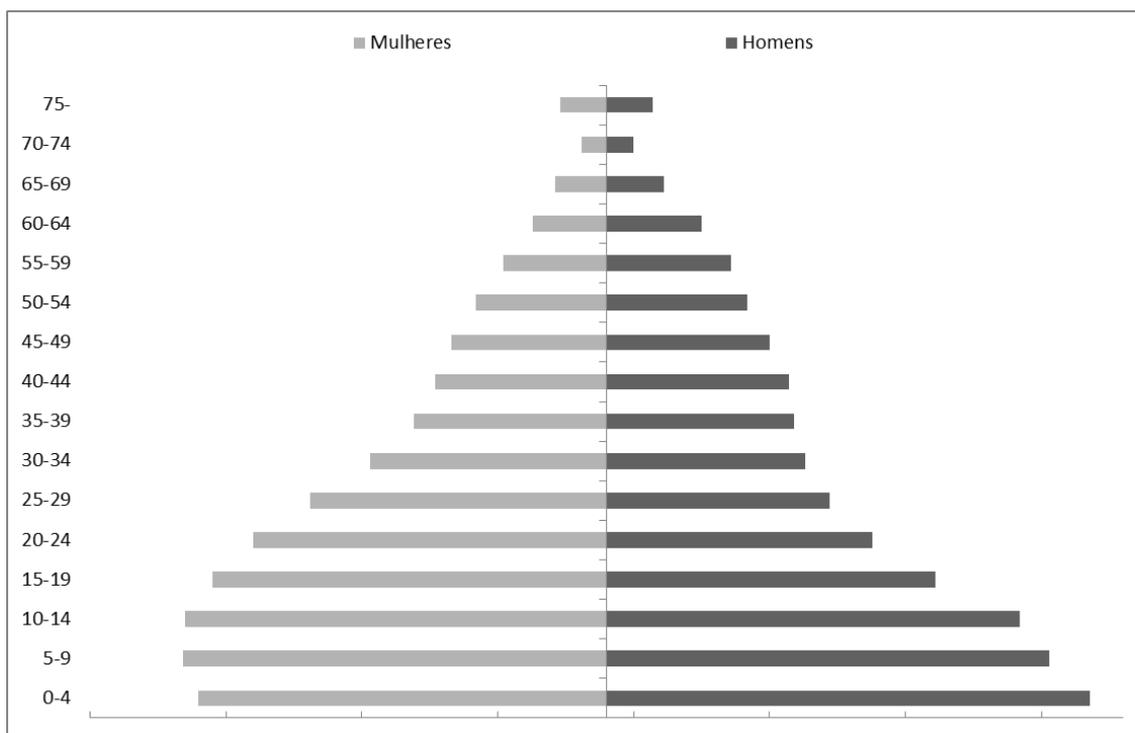
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 6 – Proporção de solteiros por faixa etária – Não-Brancos Livres, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



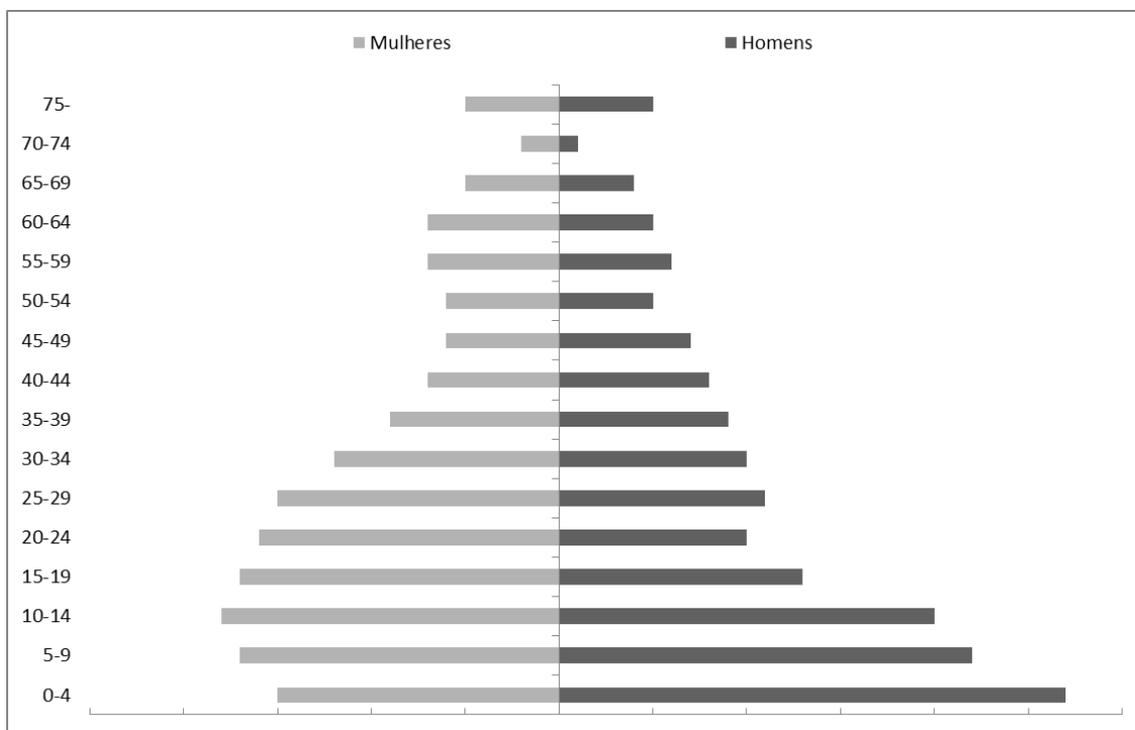
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 7 – Pirâmide Etária – Livres brancos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



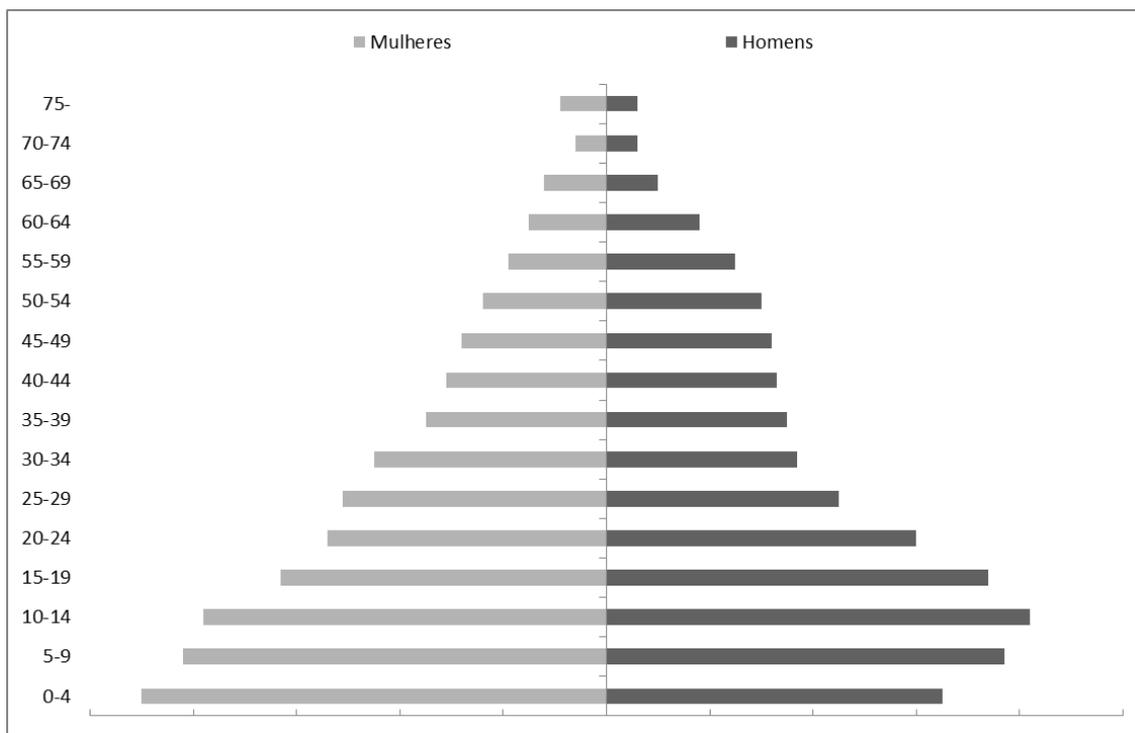
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 7.1 – Pirâmide Etária – Livres brancos, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



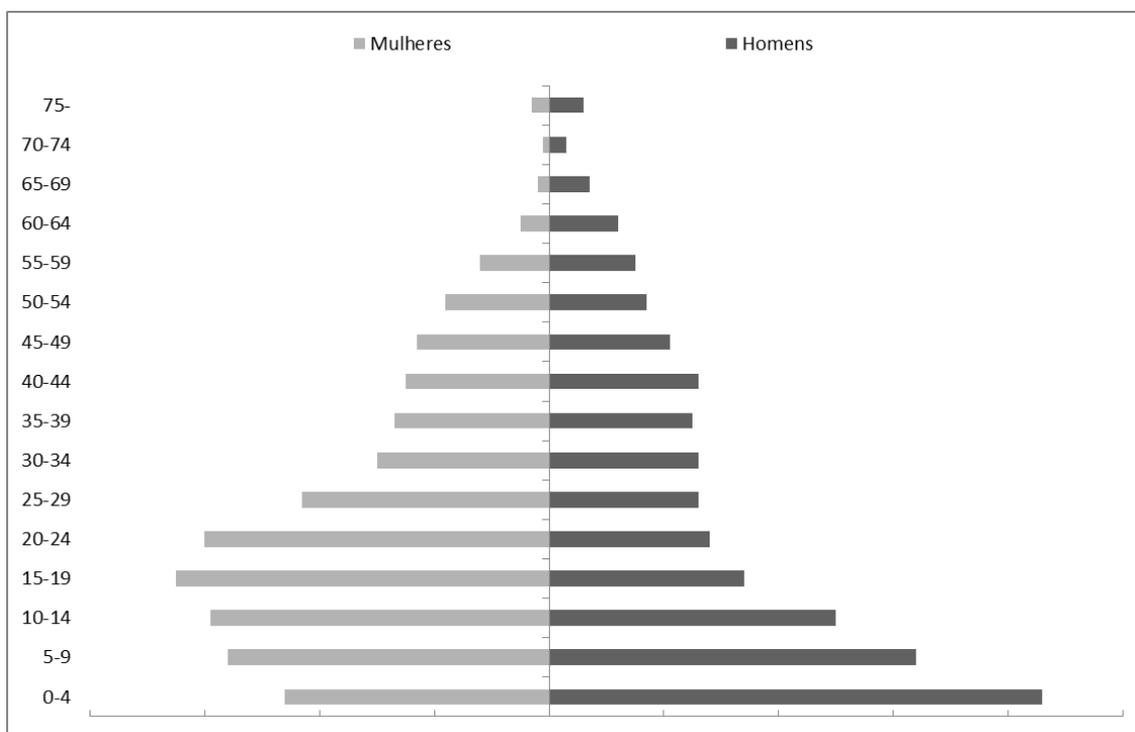
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 7.2 – Pirâmide Etária – Livres brancos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



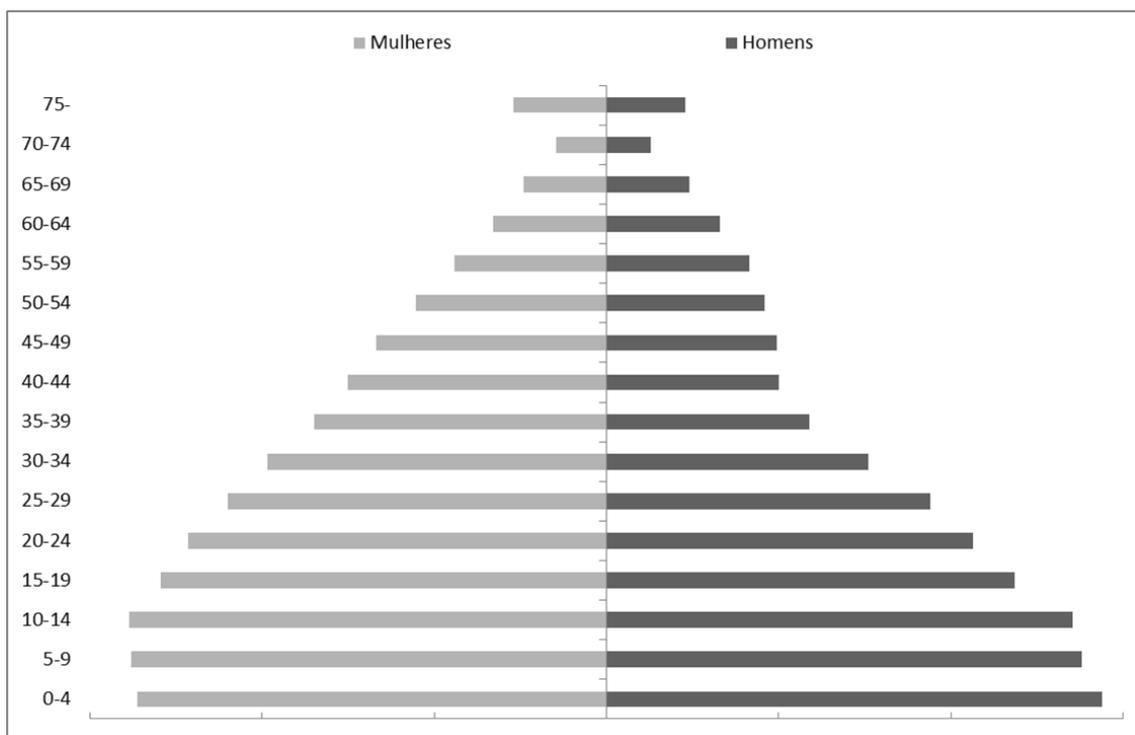
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 7.3 – Pirâmide Etária – Livres brancos, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



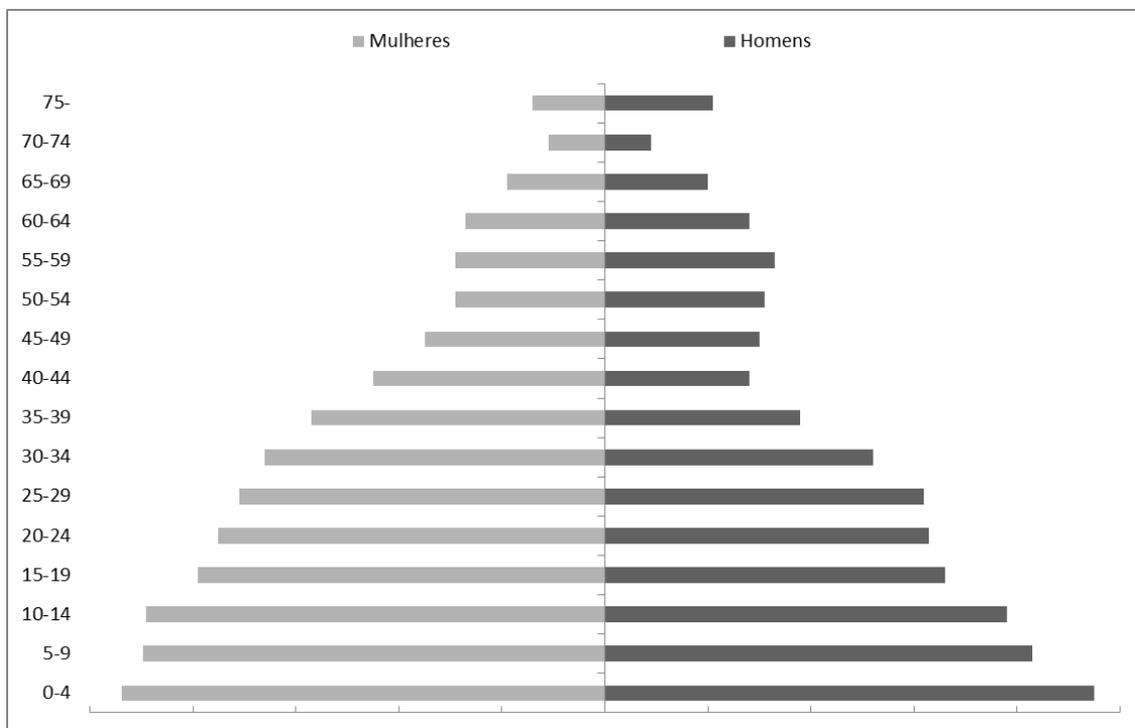
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 8 – Pirâmide Etária – Livres não-brancos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



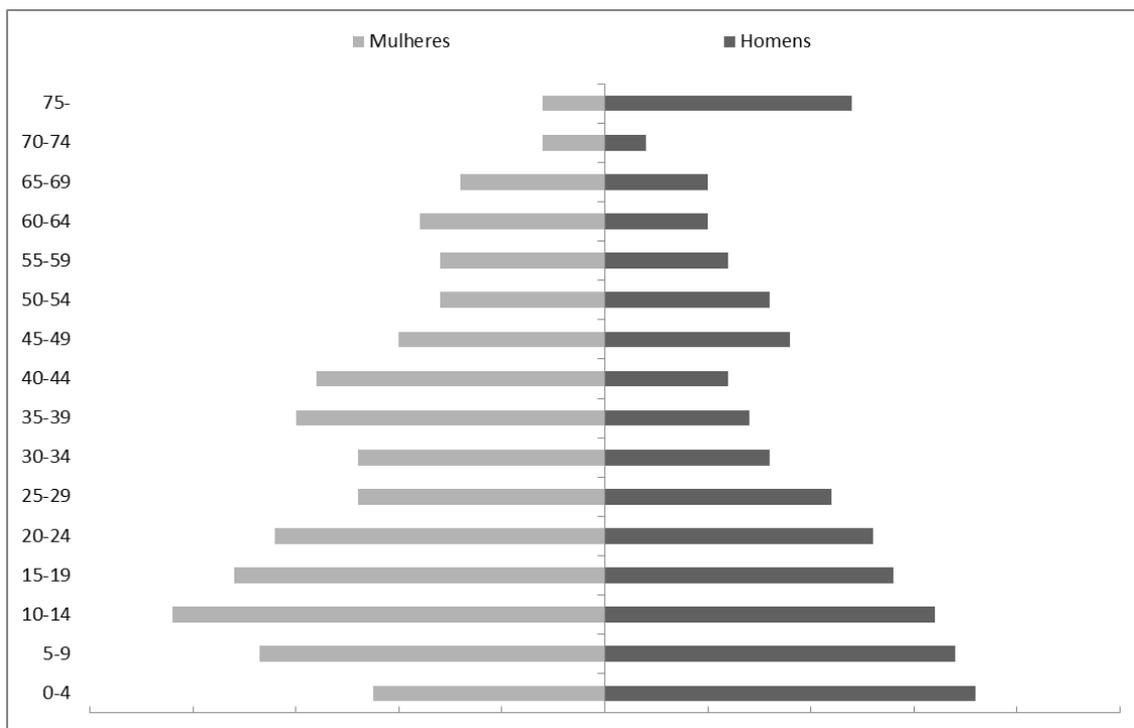
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 8.1 – Pirâmide Etária – Livres não-brancos, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



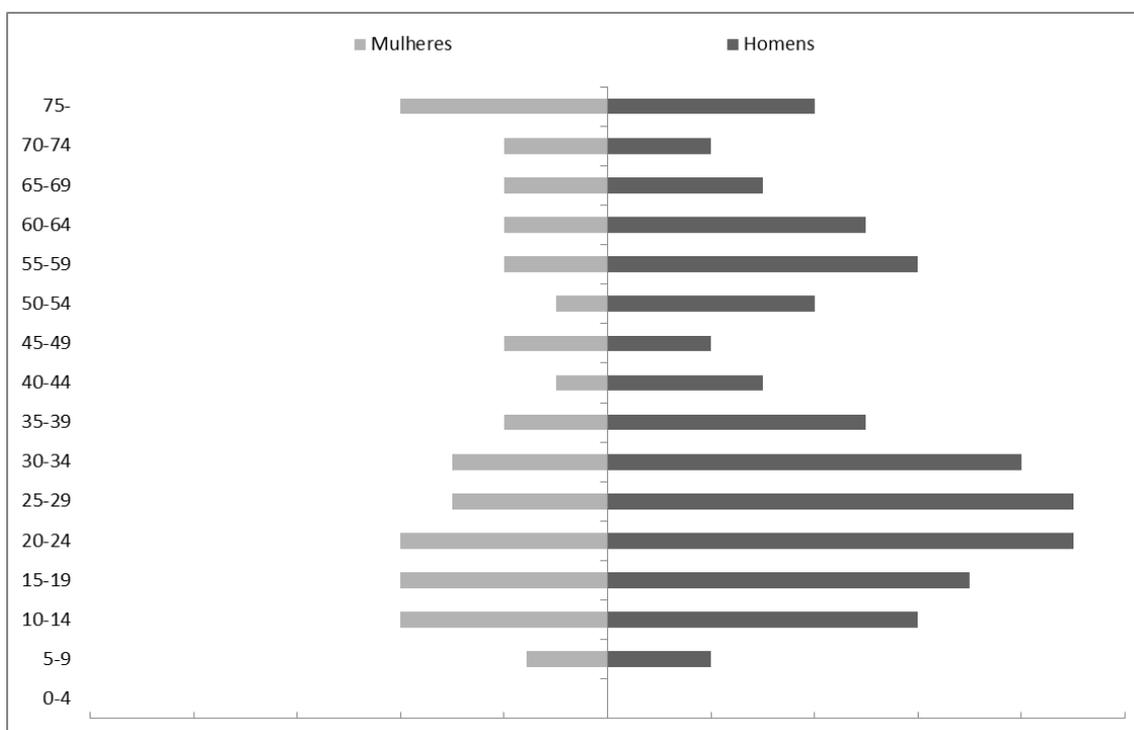
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 8.1.1 – Pirâmide Etária – Livres crioulos, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



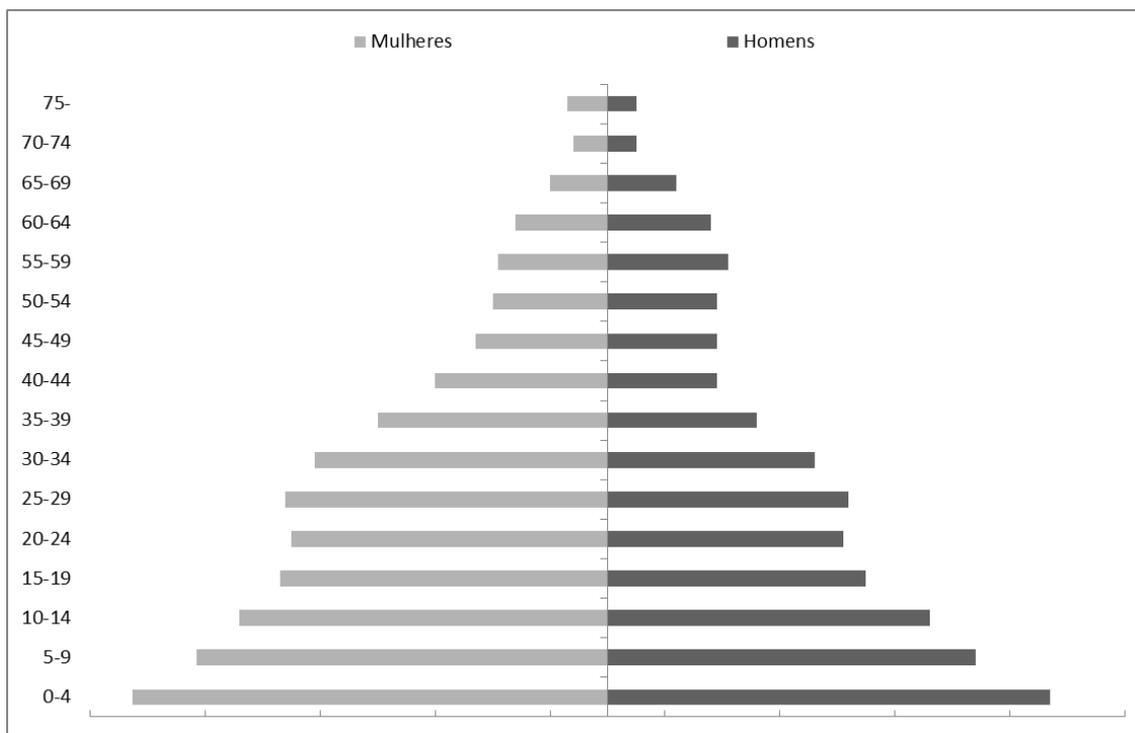
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 8.1.2 – Pirâmide Etária – Livres africanos, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



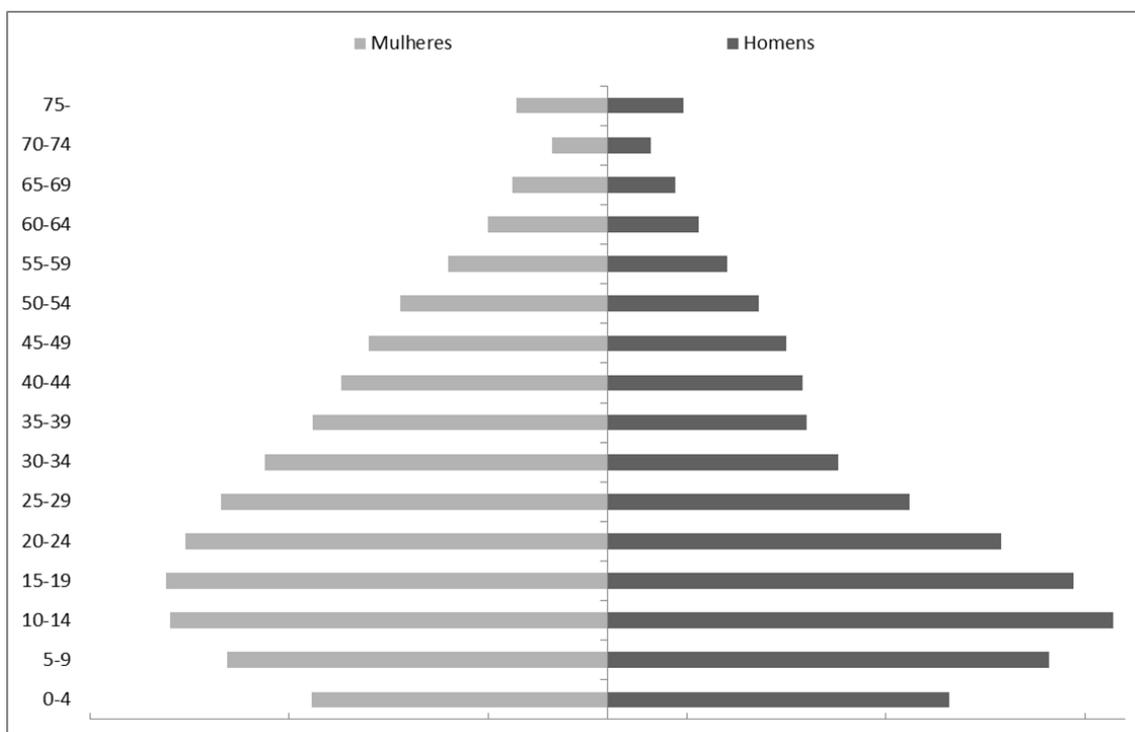
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 8.1.3 – Pirâmide Etária – Livres pardos, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



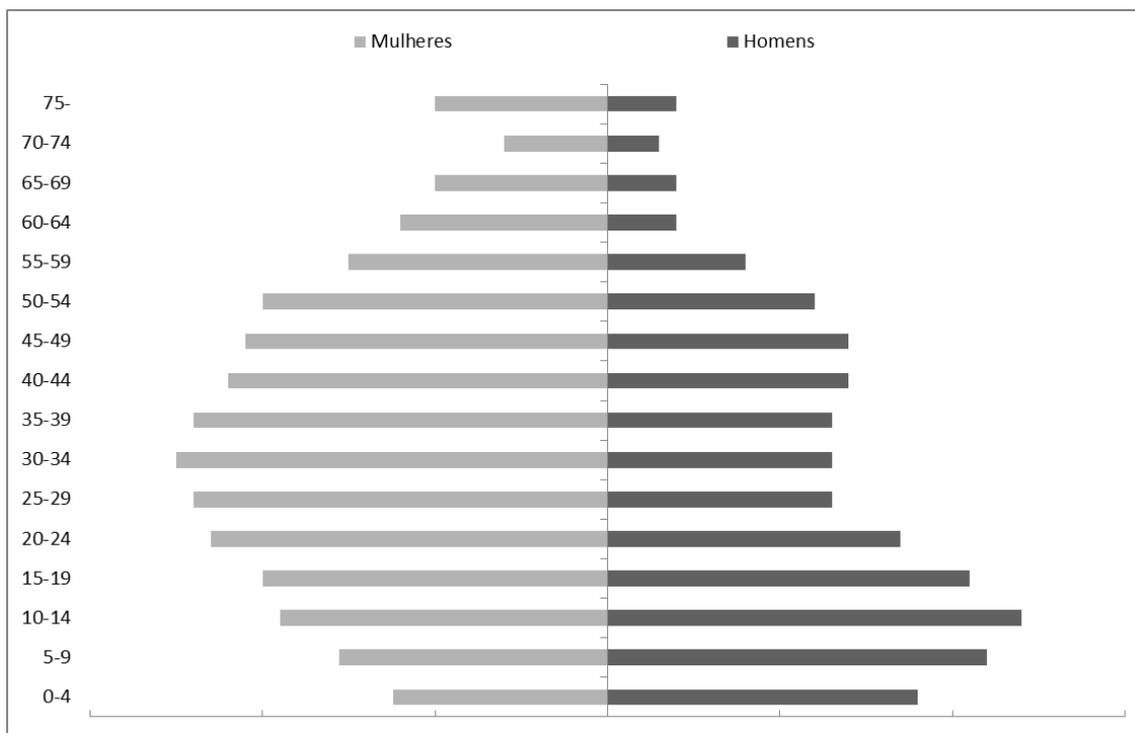
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 8.2 – Pirâmide Etária – Livres não-brancos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



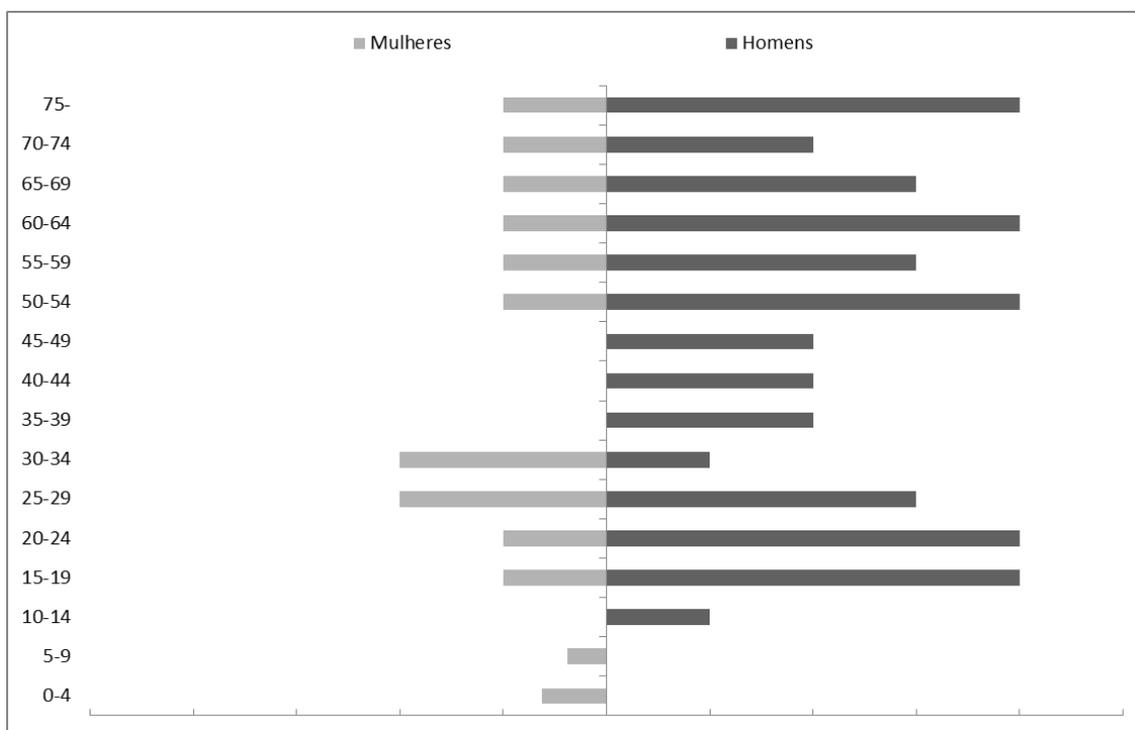
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 8.2.1 – Pirâmide Etária – Livres crioulos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



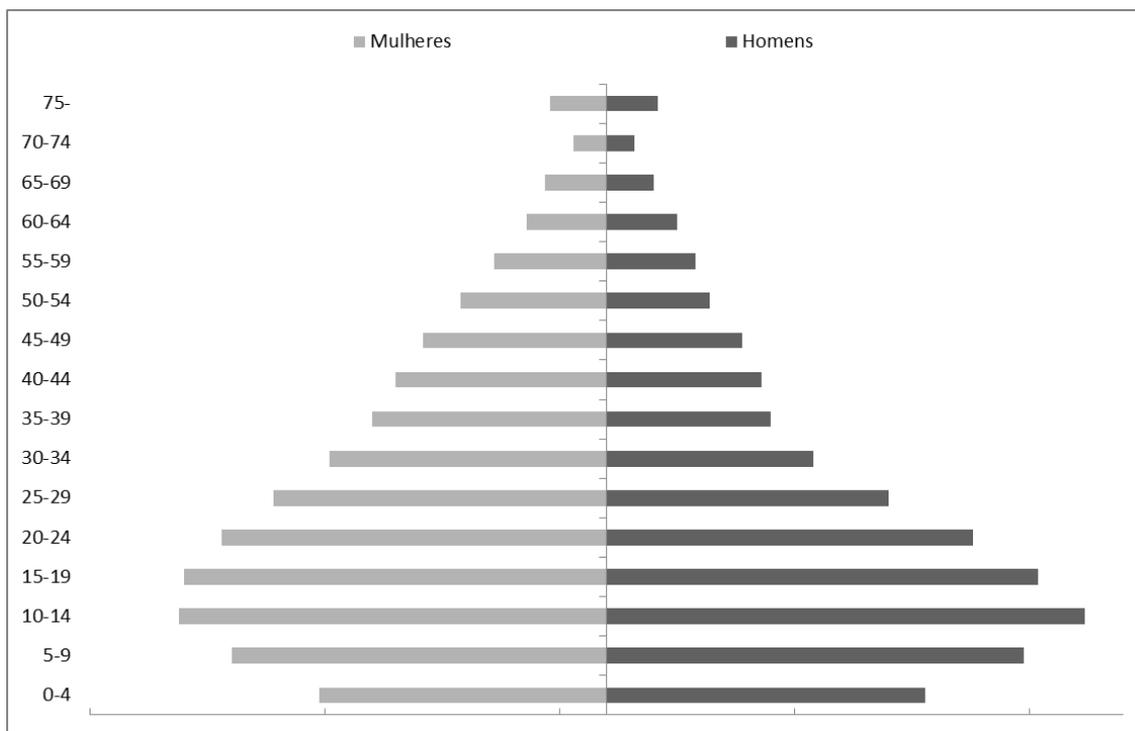
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 8.2.2 – Pirâmide Etária – Livres africanos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



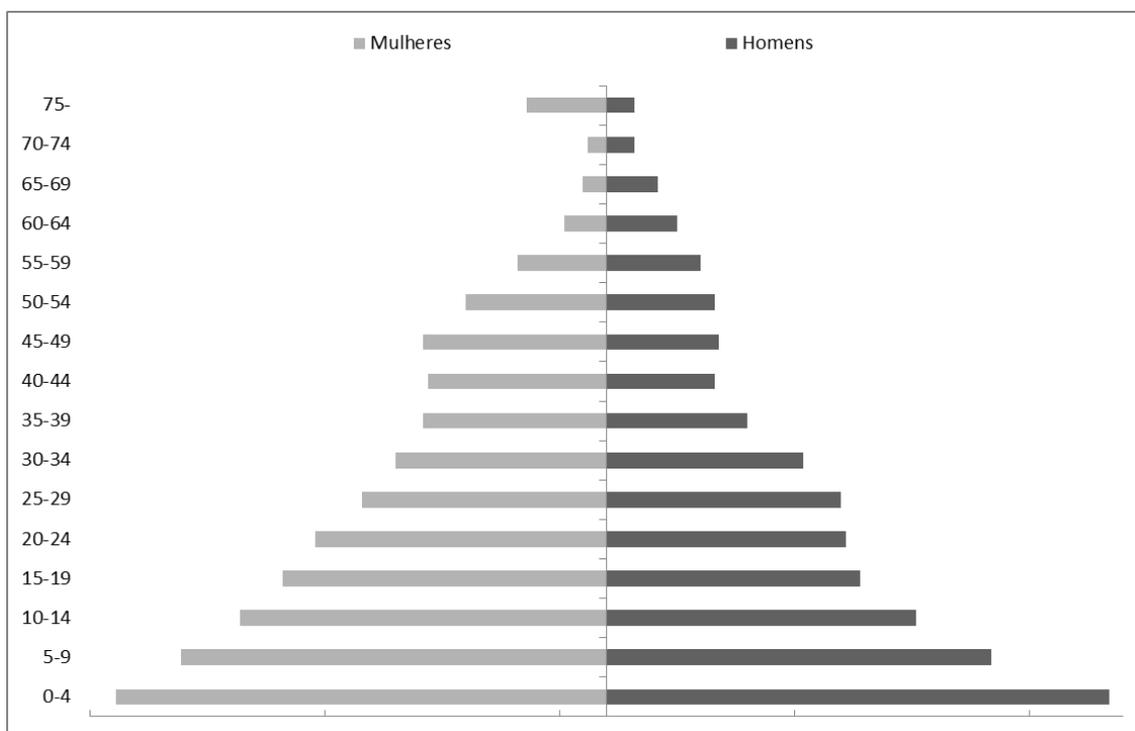
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 8.2.3 – Pirâmide Etária – Livres pardos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



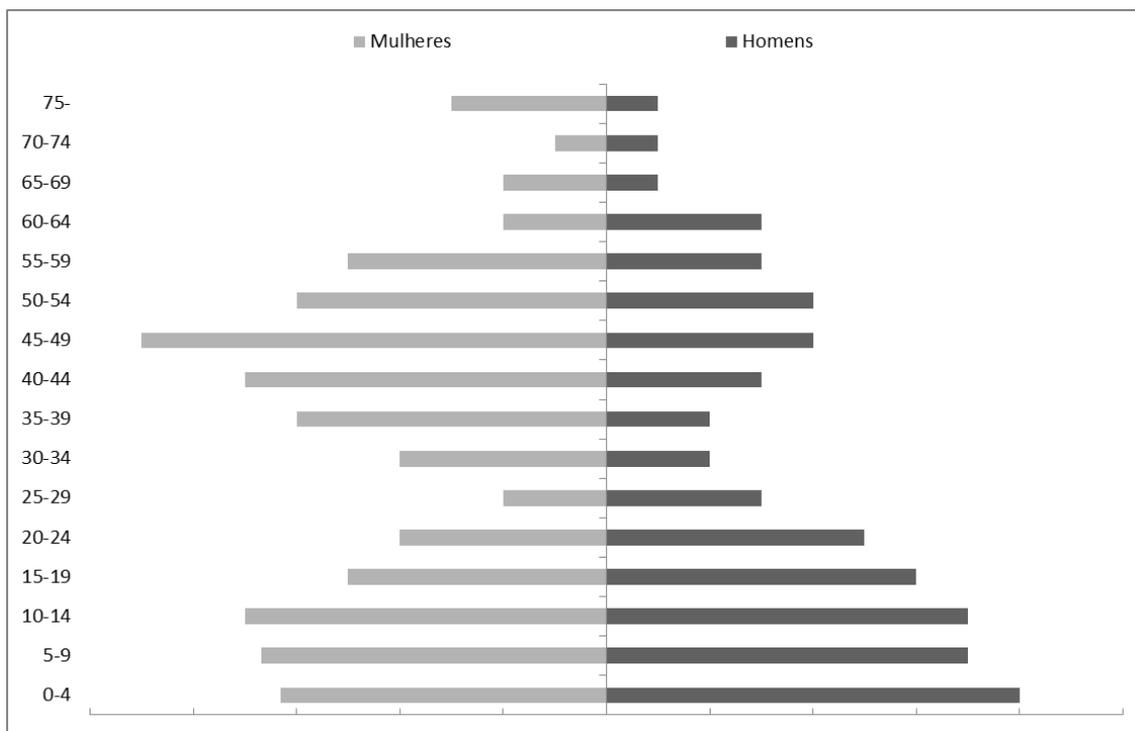
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 8.3 – Pirâmide Etária – Livres não-brancos, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



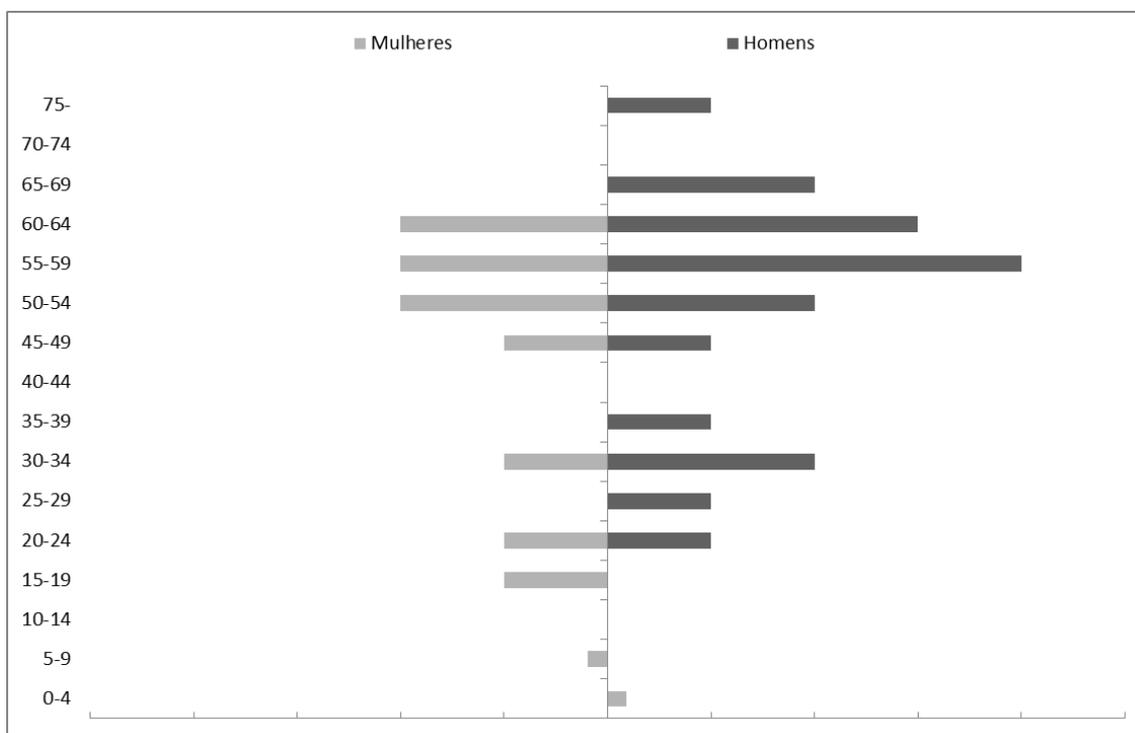
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 8.3.1 – Pirâmide Etária – Livres crioulos, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



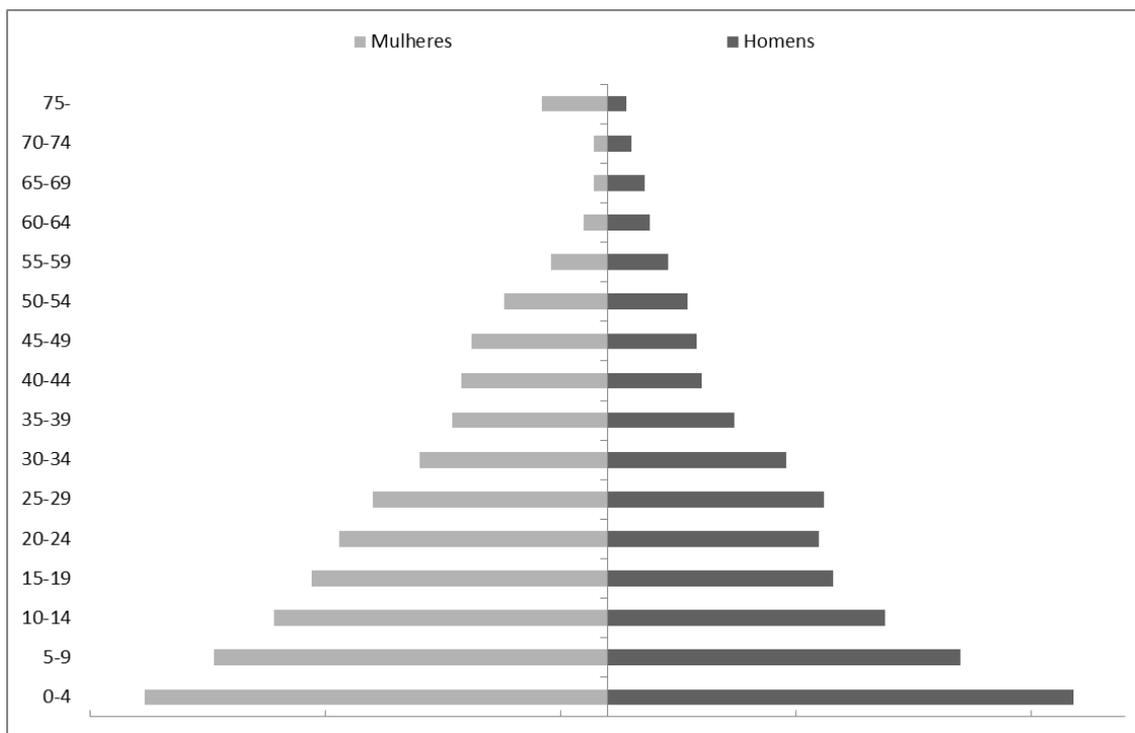
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 8.3.2 – Pirâmide Etária – Livres africanos, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



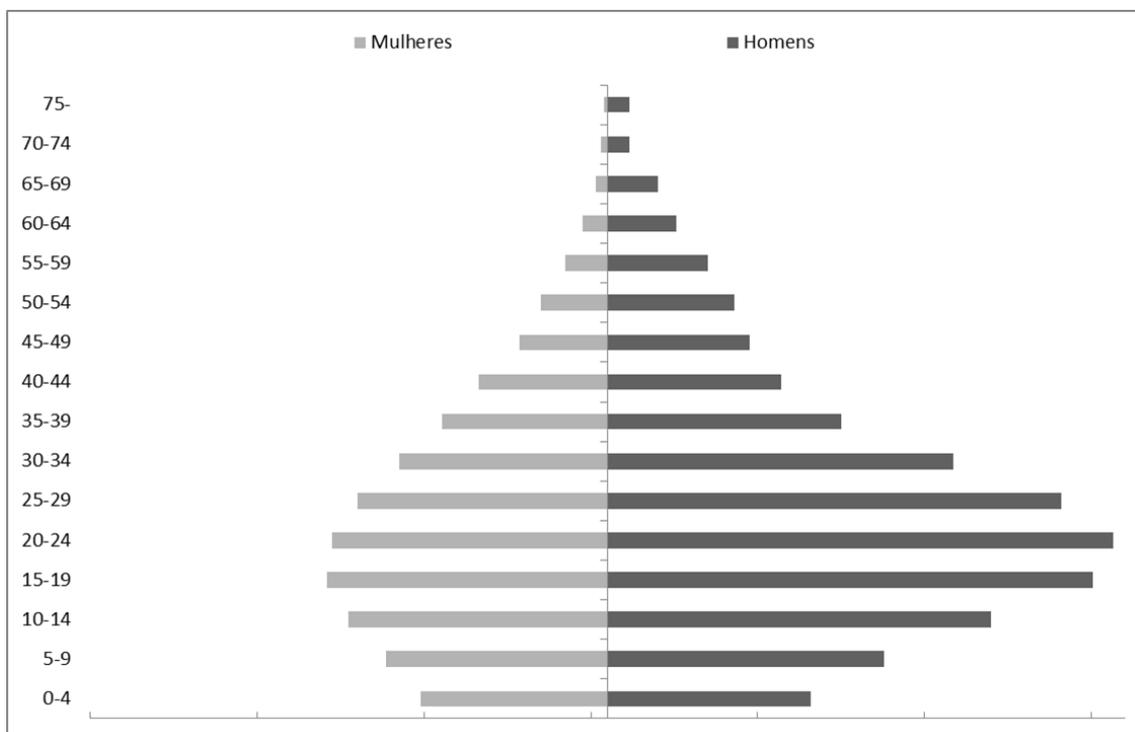
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 8.3.3 – Pirâmide Etária – Livres pardos, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



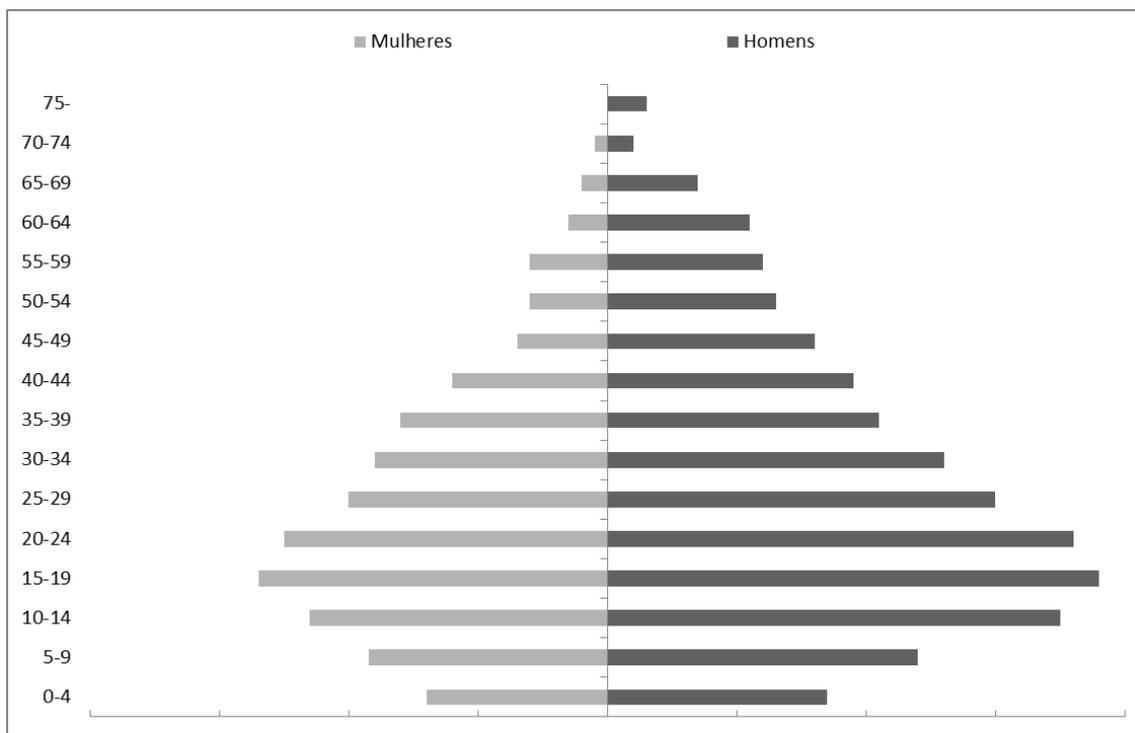
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 9 – Pirâmide Etária – Escravos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



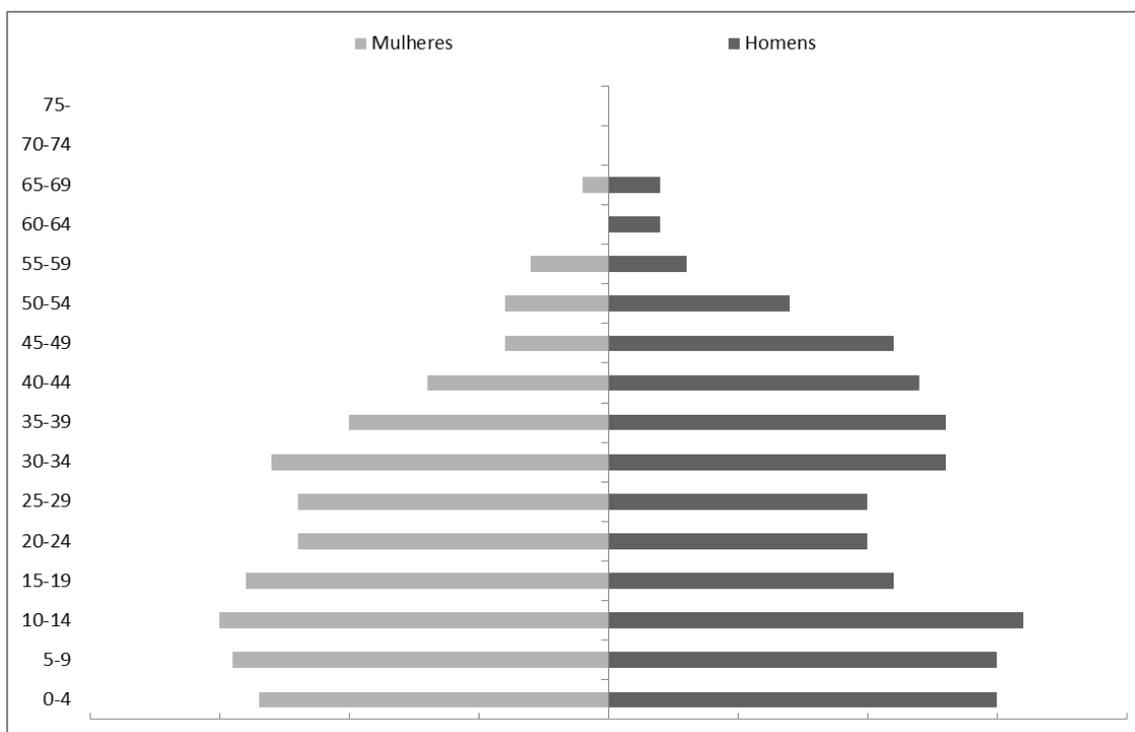
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 9.1 – Pirâmide Etária – Escravos, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



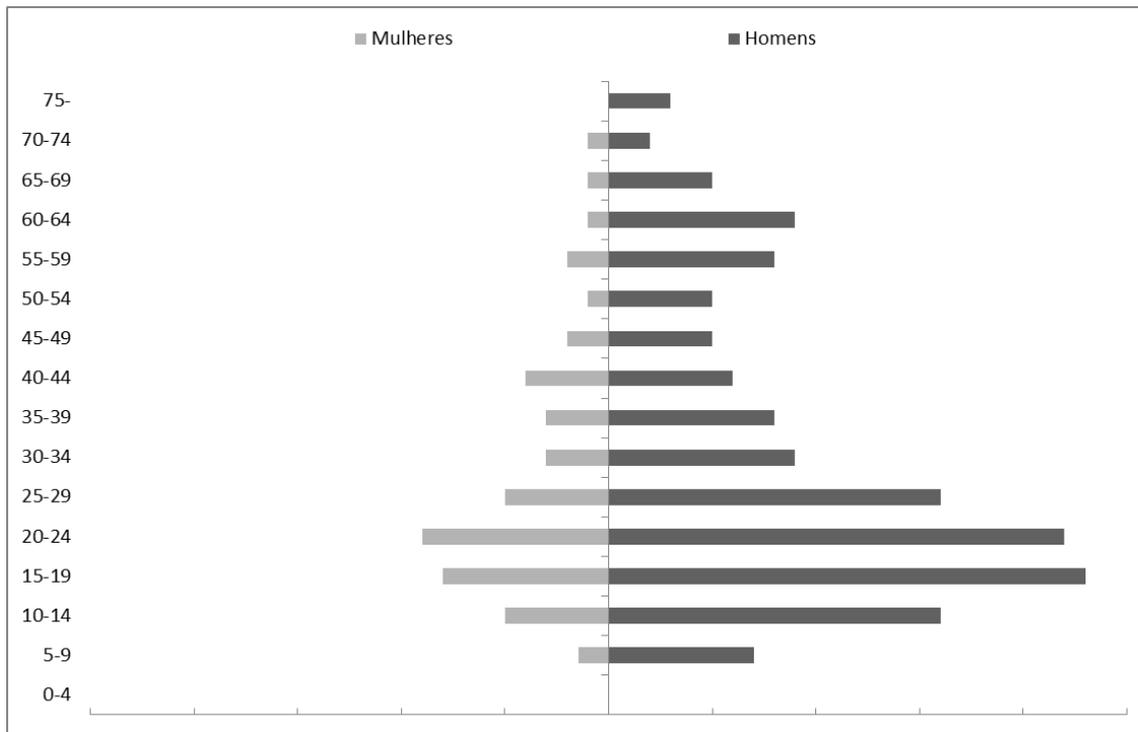
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 9.1.1 – Pirâmide Etária – Escravos crioulos, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



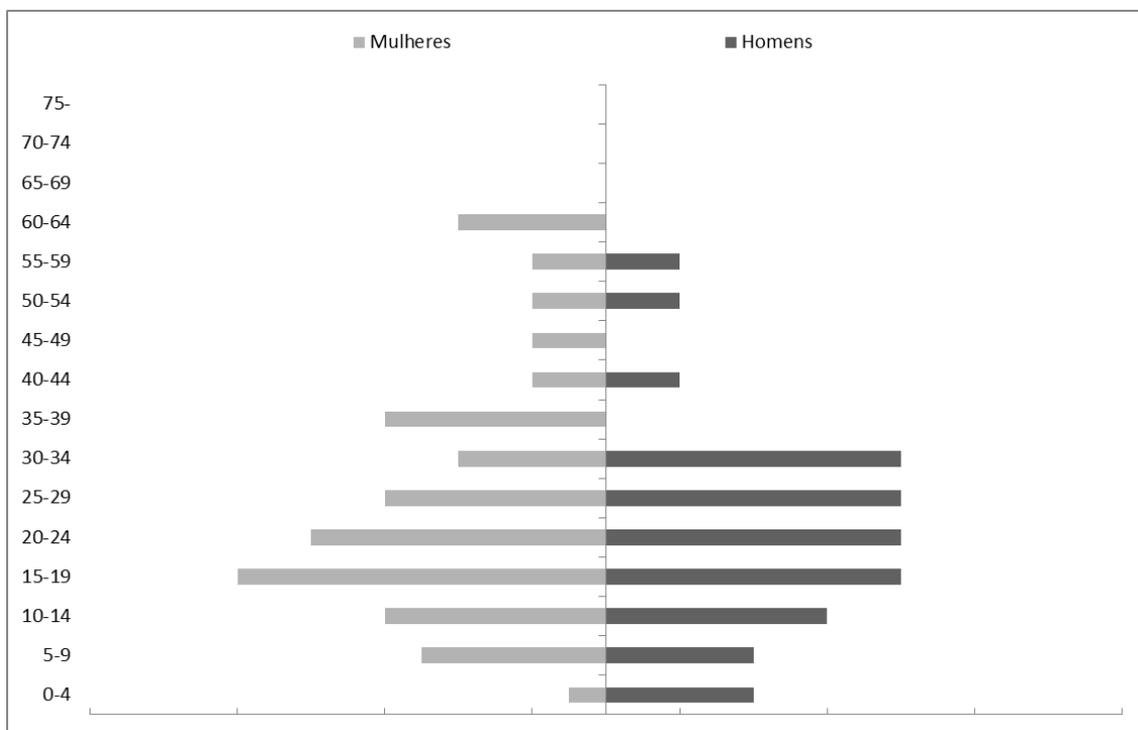
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 9.1.2 – Pirâmide Etária – Escravos africanos, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



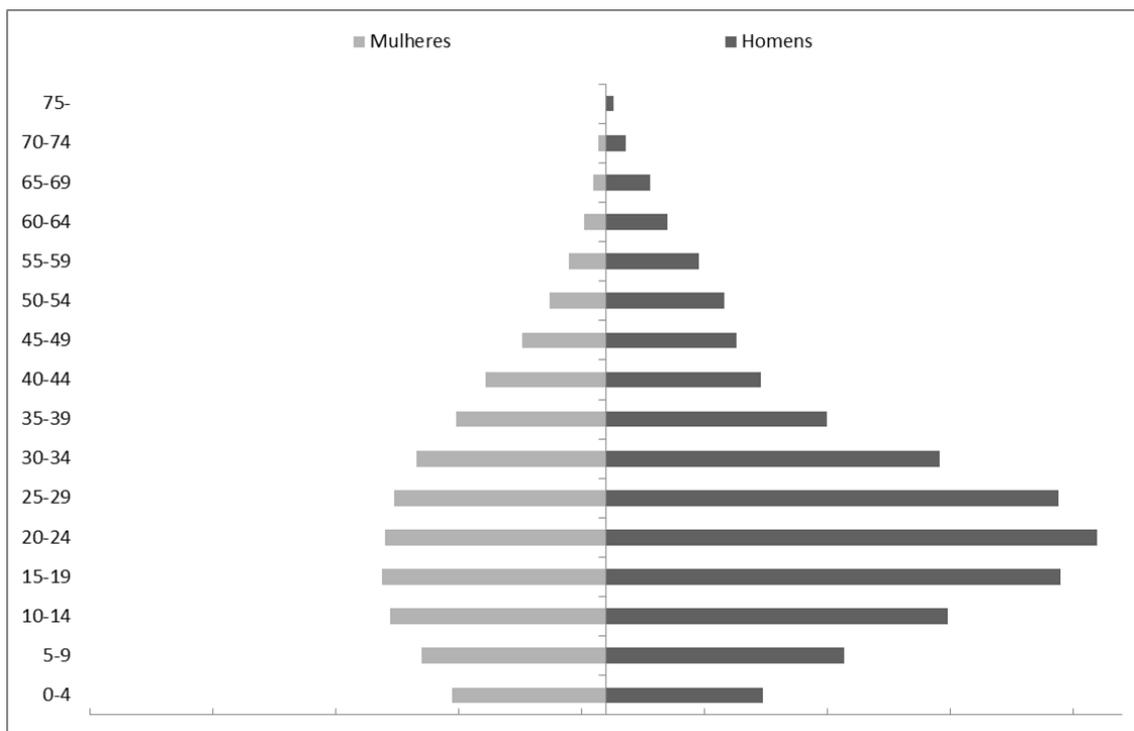
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 9.1.3 – Pirâmide Etária – Escravos pardos, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



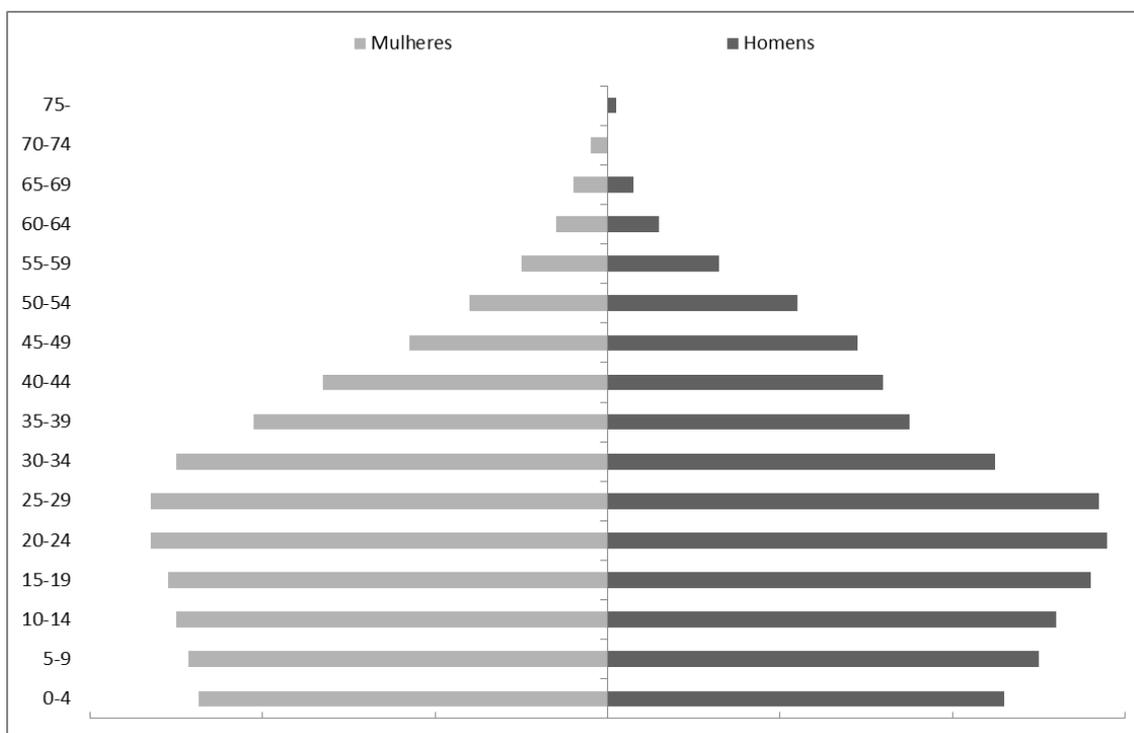
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 9.2 – Pirâmide Etária – Escravos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



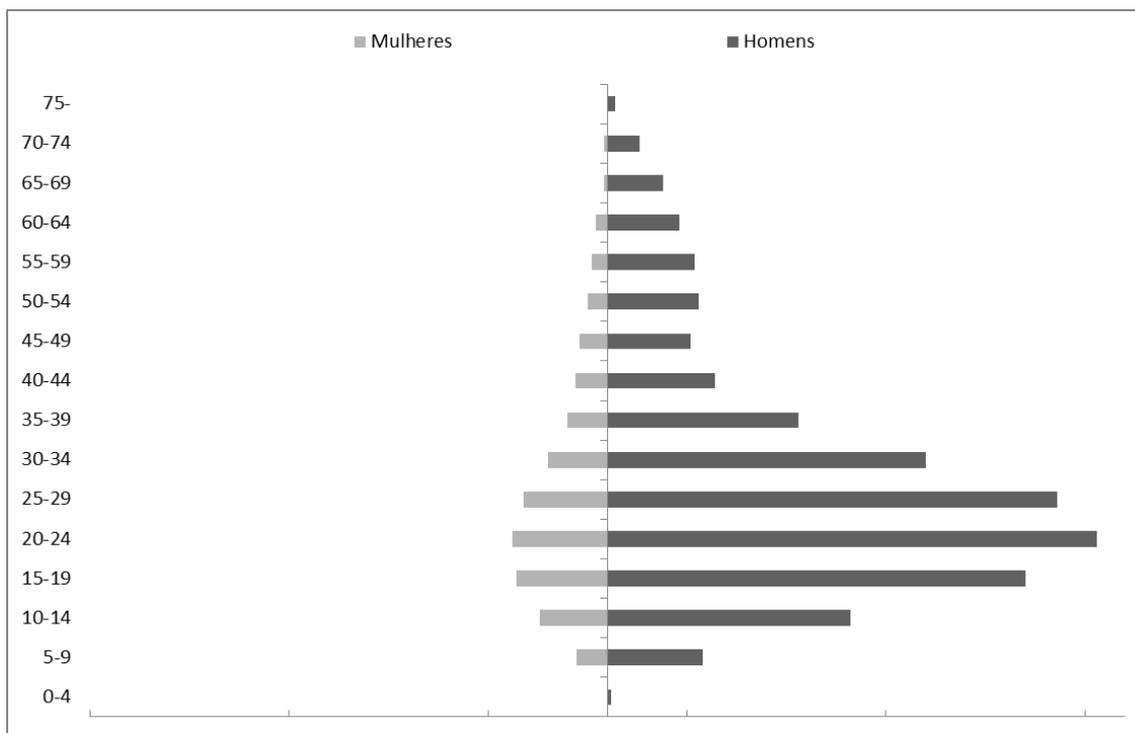
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 9.2.1 – Pirâmide Etária – Escravos crioulos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



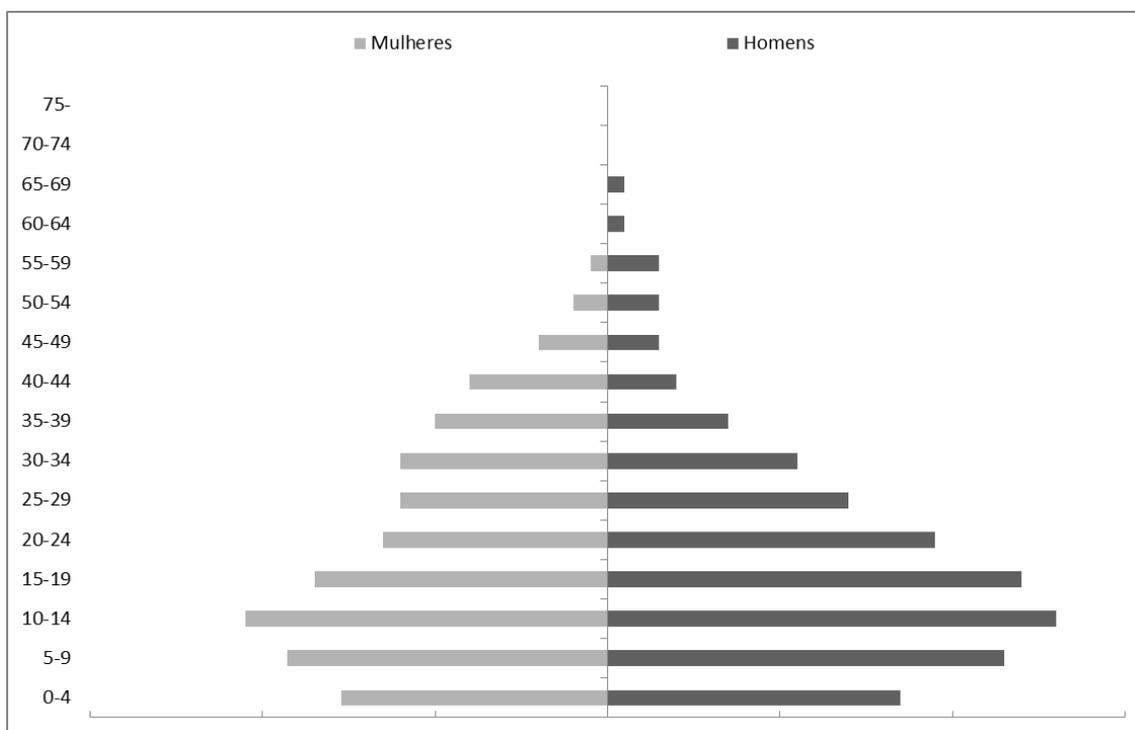
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 9.2.2 – Pirâmide Etária – Escravos africanos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



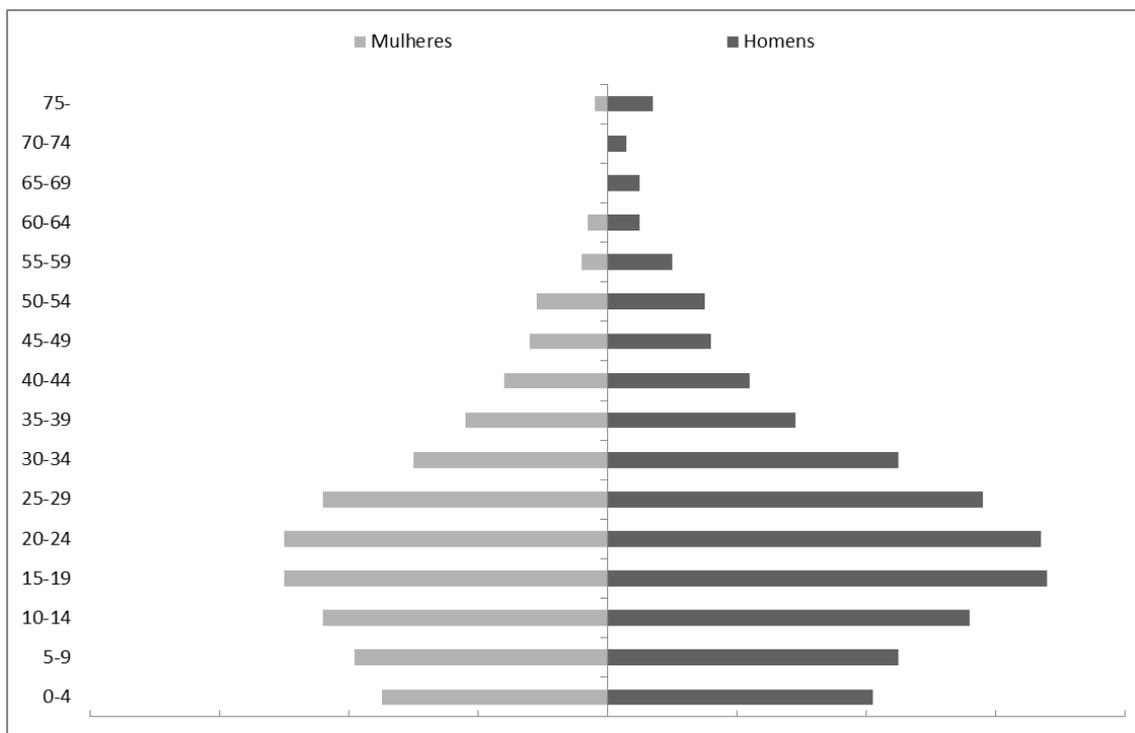
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 9.2.3 – Pirâmide Etária – Escravos pardos, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



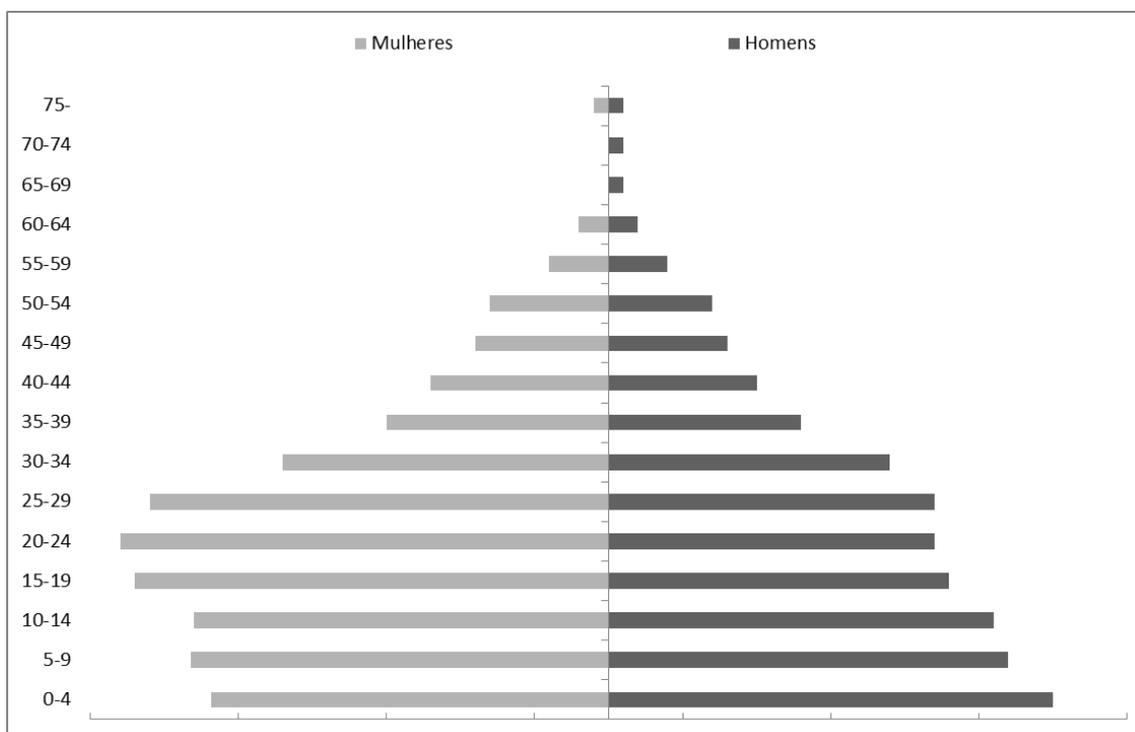
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 9.3 – Pirâmide Etária – Escravos, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



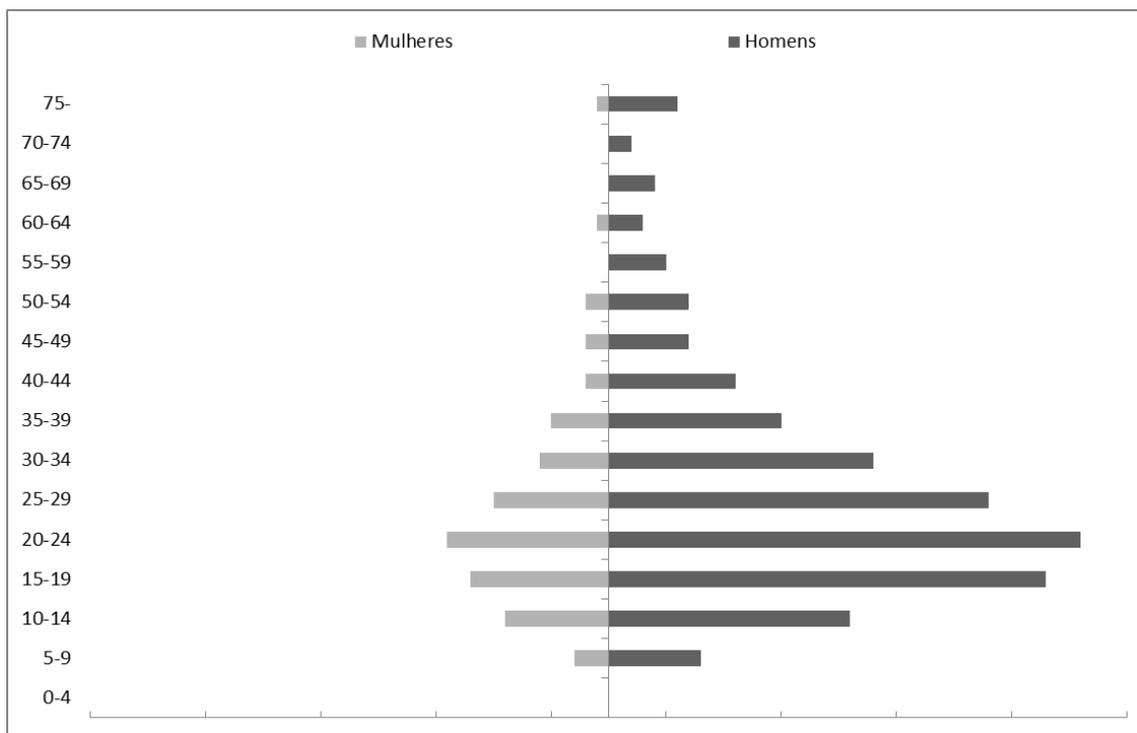
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 9.3.1 – Pirâmide Etária – Escravos crioulos, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



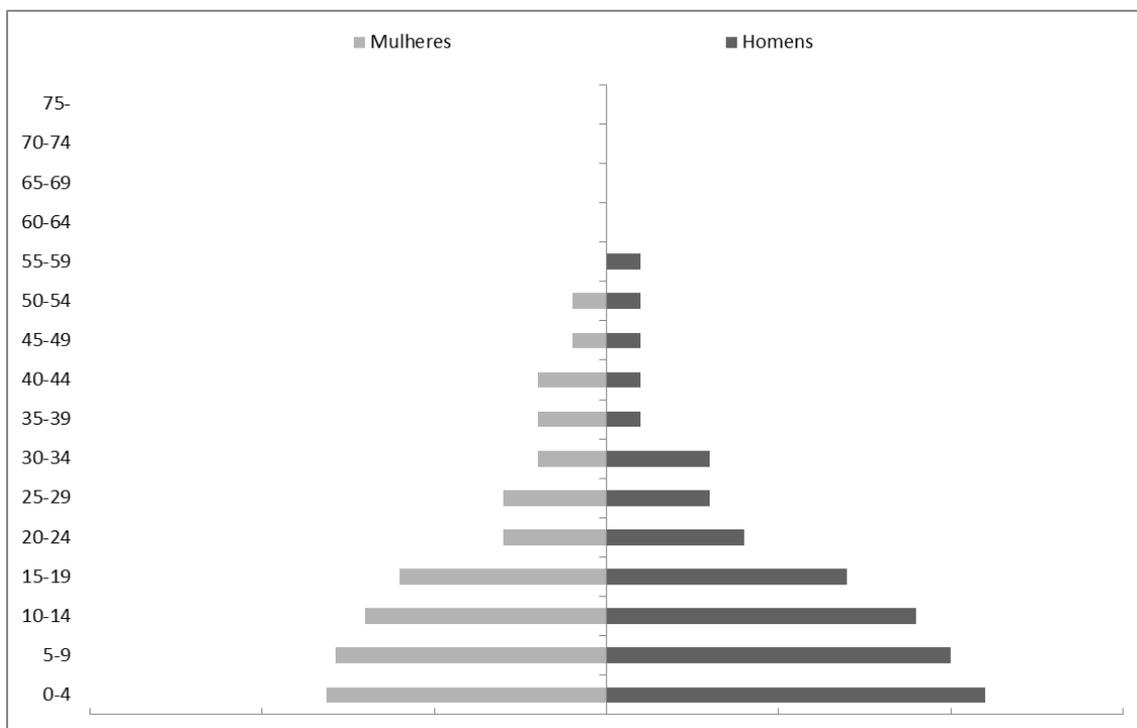
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 9.3.2 – Pirâmide Etária – Escravos africanos, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



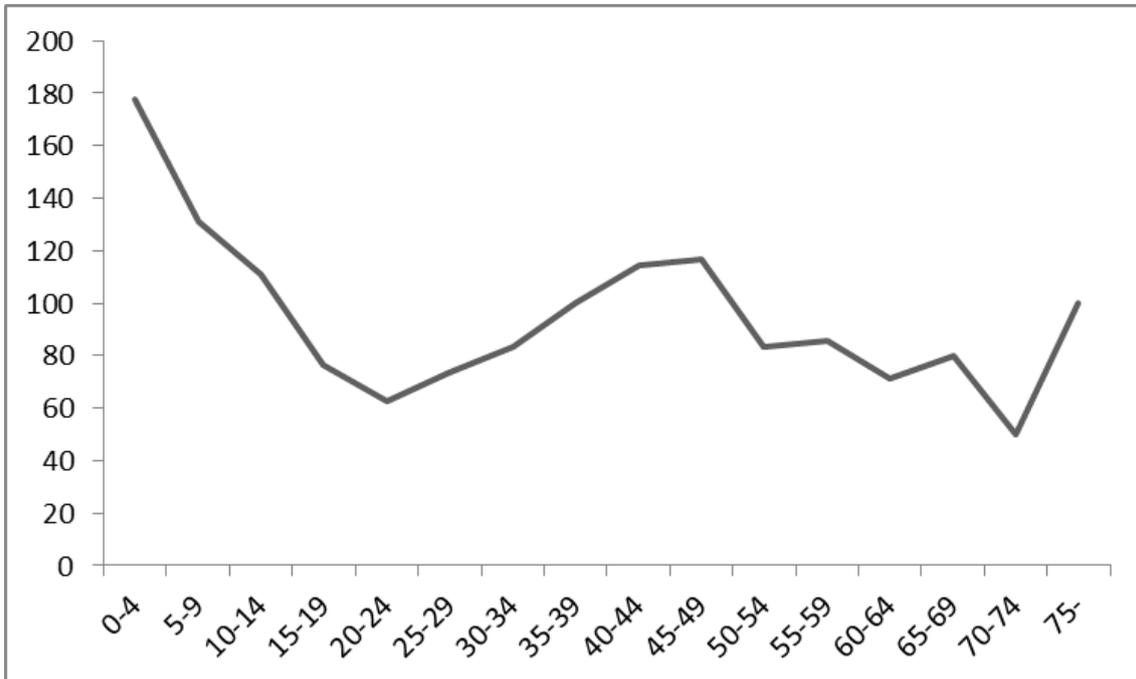
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 9.3.3 – Pirâmide Etária – Escravos pardos, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



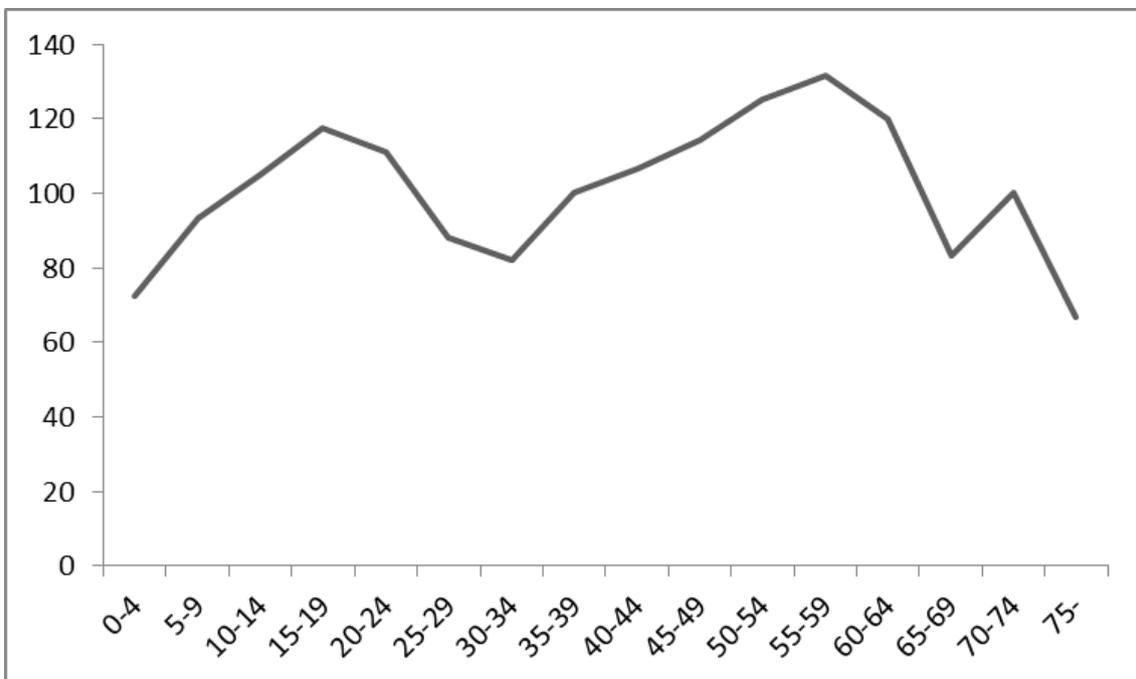
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 10 – Razão de sexos por faixa etária – Livres brancos, microrregião Norte, Freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



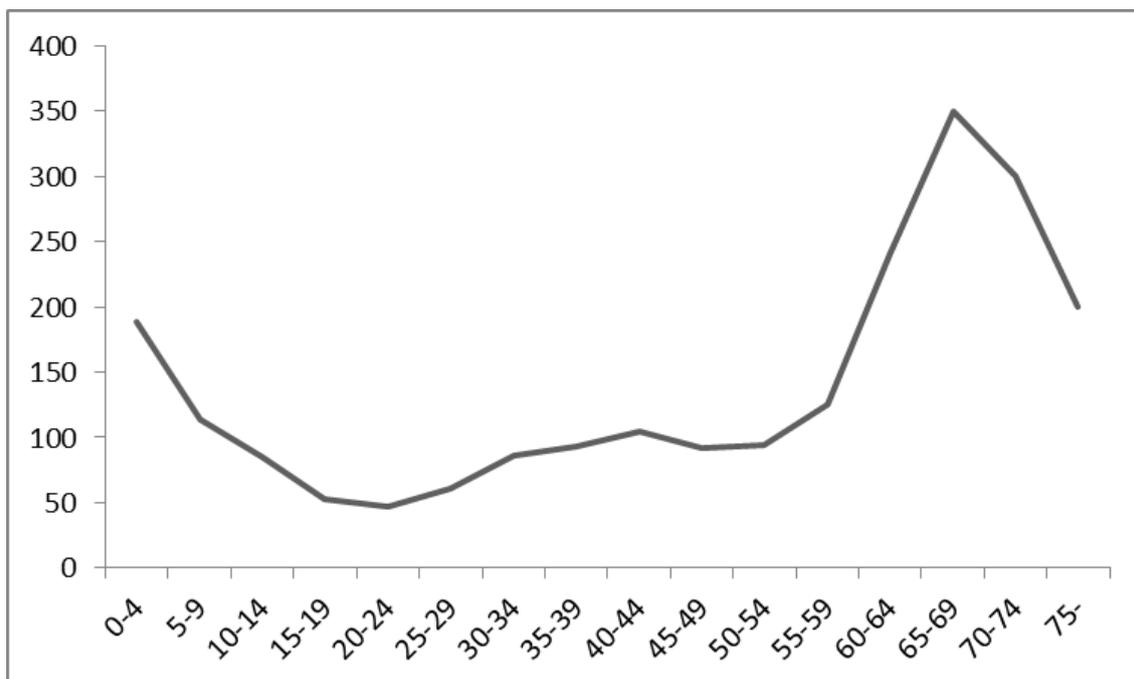
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 11 – Razão de sexos por faixa etária – Livres brancos, microrregião Central, Freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



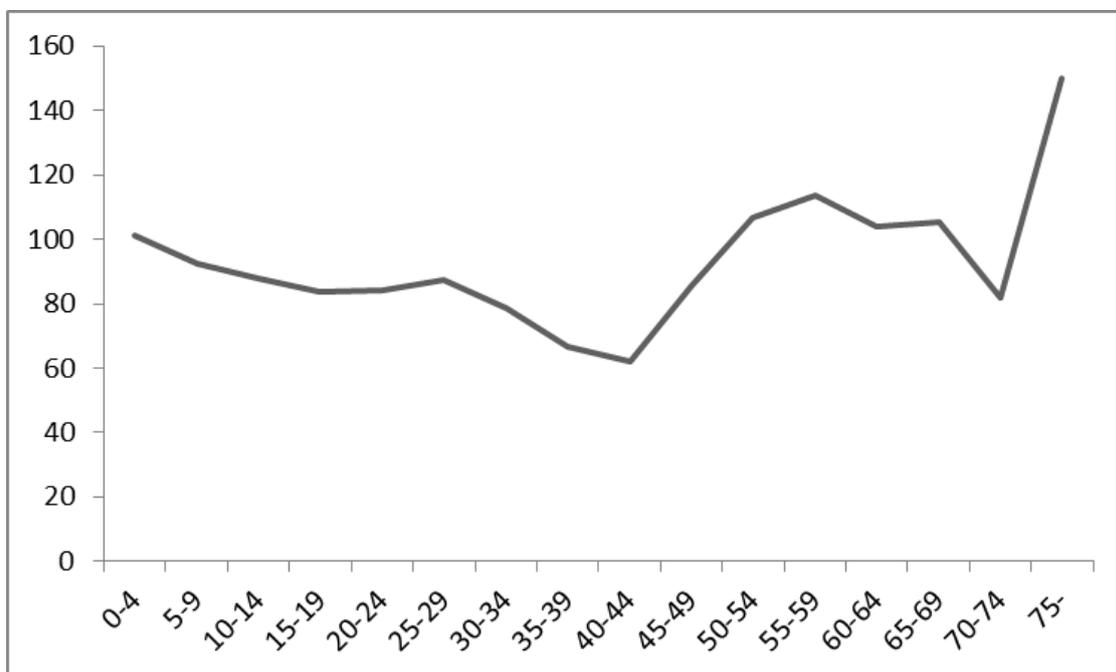
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 12 - Razão de sexos por faixa etária – Livres brancos, microrregião Sul, Freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



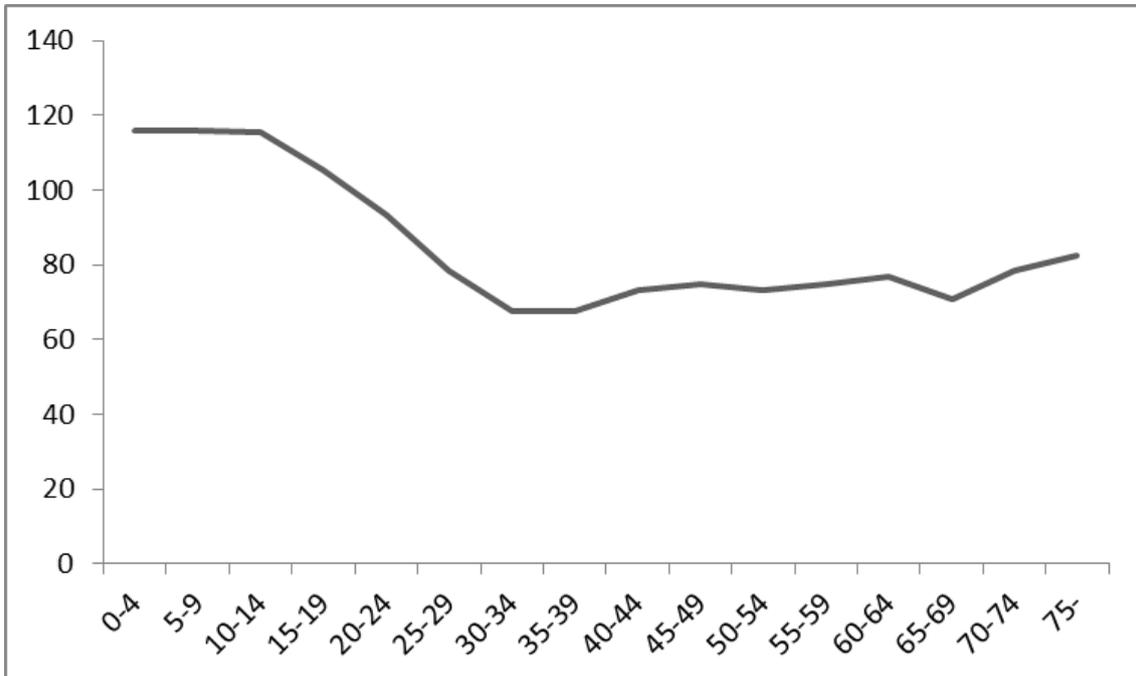
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 13 - Razão de sexos por faixa etária – Livres não-brancos, microrregião Norte, Freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



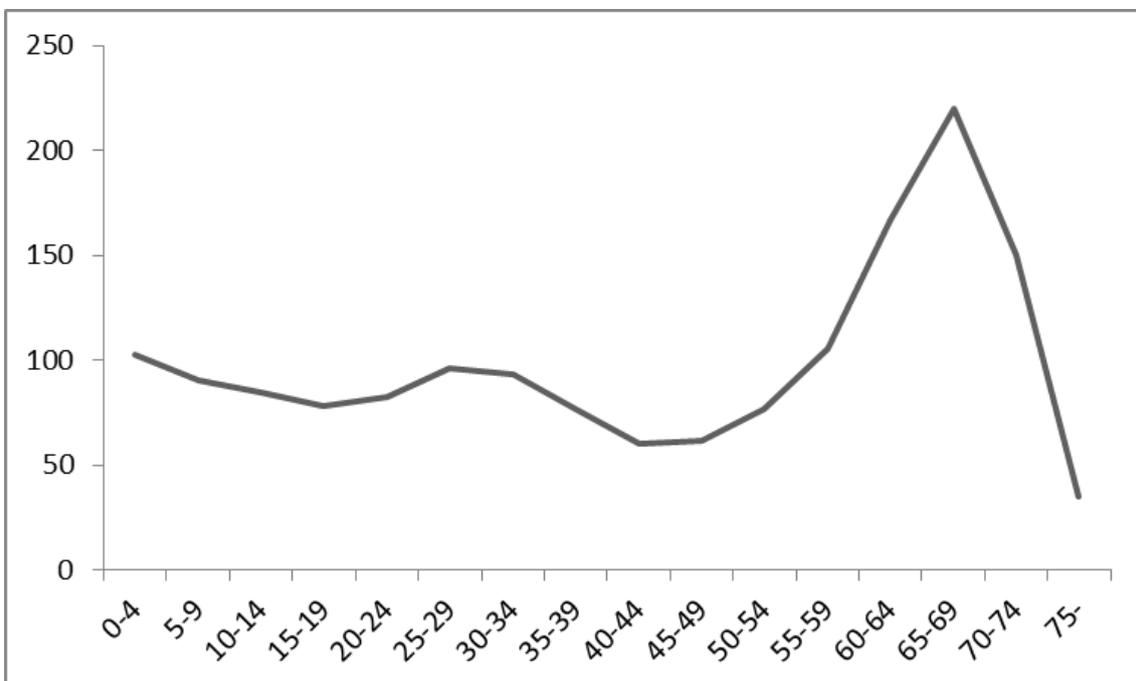
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 14 - Razão de sexos por faixa etária – Livres não-brancos, microrregião Central, Freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



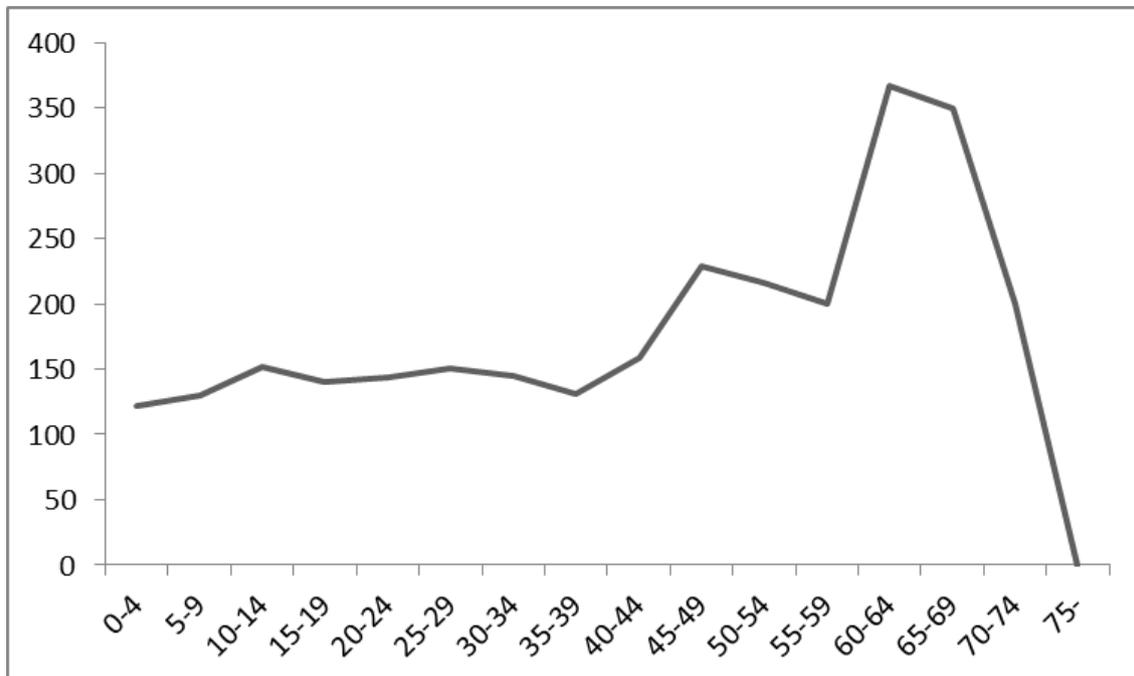
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 15 - Razão de sexos por faixa etária – Livres não-brancos, microrregião Sul, Freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



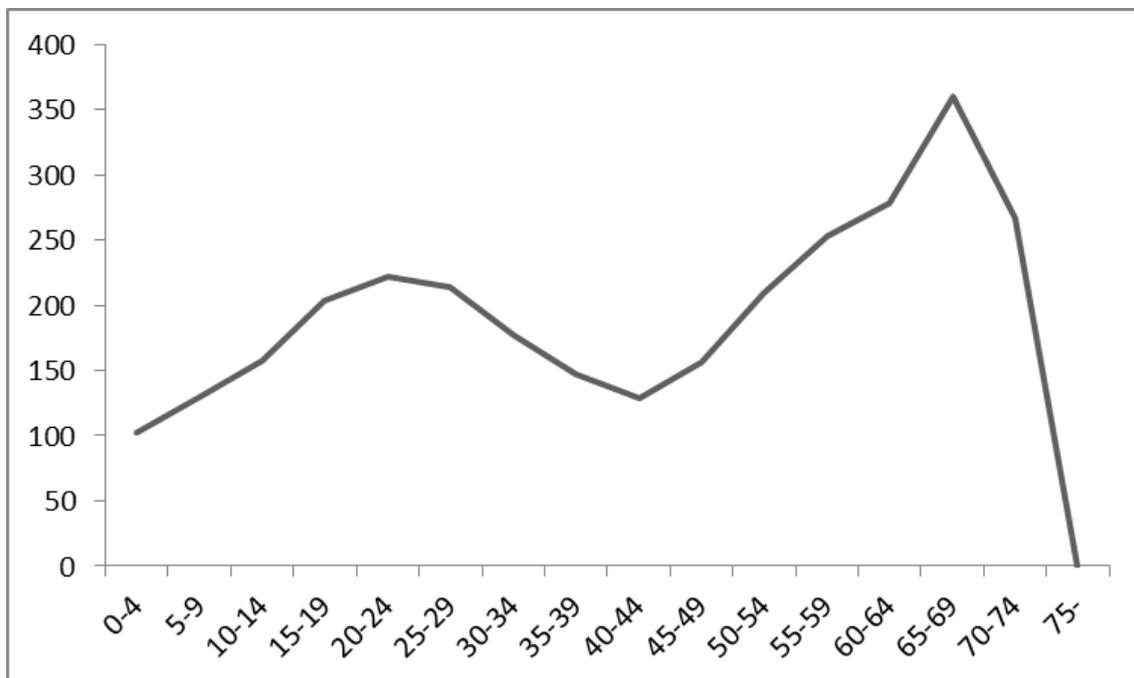
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 16 - Razão de sexos por faixa etária – Escravos, microrregião Norte, Freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



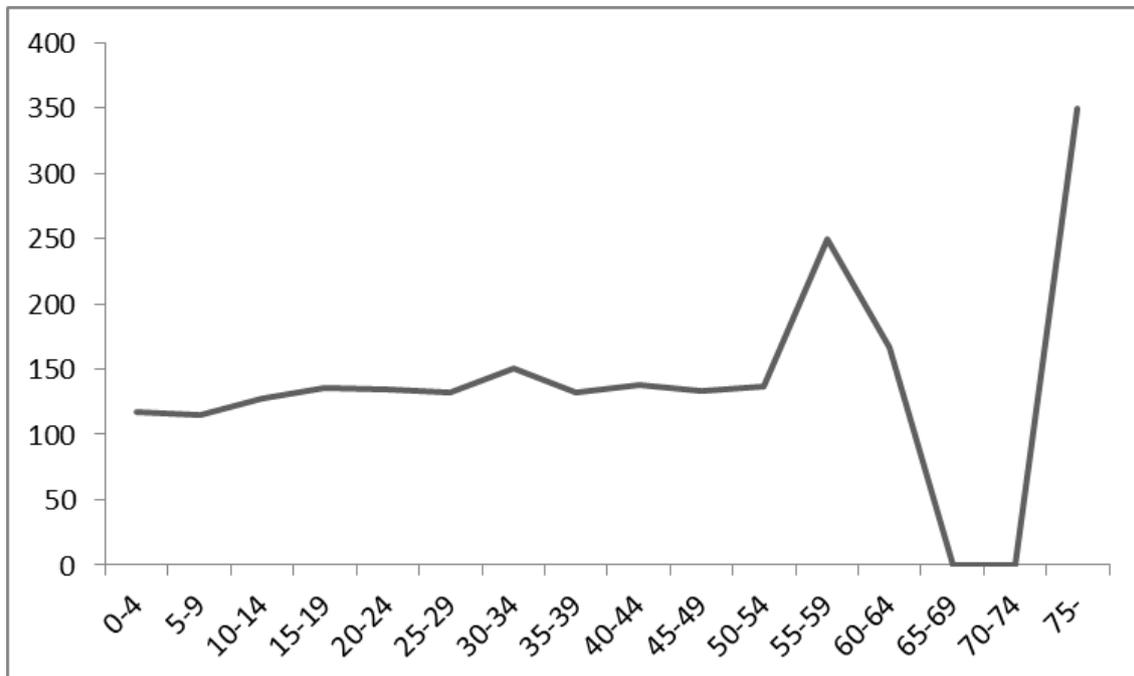
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 17 - Razão de sexos por faixa etária – Escravos, microrregião Central, Freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



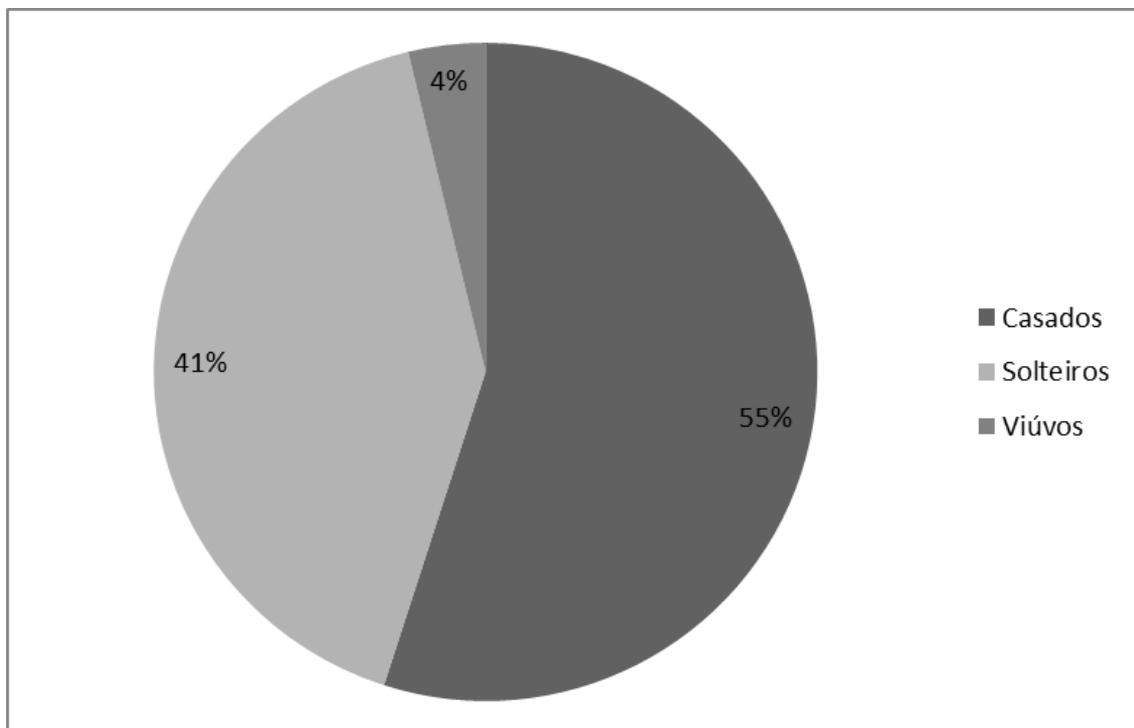
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 18 - Razão de sexos por faixa etária – Escravos, microrregião Sul, Freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



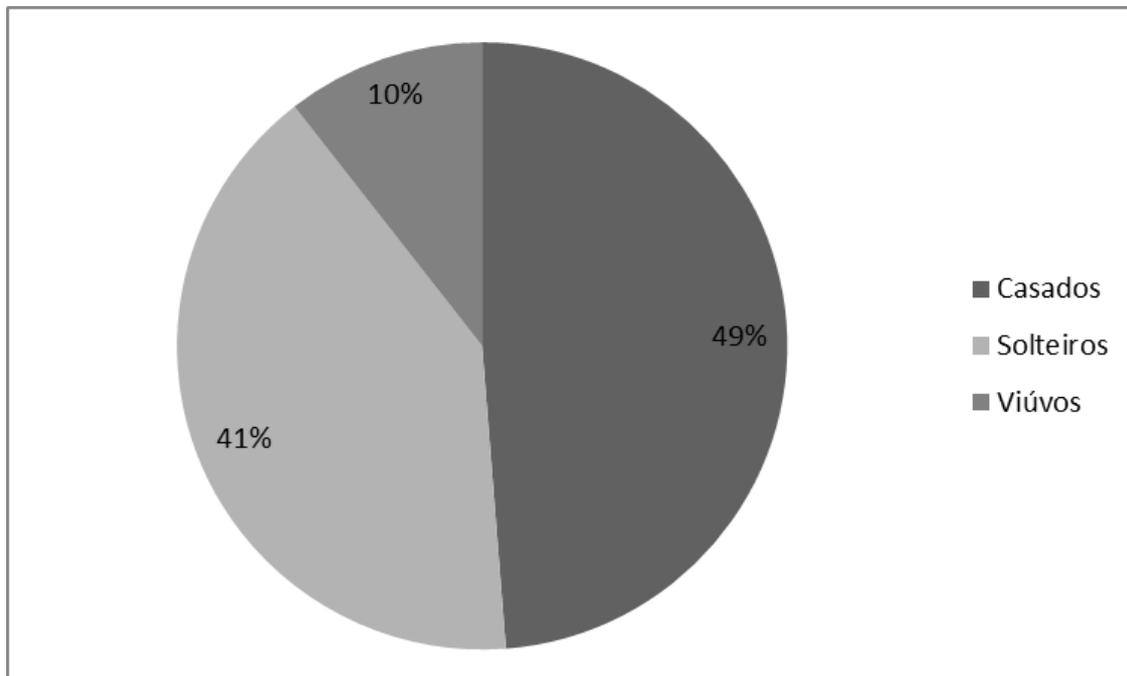
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 19 – Estado Civil – Livres brancos, Masculino, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



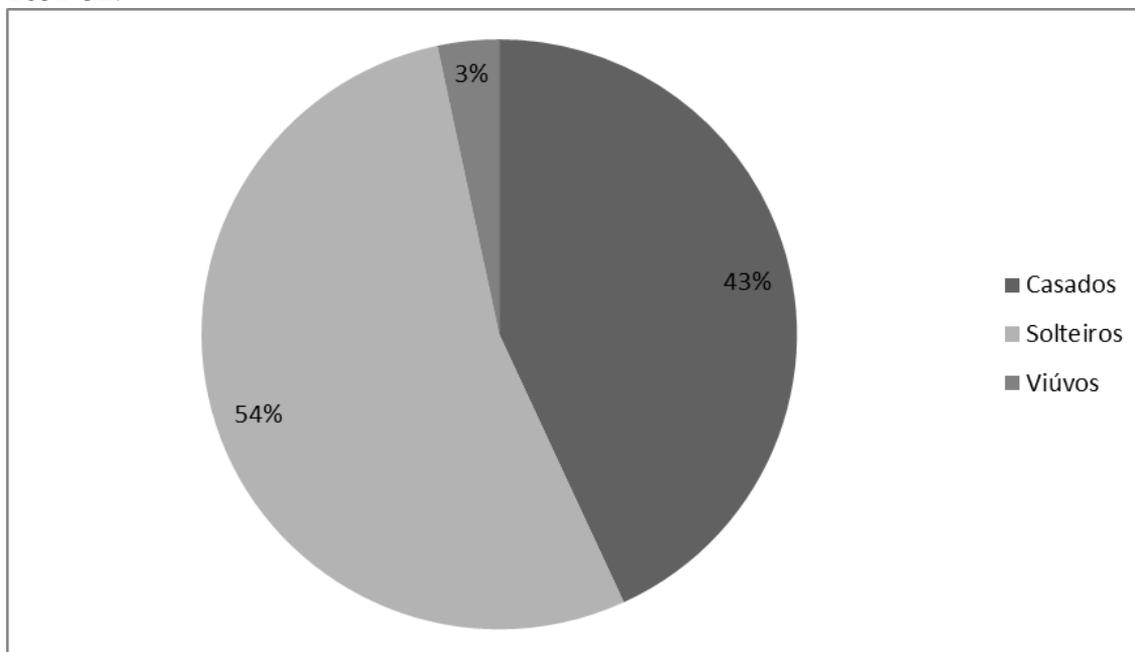
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 20 – Estado Civil – Livres brancos, Feminino, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



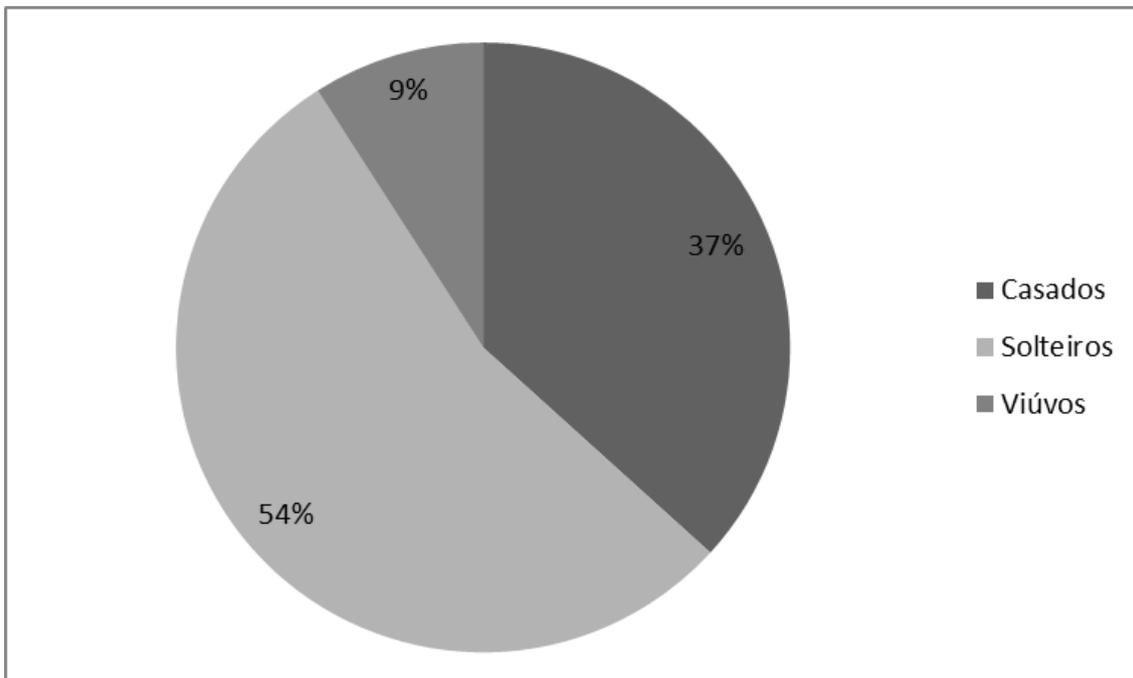
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 21 – Estado Civil – Livres não-brancos, Masculino, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



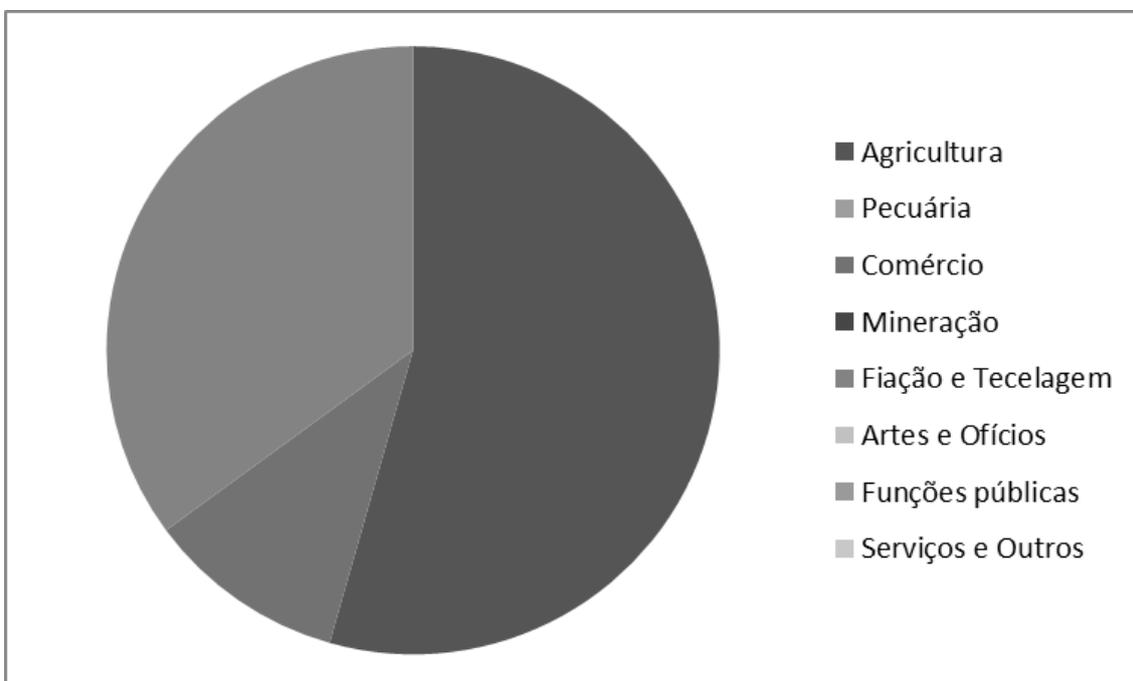
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 22 – Estado Civil – Livres não-brancos, Feminino, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



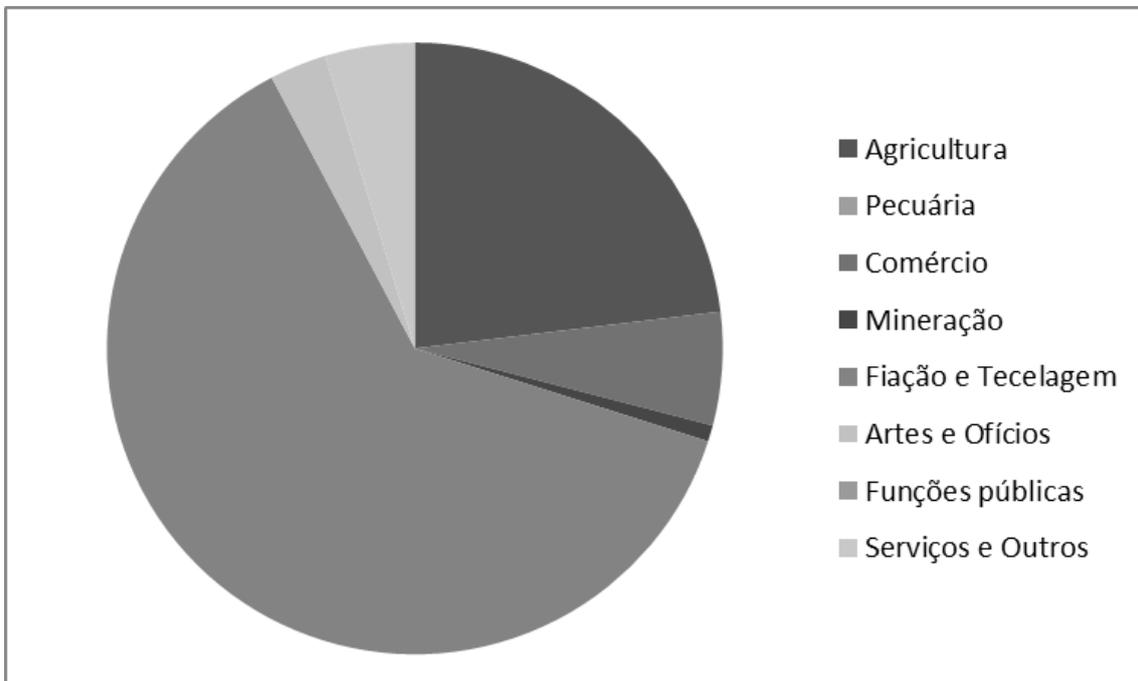
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 23 – Setores Ocupacionais – Mulheres chefes de domicílios, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



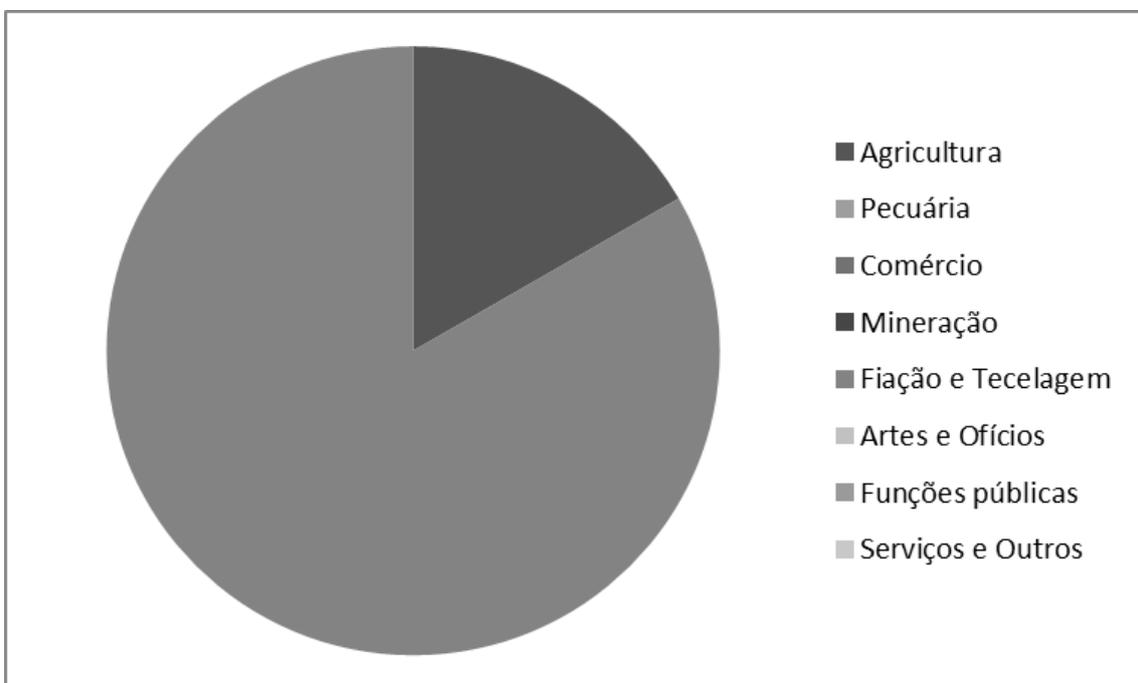
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 24 – Setores Ocupacionais – Mulheres chefes de domicílios, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



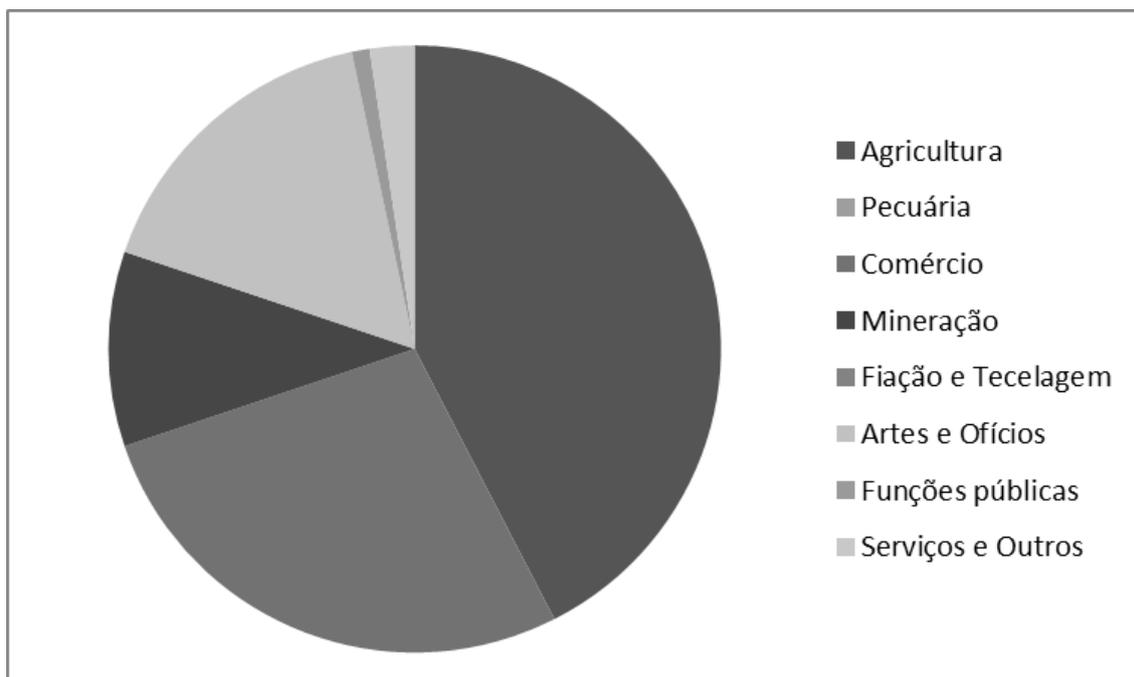
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 25 – Setores Ocupacionais – Mulheres chefes de domicílios, microrregião Sul, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



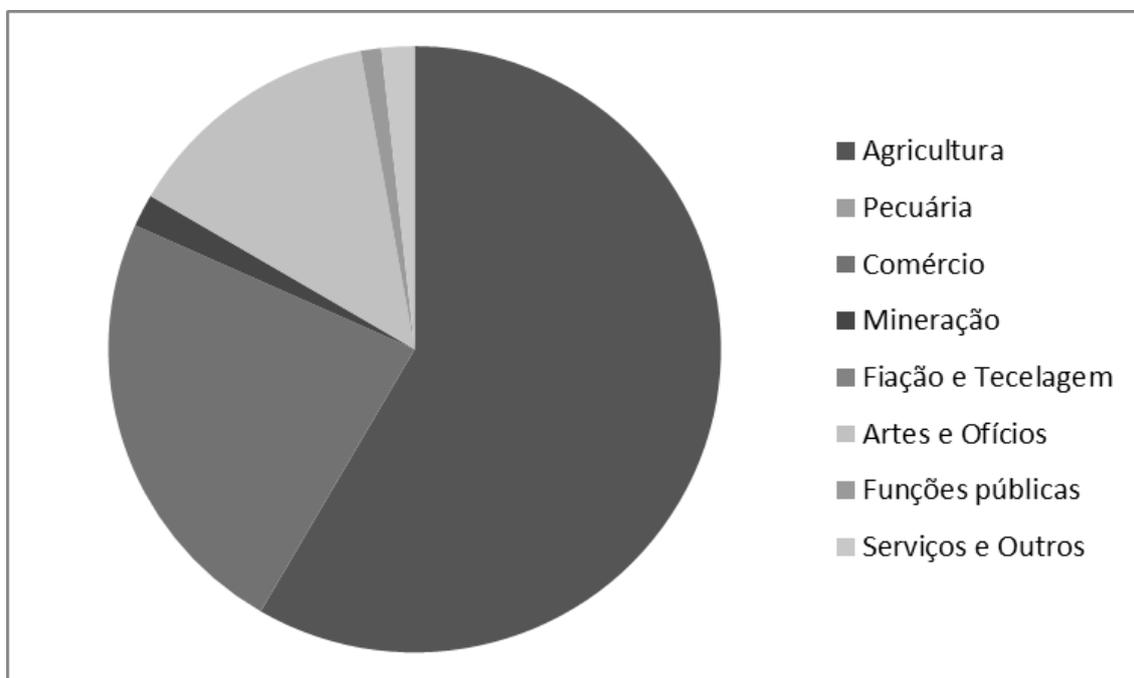
Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 26 – Setores Ocupacionais – Homens chefes de domicílios, microrregião Norte, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

Gráfico 27 – Setores Ocupacionais – Homens chefes de domicílios, microrregião Central, freguesia de Guarapiranga, 1831-32.



Fonte: Listas Nominativas 1831-32.

